OPINIÃO PÚBLICA

ISSN 0104-6276

REVISTA DO CESOP

Vol. 18, nº 1

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS – UNICAMP

Reitor
Fernando Ferreira Costa
Coordenador Geral
Edgar Salvadori de Decca
Coordenadora dos Centros e Núcleos de Pesquisa
Ítala Maria Loffredo D'Ottaviano

CENTRO DE ESTUDOS DE OPINIÃO PÚBLICA

Conselho Orientador

Marcus Faria Figueiredo
(IESP/UERJ)
Carlos Eduardo Meirelles Matheus
(PUC - SP)
Fernando Antônio Lourenço
(IFCH - UNICAMP)
Hélgio Trindade
(NUPERGS- UFRGS)
Leandro Piquet Carneiro
(IRI - USP)
Mauro Francisco Paulino
(Inst. DATAFOLHA)
Márcia Cavallari Nunes
(IBOPE)
Ney Lima Figueiredo
(CEPAC)
Örjan Olsén
(Analítica Consultoria)
Rachel Meneguello
(IFCH - UNICAMP)
João Francisco Meira
(Instituto Vox Populi)
José Roberto Rus Perez
(FE - UNICAMP)
Maria Inês Fini
(FE - UNICAMP)
Gustavo Venturi
(Criterium Pesquisas)
Valeriano Ferreira Mendes da Costa
(IFCH - UNICAMP)

Direção
Rachel Meneguello

Equipe de Projetos Permanentes
Fabíola Brigante Del Porto
Rosilene Sydney Gelape

Estagiários
Fernanda M. de Moraes Sarmento
Pedro H. Galdino S. Alvares

Secretaria Geral
Regina Celi de Sales Ferreira

OPINIÃO PÚBLICA
Vol. 18, Nº 1, Junho, 2012

Conselho Editorial
Amaury de Souza
(IDESP)
Antônio Lavareda
(MCI)
Carlos Vogt
(IEL e LABJOR - UNICAMP)
Charles Pessanha
(UFRJ)
Fábio Wanderley Reis
(DCP - UFMG)
Frederick Turner
(University of Connecticut, EUA; Universidad de San Andrés, Ar.)
Leôncio Martins Rodrigues
(IFCH - UNICAMP, FFLCH - USP)
Lúcia Avelar
(DCP - UNB)
Nelly de Camargo
(IA - UNICAMP)
Nelson do Valle Silva
(LNCC – CNPq; IESP/UERJ)
Ruy Martins Altenfelder Silva
(Instituto Roberto Simonsen - FIESP)

Comitê Editorial
Leandro Piquet Carneiro
(FFLCH - USP)
Márcia Cavallari Nunes
(IBOPE)
Marcus Faria Figueiredo
(IESP/UERJ)
Rachel Meneguello
(IFCH e CESOP - UNICAMP)

Editora Responsável
Rachel Meneguello

Editora Assistente
Fabíola Brigante Del Porto

Secretária da Revista
Regina Celi de Sales Ferreira
opsecret@unicamp.br

Produção Gráfica
Fernanda M. de Moraes Sarmento
Luciana de Farias
Pedro H. Galdino S. Alvares
Regina Celi de Sales Ferreira

Apoio:
CNPq · CAPES · Ministério da Educação · Ministério da Ciência e Tecnologia · BRASIL UM PAÍS DE TODOS GOVERNO FEDERAL

Tiragem
300 exemplares

Opinião Pública é editada pelo CESOP desde 1993 e está aberta a propostas de artigos e colaborações que deverão ser submetidas ao Conselho Editorial.
Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores, não expressando a opinião dos membros do Conselho Editorial ou dos órgãos que compõem o CESOP.

ISSN 0104-6276

Publicação Indexada no Sociological Abstracts;
HAPI (Hispanic American Periodicals Index);
IBSS (International Bibliography of the Social Sciences);
Data Índice – IUPERJ;
HLAS (Handbook of Latin American Studies); Portal QUÓRUM de Revistas Iberoamericanas;
*Scielo (**www.scielo.br/op**) e*
*Red ALyC (**www.redalyc.com**)*

Centro de Estudos de Opinião Pública

Universidade Estadual
de Campinas
Cidade Universitária
"Zeferino Vaz"
IFCH/CESOP
Rua Cora Coralina s/n
Campinas - São Paulo
CEP: 13083-896
Tel: (55-19) 3521-1709
Tel/Fax: (55-19) 3289-4309
e-mail: cesop@unicamp.br

Home Page:
http://www.cesop.unicamp.br/site/htm/apre.php

Regina Celi de Sales Ferreira

OPINIÃO PÚBLICA

Junho de 2012 Vol. 18, nº 1

ISSN 0104-6276

SUMÁRIO

Pág.

Os sem-voto do Legislativo brasileiro: quem são os Senadores Suplentes e quais seus impactos sobre o processo legislativo 01
Pedro Neiva
Mauricio Izumi

Orgulho e preconceito: a 'objetividade' como mediadora entre o jornalismo e seu público 22
Flávia Biroli
Luis Felipe Miguel

Votando na prateleira: a politização do consumo na América Latina 44
Fabián Echegaray

Movimentos sociais e democracia: a tensão necessária 68
Marcus Abilio Pereira

Atitudes, cognição e participação política: padrões de influência dos ambientes de socialização sobre o perfil político dos jovens 88
Mario Fuks

Classificando regimes políticos utilizando análise de conglomerados 109
Dalson Britto Figueiredo Filho
José Alexandre da Silva Júnior
Enivaldo Carvalho da Rocha

Capital social y participación, una perspectiva desde el Cono Sur de América: Porto Alegre, Montevideo y Santiago de Chile 129
Patricio Valdivieso

¿Son los chilenos igualmente solidários? La influencia de los recursos personales en las donaciones de dinero 154
Juan Carlos Castillo
Paola Leal
Ignacio Madero
Daniel Miranda

Financiamento eleitoral, representação política e gênero: uma análise das eleições de 2006 177
Teresa Sacchet
Bruno Wilhelm Speck

Elecciones 2009 en Uruguay: permanencia de lealtades políticas y accountability electoral 198
Lucía Selios
Daniela Vairo

Análise da não resposta em surveys políticos 216
Karl Henkel

TENDÊNCIAS Encarte de Dados 239
Editores de Opinião Pública

UNICAMP

OPINIÃO PÚBLICA
Campinas
Vol. 18, nº 1 p.01-254
Junho de 2012
ISSN 0104-6276

cesop

OPINIÃO PÚBLICA/ CESOP/ Universidade Estadual de Campinas –
vol. 18, nº 1, Junho de 2012 – Campinas: CESOP, 2012.
Revista do Centro de Estudos de Opinião Pública da Universidade
Estadual de Campinas.

Semestral

ISSN 0104-6276

1. Ciências Sociais 2. Ciência Política 3. Sociologia 4. Opinião Pública
I. Universidade de Campinas II. CESOP

Os sem-voto do Legislativo brasileiro: quem são os Senadores Suplentes e quais os seus impactos sobre o processo legislativo

Pedro Neiva
Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

Mauricio Izumi
Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
Mestrando em Ciência Política – Universidade de São Paulo

Resumo: Este artigo tem dois objetivos principais. O primeiro é elaborar um perfil dos suplentes de Senadores no Brasil em comparação com os Senadores titulares. O segundo objetivo é avaliar a sua atuação política, no intuito de identificar se exercem algum impacto sobre o funcionamento do Senado e sobre a sua relação com o Poder Executivo. Sugerimos que o fato de os suplentes não serem eleitos contribui para que eles sejam designados para tarefas "espinhosas" que poderiam gerar custos políticos para os Senadores titulares. Verificamos também que eles oferecem um apoio ligeiramente maior ao Poder Executivo, especialmente nas coalizões que contam com uma participação maior dos partidos de direita.

Palavras-chave: Legislativo; Senado; suplentes; perfil; elites

Abstract: This article has two main objectives. The first one is to create a profile of Senators' substitutes, compared to the elected Senators. The second objective is to investigate the substitutes' political performance, with the intent of evaluating the impact of their actions on both the functioning of the Senate and their relationship to the Executive Power. We suggest that, because they are not directly elected, they are selected to work on difficult tasks, especially those that could bring negative political effects to the Senators, which depend on the electorate's vote. We also found that the substitutes give a bit more support to the Presidency, particularly observed in right wing parties coalitions.

Keywords: Legislative; Senate; substitutes; Senator profiles; elites

Introdução

Neste artigo, fazemos um levantamento dos suplentes de senadores no Brasil, procurando identificar quem são eles, quais suas ocupações predominantes, como se distribuem pelos partidos, como são escolhidos e os cargos que costumam ocupar antes do mandato. Além disso, buscamos verificar quais os impactos que têm sobre o funcionamento do Senado, especialmente na sua relação com o Poder Executivo. O tema tem ganhado espaço na imprensa brasileira, especialmente depois dos escândalos que assolaram a instituição nos últimos anos. No entanto, ainda não mereceu um tratamento aprofundado por parte da Ciência Política, a exemplo do que ainda acontece com vários outros aspectos relacionados à nossa Câmara Alta.

Em um discurso bem humorado em março de 2010, o presidente Lula fez o comentário de que "o Senado é melhor do que o céu, já que para ir para o céu é preciso morrer; para o Senado, vai-se vivo". Em grande parte, o presidente tem razão. O cargo de senador é um dos mais confortáveis e um dos mais prestigiados no país. É o único que garante um mandato eletivo durante oito anos, sem impedir que o seu ocupante se candidate a outro cargo a cada dois anos. O senador tem um dos maiores salários dos órgãos públicos e diversas outras vantagens, tais como: verba para manutenção do gabinete e para transporte aéreo, cota postal e para telefones, auxílio moradia, carro oficial com combustível e motorista, ressarcimento de despesas médicas e verba que pode ser usada para fretamento de aeronaves, divulgação do mandato, assinatura de publicações, contratação de serviços de segurança. Segundo o portal na internet "Congresso em Foco" (2011), cada senador custa aos cofres públicos aproximadamente R$ 150 mil por mês, contra o custo de R$ 115 mil de um deputado federal.

Além disso, os senadores brasileiros contam com grande visibilidade política, ao fazerem parte de uma das câmaras altas mais poderosas do mundo (NEIVA, 2006). Não é à toa que por ela passaram muitas das maiores lideranças políticas da nossa história antiga e recente: nada menos do que 21 dos 27 presidentes eleitos na fase republicana já foram senadores, antes ou depois do mandato (NEIVA & SOARES, 2010). Com a eleição de dois terços do Senado em 2010, calculamos que, em sua composição, a casa terá 37% de ex-governadores. Números semelhantes foram encontrados por Miguel (2003) para o período 1982-1988: segundo o autor, 31,4% dos senadores já haviam sido governadores.

No entanto, a despeito de todos os benefícios e do prestígio do cargo, nem sempre é necessário respaldo político para chegar a esse "paraíso". Pode-se chegar lá também financiando a campanha de um senador, por meio de um parente que se eleja para o cargo ou tendo alguma sorte na vida. É o caso da maioria dos senadores suplentes, que tomaram posse no lugar dos titulares.

A situação é preocupante por dois motivos principais. Em primeiro lugar, porque a sua frequência não é tão desprezível: estima-se que os suplentes responderam por mais de 16% dos votos dados no plenário do Senado no período posterior à Constituição de 1988. Em alguns momentos, a sua participação ficou próxima à quarta parte da Casa. Ela torna-se mais relevante nas matérias mais conflituosas, em que os votos dos suplentes podem ser decisivos.

Uma segunda preocupação deve-se ao fato de estarmos tratando dos únicos "representantes" do povo que exercem o poder sem terem obtido um único voto. Nem por isso são impedidos de participar das discussões e das decisões mais complexas e controversas, realizadas no âmbito do

Congresso Nacional. Conforme salientam autores diversos, a eleição é uma condição absolutamente necessária para a existência da democracia, ainda que não seja uma condição suficiente. É o caso de Schumpeter, segundo o qual "a democracia envolve um arranjo institucional, que permite chegar a decisões políticas pelas quais os indivíduos adquirem o poder de decidir mediante uma luta competitiva pelo *voto popular*." (SCHUMPETER, 1984, p. 250). De acordo com Di Palma, ela "tem como premissa [...] o *sufrágio livre* e isento em um contexto de liberdades civis, partidos competitivos, opção entre candidaturas, e instituições políticas que regulam e garantem os papéis do governo e da oposição" (DI PALMA, 1990, p.16). De acordo com O´Donnell, "em um regime democrático, as *eleições* são competitivas, livres, igualitárias, decisivas e includentes. Quando institucionalizadas, são o seu componente principal, já que se tratam do único meio de acesso às principais posições de governo." (O'DONNELL, 1999, p.587). Segundo Manin (1995), a condição de governante não pode ser obtida como uma dádiva divina, a partir da riqueza, do saber ou de qualquer outra qualidade intrínseca de certos indivíduos; ela é conquistada, unicamente, a partir da *vontade* e do *consentimento* daqueles que serão governados (todos os destaques são nossos).

No entanto, a existência da democracia não depende apenas de que os representantes sejam escolhidos por meio de eleições livres e isentas. Ela envolve também a capacidade de os eleitores influenciarem suas ações durante o mandato. E o instrumento principal para isso é a possibilidade que eles têm de negar o seu voto nas eleições seguintes. Assim, é necessário que elas sejam também frequentes, em intervalos regulares e periódicos (DAHL, 1989; MANIN, 1995; PRZEWORSKI, STOKES & MANIN, 1999). Como a grande maioria dos senadores suplentes no Brasil não conta com experiência política anterior, raros são os casos em que eles se candidatam na eleição subsequente. Com isso, além de não representarem ninguém, eles não se sentem obrigados a conquistar a simpatia e a confiança do eleitor.

Portanto, não é por acaso que as formas de seleção e de atuação dos senadores suplentes estão sendo questionadas pela imprensa brasileira, ao ponto de serem frequentemente lembradas em uma agenda de reforma política. No entanto, não existe nenhum estudo abrangente e sistemático sobre esses importantes tomadores de decisão. Este artigo pretende contribuir para desvendar quem eles são, como operam e quais são os efeitos de suas ações. Na próxima seção, fazemos uma retrospectiva da legislação que regula a seleção dos suplentes de senadores no Brasil e sua contextualização no mundo. Em seguida, realizamos um levantamento dos candidatos a senador nas duas últimas eleições para o Senado, em 2006 e em 2010. Na 4ª seção, trabalhamos com o perfil dos senadores (titulares e suplentes) que efetivamente tomaram posse no período compreendido entre 1988 a 2008; nela, procuramos identificar a sua atuação profissional, a distribuição partidária e cargos ocupados anteriormente ao mandato. Na 5ª seção, avaliamos os impactos exercidos pelos senadores suplentes sobre os resultados alcançados no Legislativo brasileiro. Por fim, apresentamos nossas considerações finais.

Forma como os suplentes são recrutados

A escolha dos substitutos de senadores tem sofrido algumas transformações nesses quase dois séculos de funcionamento da nossa Câmara Alta. A Constituição de 1824 previa que as vagas seriam preenchidas da mesma forma que o recrutamento original, isto é: o imperador escolhia o novo senador a partir de uma lista tríplice elaborada pelas províncias[1]. A primeira Constituição Republicana (1891) criou a fórmula de nova eleição para suprir as vacâncias, determinando que o eleito exercesse o mandato pelo tempo que restava ao senador que foi substituído[2].

A Constituição de 1946 definiu que cada senador titular seria eleito junto com um suplente, que o substituiria no caso de licença ou do cargo tornar-se vago. Caso não houvesse suplente e faltasse mais de nove meses para encerramento do mandato, seria providenciada nova eleição[3]. A prática foi mantida na Constituição de 1967[4]. Em abril de 1977, o governo militar lançou um pacote de medidas que aumentou o número de suplentes de um para dois, definindo que seriam o segundo e o terceiro candidatos mais votados do mesmo partido[5]. A Constituição de 1988 retomou a fórmula de 1946, que vinculava o titular ao suplente por meio de uma única escolha, e manteve o número de dois suplentes[6].

Atualmente, os suplentes tomam posse no caso de o titular abandonar o mandato por ter sido eleito para outro cargo, renúncia, morte, doença, cassação, exercício de postos no Executivo. Não existe qualquer limite de tempo para o exercício do cargo, a não ser a duração do mandato do titular. Há casos em que o suplente chega a exercê-lo por quase todo o período de incumbência[7]. É o caso de Gim Argelo, substituto do ex-senador Joaquim Roriz, que renunciou logo no início do mandato, com o intuito de evitar a cassação. O senador Sibá Machado exerceu o cargo de janeiro de 2003 até maio de 2008, em substituição à senadora Marina Silva, que se ausentou para exercer a função de ministra do Meio Ambiente do governo Lula. Outro exemplo de longo mandato como suplente é o do senador Flexa Ribeiro, que permaneceu nele por seis anos, embora tivesse perdido a eleição para o mesmo posto, quando foi candidato em 1994.

A ocorrência de senadores não eleitos não é tão infrequente quanto parece. Ela está presente em 31 das 77 Câmaras Altas existentes hoje no mundo, onde são escolhidos por primeiros-ministros, presidentes, monarcas, pelas assembleias estaduais e até mesmo pela Câmara Baixa. Em 21 delas, essa é a única forma de seleção; nas outras 10, apenas uma parte pequena é escolhida por meio desse procedimento (IPU, 2011). No entanto, isso acontece em países parlamentaristas e semipresidencialistas, onde as Câmaras Altas contam com poderes substancialmente menores. Em países presidencialistas, os senados são fortes e eleitos diretamente pela população (NEIVA, 2006); a única exceção é a do Senado de Burundi, onde os ex-presidentes têm direito ao cargo vitalício de senador e três vagas são destinadas para a minoria étnica "Batwa". Outras experiências aconteceram no Brasil e

[1] Artigos 43 e 44 da Constituição Politica do Imperio do Brazil, Brasil (1823).
[2] Artigo 31 da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, Brasil (1891).
[3] Artigo 52 da Constituição dos Estados Unidos do Brasil, Brasil (1946).
[4] Artigo 38 da Constituição da República Federativa do Brasil, Brasil (1967).
[5] Artigo 2 do decreto-lei 1.543, de 15.04.77, Brasil (1977).
[6] Artigo 45 da Constituição da República Federativa do Brasil, Brasil (1988).
[7] Isso não acontece nos Estados Unidos, por exemplo, onde os suplentes são escolhidos pelos governadores, mas perdem o mandato na eleição subsequente; como o Senado, naquele país, é renovado em 1/3 a cada 2 anos, em geral, o substituto permanece pouco tempo na Casa.

no Chile em períodos não democráticos, quando os presidentes podiam nomear senadores (9 no Chile e 1/3 de toda a Casa no Brasil), com o intuito de garantir maiorias no Legislativo.

Em países presidencialistas e democráticos, a existência de senadores "sem voto" já não é tão comum, seja na condição de titular, seja como substituto. Em 18 dos 26 países onde os titulares são escolhidos pelo voto direto[8], os suplentes também o são, na mesma época, por meio da convocação de nova eleição ou na próxima eleição previamente agendada (uma relação da forma de recrutamento dos senadores substitutos nesses 18 países pode ser vista no Apêndice). Apenas no Brasil, os suplentes são escolhidos pessoalmente pelos próprios titulares ou pelos respectivos partidos. Ao contrário de todos os outros candidatos a cargos eletivos no país, não recebem um único voto dos eleitores e só se tornam conhecidos quando aparecem para substituir os respectivos titulares do cargo.

O problema foi minimizado a partir de resolução expedida pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que passou a valer já na última eleição. A nova regra prevê que as urnas eletrônicas mostrem o nome e a foto dos suplentes, juntamente com a dos respectivos candidatos a titular. Não deixa de ser um avanço, já que o eleitor passou a ter uma primeira noção de quem seriam os substitutos dos representantes que ele escolheu. No entanto, a mudança ainda é insuficiente, pois eles continuam não aparecendo durante a campanha eleitoral. Nem mesmo o tão completo sítio do Tribunal na internet disponibilizou essa informação.

Há quem defenda que os suplentes são eleitos, sim, juntamente com os titulares, mesmo antes da obrigatoriedade de ter o nome e a foto constando na cédula eleitoral. Segundo tais defensores, quase sempre juristas, a prática obedece ao mesmo princípio dos candidatos a vice em outras eleições majoritárias, tais como: prefeito, governador e presidente da República. No entanto, existe uma grande diferença entre os dois grupos. Em primeiro lugar, ao contrário dos suplentes de senadores, esses últimos tomam posse e exercem o mandato simultaneamente com o titular, têm atribuições e responsabilidades específicas e recebem salários e vantagens inerentes ao cargo. Além disso, eles são conhecidos do eleitor e costumam participar ativamente da campanha, em debates, comícios, carreatas e propagandas eleitorais.

O eleitor minimamente informado sabia que o vice da candidata a presidente da República em 2010, Dilma Roussef, era o deputado Michel Temer. Muitos sabiam que o candidato a vice-presidente na chapa de José Serra era o deputado Índio da Costa, ainda que ele fosse um simples desconhecido minutos antes de sua escolha como candidato ao cargo. No nível estadual, muitos eleitores do Distrito Federal sabiam que os deputados Tadeu Filippelli e Jofran Frejat eram os candidatos a vice de Agnelo Queiroz e de Joaquim Roriz, respectivamente. Em Minas Gerais, Patrus Ananias e Alberto Pinto estiveram presentes na disputa ao governo do estado, como vices de Hélio Costa e Antônio Anastasia, respectivamente. Por outro lado, poucos saberiam dizer quem eram os suplentes de Cristóvam Buarque de Aécio Neves, senadores eleitos pelo Distrito Federal e pelo estado de Minas Gerais[9], respectivamente.

---

[8] A escolha de aproximadamente 70% das Câmaras Altas é realizada por meio de eleição (direta ou indireta); os 30% restantes são escolhidos de diversas outras formas: pelo rei, pelas assembleias estaduais, pelo chefe de governo, pelos conselhos locais, por colégios eleitorais (IPU, 2011).

[9] A propósito, os suplentes do senador eleito Cristóvam Buarque são o funcionário público Wilmar Lacerda, que nunca ocupou cargo eletivo, e o presidente do PRB-DF, Roberto Wagner. Os suplentes de Aécio Neves são o deputado estadual Zezé Perrela e a vereadora de Belo Horizonte, Elaine Matozinhos.

A falta de regras claras permitiu que práticas questionáveis fossem utilizadas para a escolha dos suplentes de senadores. A parca literatura a respeito sugere que eles são escolhidos a partir de quatro motivações principais. Uma delas é a mesma adotada para a escolha de quase todos os vices de governadores, prefeitos e presidente da República: a acomodação dos partidos que fazem parte da aliança eleitoral. Outros critérios menos nobres também costumam ser seguidos: o afetivo (escolha de parentes); a retribuição aos financiadores de campanha; a mera casualidade[10] e até mesmo acordo para divisão do mandato[11](MORAES, 2006; OLIVEIRA, 2005; PESSANHA & BACKES, 2007; RUDY, 2004; WEFFORT, 2009).

O teste efetivo dessas hipóteses não é fácil. Além da existência do chamado "caixa 2", muitas doações são feitas por empresas, cujos proprietários não são facilmente perceptíveis. Muitas vezes, elas são direcionadas para os partidos e/ou para os comitês eleitorais, cujos repasses não é possível identificar. Acontece também de o suplente não fazer a doação diretamente no seu nome, mas através de outra pessoa, como forma de evitar a exposição do problema, que vem se tornando evidente. Uma outra dificuldade para o teste definitivo da hipótese é que o valor das doações varia enormemente; não se pode colocar no mesmo patamar um doador que participa com menos de um por cento dos recursos arrecadados pelo candidato com outro que financia mais da metade da campanha. Não obstante, notícias veiculadas na imprensa dão conta que a prática não é pouco comum. De acordo com o sítio "Congresso em Foco", um em cada três dos senadores recentemente eleitos recebeu doações de seus suplentes.

No caso dos suplentes escolhidos pelo critério de parentesco, a frequência também parece expressiva. De acordo com a revista *Veja (*de 22.07.98), entre os 40 postulantes com condições de obter uma das 27 cadeiras em disputa em 1998, 9 (22,5%) entregaram a suplência a um parente.

Depois dos escândalos que assolaram o Senado nos últimos anos, a imprensa tem centrado o foco sobre os trabalhos da instituição e o comportamento dos seus membros[12]. A discussão sobre os suplentes entra nesse contexto, provocando a apresentação de diversas propostas para mudar a sistemática atual[13]. Diante da pressão popular, a regra deve acabar sendo mudada, mas não se trata de tarefa fácil. Afinal, será necessária a anuência dos próprios suplentes e também dos senadores titulares, que perderão a sua autoridade sobre o cargo quando forem afastados dele.

---

[10] Exemplo de escolha casual é a do ex-governador de Roraima, Hélio Campos (PMN), abandonado por aliados políticos que se recusaram a financiar a sua campanha. Às vésperas do prazo final para registro de candidaturas, e sem tempo para fazer uma composição política, ele colocou como seus suplentes o pedreiro João França e o marceneiro Claudomiro Pinheiro, que trabalhavam em uma obra em sua casa. Campos faleceu dois meses depois da posse, dando a João França o privilégio de ser senador por quase um mandato inteiro de oito anos (RUDY, 2004; BOAVENTURA E LIMA, 2004). Em Minas Gerais, o caso mais pitoresco foi o da ex-secretária do PTB, Regina Assumpção, que assumiu o cargo de senadora por dois anos quando o titular, Arlindo Porto, virou ministro da Agricultura. Como Porto só decidiu se candidatar na última hora, acabou colocando a secretária do partido como suplente. O segundo suplente era o office-boy do escritório do PTB, em Belo Horizonte.

[11] Por exemplo, segundo a revista *Veja* (04.03.04), o senador Saturnino Braga teria assinado um contrato para deixar o mandato na sua metade, quando assumiria o seu suplente, Carlos Lupi. Como o titular nunca saiu do cargo, Lupi resolveu denunciar o caso. Relato análogo foi feito pelo senador Valdir Raupp, que afirmou ter recebido proposta de um empresário para comprar a sua suplência pelo valor de R$ 1,5 milhão (*Folha de São Paulo*, 15.01.07).

[12] Sobre escândalos no Senado, veja Chaia e Teixeira (2001).

[13] Entre outras, as seguintes propostas têm sido levantadas: proibição da escolha de parentes ou do cônjuge; eleição direta dos suplentes, juntamente com o titular ou no pleito imediatamente subsequente ao aparecimento da vaga; ocupação da vaga pelo deputado federal mais votado no estado e que seja do mesmo partido do titular; eleição de apenas um suplente (hoje são dois); exposição dos suplentes durante a campanha eleitoral, com o mesmo destaque que é dado para os titulares.

Enquanto não muda, continuará havendo no Senado duas classes distintas de legisladores: um grupo de elite, respaldado pela escolha de parcela substantiva da população e composto por importantes lideranças regionais e nacionais, muitas delas ex-governadores, ex-ministros e até ex-presidentes da República. De outro lado, os suplentes, quase sempre ilustres desconhecidos dos eleitores, mas que podem fazer alguma diferença nos trabalhos da Casa. Sendo assim, conhecê-los passa a ser tarefa privilegiada da Ciência Política. Na próxima seção, iniciamos essa tarefa pelo período eleitoral, isto é, procurando identificar o perfil dos pretendentes ao cargo.

Perfil dos candidatos a senador e de seus respectivos suplentes

Nesta seção, trabalhamos com os candidatos a senador nas eleições de 2006 e 2010 e seus respectivos suplentes. Informações sobre eleições costumam ser imprecisas e cercadas de mistério. Por causa disso, os dados que apresentamos não vão muito além de indícios potenciais de financiamentos de campanha dos titulares por parte dos respectivos suplentes e de relações familiares entre eles. Na Tabela 1, comparamos dados pessoais, profissionais e financeiros das três categorias que estão sendo analisadas: titulares, primeiros suplentes e segundos suplentes de senador.

Tabela 1
Perfil de Candidatos a Senador, Titulares e Suplentes
Eleições 2006 e 2010

Cargo	Média de idade	Mulheres (%)	Nasceram no estado* (%)	Têm Curso Superior (%)	Empresários (%)	Patrimônio médio (mil reais)*	N
Senador	52,7	14,2	74,8	72,0	5,5	2.305	436
1º Suplente Senador	50,9	18,9	70,4	63,2	12,7	7.503	440
2º Suplente Senador	51,1	24,7	73,3	57,1	9,0	3.210	434

Fonte: TSE. Resultados calculados pelos autores. (*) Dados disponíveis apenas para a eleição de 2010.

A Tabela 1 mostra que não existe uma distância muito grande entre a média de idade de candidatos a Senadores titulares e suplentes, mas eles diferem em vários outros aspectos. É perceptível o percentual maior de candidatas do sexo feminino entre os concorrentes a suplente; ainda que não comprove, a informação sugere uma confirmação da hipótese da escolha de parentes para a suplência, especialmente esposas. Observa-se também uma proporção levemente maior de nativos do estado entre os candidatos a titulares, em relação aos candidatos a suplentes. É visível a diferença no nível de instrução: 72% dos candidatos a titular têm curso superior, contra apenas 57% dos 2º suplentes e 63% dos 1º suplentes com esse nível de formação. Apesar de ser essa uma indicação de que os detentores do cargo têm melhor formação técnica do que os seus substitutos, é preciso lembrar que tais dados

referem-se aos candidatos e não aos políticos eleitos. Entre esses últimos, a literatura tem mostrado uma proporção maior de legisladores com curso superior[14].

Os dados mais importantes dizem respeito ao status socioeconômico dos candidatos. O percentual de empresários entre os aspirantes a 2° suplente é de 9% e a 1° suplente de 12,7%, percentuais substancialmente maiores do que o encontrado entre os candidatos a senador titular (5,5%). Trata-se da maior frequência entre todas as categorias de profissionais que se apresentaram nas duas últimas eleições, para todos os cargos. Os primeiros suplentes destacam-se também em termos de patrimônio médio, que ficou em um patamar acima de R$ 7 milhões de reais, três vezes maior do que média do patrimônio de um candidato titular a senador.

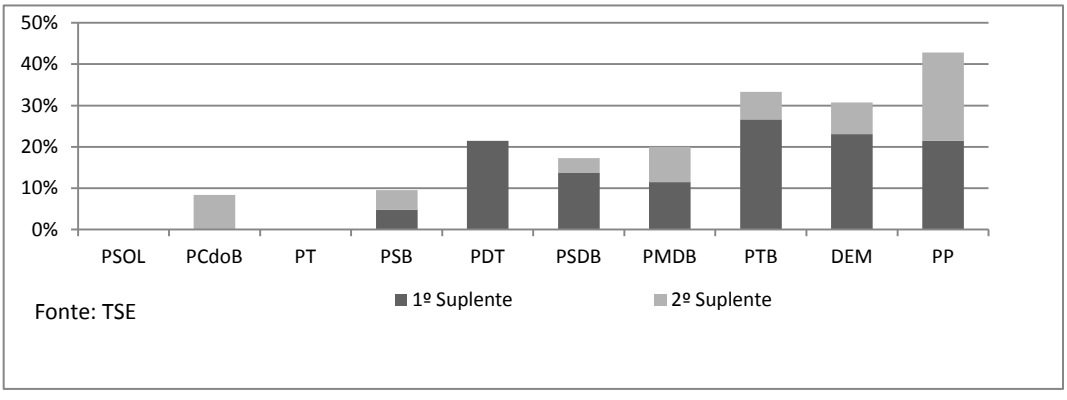
Esses números não são suficientes para confirmar a suspeita de que os suplentes de senadores financiam as campanhas de seus respectivos titulares, até por que os dados sobre patrimônio estão restritos a uma única eleição. Porém, eles reforçam tal hipótese; é mais razoável pensar que os empresários e as pessoas que contam com mais recursos tendam a destinar mais recursos para esse tipo de iniciativa do que outras categorias profissionais ou menos abastadas. Cabe acrescentar que, em média, uma campanha para senador custa bem mais do que uma campanha para deputado: segundo Lemos, Marcelino e Pederiva (2010), a proporção entre as duas foi de 25,5% em 2002 e de 31,1% em 2006.

Esses dados expõem uma radiografia parcial da situação. É importante verificar também se o quadro muda de acordo com a coloração ideológica/partidária dos suplentes. No Gráfico 1, apresentamos a proporção de empresários entre os candidatos a suplente de senador, por partido político.

Gráfico 1

Proporção de Empresários Candidatos a Suplente de Senador, por Partido

Eleição 2010

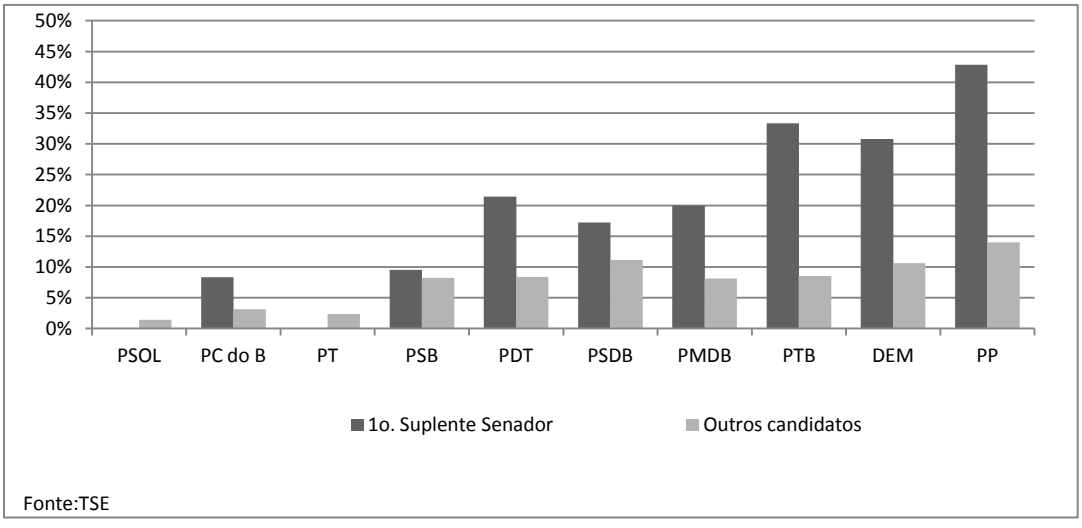


[14] Santos (2000) identificou um percentual de 84% de formação superior entre os deputados federais no período de 1987 a 1999; Perissinoto e Miríade (2009) verificaram que 80,5% tinham esse nível de formação entre os eleitos em 2006. Para o Senado, Lemos e Raninchesk (2003) encontraram as surpreendentes proporções de 97,6%, 95% e 98%, nas legislaturas que iniciaram em 1991, 1995 e 1999, respectivamente.

O Gráfico 1 mostra que a proporção de empresários entre os suplentes de senadores aumenta à medida que se caminha da esquerda para a direita no espectro político. Os partidos mais à esquerda (PSOL, PC do B, PT e PSB) apresentaram frequência nula, ou muito baixa. Nos partidos de centro (PSDB e PMDB), sua presença foi um pouco maior, mas não tão grande: em torno de 15% a 20%. Já nos partidos de direita (PTB, DEM e PP), a decisão de escolher empresários como suplentes foi clara: mais de 30% deles faziam parte dessa categoria profissional. A estratégia é ainda mais evidente no caso dos primeiros suplentes: a sua proporção ficou sempre acima de 20%. Quando se avalia a parcela de empresários apenas entre eles mesmos, desconsiderando os segundos suplentes, os números aproximam-se da metade: PTB (57%), DEM (43%), PP (50%).

Alguém poderia argumentar que essa é uma característica dos candidatos dos partidos conservadores em geral, para todos os cargos, e não apenas para a escolha dos senadores suplentes. Segundo Santos e Serna (2007), tais legendas tendem a apresentar padrões de recrutamento social mais elitista, compondo suas bancadas entre proprietários rurais e urbanos. De fato, os partidos conservadores de direita apresentaram uma proporção maior de empresários como candidatos. No entanto, ela é bem mais expressiva entre os suplentes, conforme aponta o Gráfico 2.

Gráfico 2
Empresários Candidatos, por Partido
Eleição 2010



As informações apresentadas na Tabela 1 e no Gráfico 2 mostram que os candidatos a suplente de senador fazem parte de uma elite econômica. No entanto, dados desse tipo só estão disponíveis para uma eleição, o que limita muito a nossa capacidade de inferência e de generalização. Além disso, as informações dizem respeito aos candidatos em geral, e não apenas aos que foram eleitos. De agora em

diante, limitaremos a nossa análise a esses últimos, isto é, aos senadores que foram efetivamente "escolhidos", titulares e suplentes.

Perfil dos senadores titulares e suplentes que efetivamente tomaram posse

Nesta seção, trabalhamos apenas com os senadores efetivos, isto é, aqueles que foram selecionados e chegaram a tomar posse nos vinte e um anos compreendidos entre 1998 a 2008, tanto titulares quanto suplentes. Na Tabela 2, apresentamos a sua distribuição profissional, tomando como base a ocupação principal.

Tabela 2

Perfil de senadores titulares e suplentes que tomaram posse entre 1988 e 2008

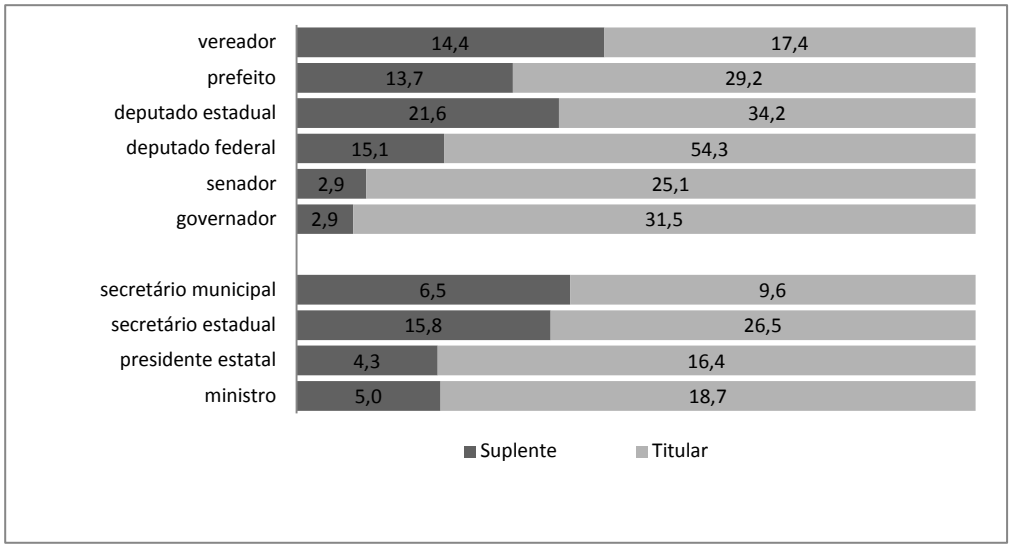
Profissão	Suplentes	Titulares
Empresário	34,5%	21,9%
Advogado/Juiz	14,4%	19,6%
Profissional da Saúde	9,4%	8,7%
Outros Profissionais Liberais	7,9%	12,8%
Professor	5,0%	8,2%
Economista	4,3%	4,1%
Trabalhador	4,3%	3,7%
Comunicador	2,9%	9,1%
Funcionário Público	0,7%	9,1%
Outros	4,3%	2,7%
Sem Informação	12,2%	0,0%
N	139	219

Os dados da Tabela 2 reforçam as conclusões a que havíamos chegado a partir das informações sobre os candidatos. Quando analisamos os senadores titulares e suplentes que efetivamente tomaram posse, verificamos que existe uma proporção substancialmente maior de empresários entre os últimos. Eles respondem por mais de um terço das vagas ocupadas no período compreendido entre 1988 e 2008. O número é alto tanto em comparação com os senadores titulares, que não passaram de 22%, quanto em comparação com outras profissões. O percentual de empresários entre os suplentes chega a ser mais do que o dobro do percentual de advogados, que é uma outra profissão bastante comum em parlamentos do mundo ocidental (COTTA & BEST, 2007; URIARTE, 1997; WEBER, 1999). Por outro lado, a proporção de suplentes é baixa entre as profissões que favorecem uma grande exposição popular, tais como professores, comunicadores e funcionários públicos.

No entanto, se suplentes de senadores fazem parte de uma elite econômica, o mesmo não acontece na esfera política. Nada menos do que 58% deles nunca exerceram qualquer cargo eletivo, contra 14% dos titulares. No que diz respeito aos cargos não eletivos, a diferença entre as duas

categorias é menor, mas também expressiva: 73% e 47%, respectivamente. Uma descrição mais detalhada pode ser vista no Gráfico 3.

Gráfico 3
Percentual de cargos eletivos e não eletivos ocupados por senadores titulares e suplentes anteriormente ao mandato



Na parte superior do Gráfico 3, os dados mostram que poucos suplentes de senadores ocuparam cargos eletivos antes de substituírem os titulares. Ainda assim, em funções menos importantes, como as de vereador, prefeito e deputado estadual. Entre os titulares, a situação é bem diferente. A sua experiência eleitoral é bem maior, especialmente para os cargos mais importantes: mais da metade já foi deputado federal, 25% já foram senadores e 31,5% já foram governadores do seu estado; entre os suplentes, os números são bem mais baixos: 13%, 3% e 1%, respectivamente.

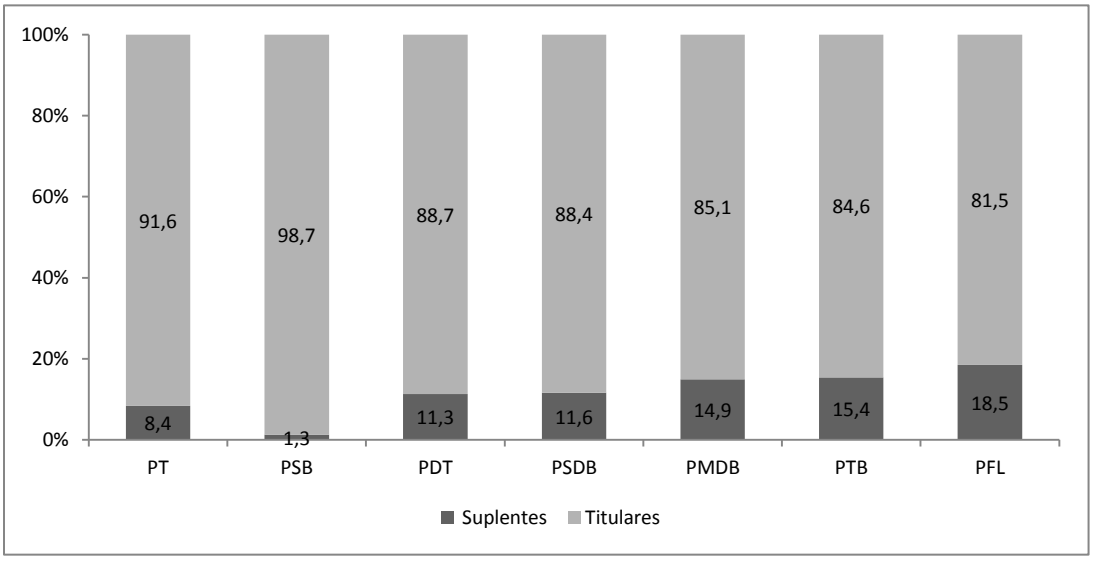
No que se refere à ocupação de cargos não eletivos, a diferença entre titulares e suplentes é um pouco menor, mas cresce à medida que aumenta a sua importância. No relevante cargo de ministro de Estado, apenas 5% dos suplentes passaram por ele, contra 19% dos senadores titulares. Já no cargo menos importante de secretário municipal, a distância entre eles é pequena: 14% dos suplentes tiveram essa experiência, contra 17% dos titulares.

Apesar de encontrarmos algumas regularidades, os suplentes não formam um grupo homogêneo. A diferença entre eles fica mais evidente quando são segmentados pelos partidos políticos, a começar pela frequência com que exercem o cargo em substituição ao senador titular. Para observá-la, decidimos computar os votos dados por titulares e suplentes no plenário do Senado no período 1989 a 2008. Consideramos ser essa uma medição mais precisa do grau de participação nos trabalhos da Casa

do que a contagem do número de dias que lá permaneceram. Os resultados podem ser vistos no Gráfico 4.

Gráfico 4

Proporção de votos dados por titulares e suplentes, por partido



A distribuição observada no Gráfico 4 revela que, no período analisado, os suplentes estiveram mais presentes nos partidos de direita do que nos de esquerda. No PFL, eles responderam por aproximadamente 19% dos votos; no PT, foram responsáveis por pouco mais de 8% dos votos e no PSB quase não apareceram. Esses dados corroboram os achados de Moraes (2006), que encontrou números ainda mais surpreendentes para um momento específico: segundo o autor, 41% dos senadores do PFL tinham suas vagas ocupadas por suplentes em fevereiro de 2002, contra 17% do PMDB, 19% do PSDB e 7% no Bloco de Oposição. Em parte, isso é explicado pelo fato de que os senadores de esquerda não ocuparam cargos no Executivo federal durante 16 anos da nossa amostra (de 1989 a 2002), não abrindo vagas para os seus suplentes. Já o PMDB e PTB fizeram parte de quase todas as coalizões de governo e o PFL, finalmente, não participou do governo Lula.

Impacto dos senadores suplentes sobre os resultados políticos

Segundo Ferreira (2008), entre os anos de 1995 e 2008, 174 suplentes de senadores exerceram mandato. No nosso banco de dados, identificamos 139 suplentes para o período de 1989 a 2008[15]. Com frequência, eles chegam a representar mais de 20% dos senadores. Por exemplo, em novembro de 2009, 23% das cadeiras estavam sendo ocupadas pelos suplentes. No mesmo período, o

[15]Provavelmente, a diferença decorre do fato de que consideramos apenas aqueles que chegaram a se manifestar em alguma votação nominal.

percentual na Câmara dos Deputados não chegava a 11%. Uma possível explicação para isso é que a média de idade dos senadores é mais elevada do que a dos deputados[16], o que faz com que haja mais afastamentos por motivo de doenças e de óbitos no Senado do que na Câmara[17]. Outra explicação é que, por estarem em um patamar superior da carreira política, muitos senadores são requisitados para ocupar cargos no Executivo Federal[18], especialmente de ministros, abrindo vaga para os suplentes. Nos Estados Unidos, onde a prática não é comum, a presença de senadores substitutos é muito menor: apenas 184 em um século de história (NEALE, 2009).

Um segundo aspecto que torna a presença dos suplentes no Senado relevante é que eles podem exercer qualquer atividade e ocupar qualquer cargo, como se titulares fossem. Entre outras, eles podem assinar pedido de informação ao Executivo, apresentar projetos de lei e emendas, votar, participar de comissões, realizar discursos, presidir comissões parlamentares de inquérito, participar do Conselho de Ética. Enfim, os suplentes podem executar todas as atribuições que têm os senadores titulares. Isso não acontece na Câmara dos Deputados, onde os suplentes não podem ocupar cargos na Mesa Diretora, nem de presidente ou de vice-presidente de comissão[19], embora lá eles tenham sido eleitos com o respaldo das urnas.

Como os suplentes de senadores não têm que prestar contas ao eleitorado, podem ser utilizados para tarefas embaraçosas, que poderiam gerar impacto eleitoral negativo para os senadores titulares. É o que aconteceu com o senador Paulo Duque, que presidiu o Conselho de Ética quando apareceram as denúncias contra o então presidente da instituição, José Sarney; de João Pedro, que comandou a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar irregularidades na Petrobrás; do senador Wellington Salgado, que foi um dos mais fervorosos defensores do senador Renan Calheiros, quando esse esteve ameaçado de ser cassado por quebra de decoro parlamentar. Salgado exerceu, inclusive, o cargo de relator no Conselho de Ética da Instituição, que teve como um de seus presidentes o também suplente Sibá Machado (PT-AC).

Um complicador a mais é que a desproporcionalidade de representação estadual é muita alta no Brasil, uma das maiores do mundo (SAMUELS & SNYDER, 2001; STEPAN, 1999). Ela faz com que senadores eleitos com 9 ou 10 milhões de votos tenham o mesmo peso daqueles que são eleitos com pouco mais de 200 mil. Pior, valem o mesmo que o voto de um senador suplente, que não recebeu nenhum voto nas urnas. Para citar um exemplo: na votação que acabou com a cobrança da CPMF em 2009, os votos contrários dos suplentes Adelmir Santana, Flexa Ribeiro e João Tenório tiveram o mesmo peso dos votos favoráveis dos titulares Eduardo Suplicy e Aloizio Mercadante, cuja soma de votos nas urnas aproximou-se de 21 milhões.

Em uma análise sobre os efeitos causados por tipos específicos de legisladores, é fundamental verificar como lidam com o ator principal na política brasileira: o Poder Executivo. A literatura tem

[16] Conforme vimos na Tabela 1, a média de idade dos candidatos a deputado federal em 2010 foi de 48,1 anos; a de senador, 53,5 anos.
[17] A partir de levantamento próprio feito nas páginas do Senado e da Câmara dos Deputados na internet, verificamos as seguintes taxas de óbito na última legislatura (até 01.11.10): 5 senadores (6,2% do Senado); 14 deputados (2,7% da Câmara).
[18] De fato, conforme mostra D' Araújo (2007), uma proporção bem maior de senadores ocupou cargos de ministros vis-à-vis a proporção de deputados, no período de 1995 a 2006. Como o Senado é uma casa bem menor do que a Câmara, os 46 senadores que participaram dos gabinetes nesse período corresponderam a 9,5% da Casa; já na Câmara, os 103 deputados representaram apenas 3,3%.
[19] Artigo 243 do Regimento Interno.

mostrado que esse predomina nas decisões de voto dos parlamentares (CHEIBUB, FIGUEIREDO, & LIMONGI, 2002; FIGUEIREDO & LIMONGI, 1996, 1999). No presente artigo, as perguntas que se colocam são: os suplentes apresentam uma postura diferenciada perante o Executivo? A despeito dos partidos, o seu grau de cooperação é maior? Em que circunstâncias? Iniciamos essa discussão a partir dos dados da Tabela 3.

Tabela 3
Apoio de Senadores Titulares e Suplentes ao Governo (%)
1989 a 2008

	Suplentes	Titulares
Não Apoiam	12,0	18,6
Apoiam	88,0	81,4
Total	100	100

Pearson chi2(1) = 264.9802 Pr = 0.000 N = 71.501

Os resultados revelam que o apoio dos suplentes ao governo foi proporcionalmente maior do que o apoio oferecido pelos titulares: 88% e 81,4% das vezes, respectivamente. O teste de qui-quadrado revela que a diferença não é aleatória, apresentando significância estatística ao nível de 1%.

Esses números são sugestivos, mas é preciso controlar os efeitos de outras variáveis importantes. A principal delas diz respeito ao aspecto partidário, mais especificamente ao fato de o parlamentar estar filiado a um partido da base de sustentação ao governo. Conforme mostra uma ampla literatura na área, essa é uma referência fundamental para explicar os resultados favoráveis ao Executivo no Congresso. Isso porque o presidente conta com recursos institucionais e de patronagem, que lhe garantem o controle da agenda. Segundo Santos (2002), por exemplo, o apoio parlamentar e a manutenção da coalizão são viabilizados não apenas em função do grau de concordância dos legisladores com o programa de governo, mas também do acesso a cargos políticos. De acordo com Amorim Neto (2000), o apoio ao Executivo depende, em grande parte, do grau de coalescência do Gabinete, isto é, da proporcionalidade entre as cotas ministeriais dos partidos e seus pesos parlamentares. Figueiredo e Limongi (1999) destacam os poderes legislativos do presidente e o processo decisório centralizado, que coloca amplos poderes nas mãos dos líderes partidários. Pereira e Mueller (2002) acrescentam a utilização das emendas orçamentárias como uma moeda política de baixo custo para ser trocada por apoio político da sua coalizão no Congresso.

Além da referência partidária/coalizional, controlamos o efeito de variáveis relacionadas ao estado de origem do parlamentar, tais como, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH); o grau de urbanização, medido pelo percentual de população urbana e a desproporcionalidade de representação. Essas nos parecem variáveis importantes a serem consideradas na análise de uma Casa Legislativa com perfil federativo e em um país com amplas desigualdades regionais.

Na Tabela 4, testamos a hipótese de que os senadores suplentes oferecem maior apoio às propostas do Executivo no Congresso, em comparação com os titulares. Além das variáveis

apresentadas, controlamos também o efeito relativo ao grau de importância da matéria que está sendo decidida: se substantiva ou procedimental. Trata-se de modelos de regressão logística que têm como variável dependente o voto em relação à vontade do governo, codificado como "um" quando favorável e como "zero" quando desfavorável. A exemplo de outros estudos envolvendo votações nominais, excluímos aquelas que apresentaram muito pouca divergência (abaixo de 10%).

Em virtude da grande desigualdade social e da extrema desproporcionalidade que existe entre as regiões no Brasil, decidimos realizar análises com amostras separadas. No primeiro modelo, foram incluídos todos os senadores. Nos modelos 2 e 3, apenas os senadores das regiões sul/sudeste e norte/nordeste, respectivamente. No Modelo 4, apenas os suplentes.

Tabela 4

Determinantes do apoio dos senadores ao governo

1989-2008

	1 Todas as Regiões	**2 Regiões Sul/SE**	**3 Regiões N/NE**	**4 Só os Suplentes**
Coalizão de governo	4,53*** (54,81)	3,53 *** (31,19)	3,59 *** (42,82)	3,79 *** (16,16)
IDH	2,61 ** (2,13)	–	–	0,75 (-0,46)
População Urbana	0,99 *** (-3,53)	–	–	–
Desproporcionalidade Representação	1,03 *** (3,88)	–	–	1,13 *** (5,37)
Matéria Substantiva	0,93*** (-2,17)	1,72 *** (9,80)	1,93 *** (16,82)	–
Titular/Suplente	0,74 *** (-7,32)	0,65 *** (-6,87)	0,67 *** (-8,74)	–
Observações	29.223	15.056	32.236	3.989
R2 Ajustado	0,093	0,072	0,075	0,068
Log likelihood	-16.436	- 7.560	-14.360	-2.039

Teste "t" entre parênteses **p < .05 *** p < .01

A primeira informação que salta aos olhos na Tabela 4 é a alta significância estatística e o sinal positivo da variável que informa o fato de o parlamentar fazer parte ou não da coalizão de governo. Isso acontece em todos os modelos e não surpreende, tendo em vista uma literatura consolidada sobre o tema que alerta sobre a capacidade do presidente da República aprovar as matérias de seu interesse no Congresso Nacional. Conforme afirma Limongi (2006), a disciplina média em 842 votações realizadas na Câmara dos Deputados foi de 87,4%. De acordo com o autor, o controle da produção legislativa pelo governo é resultado da interação entre poder de agenda e apoio da maioria, reunida por uma coalizão partidária, não muito diverso do que se passa nos regimes parlamentaristas.

A variável que identifica o tipo de matéria que está sendo votada também se apresenta significativa nos três modelos em que foi incluída; porém, ela muda de sinal de um modelo para o outro.

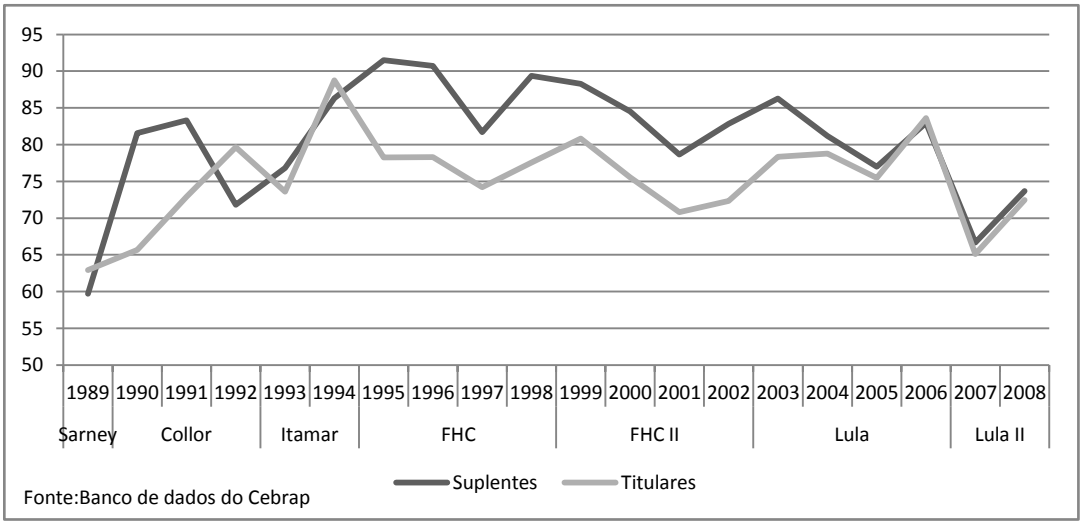
Outra informação importante diz respeito à desproporcionalidade de representação: quanto mais sobrerrepresentado o estado de origem do senador, maior a chance de ele votar a favor do Executivo. Isso acontece tanto no modelo completo, que envolve todas as variáveis e todas as regiões do país, quanto nos modelos que restringem as regiões.

Os resultados mais importantes para os nossos propósitos são os que testam se o fato de o senador ser titular (codificado como "um") ou suplente (codificado como "zero") faz alguma diferença para os resultados alcançados. Conforme podemos ver, o sinal negativo e a alta significância dos testes mostram que os suplentes, de fato, tendem a votar mais favoravelmente ao governo, mesmo depois de controlarmos pelas variáveis econômicas, demográficas e políticas.

No Modelo 4, realizamos a análise de regressão só com os senadores suplentes. Cabe ressaltar o impacto da variável desproporcionalidade de representação, o que sugere que o governo tem maior suporte dos suplentes dos estados menores. A não significância da variável IDH sugere que o tipo de negociação realizada entre os senadores suplentes e o Executivo não está relacionada com o grau de desenvolvimento do estado.

Esses resultados nos dão uma percepção do comportamento dos senadores no período como um todo. Para se ter uma ideia mais clara do apoio de titulares e suplentes em governos diferentes, apresentamos o percentual médio anual de apoio dado ao longo do tempo.

Gráfico 5
Apoio ao Governo - Titulares e Suplentes (%)
1989 a 2008



O Gráfico 5 revela que existe diferença entre titulares e suplentes no que se refere ao nível de apoio dado ao Executivo no Senado, mas ela não mantém o mesmo padrão ao longo do tempo. No último ano do governo Sarney, nos dois anos do governo Itamar e durante quase todo o governo Lula, ela

foi praticamente inexistente. No ano do impedimento de Collor, o apoio dos suplentes chegou a ser menor do que o dos titulares; porém, esse foi um momento atípico da nossa história política, em que poucas matérias foram votadas no Legislativo, o que nos impede de tirar conclusões taxativas a respeito desse momento.

Não há uma explicação evidente para a evolução do apoio. Uma possibilidade pode estar relacionada ao tipo de coalizão partidária existente em cada um dos períodos. Nos governos Collor e Fernando Henrique, a aliança foi feita com partidos de direita, especialmente com o PFL. Já os governos de Sarney, Itamar e Lula tiveram uma participação maior do centro, particularmente do PMDB. É importante lembrar que, conforme vimos no Gráfico 4, os partidos de direita contaram com uma frequência relativamente maior de suplentes, vis-à-vis os partidos de centro e de esquerda.

Considerações Finais

Neste artigo, buscamos fazer um mapeamento dos suplentes de senadores, uma classe especial de políticos, que não tem recebido a atenção devida da nossa disciplina. Avaliamos a sua carreira política e profissional, a sua distribuição pelos partidos e em governos diferentes, bem como a sua atuação nas decisões tomadas no Senado. Se tivéssemos que criar um "tipo ideal" desses parlamentares, diríamos que seria o de um empresário, rico, com pouca experiência política, filiado a um partido de direita e com tendência a apoiar o Poder Executivo. Obviamente, essa é apenas uma aproximação estilizada para facilitar a nossa análise. É preciso considerar que o grupo dos suplentes é bastante heterogêneo: os que são filiados aos partidos de esquerda parecem distanciar-se dessa idealização, mas a sua diversidade e o número menor de casos dificulta uma padronização.

Os suplentes contam também com uma característica marcante, que os distinguem dos demais ocupantes de cargos eletivos no país: eles não são votados diretamente pelo eleitor, mas devem suas escolhas aos respectivos titulares do cargo. Não foi possível avaliar exaustivamente como são feitas tais escolhas, mas há indícios de que muitos são selecionados por financiarem as campanhas dos titulares, alguns por serem seus parentes, outros em função de alianças eleitorais. Apesar de existirem senadores escolhidos pessoalmente em outros países, eles estão concentrados em sistemas parlamentaristas e semipresidencialistas, onde as Câmaras Altas são fracas. A manutenção de suplentes sem votos em um Senado forte como o brasileiro pode ter consequências danosas para nossa democracia.

A escolha de vários senadores para fazer parte do Gabinete, em número proporcionalmente bem maior do que o de deputados, faz com que o governo conte na Casa com um contingente de suplentes bastante "fiéis". Isso porque não se espera que votem contra a vontade dos titulares, que saíram para serem ministros e devem obediência ao presidente da República. Apesar de ser um número aparentemente pouco expressivo (aproximadamente 10% da Casa), ele pode ser importante em votações conflituosas e decisivas. Isso ajuda a confirmar a ideia de que o Senado tem um papel mais "nacional" - e menos regional ou federativo - e a relação privilegiada que ele parece ter com o dirigente máximo da nação (NEIVA & SOARES, 2010). Embora com maior intensidade, é curioso que tal relação já estivesse presente na época do Império: ao contrário dos deputados que perdiam suas vagas no Legislativo, os

senadores nomeados pelo Imperador para o cargo de ministro ou conselheiro do Estado continuavam a ter assento na Casa, acumulando as duas funções (art. 29 da Constituição de 1824).

Não se pode fazer analogias entre os senadores do Império, os biônicos do regime militar e os suplentes do período democrático. O pouco que eles têm em comum é o fato de serem escolhidos a partir de preferências pessoais e não da vontade do eleitor. Os contextos também são muito diferentes; nesses quase duzentos anos de história, o país passou por muitas e intensas transformações, inclusive no seu sistema político: de Império para República; de unitário para federativo; de ditadura para democracia. Até uma experiência imperfeita e efêmera de semipresidencialismo foi tentada. Talvez a única característica institucional fundamental que se manteve constante foi o arranjo bicameral, com um Senado forte, composto por uma elite política que abrangeu quase todos os principais líderes da nossa história.

O que as diferentes formas de recrutamento experimentadas no Senado brasileiro mostram é a característica "camaleônica" das Câmaras Altas, que se adaptam facilmente a sistemas políticos e situações diversos (TSEBELIS & MONEY, 1997). No caso dos suplentes, essa pode ter sido uma forma de ajudar a viabilizar o nosso presidencialismo de coalizão. Na Câmara dos Deputados, a literatura tem mostrado que os poderes do presidente e a organização centralizada foram elementos fundamentais para garantir a capacidade governativa. No Senado - uma casa mais independente, mais informal, menos hierarquizada e com grandes lideranças nacionais e regionais - a negociação pode não ser tão simples. Ainda que pequeno, o apoio de um grupo de legisladores que não dependem do clamor das urnas pode ser fundamental. No entanto, a nossa pretensão neste artigo não foi a de explicar o funcionamento da Casa, mas tão somente a de avaliar como senadores suplentes entram nessa discussão, que está só começando.

Referências Bibliográficas

AMORIM NETO, O. "Gabinetes presidenciais, ciclos eleitorais e disciplina legislativa no Brasil". *Dados*, v.43, n.3, 2000.

BOAVENTURA, H. e LIMA, P. "Senadores sem voto". *Jornal Correio Brasiliense*, p.2a-2d, 08 fev. 2004.

Brasil. Constituição Politica do Imperio do Brazil. Presidência da República, 1823. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao24.htm>. Acesso em: 24 maio 2011.

Brasil. Constituição dos Estados Unidos do Brasil. Presidência da República, 1891. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao91.htm>. Acesso em: 24 maio 2011.

Brasil. Constituição dos Estados Unidos do Brasil. Presidência da República, 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao46.htm>. Acesso em: 24 maio 2011.

Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil. Presidência da República, 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao67.htm>. Acesso em: 24 maio 2011.

Brasil. Decreto-Lei 1.543, de 15.04.77. Presidência da República, 1977. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del1543.htm>. Acesso em: 24 maio 2011.

Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Presidência da República, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 24 maio 2011.

CHAIA, V.; & TEIXEIRA, M. "Democracia e escândalos políticos". *São Paulo em Perspectiva,* v.15, n.4, 2001.

CHEIBUB, J.; FIGUEIREDO, A.; & LIMONGI, F. Presidential agenda power and decision-making in presidential regimes: governors and political parties in the Brazilian Congress. In: AMERICAN POLITICAL SCIENCE ASSOCIATION, 29° Encontro Anual, 2002, Boston, 29 ago. - 01 set.

CONGRESSO EM FOCO. "Deputado custa pelo menos R$ 99 mil e senador, R$ 120 mil". Disponível em: <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticia.asp?cod_canal=21&cod_publicacao=33560>. Acesso em: 20 maio 2011.

COTTA, M., & BEST, H. *Democratic representation in Europe*: diversity, change, and convergence. Oxford: Oxford University Press, USA, 2007.

D'ARAUJO, M. *Governo Lula:* Contornos sociais e políticos da elite do poder. Rio de Janeiro: CPDOC, 2007.

DAHL, R. *Democracy and its Critics*. New Haven: Yale University Press, 1989.

DI PALMA, G. *To Craft Democracies*: an essay on democratic transitions. Berkeley: University of California Press, 1990.

FERREIRA, J. *Suplência senatorial:* Uma análise de representatividade. Brasília, 2008.

FIGUEIREDO, A.; & LIMONGI, F. "Congresso Nacional: organização, processo legislativo e produção legal". *Cadernos de Pesquisa CEBRAP*, São Paulo, v.5, 1996.

_____. *Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constititucional*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

IPU. *Interparliamentary Union, 2011*. Disponível em: <www.ipu.org>. Acesso em: 25 maio 2011.

LEMOS, L. B., MARCELINO, D., & PEDERIVA, J. H. "Porque dinheiro importa: a dinâmica das contribuições eleitorais para o Congresso Nacional em 2002 e 2006". *Opinião Pública,* v.16, n.2, p.366-393, 2010.

LEMOS, L. B. S.; & RANINCHESKI, S. "Carreras políticas en el Senado brasileño: Un estudio de las composiciones del Pleno y de la Comisión de Constitución, Justicia y Ciudadanía en la década de 90". *Lateinamerika Analysen,* v.4, p.3-30, 2003.

LIMONGI, F. "A democracia no Brasil: presidencialismo, coalizão partidária e processo decisório". *Novos Estudos CEBRAP*, n.76, p.17-41, 2006.

MANIN, B. "La democracia de los modernos. Los principios del gobierno representativo". *Revista Sociedad* - Facultad de Ciencias Sociales (UBA), n. 6, p. 1-20, 1995.

MIGUEL, L. F. "Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro". *Revista de Sociologia e Política*, s/ v, n.20, p.115-134, 2003.

MORAES, E. "*Reforma política no Brasil: Análise das reformas propostas pelo Senado (1998) e pela Câmara dos Deputados (2003)".* [Dissertação (mestrado)] Ciência Política, Unb, 2006.

NEALE, T. "*Filling US Senate vacancies:* Perspectives and contemporary developments". Washington: Congressional Research Service, 2009.

NEIVA, P. "Os determinantes da existência e dos poderes das câmaras altas: federalismo ou presidencialismo?" *Dados,* v.49, n.2, p.269-299, 2006.

NEIVA, P. & SOARES, M. Influência dos Partidos e Governadores sobre o Comportamento Legislativo dos Senadores Brasileiros. In: ABCP, 7o. Encontro, 2010, Recife.

O'DONNELL, G. "Teoria democrática e política comparada". *Dados,* v.42, p.577-654, 1999.

OLIVEIRA, J. "Os institutos de controle da democracia brasileira ainda carentes de aperfeiçoamento". *Revista de Informação Legislativa,* v. 42, n.166, p. 205-220, 2005.

PEREIRA, C., & MUELLER, B. "Comportamento estratégico em presidencialismo de coalizão: as relações entre executivo e legislativo na elaboração do orçamento brasileiro". *Dados,* v.45, n.2, p. 265-301, 2002.

PERISSINOTTO, R.; & MIRÍADE, A."Caminhos para o parlamento: candidatos e eleitos nas eleições para deputado federal em 2006." *Dados* - v. 52, n.2, p. 301-333, 2009.

PESSANHA, C.; & BACKES, A. Suplentes de parlamentares. In: AVRITZER, L. & ANASTASIA, F. (eds.). *Reforma política no Brasil.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

PRZEWORSKI, A.; STOKES, S. & MANIN, B. *Democracy, accountability and representation*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

RUDY, J. "O Suplente de Pedreiro". *Correio Braziliense*, p. 2, 2004.

SAMUELS, D.; & SNYDER, R. "The value of a vote: malapportionment in comparative perspective". *British Journal of Political Science,* v.31, n.4, p.651-671, 2001.

SANTOS, A. M.; & SERNA, M. "Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai". *Revista Brasileira de Ciências Sociais,* v.22, n.64, p. 93-113, 2007.

SANTOS, F. Deputados federais e instituições legislativas no Brasil: 1946-99. In: SANTOS, F. BOSCHI, R. & DINIZ, E. (Eds.). *Elites políticas e econômicas no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Konrad Adenauer Stiftung, 2000.

_____. "Partidos e comissões no presidencialismo de coalizão." *Dados*, v.45, n.2, p.237-264, 2002.

SCHUMPETER, J. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

STEPAN, A. "Para uma nova análise comparativa do federalismo e da democracia: federações que restringem ou ampliam o poder do demos". *Dados,* v.42, n.2, 1999.

_____. "Brazil's decentralized federalism: Bringing government closer to the citizens?" *Daedalus*, v. 129, n.2, p. 145-169, 2000.

TSEBELIS, G., & MONEY, J. *Bicameralism*: Political economy of institutions and decisions. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

URIARTE, E. "El análisis de las elites políticas en las democracias". *Revista de Estudios Políticos*, n.97, p. 249-275, 1997.

WEBER, M. *Ciência e política:* duas vocações. São Paulo: Cultrix, 1999.

WEFFORT, F. "Qual reforma política?" *Estudos Avançados*, v. 23, n.67, p. 37-45, 2009.

Apêndice

Forma de seleção dos suplentes nos países onde os titulares são escolhidos diretamente

Argélia	Nova eleição
Butão	Nova eleição
Filipinas	Nova eleição
Haiti	Nova eleição
Libéria	Nova eleição
Nigéria	Nova eleição
Palau	Nova eleição
Suíça	Nova eleição
Polônia	Nova eleição
Espanha	Nova eleição
Tailândia	Nova eleição
Zimbábue	Nova eleição
Argentina	Eleito na mesma época que o titular
Paraguai	Eleito na mesma época que o titular
Uruguai	Eleito na mesma época que o titular
Japão	Eleito diretamente no próximo pleito
Itália	Segundo da lista eleitoral
Colômbia	Segundo da lista eleitoral
Chile	Partido escolhe
Austrália	Assembleia estadual escolhe
Estados Unidos	Governador escolhe[20]
República Dominicana	Escolhido pelo Senado a partir de lista tríplice sugerida pelo partido
República Tcheca	Encerra o mandato
Bolívia	Lei definirá a forma
México	Escolhido pelo titular antes da eleição
Brasil	Escolhido pelo titular antes da eleição

Fonte: elaboração própria a partir das respectivas constituições

Pedro Neiva - prneiva@gmail.com

Mauricio Izumi - mauricioizumi@hotmail.com

Recebido para publicação em dezembro de 2010.

Aprovado para publicação em agosto de 2011.

[20]Há variações entre os estados: em Massachusetts, Oregon e Wisconsin, os substitutos dos senadores são escolhidos em eleições especiais, e não pelo governador; no Arizona, o senador indicado deve ser do mesmo partido do "incumbente"; no Havaí, em Utah e em Wyoming, o governador deve escolher o senador temporário a partir de nomes submetidos pelo partido do titular; em Massachusetts, Oregon e Wisconsin, devem ser realizadas novas eleições para preenchimento das vagas (NEALE, 2009).

Orgulho e preconceito: a "objetividade" como mediadora entre o jornalismo e seu público

Flávia Biroli
Instituto de Ciência Política
Universidade de Brasília

Luis Felipe Miguel
Instituto de Ciência Política
Universidade de Brasília

Resumo: O artigo discute o valor da "objetividade" na construção do discurso e na orientação das práticas jornalísticas. A análise de revistas brasileiras semanais de informação permite observar que o ideal da objetividade e a afirmação dos valores morais não são excludentes: "fatos objetivos" e julgamentos complementam-se na legitimação do jornalismo como guardião dos valores sociais. O compartilhamento de posições sociais - e preconceitos - entre os jornalistas e seu público permite que perspectivas e interesses específicos sejam vocalizados como se correspondessem à totalidade, naturalizando um padrão de valores e transmutando julgamentos em fatos. No jornalismo, a neutralidade corresponde à validação de discursos hegemônicos.

Palavras-chave: jornalismo; objetividade; perspectivas sociais; interesses; política

Abstract: The article discusses the value of "objectivity" for journalistic discourses and practices. The analysis of Brazilian weekly news magazines confirms the comprehension that the ideal of objectivity and the assertion of moral values do not exclude each other: "objective facts" and judgments are complementary in legitimating journalism as the guardian of social values. The sharing of social positions - and prejudgments - between journalists and their public allows specific perspectives and interests to be voiced as if they equal the totality, naturalizing a pattern of values and making judgments into facts. In journalism, neutrality corresponds to the validation of hegemonic discourses.

Keywords: journalism; objectivity; social perspectives; interests; politics

– Yo creía que los periodistas lo inventaban todo, sin necesidad de comprobar los hechos.

AIRA, C. *Las aventuras de Barbaverde*

O valor da "objetividade" confere legitimidade ao jornalismo, diferenciando-o de outros discursos e práticas sociais. Em torno dele, organizam-se a *ética* que define o jornalismo como profissão e as práticas rotineiras que estabelecem as diferenças entre o bom e o mau jornalismo. Para o público, o registro competente da verdade pelos jornalistas depende de sua capacidade de tomar contato com a realidade sem os vieses que a falta de conhecimento apropriado, de um lado, e o interesse e a parcialidade, de outro, imporiam à ampla maioria dos indivíduos.

No mundo moderno, o ideal da objetividade corresponde, grosso modo, à valorização do acesso a uma verdade que estaria contida na realidade exterior e que seria independente dos processos cognitivos. No jornalismo, ele impõe, em primeiro lugar, um compromisso com a busca por esta verdade, que é de cada profissional e que é reforçado pelo controle mútuo e pelos códigos da deontologia jornalística. Também para o público, o bom jornalismo é aquele que sustenta esse compromisso, fornecendo informações confiáveis. Mas os obstáculos à objetividade não residem apenas na tentação - sempre presente - do falseamento deliberado dos fatos em benefício próprio. Sua outra face, mais insidiosa, são as condições concretas de construção da notícia, nas quais os relatos são indissociáveis da posição social dos jornalistas. O viés deixa, assim, de ser uma contingência.

É porque o envolvimento parcial com a realidade é inevitável que as técnicas que tornariam a objetividade possível correspondem a estratégias ou marcas de distanciamento. A objetividade envolve a valorização de práticas e habilidades que permitiriam que o acesso à realidade não fosse maculado pelos intermediários que o tornam possível. O reconhecimento de que os profissionais têm competência distinta para acessar - e esclarecer - a realidade exterior sobrepõe-se à desvalorização da singularidade e da posição social específica desses mesmos indivíduos. A valorização do discurso científico, sobretudo nas formas que assume a partir do século XIX, é fortemente marcada pela divisão entre iniciados e leigos, sendo os primeiros aqueles que adquirem domínio sobre os procedimentos, normas e saberes compartilhados que garantiriam a produção de discursos verdadeiros. Mas a neutralidade desses sujeitos é uma exigência para que seu discurso seja fiel à realidade, e só a ela. Em outras palavras, a objetividade exige a neutralização ou suspensão do sujeito para que a verdade se apresente.

No jornalismo, a conexão entre verdade e suspensão da perspectiva social do sujeito assume formas específicas. A partir das décadas iniciais do século XX, o preceito da objetividade passaria a ser central à cultura jornalística, constituindo a identidade dos jornalistas como profissionais e as formas de normatização e controle de suas práticas. Em geral, a fixação do ideal da objetividade tal como hoje entendido é creditada ao desenvolvimento da imprensa nos Estados Unidos - sobretudo à emergência do jornalismo comercial, sustentado por publicidade, e à introdução de inovações como o telégrafo e a fotografia, que ampliavam a possibilidade do fornecimento de "fatos" ao público e o colocavam diante de informações tidas como fragmentos incontestáveis do mundo real. As mudanças tecnológicas contribuíram para a fixação de um conjunto de normas com força moral, que conferia identidade a esse

grupo ocupacional. Inovações técnicas, que proporcionam novas possibilidades de exercício profissional, e parâmetros normativos, que privilegiam algumas destas possibilidades, se realimentam. Como desdobramento deste processo, o ideal da objetividade teria firmado uma relação mais estreita com o jornalismo estadunidense do que com as práticas jornalísticas em outros lugares do mundo. Michael Schudson (2001) enfatiza a incompleta adesão de profissionais de outros países ao modelo normativo estadunidense. Seu foco é a comparação com o jornalismo europeu, especialmente o francês.

Em relação à América do Sul, é conhecida a análise de Silvio Waisbord, que entrevistou jornalistas de diversos países e concluiu que, mesmo com a incorporação das inovações tecnológicas que teriam propiciado o triunfo da norma nos Estados Unidos e o desenvolvimento de uma imprensa voltada ao mercado, persistia no subcontinente um amplo "ceticismo sobre a objetividade como *o* princípio basilar do jornalismo" (WAISBORD, 2000, p.124). No entanto, há diferença entre um discurso cético *abstrato* sobre a objetividade, efeito da disseminação de uma crítica acadêmica, e o papel concedido a ela nos esquemas efetivos de valoração da atividade profissional, internamente ao campo, e de legitimação dessa atividade diante do público. Ainda que existam diferenças entre as práticas jornalísticas de diferentes locais, o ideal da objetividade firmou-se como um valor central pelo mundo afora.

Analistas que se debruçaram sobre uma controvérsia concreta, em que personalidades da imprensa mobilizaram argumentos em defesa de sua prática e expressaram os critérios de hierarquização das reputações, sugeriram que "a objetividade tem um papel mais importante, ao menos entre os jornalistas brasileiros, do que aquele reconhecido por Waisbord" (ALBUQUERQUE e SOARES, 2004, p.158). Os primeiros manuais e compêndios de normas sistematizados no Brasil, nas décadas de 1930-50, apresentam a objetividade como um ideal que, ao mesmo tempo, disciplina, controla e confere legitimidade às práticas jornalísticas. A fidelidade aos fatos seria a marca do jornalista moderno e deveria orientar a reorganização das práticas jornalísticas, propiciada pelas inovações tecnológicas e pela produção da notícia em escalas industriais. A padronização das rotinas e a diferenciação entre os profissionais do jornalismo e aqueles que foram, a partir de então, vistos como literatos ou militantes políticos foi fortemente orientada pelo ideal da objetividade, que teria impacto para a definição das normas vigentes no campo décadas depois.

Os registros são variados mas, mesmo quando existe uma percepção de que a anulação do jornalista é impossível e indesejável, como no *Manual de redação e estilo* d'*O Estado de S. Paulo*, permanece a exigência de que os textos sejam "imparciais e objetivos", não expondo opiniões, mas fatos (*OESP*, 1990, p.18). Por vezes, o termo objetividade é descartado, mas fica mantida a oposição entre fatos e opiniões, como ilustram as palavras do jornalista Mino Carta: "Jornalismo é uma coisa séria, tem que ser praticado com seriedade. E seriedade não quer dizer objetividade, e sim honestidade. Ser honesto significa, antes de mais nada, respeitar a verdade factual com devoção canina" (ABREU, LATTMAN-WELTMAN e ROCHA, 2003, p.208).

Trata-se de um movimento central no entendimento do valor da objetividade após a crítica que demonstrou que o ideal, em toda sua extensão, é irrealizável. Se não é possível apagar a posição do narrador, que interfere no narrado com suas (inevitáveis) escolhas e ênfases, ao menos são banidos os

julgamentos e restam, no discurso do jornalismo, nada além de fatos. Mesmo resultando de um processo de seleção, os fatos corresponderiam ainda assim àqueles fragmentos indiscutíveis da realidade, não contaminados por opiniões, sempre controversas e duvidosas, além de parciais e possivelmente autointeressadas.

A adesão ao ideal da objetividade não é, portanto, impermeável às críticas aos limites desse ideal. Mas, assimilada a crítica, a separação entre opinião e fato permanece como elemento crucial para a avaliação do "bom jornalismo". O jornalismo pode não sustentar mais que aquilo que ele apresenta a seu público é *a* realidade - mas garante que, ao menos, é *realidade*. De resto, o reconhecimento de que outros recortes da realidade são possíveis é inócuo, já que, dado seu poder de agenda, bem como a dependência cognitiva do público, o jornalismo tem curso social como espelho do mundo real e os próprios profissionais tendem a encarar suas escolhas como "óbvias". Outros recortes são possíveis, mas aquele que o jornalismo apresenta é o que se impõe como importante, tanto por seu impacto junto ao público quanto porque os jornalistas não vacilam na crença de que são dotados da capacidade de selecionar os fatos verdadeiramente dignos de relato.

Como ideal compartilhado, a objetividade se materializa também em orientações práticas que permitiriam rotinizar o trabalho, tipificando situações e eventos inesperados. Em seu estudo hoje clássico, Tuchman descreveu o que chamou de "rituais" da objetividade jornalística. Partindo da compreensão de que o valor da "objetividade" está no coração da legitimidade das práticas da imprensa, ela observou como, diante dos imperativos da produção industrial das notícias, a busca por um resultado tão exigente - colar o discurso no mundo real externo de tal forma que a intermediação do emissor fosse anulada ou suspensa - foi substituída por uma série de procedimentos padronizados, como ouvir os dois lados, usar criteriosamente as citações, etc. (TUCHMAN, 1972). Os procedimentos relatados por Tuchman não representam uma "traição" ao ideal da objetividade, que seria então substituído por um simulacro, mas sua adaptação aos imperativos da produção industrial da notícia.

A discussão realizada neste artigo não se prende, no entanto, à constatação da importância do ideal da objetividade para a deontologia desse campo profissional, para a definição do discurso e das rotinas jornalísticas. Entendemos a objetividade como um dispositivo que tem papel central na legitimação de discursos hegemônicos no jornalismo, na apresentação de julgamentos como fragmentos de realidade transpostos para o noticiário. O discurso jornalístico naturaliza um código de avaliação dos fenômenos que reporta. É o processo de "objetivação de padrões morais" (ETTEMA e GLASSER, 1998, p.71; ênfase retirada). Os discursos que organizam as categorias por meio das quais a realidade é apreendida e significada não aparecem enquanto tal, isto é, constituem pressupostos naturalizados sobre os quais um outro discurso, o do noticiário cotidiano, se constrói. Os primeiros ativam consensos previamente estabelecidos que permitem, por exemplo, que o caráter transgressor de determinados comportamentos seja tratado como "fato" inquestionável e desprovido de ambiguidades[1]. A condenação não se faz em nome de algum valor moral, mobilizado para julgar aquela situação - e que poderia ser objeto de análise e contestação; ela é apresentada como uma constatação empírica. O noticiário é

[1] Para uma análise deste processo tendo como caso o "mensalão" do primeiro governo Lula, ver Miguel e Coutinho (2007).

verdadeiro, nesse sentido, em sua correspondência a concepções previamente cristalizadas. Os pressupostos sobre os quais o noticiário se constrói não são tematizados.

A sobreposição da objetividade à imparcialidade faz com que ganhem relevância simultaneamente, como ideais, a correspondência a uma realidade externa e sua apreensão de um ponto de vista não situado socialmente, que não contém perspectivas, simpatias, interesses. A parcialidade levaria a enviesar ou ocultar a verdade. A objetividade *enquanto* universalidade sustentaria um julgamento que corresponde à verdade de uma situação (BOUDANA, 2010).

Por isso, definimos a imparcialidade como uma sorte de universalismo. A fantasia de uma perspectiva não-situada socialmente, isto é, que transcende os conflitos sociais, é recorrente - do funcionalismo como "classe universal" em Hegel aos intelectuais mediadores de Karl Mannheim ou à "posição original" de John Rawls. O jornalismo a incorpora, de maneira tácita, em suas práticas. Ele se apresenta como capaz de determinar quais são as preocupações centrais da sociedade num determinado momento e quais as contribuições relevantes ao debate sobre elas. A capacidade de tomar tais decisões "objetivamente" implica em se colocar num ponto de vista que sobrevoa os interesses parciais em conflito. Idealmente, o jornalismo vocalizaria uma verdade autônoma em relação às disputas e conflitos.

A imparcialidade não é, portanto, a equidistância entre os lados, mas a capacidade de se apresentar como ocupando a posição do universal. E a neutralidade não é a ausência de valores, mas a naturalização de um padrão de valores que se transmuta de julgamento em fato[2]. Na qualidade de vinculação da narrativa ao mundo real, a objetividade é balizada por estes dois ideais complementares, que sustentam as pretensões de escolha não-enviesada dos fatos a serem reportados e de narrativa isenta e factual. O grau de adesão a esse conjunto de ideais determina a respeitabilidade dos órgãos e dos profissionais de imprensa, interna ao campo, e a credibilidade de suas informações, externa a ele.

Diante da importância atribuída à objetividade, é questionável como práticas jornalísticas que, aparentemente, se afastam dela de forma tão marcada permanecem influentes e respeitadas. No Brasil, o caso que mais chama a atenção é o de *Veja*, a revista semanal de informação da Editora Abril. Circulando desde 1968, hoje com uma tiragem superior a um milhão de exemplares, é uma das publicações mais influentes do país. A elite política está atenta a ela, que é indicada como uma das três revistas preferidas por mais de 70% dos deputados federais, muito acima de suas concorrentes (FSB COMUNICAÇÕES, 2009, p. 18). As classes médias, de onde brotam os chamados "formadores de opinião", têm em *Veja* uma de suas fontes mais importantes de informação. A passagem por sua redação é vista como uma experiência que valoriza o currículo profissional.

No entanto, *Veja* adota um estilo de jornalismo que rompe ostensivamente com os cânones da objetividade. Sua adjetivação é agressiva, suas antipatias são explícitas, sua predileção por determinados temas da agenda é indisfarçada - características que se acentuaram nos últimos anos. As personagens de suas matérias são tratadas com pesos e medidas bem diferenciados, conforme a posição que

[2] Em muitos estudos sobre jornalismo, "neutralidade" significa "desatenção às implicações" das notícias, que seriam veiculadas sem preocupação com quem será prejudicado ou beneficiado por elas (cf. Gans, 2004 [1979], p. 183). Aqui a usamos no sentido de "neutralidade valorativa", próxima do *Wertfreiheit* weberiano.

possuem. Os muitos adversários da revista não se cansam de denunciar o "antijornalismo" que ela adota, muitas vezes apresentando evidências de contaminação do noticiário por interesses políticos, comerciais ou mesmo desavenças pessoais[3]. Mesmo assim, *Veja* permanece numa das posições centrais da imprensa brasileira.

Este "enigma" é o ponto de partida deste artigo. As três primeiras seções discutem a convivência entre o ideal da objetividade e discursos normativos, constituídos por valores e julgamentos próprios. Sustentam que enquadramentos morais e, como tais, valorativos, são a base do noticiário, mesmo quando ele cumpre os rituais da objetividade, como o recurso equilibrado e ponderado às fontes. O compartilhamento desses enquadramentos entre os jornalistas, e entre os jornalistas e seu público, faz com que sejam tomados como um quadro neutro de referências. A quarta seção se debruça sobre a atuação de *Veja* em alguns episódios do noticiário recente, mostrando como a revista se distancia da roupagem ostensiva da objetividade, sem que perca a legitimidade diante de seu público. A conclusão, por fim, sumariza os resultados da análise, reforçando a relação entre objetividade, legitimidade e compartilhamentos de valores.

O espelho fiel

A compreensão do jornalismo como um conjunto de procedimentos capaz de produzir um espelho fiel à realidade "externa" já foi objeto de muitas críticas e pode ser vista como uma posição ingênua. A objetividade se mantém, no entanto, como um valor que permite avaliar as práticas jornalísticas e o desempenho dos profissionais. Além disso, a correspondência entre o produto jornalístico e os procedimentos e marcas textuais que funcionam como índices de objetividade é um dos pilares de sustentação da confiabilidade de um veículo. É como um ideal, e não como uma realidade de fato, que a objetividade orientaria as práticas jornalísticas. Mas esse ideal organiza concretamente as relações e valores internos ao campo, assim como sua legitimidade externa.

A objetividade pode ser, assim, entendida como um valor que referencia a prática jornalística profissional contemporânea, constituindo as clivagens entre o bom jornalismo e o jornalismo ruim (CARPENTIER e TRIOEN, 2010). Como ideologia ocupacional (DEUZE, 2005), ponto nodal dos valores e da identidade dos jornalistas (CARPENTIER, 2005), seria fundamental para avaliar a competência e o apego a normas éticas compartilhadas dos profissionais, garantindo a legitimidade de suas práticas diante do público e balizando a defesa de procedimentos e referenciais éticos que orientam a rotina de produção e definem a identidade dos profissionais diante das pressões dos proprietários das empresas, de suas fontes ou do Estado. O fato de que esse valor seja mobilizado de formas variadas e esteja relacionado a procedimentos e estratégias heterogêneas não parece reduzir seu peso na avaliação das práticas cotidianas e da competência e rigor ético dos profissionais (BOUDANA, 2010).

A objetividade cumpre, assim, uma função estratégica na conquista de autonomia para o campo jornalístico. Um campo é um "microcosmo" dotado de "seu próprio *nomos*", como afirma

[3] O exemplo mais conhecido é o "dossiê" publicado na internet, no começo de 2008, pelo jornalista Luís Nassif. Disponível em: <luis.nassif.googlepages.com>. Acesso em: nov. 2009.

Bourdieu (2005 [1995], p. 33). Ao tomar o lugar deste *nomos*, tornando-se o "código moral" do jornalismo, nas palavras de Schudson (2003, p.84), a objetividade contribui para proteger o campo de interferências externas. É o primeiro valor que se mobiliza para garantir a independência das redações em relação aos interesses comerciais - a "muralha da China" que deve existir entre aqueles que fornecem as informações e aqueles que vendem espaço na mídia. É a bandeira que os profissionais erguem para se defender das pressões ligadas aos interesses políticos ou econômicos dos patrões. É o sustentáculo da legitimidade construída diante do público consumidor de informações (GANS, 2004 [1979], p. 186).

A noção de objetividade permanece, também, como um recurso para avaliar se o jornalismo "cumpre seu papel" em sociedades orientadas pelos valores liberais. O entendimento de que a imprensa atua como instituição política, tomando para si funções de governo (COOK, 2005 [1998]), assim como sua caracterização em diferentes momentos históricos como um "quarto poder", pressupõe o vínculo entre atuação política e autonomia. Seu poder depende do "poder da objetividade" que corresponde, por sua vez, à exclusão explícita dos valores, ignorando as implicações da cobertura e colocando em suspenso os pontos de vista dos próprios jornalistas (COOK, 2005 [1998], p.90). A imprensa está a serviço dos cidadãos e ocupa legitimamente a função de expor os abusos do poder quando age de maneira autônoma em relação aos interesses existentes e às pressões da autoridade política constituída e é, portanto, capaz de fornecer informações objetivas. Estas não se confundem nem com os interesses de governos, partidos e outras instituições políticas nem com o autointeresse de empresas e dos próprios jornalistas. O jornalismo fiel ao público e à democracia é um espelho fiel da realidade.

É esse o entendimento que baliza, por exemplo, as avaliações realizadas pelos "observatórios de imprensa" ou pelos *ombudsmen* dos jornais. O funcionamento do jornalismo - e sua contribuição para a democracia - é avaliado por seu grau de aproximação com o ideal da objetividade, isto é, pelo desvio ou cumprimento de uma norma compartilhada que pressupõe que o bom jornalismo corresponde à difusão de informações verdadeiras[4]. Faz parte desse registro a distinção entre jornalismo factual e jornalismo opinativo, ou entre conteúdo factual e opinativo dentro dos mesmos veículos. Mesmo quando se afasta das posições mais ingênuas, a distinção entre o factual e o opinativo atualiza um dos pilares do ideal da objetividade, o entendimento de que é possível ou normativamente desejável produzir informações que estariam desvinculadas das opiniões ou perspectivas sociais dos jornalistas.

É preciso, nesse sentido, distinguir entre a crítica que denuncia a falta de objetividade (como um desvio, considerando que o jornalismo não só deveria, mas poderia ser objetivo de fato), a crítica que se ancora no valor da objetividade, mas entende que é impossível cumpri-lo (a objetividade é mantida como valor de referência, mesmo sendo impossível atingi-la) e a crítica que entende que o jornalismo *não deve* ser objetivo, isto é, que a objetividade não é um ideal normativo adequado. A separação entre jornalismo factual e jornalismo opinativo parece situar-se no segundo desses registros. Deglutida a crítica ao jornalismo como espelho fiel da realidade, sustenta que existe uma verdade não perspectiva que deve ser o ideal almejado pelo jornalismo.

Essas análises, no entanto, voltam-se para o que pode ser considerado um segundo nível de

[4] Para um exemplo excepcionalmente ingênuo desta postura, ver Marcelino et al (2009).

construção dos discursos. É nesse nível que os rituais da objetividade se materializam em procedimentos como o recurso equilibrado às fontes, permitindo que "os dois lados" da notícia se pronunciem, a ausência de adjetivação e a utilização de aspas (TUCHMAN, 1972), demarcando a heterogeneidade entre o autor e as fontes de informação (AUTHIER-REVUZ, 1990). Quando a análise se volta para esse nível, concentra-se no que é contingente nos discursos. São considerados os textos que surgem e são substituídos por outros rapidamente, em uma dinâmica rotineira em que as enunciações se sucedem, deixando de lado sua relação necessária com discursos que têm maior permanência e que estão em sua base (como na noção de comentário em Foucault, 1996 [1971], p.22-26).

Os discursos factuais atualizam, rotineiramente, discursos valorativos. E esses últimos estão na base dos procedimentos de seleção e destaque de que são feitos os primeiros. Antes de serem assumidos pelo noticiário, implícita ou explicitamente, os valores são parte da própria definição do que é notícia (GANS, 2004 [1979], p.41). Mas o ponto central para esta discussão é que o noticiário é organizado por valores e preconceitos a partir dos quais os fatos ganham saliência e transformam-se em notícias, inseridos em narrativas causais. Dizendo de outra forma, as informações fazem sentido *se e apenas se* têm como pano de fundo discursos mais permanentes, valorativos. A colaboração entre jornalistas e fontes tem, assim, uma faceta menos explícita, a do acordo tácito quanto aos valores e aos limites da política. Os atores políticos antecipam o que é capaz de atrair os jornalistas, enquanto estes últimos antecipam as reações das suas fontes às histórias noticiadas, em uma dinâmica que ressalta a colaboração entre o jornalismo e a política e favorece determinadas abordagens (COOK, 2005 [1998], p.91).

Os fatos ganham sentido em um complexo "sistema de diferenças" (MANIN, 1997, p.227), no qual algumas imagens, representações e valores destacam-se em relação a outros. Mas o texto jornalístico, ancorado no ideal da objetividade e na valorização de uma posição imparcial, nega que "o significado de cada termo seja o resultado da coexistência de vários termos distintos uns dos outros" (MANIN, 1997, p.227). Este autor recorre a essa imagem, inspirada na explicação saussuriana do funcionamento dos sistemas linguísticos, para definir as campanhas eleitorais como processos opositivos, nos quais diversas imagens chocam-se umas com as outras definindo as identidades dos atores em disputa.

É possível traçar um paralelo com a produção do noticiário. A seleção dos fatos, com sua disposição em narrativas específicas, é sempre alternativa, isto é, realiza-se em detrimento de outros fatos e narrativas possíveis. A seleção dos fatos jornalísticos (desdobramentos de eventos, atores e enunciados que lhes dão "carne") consiste na saliência de alguns em relação a outros. E essa saliência é, por sua vez, ancorada na força que alguns discursos valorativos adquiriram, socialmente, em relação a outros. O efeito de realidade produzido pela correção e adequação dos procedimentos de captura e produção da notícia apaga o fato de que ela toma forma em um contexto de disputas e sobreposições entre complexos distintos de valor, cristalizados em discursos. Nesse sentido, a verdade pode ser entendida como o resultado de um "trabalho moral" que forja um consenso, permitindo que os julgamentos apareçam como fatos (ETTEMA e GLASSER, 1998, p.62).

O observador intocável

Nos depoimentos de jornalistas estadunidenses colhidos por Gans, aparece com frequência a ideia de que os profissionais do jornalismo seriam capazes de colocar-se acima dos conflitos sociais e políticos. Acima, mas não fora deles. A proximidade não-participante, o testemunho sem tomada de partido, é que confere valor ao relato do jornalista. As imagens do "observador intocável" e do "estranho invisível" (SCHORR *apud* GANS, 2004 [1979], p. 185) são parte do *ethos* da profissão.

No Brasil, a normatização da profissão e os entendimentos sobre o papel do jornalista a partir da década de 1940 destacaram a relação entre disponibilidade, testemunho diferenciado e distanciamento. Definições presentes nos primeiros compêndios normativos e nos depoimentos de jornalistas que participaram das transformações da imprensa brasileira em meados do século XX teriam eco nas décadas posteriores, fornecendo referenciais para a identificação e valorização dos jornalistas. Imagem frequente nesses discursos, o jornalista *full time* reúne disponibilidade e observação diferenciada. Foi definido pelo jornalista Alberto Dines como um "servidor público" que, atento, "ensina a sociedade a pensar", sem fornecer "juízo feito", "pré-juízos ou pré-conceitos". A imprensa, por sua vez, cumpre seu papel, segundo Dines, quando é equilibrada e politizada (no sentido de ter visões abrangentes sobre a política) sem ser o "reflexo de uma posição política" ou partidária (ABREU, LATTMAN-WELTMAN e ROCHA, 2003, p.156).

Suspensas suas posições políticas - e também o que é específico de sua posição social - e guiando-se por critérios profissionais de relevância, o jornalista seria capaz de produzir informações objetivas e imparciais. O fato de que não correspondam *à* realidade, mas a *uma* realidade, como dito anteriormente, não impede que essas informações sejam assim definidas. A objetividade e a imparcialidade são, nesse caso, o oposto ao viés e à expressão de posições, mesmo não correspondendo à expressão de *toda a* realidade. O noticiário resulta de escolhas, mas estas remetem ao ambiente profissional, com seus imperativos, e não ao indivíduo com suas inclinações (GANS, 2004 [1979], p.203). A adesão aos critérios jornalísticos para a seleção e construção da notícia, por outro lado, não precisa ser sofisticada do ponto de vista técnico. A formação técnica não é condição necessária para o domínio dos critérios que definem os valores-notícia e os padrões aceitos para o texto jornalístico em um dado contexto. O profissionalismo corresponde, nesta análise, sobretudo ao compartilhamento de valores, normas e rotinas, assim como à participação em hierarquias específicas. Corresponde, ainda, ao reconhecimento de uma competência profissional diferenciada pelos pares *e* pelos leigos, independentemente de ter sido produzida pelo acesso ao conhecimento formalizado, transmitido pelas faculdades de jornalismo, ou pelo cotidiano de trabalho.

A objetividade está na base dessa distinção entre profissionais e leigos no campo jornalístico. Os padrões e rituais que denotam o cumprimento desse ideal normativo sustentam a credibilidade do jornalismo diante do público. Pode-se dizer que isso se dá porque jornalistas e público compartilham a compreensão de que o bom jornalismo, aquele que merece crédito, é objetivo e imparcial. Quando são vistos como objetivos, isto é, capazes de fornecer informações verdadeiras a partir das quais o público formaria seu julgamento, os jornalistas estão protegidos da desconfiança quanto aos critérios

mobilizados para a construção da notícia (GANS, 2004 [1979], p.186). A defesa da objetividade funciona, também, como um modo de isolar a atividade jornalística da influência de interesses que, pela via do poder político ou do poder econômico, tentariam subjugá-la. Mas isso não significa que os jornalistas se coloquem, idealmente, em uma posição "desinteressada". Eles seriam, diferentemente, capazes de vocalizar o interesse da totalidade, acima dos interesses parciais. É algo que estava presente já no início do século XX, no pensamento de Lippmann, seguramente o autor singular que mais impacto teve na formulação da ideologia do jornalismo estadunidense. Ele combinava uma defesa do jornalismo "objetivo" com a ideia de que era tarefa dos jornalistas contribuir para "fazer os negócios públicos andarem melhor" (LIPPMANN, 1997 [1922], p.251).

Em outras palavras, os observadores intocáveis seriam também intocados, isto é, libertos do autointeresse e da parcialidade que caracteriza os atores políticos e os cidadãos comuns que formam seu público. Isso não os levaria a pensar da posição de *ninguém*, mas da posição de *todos*, produzida a partir do acesso privilegiado à totalidade. Entre os jornalistas, a objetividade significaria, ao mesmo tempo, a possibilidade de colocar-se acima dos conflitos sociais e políticos e a presunção de que seus valores seriam universais e dominantes (GANS, 2004 [1979], p.185-6). O afastamento da própria individualidade e das perspectivas e crenças que a definem não levaria à ausência de valores, mas à mobilização de valores tidos como universais e, como tal, justos. Os valores que estão na base da seleção e compreensão dos fatos seriam os valores *do público*. E não seriam, portanto, objeto de conflito ou disputa. A objetividade é, portanto, efeito de duas ficções simultâneas: a suspensão do jornalista como indivíduo socialmente posicionado e a transformação do público em coletivo moral homogêneo.

Valores dominantes e duradouros estão na base dos critérios de relevância assumidos pelos jornalistas. Consistem, como se disse antes, no primeiro nível de construção dos discursos. O segundo nível, no qual se encontram as marcas discursivas dos procedimentos e rituais que garantiriam a objetividade, deve seu sentido àquele. É por isso que seu caráter valorativo não entra em conflito com a objetividade. Pelo contrário, torna-a possível (GANS, 2004 [1979], p.196-7). Assumidos como reflexos de julgamentos exteriores e compartilhados pelo público, os julgamentos presentes no noticiário representam concepções que se impõem como consensuais. Nessa dinâmica, o discurso jornalístico é validado por um senso comum que ele mesmo colabora para formatar. E é, em última instância, legitimado pelas relações de poder que ele colabora para naturalizar.

Nos espaços caracterizados como opinativos, os julgamentos explicitados refletiriam aqueles já sustentados pelo público (GANS, 2004 [1979], p.198). Esse argumento silencia sobre o fato de que os jornalistas e os meios de comunicação têm um papel na conformação do ambiente político e dos valores compartilhados pelo público. Sem inflar a importância da mídia na construção simbólica do mundo social, sua especificidade em relação a outras instituições que participam dessa construção estaria justamente no fato de que confere um "certificado de importância legítima" àquilo que noticia e a quem faz parte do noticiário (SCHUDSON, 2003, p.33). Outro aspecto silenciado nesse argumento é o poder das fontes e das hierarquias vigentes em outros campos sociais, que são respaldadas pelo jornalismo[5]. A

[5] Para análises empíricas que demonstram a acomodação do jornalismo brasileiro às hierarquias vigentes no campo político, ver Gomes (2008).

acomodação do jornalismo às estruturas de poder resulta, simultaneamente, de estruturas organizacionais e tradições culturais específicas, que constituem a "etiqueta da profissão" (SCHUDSON, 2003, p.13), e da capacidade diferenciada que os atores externos à redação têm para se impor e tomar parte na rotina jornalística (GANS, 2004; COOK, 2005 [1998]). A complementaridade entre essas duas dinâmicas tem peso na definição de quais serão os valores sustentados pelo jornalismo objetivo.

O guardião dos valores

Assim como os julgamentos se transmutam em fatos, no jornalismo a pluralidade e a heterogeneidade social se transformam na oposição entre valores legítimos e atores (ou comportamentos) desviantes. O sentido da objetividade não se restringe à correspondência entre fatos e realidade externa. Inclui, também, a correspondência entre fatos e julgamentos que expressam valores supostamente universais. O engajamento dos jornalistas com *esses valores*, isto é, com os valores assim reconhecidos, não entra em confronto com o ideal da objetividade. Por isso, podem alegar que confrontam as realidades do vício e da virtude sem recorrer a um senso moral próprio, transformando conhecimento social objetivo em discurso (ETTEMA e GLASSER, 1998, p.7). O julgamento jornalístico, e não o julgamento moral, mediaria a relação dos jornalistas com a realidade social. Com isso, seriam capazes de transformar "apelos morais em apelos empíricos de modo que os padrões de julgamento utilizados para avaliar a transgressão sejam vistos como tão empiricamente isentos de ambiguidades quanto as evidências utilizadas para documentar sua existência" (ETTEMA e GLASSER, 1998, p.71). Nessa lógica, "a ordem moral é transformada em fato e o fato pode ser reportado com distanciamento" (ETTEMA e GLASSER, 1998, p.71).

A objetividade resultaria, assim, de acordos quanto aos valores que constituem as premissas dos julgamentos, e não da suspensão desses julgamentos (ETTEMA e GLASSER, 1998, p.61). Denúncias, acusações e a vilanização de atores e instituições contribuem para que os acordos sejam reafirmados sem que seja necessário defendê-los de um modo que exponha seu conflito com valores diferentes daqueles que estão na base do noticiário.

A noção de acordo aqui utilizada remete ao funcionamento concreto da mídia, à posição social que os jornalistas de fato ocupam e ao perfil de seu público. A aceitação de um ponto de vista como universal está fundada em uma relação específica entre jornalistas e público. Dotado do diferencial da competência técnica e da ética profissional que o credenciam para relatar fidedignamente a realidade, o jornalista dilui-se, no entanto, na universalidade que é comum com seus leitores, ouvintes ou espectadores.

Há ainda, nesta relação, as representações que os jornalistas fazem de seu público, em grande medida compartilhadas em seu ambiente profissional. Em alguns casos, a similaridade entre a posição socioeconômica dos jornalistas e do seu público permite o compartilhamento de perspectivas e interesses - no Brasil, essa similaridade pode ser considerada, por exemplo, na análise das revistas semanais de informação. Por outro lado, a dependência cognitiva do público em relação à mídia leva a compreensões comuns, entre público e jornalistas, do que é relevante em um dado momento e contexto,

de quais são as clivagens que permitem entender as disputas e de quem são os atores que se destacam. Nesse aspecto, as posições socioeconômicas não parecem ser adequadas para a construção de hipóteses sobre a conformação de um senso comum compartilhado. A centralidade da televisão para a sociabilidade contemporânea, por exemplo, desdobra-se num repertório comum que, embora ressignificado pelos receptores, pode sobrepor-se à heterogeneidade das experiências dos indivíduos e às diferenças estruturais entre os grupos sociais.

Assim, o jornalismo objetivo e imparcial mobiliza valores que, de modo geral, não são reconhecidos como tal. Mas, quando os julgamentos emergem e são assim caracterizados, são apresentados como o reflexo de valores compartilhados. É em nome da "decência", por exemplo, que as acusações são dirigidas aos funcionários ou políticos corruptos. É em nome do "bom senso" que o desperdício de recursos é exposto.

Nesse quadro, a avaliação do papel do jornalismo na conformação dos valores hegemônicos varia. A ênfase pode estar nos atores políticos e econômicos poderosos, que teriam suas posições e interesses legitimados e reforçados pelo jornalismo. Nesse caso, a análise das visões de mundo que se impõem destaca o papel das fontes e das hierarquias fora das redações (GANS, 2004). Pode estar, também, na relação entre cultura jornalística e cultura política, que forjariam em conjunto valores duradouros. Nesse caso, a complementaridade vem do fato de as práticas jornalísticas serem o produto de um ambiente social específico (SCHUDSON, 2003). A ênfase pode recair, ainda, sobre os próprios jornalistas, ressaltando sua atuação no sentido de forjar os consensos. Aqui, destaca-se o "trabalho moral" realizado pelos jornalistas, especialmente por se entender que o consenso que está na base dos julgamentos por eles mobilizados não é, em momento algum, estável ou completo (ETTEMA e GLASSER, 1998, p.62).

A especificidade da mídia, dentre outras instituições, pode ser entendida, como se disse antes, como a capacidade de legitimar determinadas representações da realidade social. Quando consideramos que não existe *um* discurso hegemônico estável e estruturado de maneira permanente, o trabalho cotidiano dos jornalistas é o de lapidar consensos. Essa lapidação pode corresponder à acomodação dos conflitos entre segmentos (ou classes) sociais diferentes em representações do "bem comum". Isto é, à sua organização em uma gramática moral comum que neutraliza os conflitos. E o jornalismo pode, também, e concomitantemente, assumir o papel de árbitro nas disputas entre as elites políticas. Nesse caso, o trabalho consistiria em atribuir significados ao comportamento dos atores e ao funcionamento das instituições, colando a eles julgamentos que exibem, diante do público, seu grau de adequação às práticas que seriam incontestavelmente adequadas e aos valores tidos como universais.

O enigma de *Veja*

O ideal da objetividade e a afirmação dos valores morais não são excludentes. Pelo contrário, sua reciprocidade é necessária para a legitimação simultânea das práticas jornalísticas e de julgamentos que derivam de um ambiente social específico. Mas o jornalismo não funciona como um espelho ou uma lente refratora. Ele colabora, ativamente, para a conformação dos valores e perspectivas socialmente

hegemônicos.

As formas que assume variam de uma correspondência mais estrita das práticas e do discurso aos cânones da objetividade até o rompimento com esses cânones, sem romper, no entanto, com as ficções mencionadas antes: a suspensão do jornalista como indivíduo socialmente posicionado e a transformação do público em coletivo moral homogêneo. Os julgamentos, que podem orientar o noticiário factual ou tomar o seu lugar, continuam a ter sua legitimidade sustentada pelo entendimento de que são expressivos de valores morais não conflitivos ou previamente assumidos pelo público. Nesse sentido, pode-se dizer que a objetividade canônica é abandonada, sem que se abandone o ideal de um jornalismo que não toma partido e é capaz de afastar-se dos interesses e perspectivas parciais.

O jornalismo da revista *Veja* expõe essa dinâmica, exemplificando a tensão e a acomodação simultâneas entre objetividade, imparcialidade e discurso valorativo. É capaz de romper com os cânones da objetividade jornalística e, ao mesmo tempo, manter a aderência de leitores que não precisaram desatar a conexão entre bom jornalismo, verdade e imparcialidade para continuarem a recorrer a *Veja* para se informar. Para analisá-lo, vamos focar em duas reportagens de capa que lidam com o "risco" de que, com a vitória de um candidato petista - antes Lula, agora Dilma Rousseff -, os setores "extremistas" do partido ganhem força para implementar suas ideias. Em 23 de outubro de 2002, portanto, às vésperas do segundo turno da eleição presidencial, a revista mostrava na capa um cérebro com as cabeças hidrófobas de Lênin, Trótski e Marx e a chamada "O que querem os radicais do PT".

Na edição de 14 de julho de 2010, portanto, logo no início da campanha oficial para o primeiro turno, a capa apresentava concepção bastante similar. A ilustração da capa, reproduzida com pequenas alterações no miolo, mostra uma hidra vermelha de cinco cabeças, com uma estrela desbotada ao fundo. A chamada não deixa lugar a dúvidas: "O monstro do radicalismo: a fera petista que Lula domou agora desafia a candidata Dilma". O gancho da reportagem é o *imbróglio* envolvendo o programa de governo de Dilma Rousseff - a versão inicialmente depositada junto à Justiça Eleitoral, considerada muito radical, foi substituída pelo PT.

Dentro, a matéria, assinada por Otávio Cabral, é intitulada "A criatura contra-ataca". As cinco cabeças da hidra correspondem às propostas "extremistas": punição de torturadores, imposto sobre grandes fortunas, legalização do aborto e o que *Veja* chama de "controle da imprensa" e de "salvo-conduto para o MST" (exigência de negociação com os sem-terra, antes da reintegração de posse de áreas ocupadas). Todo o conhecimento que o leitor tem do documento provém das interpretações fornecidas pela reportagem, uma vez que a revista não reproduz uma única linha do texto original.

Este é um dos mecanismos mais evidentes de produção de sentido, em que a autoria do jornalista e a edição do texto sobrepõem-se aos documentos e depoimentos que seriam a base do texto jornalístico. Um dos pontos mais batidos pela *Veja* é chamado de "controle da imprensa" (p.64, p.68), ataque às "garantias à liberdade de expressão" (p.65), "tentativa de cercear a liberdade de imprensa" (p.67), "controle estatal da imprensa" (p.68) e "controle da imprensa livre" (p.69). O conteúdo das medidas propostas é explicado em poucas linhas: "Dar ao governo condições para interferir na programação, no gerenciamento e na propriedade das emissoras de rádio e TV" (p.64). Os defensores da proposta, porém, falam em "democratização" dos meios de comunicação, com a quebra dos monopólios

privados e a ampliação da pluralidade de vozes com acesso à mídia.

Este discurso não aparece em *Veja*. O único entrevistado sobre o tema é Daniel Slaviero, presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), a entidade que reúne os proprietários da mídia, que vê a medida como a brecha "para que se intervenha e censure um veículo de comunicação" (p.68). Estamos a anos-luz da regra de "ouvir os dois lados", que Tuchman apresenta como central nos rituais da objetividade jornalística. Os defensores do controle social da mídia não têm voz; o documento entregue pelo PT à Justiça Eleitoral não é citado; e mesmo as explicações da coordenação da campanha de Dilma Rousseff para a confusão com os programas de governo são abertamente ridicularizadas:

> "Sem sucesso no governo Lula, a tentação autoritária estaria rondando agora a campanha de Dilma Rousseff? Segundo os petistas, não. Tudo não passou de um erro grotesco, uma trapalhada. A campanha da ex-ministra é a mais bem organizada, conta com uma equipe enorme de advogados, assessores, jornalistas, marqueteiros e políticos experientes. Porém, teria sido apenas na manhã de segunda-feira passada, o prazo final para o registro das candidaturas no Tribunal Superior Eleitoral, que alguém percebeu que faltava um documento obrigatório a ser encaminhado à Justiça - o programa de governo. Parece inacreditável, mas ninguém sabia onde estava o programa de governo da candidata" (p.67).

Nos últimos anos, a "liberdade de imprensa" tem sido uma bandeira constante nas páginas de *Veja*. Entre 2007 e 2009, a revista dedicou 11 reportagens ao tema. Apenas como comparação, no mesmo período, entre as suas concorrentes, *Época* publicou duas reportagens sobre liberdade de imprensa, ao passo que *IstoÉ* e *CartaCapital* não publicaram nenhuma[6]. Em *Veja*, o tema pode servir apenas como pretexto para mais uma diatribe contra o presidente venezuelano Hugo Chávez (Duda Teixeira, "O coronel agora é censor", *Veja*, 31/1/2007, p.83) ou para comemorar a extinção da Lei de Imprensa herdada da ditadura militar (Diego Escosteguy, "Um fóssil se vai", *Veja*, 6/5/2009, p.120). Mas cada uma dessas matérias contribui para compor um quadro nítido: a oposição entre o modelo de livre mercado, propugnado pela revista, e os defensores de formas autoritárias de controle da informação. Neste segundo grupo, ao lado da ditadura de 1964 e de Hugo Chávez, quando não de Cuba e da Coreia do Norte, estão os setores da esquerda que defendem a democratização dos meios e as iniciativas do governo Lula, como a abortada tentativa de criação do Conselho Federal de Jornalismo, em 2004, ou a realização da Conferência Nacional de Comunicação, em 2009.

Mesmo as críticas de Lula à cobertura da mídia são apresentadas como sintomas de uma tentação autoritária. "Por onde se olha na América Latina, há um governante com a ideia fixa de que

[6] Em sua edição 606, de 28 de julho de 2010 *CartaCapital* finalmente dedicou-se ao tema. A reportagem de capa, intitulada "Censura: um fantasma apenas", dedicava-se a mostrar que a liberdade de imprensa não se encontra em risco no Brasil. É evidente o intuito de se contrapor ao discurso de *Veja*. No relato de *CartaCapital*, as "propostas equivocadas e, em geral, inócuas encampadas por setores do governo" não têm peso para merecer o *status* de ameaças à liberdade de imprensa. Mas a reportagem entrevista tanto porta-vozes das empresas quanto defensores do "controle social da mídia" (Sergio Lirio, "Fantasmas à solta", *CartaCapital*, 28/7/2010, p.20-5).

seus fracassos seriam menos gritantes se só existisse a imprensa oficial. O Brasil vinha sendo a excepcionalidade na região. Agora o próprio presidente Lula está desenhando o que ele imagina ser a imprensa ideal", diz uma reportagem não assinada ("Más notícias, presidente", *Veja*, 4/11/2009, p.100). O problema é a intolerância às críticas: "A imprensa livre é um estorvo em PTópolis. Ela insiste em investigar, fiscalizar e dar nome aos bois". Na mesma reportagem, a menção a um discurso em que Lula teria dito aos jornalistas para construir suas matérias a partir da experiência dos catadores de papel, recomendando que as publicassem sem interpretar, é seguida dos seguintes comentários: "É espantoso. Lula não lê jornais. Mas quer ensinar como editar jornais. Má notícia, senhor presidente. Ter 80% de popularidade não credencia ninguém a ser repórter ou editor".

Ettema e Glasser observam o papel da ironia na produção do lugar de "guardião da consciência moral" que o jornalismo se atribui. Ela permite apresentar um julgamento moral sem que seja necessário fazer um "sermão" sobre o tema (ETTEMA e GLASSER, 1998, p.87). Ao mesmo tempo, a ironia estabelece uma cumplicidade entre o texto e seu leitor. Para que funcione, para que seja decodificada de forma adequada, ela exige um vocabulário moral compartilhado (ETTEMA e GLASSER, 1998, p.105).

Trata-se de uma ferramenta comum no repertório do jornalismo. Mas o uso que *Veja* faz dela merece atenção. Na matéria sobre o programa de governo de Dilma Rousseff, a galhofa é contida, como uma piscadela ao leitor: será mesmo que uma campanha tão bem organizada se atrapalharia na entrega da documentação à Justiça Eleitoral? A dúvida ajuda a construir o argumento subjacente, de que os petistas radicais não estão tão domesticados quanto os líderes do partido gostam de anunciar, e ainda têm força suficiente para emplacar, mesmo que só por algumas horas, o programa oficial da candidata. Há, também, uma sobreposição entre a ironia e o recurso às aspas, que é parte importante dos procedimentos-rituais da objetividade e da marcação da exterioridade entre os enunciados assumidos pelo autor e aqueles atribuídos a outrem. Um exemplo é a legenda que acompanha a imagem da hidra no miolo da matéria - "As propostas que entraram 'por engano'" -, em que a expressão "por engano" aparece entre aspas e em vermelho, destacada das palavras que a precedem sem aspas e em cinza.

O sarcasmo pesado da matéria sobre as críticas de Lula à imprensa, incomum no jornalismo fora dos espaços de "opinião", é de outra natureza. Marca uma identidade de *oposição* ao governo, que a própria reportagem apresenta como sendo própria do bom exercício profissional: "Não existe jornalismo a favor" ("Más notícias, presidente", *Veja*, 4/11/2009, p.100). Mas a oposição específica ao governo Lula é diluída na caracterização supostamente inconteste do papel da imprensa e dos limites dos governos para sua regulação. Esse papel seria regido, ao mesmo tempo, por normas jurídicas *e* valores compartilhados, o que leva a revista a sustentar que "os próprios leitores e a Justiça punem os jornalistas que ultrapassam os limites éticos".

A crítica ao desempenho da mídia é automaticamente igualada ao anseio por controlá-la, em outro importante estratagema de produção de sentido por parte de *Veja*. Para um exemplo significativo, é possível voltar à reportagem de 14 de julho de 2010, sobre os riscos do radicalismo na candidatura de Dilma Rousseff. O título da capa não deixa dúvidas sobre quem é a hidra: "O monstro do radicalismo". O olho da matéria, porém, diz que a questão é se Dilma Rousseff conseguirá "domar o monstro do autoritarismo" (p.65). E o terceiro parágrafo do texto assinala que "Dilma está sendo desafiada pelo

monstro do atraso com suas múltiplas cabeças ágrafas, ignorantes, passadistas e liberticidas" (p.65). O monstro é, simultaneamente, o radicalismo, o autoritarismo e o atraso. No discurso de *Veja*, os três substantivos contam como sinônimos. Os radicais tentam impor visões minoritárias, portanto, são autoritários. E não percebem que suas doutrinas foram superadas pela história, portanto, são atrasados.

O deslizamento promove a equivalência entre radical e autoritário, radical e atrasado, sem que seja necessário aduzir uma única justificativa. O que torna possível tal manobra - e que faz com que ela seja encarada com total naturalidade; na verdade, com que não seja sequer percebida - é o fato de que a revista e seus leitores compartilham de um mesmo universo mental, no qual a modernidade (o oposto do atraso) e a democracia (o oposto do autoritarismo) correspondem aos países capitalistas centrais, nos quais, por sua vez, todo o jogo político se dá sob o signo da moderação (o oposto do radicalismo). Qualquer ideia que fuja da conformidade com um modelo, aliás bastante estrito, de ordenamento econômico e político liberal é "radical", logo, atrasada e autoritária. Qualquer inconformidade com o padrão dado de gestão dos meios de comunicação de massa é censura. Emparelhadas com vocábulos de claro sentido pejorativo, tais propostas não merecem ser ouvidas em seus próprios termos (afinal, quem precisa de defensores da censura ou da ditadura na mídia?) e podem receber a condenação moral que merecem.

A isenção, portanto, não é uma suspensão de julgamento. Mas não admite a contestabilidade da norma que está na base desse julgamento. É, portanto, o *julgamento objetivo*, isto é, ancorado em fatos, com base em uma norma igualmente objetiva, isto é, entendida como pertencendo à natureza das coisas. Assim considerado, o transgressor *é* um transgressor, e nomeá-lo como tal não representa uma ruptura, mas a confirmação da isenção jornalística.

A transformação dos julgamentos em fatos não corresponde, como tal, ao falseamento de informações em sentido estrito. Mas abre brechas para informações que são imprecisas, porém, coerentes com os discursos sustentados. Na matéria sobre o programa de governo de Dilma Rousseff, o leitor de *Veja* não teve acesso aos programas registrados, apenas aos comentários da revista. Em um pequeno quadro, sob o título "O que ficou", *Veja* informa seu leitor de que "Apesar de alterado, o item que trata da liberdade de imprensa ainda defende o controle da mídia" (Otávio Cabral, "A criatura contra- ataca", p.65). No programa de governo registrado no TSE, no entanto, não há qualquer passagem que corresponda à defesa do controle da mídia ou mesmo um item que trate especificamente da liberdade de imprensa. Nos trechos que podem ter levado a esse julgamento, o programa define as "cadeias de rádio e de televisão" como "pouco afeitas à qualidade, ao pluralismo, ao debate democrático"; fala em "monopólio e concentração dos meios de comunicação" e associa o aprofundamento da democracia brasileira a uma "forte circulação de ideias" (Coligação para o Brasil seguir Mudando, "Diretrizes do Programa 2011/2014", itens 42-44, p.15).

Interpretações que anulam o fato, ironia e o jogo das equivalências (e mesmo a provisão de informações imprecisas) são os instrumentos principais por meio dos quais a revista produz sentido. Sem a adesão a um conjunto de códigos compartilhado com seus leitores, porém, pode-se supor que haveria resistência a tomadas de partido tão indisfarçadas. A eficácia desses instrumentos depende da cumplicidade com o público. É de se perguntar, então, como *Veja* foi capaz de se colocar nesta posição

de garantir uma cumplicidade tão extensa entre seus preconceitos e os de seus leitores. É isso que parece permitir que a revista rompa com os cânones da objetividade e explicite seu engajamento com determinados valores de modo mais acentuado do que a média da mídia brasileira, sem, no entanto, comprometer sua posição de destaque nesse campo e a credibilidade diante do público.

Trata-se de algo que foi construído ao longo dos anos. A cumplicidade pode ser explicada, ao mesmo tempo, pela identidade entre a posição social dos jornalistas e dos leitores e pela posição que a mídia e, nesse caso, a revista *Veja* especificamente, têm na conformação dos valores compartilhados pelos leitores e do senso comum, em sentido mais amplo. A reportagem de 2002 sobre os radicais possui pontos de contato, mas também diferenças marcadas em relação à sua similar de oito anos mais tarde. Em primeiro lugar, ela é muito mais informativa, no sentido que o jornalismo atribui à palavra. *Veja* procura sustentar a importância das correntes "radicais" dentro do PT, apontando quantos filiados cada uma delas agregaria, quais são suas principais lideranças e que propostas defendem (box "As tendências do PT", p.40-1). Ainda que haja ironia - a ideologia da corrente Articulação de Esquerda é identificada como "marxista de manual" -, há também alguma explicação de suas ideias. Assim, para a tendência O Trabalho, o orçamento participativo, "em vez de fomentar o crescimento de organizações populares independentes, resulta em sua cooptação pelo aparelho de Estado".

Também são entrevistados líderes da esquerda petista, com destaque para a senadora Heloísa Helena, que merece um pingue-pongue reproduzido num box da matéria ("O discurso light do PT me irrita", p.42-4). Outros entrevistados são o ex-prefeito de Porto Alegre, Raul Pont; os deputados federais eleitos Ivan Valente e Luciana Genro; e Marcus Sokol, da corrente O Trabalho. São reproduzidos trechos de documentos das tendências de esquerda. Não é que falte um julgamento explícito, por vezes marcado pela ironia e sempre denunciando as propostas radicais como uma ameaça às liberdades e ao bem-estar do povo brasileiro:

> "Defendem a 'expropriação do patrimônio da grande burguesia', a reestatização de empresas privatizadas, o amordaçamento da imprensa (sob o eufemismo de "controle social dos meios de comunicação"). Em outras palavras, querem que sejam impostas ao país medidas anacrônicas e tão factíveis quanto convencer o ditador cubano Fidel Castro a cortar sua barba" (p.38).

A denúncia, porém, é apoiada em extratos do discurso dos próprios radicais, que a evidenciariam. Assim, Heloísa Helena manifesta seu desgosto com a moderação do discurso petista, Ivan Valente, Luciana Genro e Marcus Sokol pregam o rompimento com o Fundo Monetário Internacional. A visão de Genro sobre a situação da Colômbia é tachada de "completamente desprovida de sentido de realidade", mas a revista não se furta a citar seu argumento de que há "uma intervenção político-militar do imperalismo contra as Farc, principal expressão da luta dos camponeses" (p.44). Os enquadramentos preferidos da esquerda do PT são desqualificados de forma expressa no texto, mas não estão completamente ausentes - ao contrário do que ocorre na edição de 2010. Nesta, os petistas, "radicais" ou não, são mencionados sem voz. A matéria contrapõe "petistas moderados" - como Antonio Palocci, "o

fiador da estabilidade econômica", Luiz Dulci, "responsável pela relação amistosa com os movimentos sociais", e Fernando Pimentel (sem maiores explicações) - a "figuras antagônicas", entre as quais estão Franklin Martins, "defensor do controle da imprensa livre", Paulo Vannuchi, "o mentor do Programa Nacional de Direitos Humanos", e Marco Aurélio Garcia, "a voz mais estridente de um grupo numeroso, embora minoritário, que habita uma das áreas mais pantanosas do PT". Não se considerou necessário explicar que áreas são essas.

Nos oito anos do governo Lula, portanto, *Veja* aprofundou seu afastamento em relação aos cânones da objetividade ostensiva, assumindo - de maneira ainda mais aberta - um tom antipetista militante. Por outro lado, ao adotar uma postura incisiva de condenação a políticos de oposição envolvidos em escândalos (como na cobertura do esquema de corrupção envolvendo o então governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda, em 2009 e 2010), a revista atestava sua neutralidade quanto às consequências do noticiário, um dos componentes da própria objetividade. O jornalista objetivo *não deve* considerar os efeitos daquilo que reporta, deve ser despreocupado quanto a quem se beneficiará e quem será prejudicado com a notícia veiculada (GANS, 2004, p.188). A notícia é justa, portanto, quando são justas suas intenções, que não remeteriam senão aos próprios critérios jornalísticos. Os efeitos não pretendidos não entram no cálculo de justiça. Os transgressores, sejam eles quais forem, não são alvos de um jornalista ou de um veículo, mas do bom senso e dos critérios morais socialmente compartilhados.

O recurso à neutralidade permite a *Veja* manter-se como "objetiva" (no sentido de reportar a realidade tal como é) e "partidária", no sentido amplo da palavra. É conhecido o comentário de Gramsci, para quem "um jornal (ou um grupo de jornais), uma revista (ou um grupo de revistas) são também 'partidos', 'frações de partido' ou 'funções de determinados partidos'" (GRAMSCI, 2000 [1933-5], p.350). Incorporando um projeto político, *Veja* cumpre funções de partido; fazendo dele não uma opção, mas um imperativo moral, impede que seu discurso seja entendido como parcial; denunciando e condenando políticos partidários do mesmo projeto, afirma-se como neutra.

Nas narrativas sobre a história da imprensa, o jornalismo objetivo é apresentado em oposição ao jornalismo partidário. Enquanto este último, financiado por interesses políticos, é um instrumento de propaganda, o jornalismo objetivo é abrigado em empresas comerciais que visam o lucro, mas é capaz de mobilizar seus próprios valores normativos para escapar de pressões indevidas. A concorrência mercantil aparece, então, como instrumento importante de manutenção da autonomia do campo jornalístico, uma vez que o público consumidor puniria os veículos que se rendessem à manipulação da informação[7].

O problema do jornalismo partidário, porém, parece ser menos o risco de manipulação do que a ausência de neutralidade. Schudson define assim a diferença entre jornalismo "objetivo" e jornalismo "partidário":

> "A norma de objetividade leva os jornalistas a separar fatos de valores e a noticiar apenas

[7] O "caso Mark Willes" - o executivo do *Los Angeles Times* que, nos anos 1990, tentou subverter as normas da ética jornalística para ampliar o retorno econômico e perdeu o cargo diante da resistência de repórteres e leitores - é o exemplo mais citado (cf. Janeway, 1999, p. 151).

> os fatos. Espera-se que o tom da reportagem objetiva seja frio, em vez de emotivo. A reportagem objetiva cuida para representar, de forma justa, cada um dos lados principais numa controvérsia política. De acordo com a norma de objetividade, o trabalho do jornalista consiste em reportar algo chamado "notícia" sem comentá-la, enviesá-la ou conformar sua formulação de qualquer maneira. O valor da objetividade é afirmado especificamente contra o jornalismo partidário, no qual os jornais são os aliados declarados ou agentes de partidos políticos e suas 'notícias' são um elemento da luta partidária. Jornalistas partidários, tal como jornalistas objetivos, tipicamente rejeitam inexatidão, mentira e desinformação, mas não hesitam em apresentar a informação da perspectiva de um partido ou facção em particular" (SCHUDSON, 2001, p.150).

Também no Brasil, é frequente entre jornalistas e estudiosos o entendimento de que o "lento desengajamento partidário dos jornais" permitiu que a cobertura política se adequasse ao "modelo da imparcialidade e da isenção" (CORRÊA, 2002, p.259). Em registro semelhante, entende-se que o jornalismo brasileiro teria se modernizado, a exemplo do norte-americano, passando de combativo a informativo e sendo capaz de separar "o comentário pessoal da transmissão objetiva e impessoal da informação" (ABREU, 2002, p.15).

Podemos voltar à definição de Gramsci para ressaltar a função partidária da imprensa. Não se trata, aqui, de validar o modelo que essas narrativas consideram historicamente ultrapassado, o da vinculação entre veículos de imprensa e partidos políticos específicos, mas de colocar em questão a oposição mais abrangente entre partidarismo e neutralidade, entre o jornalismo dependente do patrocínio dos políticos e o jornalismo orientado pela lógica empresarial. Uma primeira forma de confrontá-la é expor os laços entre a mídia empresarial e o campo da política. A substituição do jornalismo "patrocinado" pelo jornalismo "subsidiado" daria conta de maneira mais realista desse processo e do padrão daí resultante, que envolve relações e determinações recíprocas entre um modo de organização da política liberal e um modo de organização do jornalismo moderno (COOK, 2005[1998]). Mas é preciso ressaltar a autonomia relativa em relação aos governos e partidos políticos, sem confundi-la com imparcialidade e isenção. Essa autonomia permite, entre outras coisas, transformar a ideia de que o jornalismo é capaz de espelhar a realidade sem reproduzir as posições parciais em um recurso para intervir, em nome do bem comum e de valores universais, nas disputas entre segmentos das elites políticas.

No sentido aqui trabalhado, o jornalismo objetivo não deixou de ocupar a função de partido, mesmo que não se vincule a um partido político: representa interesses e perspectivas sociais específicos, estabelece mediações entre as instituições políticas e os cidadãos, procura impor visões de mundo e forjar consensos. Ele colabora para a reprodução de valores socialmente hegemônicos ao silenciar sobre as disputas em torno desses valores. Mas esse silêncio não significa a ausência de posições ou a acomodação a posições prévias, anteriores e exteriores. Ao apresentar julgamentos como fatos, o jornalismo participa ativamente da construção dos próprios fatos. Atua politicamente quando atribui significados às disputas presentes. E atua com maior eficácia quando, respaldado pelos ideais da

objetividade e da imparcialidade, articula perspectivas e interesses parciais em discursos identificados como neutros e não posicionados.

Conclusões

No jornalismo, a neutralidade corresponde à validação de discursos hegemônicos. O entendimento de que veículos e jornalistas mantêm posição de exterioridade em relação aos conflitos políticos e sociais lhes confere a possibilidade de colocar em circulação julgamentos, sem a pecha de agir em nome de interesses específicos. Quando a neutralidade é considerada um ideal que não se efetiva, mas que permite distinguir entre o bom jornalismo e o ruim, a oposição entre fatos e julgamentos permanece ainda como uma referência para jornalistas, público e analistas.

A ambição de produzir um discurso que espelhe *a realidade* é central ao ideal da objetividade, mas não esgota seus sentidos. O papel ativo dos jornalistas na seleção dos aspectos da realidade que ganham relevância no noticiário é, há muito tempo, considerado também por aqueles que mantêm a neutralidade como um ideal. Os discursos mais ingênuos sobre a correspondência entre jornalismo e "fatos" são pouco frequentes. Mas fica mantida a ideia de que, se não é possível dar conta de *toda a realidade*, seria possível ao menos colocar em suspenso os julgamentos. A verdade seria alcançada quando (e porque) é possível assumir uma posição imparcial. Mantém sua força, também, o entendimento de que os julgamentos presentes no noticiário, quando são assim reconhecidos, correspondem a valores sociais compartilhados e não conflitivos. Seriam, assim, a expressão da opinião pública, codificada como bom senso informado. Julgar não seria, nesse sentido, tomar partido.

A realidade que o discurso jornalístico apresenta é um artefato moral. Mas como as disputas entre interesses e representações diversas do mundo social não são explicitadas, ela é apresentada como um artefato sem artífices. O ideal da objetividade não corresponde apenas à ilusão de que os jornalistas podem transcender sua condição de indivíduos socialmente posicionados. Corresponde, também, à ficção de que os valores morais hegemônicos são universais. Objetividade e imparcialidade são, nesse sentido, dispositivos que permitem ocultar o trabalho moral realizado pelos jornalistas.

Na base dos *framings* presentes no noticiário estão valores relacionados a posições e interesses sociais específicos, a partir dos quais os fatos jornalísticos tomam forma. Em outras palavras, a matéria dos fatos são os julgamentos, e não o contrário. Naturalizados e objetivados, os padrões de valores assumidos pelo jornalismo são a base para posições que não aparecem como tomada de partido, mas como a expressão da própria realidade. Os fatos noticiados demonstrariam, sem a necessidade de interpretações, o apego ou o desvio de atores e instituições a códigos tomados como óbvios. Veículos e jornalistas podem, assim, julgar instituições e indivíduos mantendo-se dentro dos limites do que é entendido como seu papel: o de críticos imparciais. Expressam posições políticas e valorativas específicas que são, no entanto, apresentadas como a expressão de uma crítica que resguarda valores que seriam os de "todos nós".

Considerando que a neutralidade dissimula valores e envolvimentos, o jornalismo não pode ser tomado como simples veículo dos discursos e interesses hegemônicos. Mais do que colocá-los em

circulação, o jornalismo participa de sua afirmação, sobretudo por sua capacidade de legitimar e naturalizar determinadas compreensões da realidade. Atua em contextos marcados por conflitos e disputas horizontais e verticais. Representa "valores comuns" em sociedades estruturalmente marcadas por relações de poder assimétricas, traduzidas em vantagens e desvantagens para parcelas diferentes da população. Transcende, supostamente, os conflitos em contextos marcados por disputas entre elites políticas. Dissimula, portanto, o fato de ser um ator político e funcionar, nesse sentido, como *partido* - independentemente de sua relação com partidos políticos específicos.

O ideal da objetividade e a afirmação dos valores morais não são excludentes. É mesmo o contrário disso: "fatos objetivos" e julgamentos complementam-se na legitimação do jornalismo como guardião dos valores sociais. Essa dinâmica parece estar presente, com variações, nas dimensões da ética e das práticas que organizam o jornalismo nas sociedades liberais contemporâneas. A análise da revista semanal brasileira *Veja* permitiu destacar um aspecto central à sua sustentação: o compartilhamento dos valores entre o jornalismo e seu público. A dependência cognitiva do público em relação aos meios de comunicação e o baixo grau de pluralidade desses últimos são variáveis importantes nessa relação. Consideradas, impedem uma simplificação: a ideia de que a percepção clara de posições e interesses por parte do público orientaria a escolha de um veículo de informação, que atuaria então como representante de um segmento específico da população. O equívoco, nesse caso, está em tomar o vínculo entre os veículos de comunicação e seu público como a mera formalização de posições e entendimentos que o antecederiam. Trata-se, diferentemente, de uma relação complexa e que se estende no tempo, na qual as representações da realidade social são alimentadas por um noticiário factual que é, por sua vez, resultante de representações específicas dessa mesma realidade. A neutralidade é, portanto, o efeito de parcialidades que coincidem ou se assemelham em contextos nos quais o jornalismo tem uma atuação importante na lapidação dos consensos.

Referências Bibliográficas

ABREU, A. A. de. *A modernização da imprensa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

ABREU, A. A. de; LATTMAN-WELTMAN, F.; ROCHA, D. (orgs.). *Eles mudaram a imprensa:* depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ALBUQUERQUE, A.; SOARES, R. F. "Notícias de notícias: Notícias do Planalto, memória e autoridade jornalística". *Comunicação & Política*, v. XI, n. 1, p. 135-69, 2004.

AUTHIER-REVUZ, J. "Heterogeneidade(s) enunciativa(s)". *Caderno de Estudos Linguísticos*, n. 19, p. 25-42, 1990.

BOUDANA, S. "On the values guiding the French practice of journalism: interviews with thirteen war correspondents". *Journalism*, v. 11, n. 3, p. 293-310, 2010.

BOURDIEU, P. The political field, the social science field, and the journalistic field, In: BENSON, R.; NEVEU, E. (eds.). *Bourdieu and the journalistic field*. Cambridge: Polity, 2005 [1995].

CARPENTIER, N. "Identity, contingency and rigidity: the (counter)hegemonic constructions of the identity of the media professional". *Journalism*, v. 6, n. 2, p. 199-219, 2005.

CARPENTIER, N.; TRIOEN, M. "The particularity of objectivity: a post-structuralist and pshicoanalytical reading of the gap between objectivity-as-a-value and objectivity-as-a-practice in the 2003 Iraq War coverage". *Journalism*, v. 11, n. 3, p.311-28, 2010.

COOK, T. E. *Governing with the news:* the news media as a political institution. 2.ed. Chicago, London: The University of Chicago Press, 2005 [1998].

CORRÊA, V. *Conversa com a memória:* a história de meio século de jornalismo público. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

DEUZE, M. "What is journalism? Professional identity and ideology of journalists reconsidered". *Journalism*, v. 6, n. 4, p.442-64, 2005.

ETTEMA, J. S.; GLASSER, T. L. *Custodians of conscience:* investigative journalism and public virtue. New York: Columbia University Press, 1998.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996 [1971].

FSB COMUNICAÇÕES. *Mídia e política:* pesquisa sobre os hábitos de informação dos deputados federais. Brasília: FSB Comunicações, 2009.

GANS, H. J. *Deciding what's news:* a study of CBS Evening News, NBC Nighlty News, Newsweek, and Time. Evanston: Northwestern University Press, 2004 [1979].

GOMES, W. "Mapeando a audioesfera política brasileira: os soundbites políticos no Jornal Nacional". XVII ENCONTRO DA COMPÓS, 2008, PUC-SP, São Paulo.

GRAMSCI, A. Caderno 17 (1933-1935). In: GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3, 2000 [1933-5].

JANEWAY, M. *Republic of denial:* press, politics, and public life. New Haven: Yale University Press, 1999.

LIPPMANN, W. *Public opinion*. New York: The Free Press, 1997 [1922].

MANIN, B. *The principles of representative government*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

MARCELINO, D. et al. "A cabeça do jornalista: opiniões e valores políticos dos jornalistas no Brasil". *Comunicação & Política*, v. 27, n. 3, p. 13-42, 2009.

MIGUEL, L. F. e COUTINHO, A. A. "A crise e suas fronteiras: oito meses de 'mensalão' nos editoriais de jornais". *Opinião Pública,* v.13, n.1, 2007.

O ESTADO DE S. PAULO. *Manual de redação e estilo*. Organizado e editado por Eduardo Martins. São Paulo: *O Estado de S. Paulo*, 1990.

SCHUDSON, M. "The objectivity norm in American journalism". *Journalism*, v. 2, n. 2, p. 149-70, 2001.

_____. *The sociology of news*. New York: Norton, 2003.

TUCHMAN, G. "Objectivity as strategic ritual: an examination of newsmen's notions of objectivity". *American Journal of Sociology*, v. 77, n. 4, p. 660-79, 1972.

WAISBORD, S. *Watchdog journalism in South America:* news, accountability and democracy. New York: Columbia University Press, 2000.

Flávia Biroli - fbiroli@terra.com.br

Luis Felipe Miguel - lfelipemiguel@uol.com.br

Recebido para publicação em setembro de 2010.

Aprovado para publicação em agosto de 2011.

Votando na prateleira: a politização do consumo na América Latina

Fabián Echegaray
Market Analysis

Resumo: Há pelo menos uma década que a utilização do poder de compra pelo consumidor para perseguir finalidades políticas ou éticas é um fenômeno debatido pelas Ciências Sociais internacionais. Diante do aparente desengajamento público com a política, o fenômeno do consumo politizado passou a ser reconhecido como uma das formas mais inovadoras e crescentes de participação política não convencional para os indivíduos, quebrando a tradicional divisão entre cidadania, a esfera dos bens públicos e os agentes políticos, de um lado, e o consumo, a esfera dos bens privados e os agentes de mercado, de outro lado. Entretanto, esse debate mal foi iniciado na América Latina, menos ainda sua discussão empírica. Este artigo aborda as evidências sobre a cidadanização das relações com as corporações que estimulam o uso do poder de compra como forma de influenciá-las a seguir valores e políticas favoráveis à sociedade e ao meio ambiente. A discussão se baseia em dados de pesquisas quantitativas com amostras representativas da população adulta da Argentina, Brasil e México e revela que o consumo político é um fenômeno já estabilizado e que tende a complementar outros modos de engajamento político na América Latina.

Palavras-chave: consumo político; participação política; cidadania; sustentabilidade; América Latina

Abstract: For over a decade, the use of consumer decision seeking the accomplishment of political or ethical goals has been extensively debated by international social sciences. Confronting social capital decline and political demobilization theories, the acknowledgement of political consumerism as a novel and rising mode of non-conventional individual participation in politics has helped to redefine the terms of discussion on civic engagement while also bridging the gap between citizenship and the traditional public sphere of politics, on one side, and consumption and the private sphere of market agents, on the other. Yet, such debate has hardly begun for Latin America, not to speak of pursuing an empirical discussion. This article reviews empirical evidence about the politicization of the relationships between consumers and business substantiated upon the adoption of politically motivated purchases or boycotts of brands and products based on social and environmental values or policy preferences. Research is grounded on representative sample surveys conducted in Argentina, Brazil and Mexico. Results indicate that political consumerism is a fairly stable phenomenon and it enlarges (rather than redefines) the repertoires of political action in Latin America.

Keywords: political consumerism; political action; citizenship; corporate sustainability; Latin America

Introdução

Que implicações tem para o debate sobre cultura cívica o fato de que os indivíduos confiam mais no mundo corporativo empresarial do que no universo político formal? Ainda, que implicações têm para esse debate o fato de o primeiro âmbito ter peso e influência iguais ou superiores ao segundo na vida cotidiana? Como emoldurar, na discussão sobre os riscos e alcances do civismo, a evidência de uma percepção de transparência e prestação de contas maior vinda das empresas, em comparação com as instituições políticas?

Que consequências têm para a conceituação da noção de comportamento político o crescente sentimento de pertencimento, envolvimento e ativismo perante marcas e empresas, comparado ao engajamento com partidos políticos ou entidades do governo?

Desde o trabalho pioneiro de Marshall (1950) sobre cidadania, as Ciências Sociais vêm entendendo esse conceito em termos exclusivamente estatais ou formalmente políticos: focando o problema no acesso e no exercício dos direitos políticos ou centrando a atenção nas expressões de atuação pública dirigida ao Estado (ou reduzindo-a ao terreno da representação institucionalizada dos interesses). Em poucas palavras, a noção de cidadania tem sido limitada à interlocução que os indivíduos desenvolvem com os partidos políticos, com o governo ou, de forma mais genérica, com as instituições políticas. A partir do suposto de que eram essas as instâncias que zelavam pela representação e pela execução dos interesses dos cidadãos e de que eram elas que designavam e distribuíam os bens públicos, a cidadania consistia em exercer a demanda de bens coletivos através dos canais de participação político-institucionais.

Todavia, as últimas décadas têm testemunhado a emergência da necessidade de outro ator com capacidades e recursos para influenciar a geração e distribuição de bens públicos: as grandes corporações. Este fenômeno, cuja magnitude é distinta em diferentes países, tem posicionado as empresas além de seu papel habitual, limitado a termos econômicos e comerciais. Ao surgirem como partes ativas na resolução de problemas sociais, tais como a pobreza e a educação precária - através de programas filantrópicos ou de capacitação de mão de obra, ou como proponentes de um estilo de vida que considere o impacto ambiental (para utilizar somente alguns exemplos isolados do que faz parte do conceito de responsabilidade social corporativa), as grandes empresas se projetam como agentes de mudanças social e cultural, ajudando a socializar novos valores vinculados ao público e ao coletivo, convertendo-se em canais e objetos de mobilização e influência individual e grupal, e expandindo, assim, a experiência de politização para outras esferas tradicionalmente percebidas como apolíticas[1].

Este artigo parte da premissa de que existe em andamento um processo de "cidadanização" das relações com marcas e empresas, relações que antes eram somente comerciais. Esse processo de mudança no diálogo entre empresas e consumidores pode ser definido como a mudança de um contato transacional efêmero no ponto de venda para um novo tipo de contrato, no qual ambas as partes detêm direitos e obrigações que vão além do objeto de compra/venda, e se projeta sobre as consequências de produzir e vender (para marcas e empresas) e de consumir e descartar (para o consumidor). Nesse

[1] Uma argumentação inicial sobre esses temas se encontra em Beck (1997, 2002).

sentido, a cidadanização das relações comerciais cristaliza-se na formação de preferências e na geração de condutas com relação a marcas e produtos que são politicamente motivados[2].

E o que significa o consumo se politizar ou se "cidadanizar"? As conceituações do novo fenômeno têm sido tão variadas quanto flexíveis. Para alguns, se trata de uma relação pontual e defensiva diante do crescente progresso do mundo corporativo (PALAZZO e SCHERER, 2008); para outros, isso representa novas formas de participação política equivalentes ao voto, aos protestos de rua ou a fazer campanha para algum candidato (MICHELETTI et al, 2003); outros ainda entendem o fenômeno como uma noção um pouco mais elaborada do consumo verde, e o restringem ao uso individual e esporádico de pistas sobre a procedência do produto (BOSTROM e KLINTMAN, 2008). As diferentes definições que têm sido apresentadas para emoldurar analiticamente o conceito parecem ser uma consequência do fato de o consumo político constituir-se em um fenômeno multidimensional, o que torna difícil sua medição. Por outro lado, por ser um fenômeno relativamente novo e desestruturado, sua observação também é dificultada. É o que comenta Stolle et al: "as ações de consumo político são menos organizadas, menos estruturadas e mais transitórias do que as formas convencionais de participação política, o que dificulta sua medição utilizando qualquer métrica padronizada" (STOLLE et al, 2003, p. 252).

Isso tudo, naturalmente, sugere estratégias muito distantes entre si sobre como observar e medir esse fenômeno: o consumo político manifesta-se somente na consideração de etiquetas e selos sobre a qualidade socioambiental de um produto ou na aspiração do comprador em querer mudar o mundo? São mais importantes as manifestações de interesse e motivação por acompanhar e influenciar o mundo corporativo ou a ação concreta perante marcas específicas? Nosso ponto de partida considera as reações do consumidor perante o comportamento social e ambiental das empresas como sinal de um consumo politizado, que se manifestam através de um discurso favorável ou desfavorável sobre uma empresa e/ou setor no ato da compra (que premia ou pune produtos e serviços de uma marca ou empresa). Tais manifestações têm como princípio a consideração sobre o impacto positivo ou negativo da corporação sobre a sociedade e sua geração ou distribuição de bens públicos. Por isso, partimos da consideração das expressões favoráveis ou desfavoráveis como uma busca pelo ganho de influência sobre a reputação, o *market share* e a saúde financeira da empresa mediante eleições que respaldam ou rechaçam valores e modelos específicos encarnados pelo desempenho de atores do universo corporativo.

A politização do consumo acontece a partir de três fenômenos convergentes: a) um volume importante e crescente de investimentos sociais privados (na forma de programas de responsabilidade social e ambiental) que chega a rivalizar com as propostas do governo para fins assistenciais (ECHEGARAY, 2009b); b) a canalização de identidades, tempo livre, atividades de entretenimento e conflitos dos indivíduos através de marcas consumidas e de sua relação com os fabricantes de produtos ou serviços (BAUDRILLARD, 1995; CANCLINI, 1996; BECK, 1997; BAUMANN, 2007); e c) o esgotamento das capacidades mobilizadoras e motivacionais dos canais tradicionais de representação de interesses e valores políticos (PERUZZOTTI, 2002; POWELL, 2004; TORCAL, 2006).

[2] Esse processo já foi discutido inicialmente e com base empírica para o caso brasileiro em Echegaray (2009a, 2009b). Uma discussão mais ampla pertinente aos casos de sociedades desenvolvidas se encontra em Micheletti et al (2003) e Stolle et al (2005).

Tendo em mente esse processo, a intenção aqui é explorar até que ponto a participação individual em ações que politizam o vínculo do consumidor com o mundo corporativo resultam em uma complementação, ou melhor, em uma substituição das modalidades habituais de expressão política frente ao governo, Estado e/ou partidos políticos. Essa hipótese começou a ser examinada empiricamente na primeira metade dos anos 2000 em várias sociedades de mercado europeias com instituições consolidadas (MICHELETTI et al, 2003; STOLLE et al, 2005). Em países com instituições mais frágeis como os da América Latina, é plausível supor que há mais razões para crer que, diante da ausência do Estado, os cidadãos apelem a outras instâncias e estratégias para exercer suas demandas. Por isso, neste artigo, exploramos a evidência sobre a politização do consumo em três países da região (Argentina, Brasil e México), onde se observa um processo gradual de cidadanização das relações comerciais entre consumidores e empresas.

Este artigo (embrião de um estudo mais abrangente e completo sobre o tema da politização do consumo na região) organiza-se em três seções. Na primeira, sintetizo a discussão entre os âmbitos público e privado de referência e atuação para os indivíduos e atualizo, também de forma sintética, o debate empírico atual sobre os alcances da cidadanização do consumo. Na segunda seção, examino, através de dados replicados nos três países latino-americanos, as expressões de transferência das referências do âmbito da institucionalização pública à esfera transacional-comercial representada principalmente pelas grandes corporações do mercado. Na terceira seção, testo as hipóteses da substituição ou complementação entre formas convencionais ou não convencionais de atuação política para determinar o efeito do consumo como um novo canal de expressão da cidadania. Por fim, apresento uma discussão sobre as implicações dos achados.

As relações entre empresas, Estado, cidadão e consumidores

Cidadãos e consumidores, assim como o Estado e o mercado, constituem – para a maior parte da literatura tradicional de Ciência Política e Opinião Pública – sujeitos e esferas de atuação independentes, quando não abertamente antagônicas (ECHEGARAY e SARSFIELD, 2009). Essa distinção parece ter suas origens na própria Teoria Política. Uma das fontes dessa visão parece ser proveniente da separação crucial entre a esfera privada e a esfera pública, especialmente das diferenças que estabelece Hannah Arendt entre os mundos do trabalho, da produção e da ação (ARENDT, 1993). Do mesmo modo, outro ponto de origem dessa visão deriva da teoria do Estado e dos três tipos de poder social, o econômico, o ideológico e o político; distinção que surge do tipo específico de recurso de que dispõe e caracteriza cada um desses âmbitos (BOBBIO, 1982; MANN, 1989; POGGI, 1990). As noções de "mercado" e "Estado" sintetizam essas diferenças, delineando, por um lado, os tipos de bens e recursos que cada esfera dispõe e, por outro, o tipo de destinação ou distribuição desses mesmos bens em cada âmbito. Assim, o mercado trata de produzir e disponibilizar bens privados que tendem a satisfazer (ou criar) necessidades particulares, enquanto o governo se orienta pela provisão de bens públicos, que afetam a comunidade ou a grupos suficientemente relevantes ou numerosos para adquirir status de bem público. Estas distinções naturalizam entre os indivíduos a ideia de que o mercado constitui o reino do

autointeresse e da satisfação individual, enquanto o Estado é aquele que deve se preocupar pelo interesse coletivo e pelas consequências públicas de suas ações. Como resultado dessa divisão, surge a ideia de que enquanto o mundo corporativo privilegia benefícios privados, a esfera pública, na qual convergem governo e instituições representativas, toma conta dos bens públicos.

Essa divisão de compromissos e atividades se projeta de maneira natural até os interlocutores do mercado e do Estado: o primeiro articulando a emergência do consumidor e o segundo dando origem ao cidadão, sujeitos com agendas, preocupações e motivações diferentes, quando não explicitamente opostas. O cidadão, por um lado, se mobiliza em torno da geração de bens públicos e coletivos, os quais são influenciados ou alcançados através do voto (principalmente) e de outros mecanismos de atuação perante instituições representativas ou com autoridade nessa questão. O consumidor, por outro lado, é ativado exclusivamente a partir dos bens de naturezas privada e individual, os quais são alcançados ou moldados através da compra no ponto de venda e de suas relações com as empresas, seus produtos ou serviços. A Tabela 1 resume essas diferenças.

Tabela 1

Leituras tradicionais sobre as Esferas de Cidadania e Consumo

Atores	Interações	Comporta-mento	Auto-percepção	Tipos de Bens	Agentes de Interlocução	Lógica Predominante
Cidadãos	Com o Estado e a esfera pública	Sufrágio (voto na urna eleitoral)	Sujeito a direitos e obrigações	Públicos e coletivos	Políticos (partidos, governo, congresso)	Normativa (raciocínio orientado à legitimidade)
Consumidores	Com o mercado e a esfera privada	Compra (voto no ponto de venda)	Sujeito a benefícios e transações	Privados e individuais	Econômicos (empresas, marcas)	Instrumental (raciocínio custo-benefício)

Ainda que, analiticamente, a distinção tradicional seja inquestionável, a mesma parece ter sofrido uma erosão empírica ao nível do comportamento político[3]. Assim, uma corrente recente da literatura sobre ação política reconhece uma forte convergência entre as duas esferas a partir de mudanças culturais e institucionais[4] (STOLLE e HOOGE, 2003). Essa convergência adota a forma de uma politização de consumo que busca expressar e obter valores conceituais e materiais de índole pública e coletiva, mediante o exercício da ação individual, na esfera do mercado. Nesse sentido, tal convergência resulta de uma extensão do repertório de atuação política em direção a formas não convencionais, as quais excedem o leque de opções de participações públicas concebidas tradicionalmente e definidas na literatura sobre participação política (p.ex. BARNES e KAASE, 1979; INGLEHART, 1997). O não convencionalismo dessas manifestações não vem de seu caráter mobilizador, de rua ou potencialmente

[3] Neste artigo não abordamos a análise sobre se essa distinção perdeu fecundidade empírica em outras dimensões. Deve-se assinalar que, por exemplo, o Estado segue sendo o portador do fundamental recurso da coerção. Aqui, a preocupação é específica no âmbito do comportamento político.

[4] Muito antes, Hirschmann, em suas discussões sobre a busca de satisfação pessoal e dedicação a atividades da esfera privada ou pública, assim como em seu trabalho prévio sobre padrões de resposta perante instituições geradoras de insatisfação, admitia a interpretação de que as ações implementadas como consumidor poderiam ter uma conotação política (HIRSCHMANN, 1970; 1982). No entanto, essas discussões tiveram um caráter mais histórico e ensaísta do que inferencial.

ilegal, como Barnes e seus colegas rotularam inicialmente o conjunto de possíveis formas de participação não institucionalizada -, mas da substituição das instituições políticas por entidades de mercado como interlocutores fundamentais de tal comportamento.

Para entender como acontece essa convergência faz-se necessário, antes, detalhar melhor o que entendemos sobre cidadanização ou politização do consumo. Em linhas gerais, tal cidadanização implica na conexão entre valores e interesses substantivos vinculados a uma ideia de ordem pública, com eleições pessoais feitas de modo deliberado e tendo atores do mercado como principais interlocutores. Assim, a politização do consumo expressa práticas individuais de seleção ou rejeição de produtos e/ou produtores com base em considerações socioambientais, políticas ou éticas, e com o objetivo de promover algum resultado de cunho político (que afete direta ou indiretamente a produção ou distribuição de bens públicos e seus geradores privados). Na prática, possibilita um modo alternativo de participação perante assuntos públicos fora da esfera convencional e além das fronteiras de interlocução política tradicional com o governo, os partidos ou o próprio Estado. Como um resultado crucial, essas novas práticas tornam menos nítido o limiar entre o interesse privado e o público, e entre o mundo do consumo e o mundo da cidadania.

Uma das causas dessa politização do consumo parece se desprender da natureza peculiar que o consumo adquire para os indivíduos. Os trabalhos de Veblen, há mais de um século, já mencionavam que o consumo, e, portanto, a relação entre oferta e demanda de produtos e serviços, excedia o plano da mera satisfação utilitária de necessidades e se projetavam também como uma ação de caráter simbólico. Isso converte o consumo em um instrumento de expressão e afirmação da imagem e da identidade pública do indivíduo. Seja como doador de status ou como produtor de significados e identidades na organização mundial, o consumo projeta-se cada vez mais como fenômeno cultural de interlocução e representação social (BAUDRILLARD, 1996; DOUGLAS e ISHERWOOD, 2006; CANCLINI, 1997).

Sabe-se que este não é o espaço ideal para resumir a discussão sobre o valor social do consumo, mas é importante e suficiente destacar que, como catalisador da expressão da identidade dos indivíduos, o consumo sintetiza valores e crenças chaves que são projetados sobre os objetos de consumo e seus fabricantes (as empresas). Na medida em que esse processo ocorre em paralelo à depreciação de outros canais de representação e identificação de valores, como os partidos políticos e o poder legislativo (GERVASONI, 2004; MAINWARING, 1998), fica mais fácil compreender uma inclinação a concentrar uma parte das expectativas orientadas a materializar valores no mercado. Essa expressividade pode ocorrer no discurso ou, de forma mais tímida, a partir da orientação silenciosa e individual a querer saber mais ou refletir sobre o comportamento ético-legal e sobre as consequências ambientais ou sociais de determinadas ações ou omissões de outros agentes como empresas e ONGs. No entanto, possivelmente, a forma mais explícita de expressar esses valores no mercado se dê através de eleições e decisões motivadas politicamente entre aqueles que demandam bens e serviços.

Por outro lado, os consumidores que se comprometem com tais condutas partem da adjudicação de responsabilidade às empresas quanto à geração, distribuição ou conservação de bens públicos e, ao fazê-lo, ampliam os limites da participação política tal como esta é concebida nas Ciências

Sociais. A discussão atual sobre o consumo político indica que isso ocorre pela forma como os produtos são fabricados ou pela natureza do impacto socioambiental que a produção de tais produtos e serviços tem (MICHELETTI et al, 2003). Essa leitura, contudo, só reconhece a dimensão mercantil do mundo corporativo, ignorando a projeção das grandes empresas como agentes de mudança política em função de sua influência econômica (capacidade de gerar ou eliminar postos de trabalho, riqueza para as comunidades onde elas se inserem, recursos ao governo via impostos, multiplicação das atividades econômicas, atração de mão-de-obra mais ou menos qualificada), de suas políticas de sustentabilidade (critérios de seleção de fornecedores, parâmetros de construção, armazenamento, transporte e operação de mercadorias, compromissos de colaboração com o governo em matéria de preços, estabilidade laboral, etc.) e de seus programas de responsabilidade socioambiental. A geração e a distribuição potencial ou real de bens públicos não mercantis por parte das grandes empresas, seja se tratando de um fenômeno de percepção ou de algo efetivamente comprovado, são outro grande motor da politização do consumo (ECHEGARAY, 2009b).

O desconhecimento dessa segunda dimensão que impulsiona o consumo político se origina, em grande medida, da concentração das explicações sobre o surgimento desse fenômeno nas mudanças culturais. Existe um consenso na literatura sobre a ideia de que a mudança para uma cultura pós-materialista, na qual se sobressaem as necessidades de autorrealização e autoestima no lugar das necessidades básicas de subsistência e autopreservação (INGLEHART, 1990), e que constitui a consagração de um tipo de política ancorada nos estilos de vida ao invés de nas ideologias (BECK, 1997), explicam a emergência do consumo político[5]. Contudo, tal limitação argumentativa mostra várias contradições. Por exemplo, uma parte importante da politização do consumo resulta de preocupações sobre o impacto dos processos produtivos e dos próprios produtos sobre o meio ambiente e a segurança higiênica e alimentar/nutricional, respectivamente. Por definição, a inquietação sobre os efeitos e riscos de alimentos à saúde mal poderia encaixar-se em um âmbito de necessidades que não fosse o das básicas (fisiológicas, relativas à alimentação e à segurança em termos de amparo e garantia biológicos). A centralidade conceitual que a noção de risco ganha na abordagem de Beck sobre subpolítica ou política de estilo de vida não minimiza o fato de que tal risco está conectado ao âmbito da sobrevivência de forma muito mais direta e incisiva do que ao de necessidades mais complexas como a de autoestima ou autorrealização. De forma análoga, a intensidade e dramaticidade com que o aquecimento global e a poluição afetam, hoje, a vida de milhões de latino-americanos, principalmente (mas não somente) nas grandes áreas urbanas, dificilmente podem ser associadas com uma necessidade pós-materialista. As perdas de vidas e de propriedades individuais e públicas devido a tempestades, deslizamento de terras e inundações, os custos alarmantes de eletricidade e abastecimento de água potável com as oscilações bruscas de temperaturas e do nível dos rios, a insegurança física e médica no caso de apagões ou cortes energéticos e de abastecimento sugerem muito claramente que as preocupações ambientais estão

[5] Versões locais dos argumentos da politização do consumo repetem e se limitam a esta mesma linha de argumentação. Ver Portilho (2005).

abandonando o domínio de necessidades de índole pós-material e sendo identificadas como necessidades básicas de subsistência[6].

O reconhecimento da projeção das grandes empresas como agentes de mudança completa o entendimento sobre os fatores que viabilizam e estimulam a cidadanização do consumo. Diferentes indicadores sinalizam uma mudança no papel desempenhado pelas empresas que favorecem sua projeção da esfera do mercado à público-política. Alguns deles são objetivos, por exemplo: quase metade das 100 principais economias do mundo já durante a primeira metade dos anos 2000 eram empresas multinacionais, e não países[7]. No caso específico do Brasil, em 2009, 30 das 50 maiores entidades econômicas do país eram grupos empresariais de origem nacional ou multinacional[8]. Tudo indica que uma situação semelhante aconteça na Argentina ou no México, as outras sociedades estudadas neste artigo. Outro exemplo de mudanças substanciais surge ao comparar os volumes de investimento social privado nesses países. Em 2006, o estado de São Paulo (com mais eleitores e maior PIB do que a Argentina inteira) dedicou aos seus programas sociais, de proteção ambiental e de desenvolvimento cultural a cifra de R$ 1,4 bilhões. Nesse mesmo ano, o total de investimentos diretos e indiretos em ações de responsabilidade socioambiental por parte de 100 fundações empresariais do país[9] somaram recursos por volta de R$ 1,1 bilhões[10]. Quando os níveis de assistência social, proteção ambiental e inversão em desenvolvimento via integração cultural ou desportiva provenientes do governo e do setor privado rivalizam a este ponto, é difícil negar que isso traga mudanças profundas nas expectativas e modos de referenciação e atuação por parte dos indivíduos sobre em que ponto termina a relação mercantil e começa a relação política com o mundo corporativo[11].

No entanto, abundam também os indicadores subjetivos que apontam esse avanço: proporções entre 61% e 78% da população urbana dos três países latino-americanos esperam que as empresas desempenhem um papel que vá além de suas meras funções comerciais e transacionais[12]. Ao serem

---

[6] Dados de pesquisas indicam a inclinação cada vez maior a indicar o meio ambiente como principal problema do país. No Brasil, o tópico se instalou no terceiro lugar há alguns anos. Em 2009, por exemplo, quando questionados de forma espontânea sobre qual era o problema mais sério do país, 12% dos entrevistados indicaram algum tipo de questão ambiental, tema que ficou atrás somente da violência e de problemas econômicos, superando a indicação de outros problemas históricos como o desemprego, a falta de educação, a pobreza ou o déficit na saúde. Fonte: Market Analysis.

[7] Clarín, 17 de março de 2002; Veja, edição 1876, 9 de junho de 2004; Unctad 2005.

[8] Isso deixa 7 estados brasileiros de fora da lista das 50 maiores economias do país, ao mesmo tempo em que vários grupos econômicos deixam para trás diversos estados nessa lista dos 50 principais PIBs.

[9] Cabe recordar que o total de empresas localizadas no Brasil e consideradas de grande porte soma 5.500 companhias e que, segundo dados do censo do IPEA de 2006, somente 3% do universo corporativo nacional implementavam projetos próprios permanentes de RSE (indicados pela existência de uma fundação ou instituto empresarial de ação social ou ambiental). Apesar disso, 94% das grandes empresa afirmavam implementar anualmente ações ou iniciativas socioambientais. Fonte: IPEA, "Pesquisa de Ação Social das Empresas", 2006 (versão online: <http://www.google.com.br/url?q=http://www.ipea.gov.br/acaosocial/articledcd2.html%3F id_article%3D244&ei=Z6IZS_KSDceHuAeas-mHBQ&sa=X&oi=nshc&resnum=1&ct=result&cd=1&ved=0CA0QzgQoAA&usg=AFQjCNHXr-pr04hckjD8O9aWXIKgVX5f_g>.

[10] Governo do Estado de São Paulo, 2006, Plano Orçamentário (versão online: <http://www.planejamento.sp.gov.br/PlanOrca/orca.asp#>) e Revista *Exame*, 7 de novembro de 2007, p.122).

[11] Cabe destacar que o próprio mundo corporativo incentiva esse processo de politização ao adotar programas de responsabilidade socioambiental como estratégia de competitividade comercial e reputação institucional. Como sintetiza Lipovetsky de forma provocadora: "o posicionamento ético [das grandes empresas] supõe a continuação da guerra econômica por outros meios" (LIPOVETSKY, 2002, p.69). Sobre essa perspectiva de politização como consequência de ações deliberadas do mundo corporativo, ver Echegaray (2009b).

[12] Percentual de entrevistados que indicaram que o papel das grandes empresas deveria ir além da geração de lucros, pagamento de impostos, geração de postos de trabalho e cumprimentos das leis, incluindo operar sob padrões éticos elevados e contribuir para a criação de uma sociedade melhor para todos. Fonte: Market Analysis e GlobeScan, Monitor de Responsabilidade Social Corporativa, 2008.

sondados sobre se as empresas deveriam contribuir para resolver problemas sociais, tais como educação e criminalidade (esfera tradicional de intervenção do Estado e das instituições convencionais de representação política), um mínimo de 50% (no México) e um máximo de 54% (no Brasil) respondem favoravelmente[13]. Além disso, ao comparar indicadores que medem as percepções sobre a atuação do governo e das empresas perante a sociedade, as segundas são mais bem avaliadas de maneira sistemática[14].

De diferentes maneiras, esses indicadores ratificam a ideia de um desequilíbrio entre expectativas e avaliações dos cidadãos sobre os universos corporativo e político, o que abre caminho a uma centralidade crescente das empresas como agentes de mudança social e cultural, em detrimento dos partidos políticos ou do próprio governo. As grandes corporações se projetam subjetiva ou objetivamente como fontes de oferta política graças à distribuição de responsabilidades e capacidades que lhes outorgam os cidadãos, e a seu exercício objetivo de produção e distribuição de bens públicos. Logicamente, isso faz com que as grandes empresas exerçam um poder mais ou menos discricionário sobre a sociedade e outros atores, mas também as deixa expostas como potenciais *locus* de demanda cidadã[15].

Por outro lado, não existem procedimentos formais e planificados para o controle e a avaliação do comportamento das corporações que seja análogo às eleições, motivo pelo qual o caminho para o desdobramento das reações frente à atuação empresarial e as tentativas de influir sobre a conduta das empresas passa por um tipo de voto cotidiano, exercido a partir do bolso ou do carrinho[16]: escolhendo premiar (com a compra ou a recomendação) ou punir (através de boicote passivo ou ativo) as empresas que cumprem bem ou mal com seus deveres socioambientais, a partir das capacidades adjudicadas e expectativas atribuídas. A lógica de atuação reproduz a premissa de voto econômico retrospectivo familiar à Ciência Política, só que com outro objetivo de referência: as grandes empresas[17]. O indivíduo cidadaniza sua relação com as empresas através de seu papel como consumidor, sancionando aquelas que mostram uma atuação negativa e recompensando as que têm um passado positivo ou à altura do esperado: trata-se, definitivamente, de uma expressão de participação política não convencional mediante a prática de uma compra politicamente motivada, modalidade na qual se traduz a cidadanização das relações com o mercado.

---

[13] Fonte: Market Analysis e GlobeScan, Monitor de Responsabilidade Social Corporativa, 2009.

[14] A diferença em matéria de confiança pública atribuída ao governo e às empresas (nacionais ou multinacionais) chega a 18 pontos percentuais a favor das empresas (praticamente a mesma diferença nos três países em 2009).

[15] Existe uma terceira consequência pouco explorada, que tem a ver com a questão de se essa maior atribuição de poder às corporações é percebido de forma positiva ou negativa. O debate acadêmico e empresarial pouco tem problematizado essa questão, pressupondo que seu resultado é automaticamente negativo (na visão majoritária da literatura universitária) ou positivo (na visão do mundo dos negócios, incluindo os meios de comunicação focados no tema). Amostras representativas para Brasil e México indicam que 80% e 83% dos adultos dos dois países, respectivamente, entendem como um problema um pouco ou muito sério o crescente poder das empresas globais. Fonte: Market Analysis e GlobeScan, Estudo de Reputação Empresarial, 2009.

[16] O carrinho usado para carregar itens no supermercado.

[17] Isso é válido tanto para a vertente sociotrópica (resultados relevantes para a sociedade como um todo) como egotrópica (resultados relevantes para o eleitor individual), já que estudos sobre o significado de responsabilidade social e ambiental realizados nos três países apontam para a inclusão de considerações coletivas (como tratamento justo aos funcionários, geração de empregos e riquezas ou ações filantrópicas e assistenciais) e individuais (experiências positivas ou adversas como cliente). Para uma revisão empírica do voto econômico na América Latina, ver Echegaray (2005).

Os consumidores como agentes políticos

Uma melhor avaliação do mercado como interlocutor de expressão e obtenção de bens públicos (no lugar da política institucionalizada), a efetiva oferta de tais bens por parte do universo corporativo e a mudança na matriz valorativa, que agora estimula uma política baseada na vida cotidiana antes do que com base ideológica ou partidária, não seriam condições suficientes para mobilizar números consideráveis de cidadãos na Argentina, no Brasil e no México à politização de suas práticas de consumo. Para isso, faz-se necessária a percepção de uma conexão explícita sobre a influência de uma decisão de compra na geração de resultados coletivos desejáveis que direcione os consumidores a favor de determinados produtos ou marcas.

Uma das formas de capturar essa conexão é verificando quão permeáveis e representativas são as instituições políticas tradicionais e as de mercado. Sondagens realizadas nos três países selecionados[18] apontam para a existência de uma autopercepção dos indivíduos como relativamente mais influentes em suas relações com as grandes empresas do que com seus governos. Os dados da Tabela 2 indicam, assim, um nível de eficácia política interna maior diante do mercado.

Tabela 2
Percepção de eficácia política interna frente ao Mercado e ao Governo (%)
2008-09

Percepção de eficácia política interna frente ao mercado e ao governo	Argentina	Brasil	México
Hoje em dia, você diria que pessoas como você têm mais influência sobre as decisões do governo sobre políticas do que sobre as decisões de grandes empresas sobre produtos e serviços.	16	23	20
Ou você diria que pessoas como você têm mais influência sobre as decisões das grandes empresas sobre produtos e serviços do que sobre as decisões do governo a respeito de políticas.	39	41	23
Tem o mesmo nível de influência perante empresas e governo (opção espontânea)	14	11	15
Não tem nenhum tipo de influência (opção espontânea)	29	20	25
Não sabe/ Não responde	2	6	17

Fonte: Market Analysis

[18] Os dados discutidos nas últimas duas seções são oriundos de amostras urbanas de estudos realizados nos meses de novembro de 2008 (Brasil), janeiro de 2009 (Argentina) e julho de 2009 (México). Na Argentina, foram entrevistados 410 adultos por telefone, nas cidades de Rosario, Córdoba e na AMBA, a partir de um sorteio aleatório de números, ajustando a amostra final segundo cotas de sexo, idade e classe socioeconômica, com casos distribuídos proporcionalmente ao tamanho da população. As amostras de Brasil e México seguiram um critério de seleção multietapas até o domicílio do entrevistado, no qual foram aplicadas cotas de sexo, idade e classe socioeconômica para que a amostra final fosse fiel à distribuição da população adulta de 18 anos ou mais nesses países. No Brasil, foram entrevistados face a face 805 adultos em nove das principais capitais do país (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Salvador, Porto Alegre, Curitiba, Goiânia e Brasília). No México, 1006 adultos de 145 seções eleitorais de todo o país foram entrevistados. Os dados do Brasil e da Argentina são propriedade da consultoria Market Analysis. Agradecemos à empresa SIMO México a inclusão das perguntas centrais à esta análise na amostra mexicana.

Ainda que com menor intensidade no caso mexicano, e sem negar um nível relevante de sensação de impotência, esse indicador de eficácia política subjetiva revela uma percepção de acessibilidade maior ao mundo empresarial do que ao mundo político-institucional. Na medida em que existe essa atribuição de permeabilidade mais elevada, é mais provável que uma parte importante da vontade participativa seja expressa frente às empresas, mas também que se perceba o mundo corporativo como uma usina tão legítima como a política institucionalizada na geração de bens públicos.

Essa percepção de permeabilidade é complementada por uma expressão de autoafirmação como consumidor diante do universo empresarial e pela leitura de que este chega a ser mais aberto e transparente do que o mundo da política formal. Quando se questiona sobre a autopercepção como agentes de poder diante das grandes empresas e do governo, observa-se uma pequena vantagem a favor do âmbito corporativo, mais ampla no México e quase nula nos outros países[19]. Examinada essa mesma orientação através de outra perspectiva, a efetividade das consequências de uma atuação individual em cada esfera, o quadro resultante é misto, variando de país a país. A Tabela 3 traz mais elementos sobre quão estendida é a percepção sobre um papel assertivo e de empoderamento no âmbito político formal e de mercado, respectivamente.

Tabela 3

Percepção de poder como Consumidor e Cidadão (%)

2008-09

.

Percepção de Poder *(Concordância total + parcial)*	**Argentina***	**Brasil***	**México****
Como consumidor, posso influir no comportamento de uma empresa para que ela seja mais responsável.	74	77	60
Como cidadão, posso influenciar no comportamento do governo para que ele seja mais responsável	73	75	50
A forma como as pessoas compram pode ajudar a mudar o comportamento das empresas	77	70	37
A forma como as pessoas votam pode ajudar a mudar o comportamento do governo	67	70	49

Fonte: *Market Analysis, **GlobeScan

Os dados da Tabela 3 mostram um panorama de virtual empate em matéria de percepção de poder pessoal nas duas esferas de consideração. Os indivíduos (com diferenças específicas em cada país) se sentem praticamente iguais diante de interlocutores políticos ou corporativos, o que gera apoio à ideia de que existe espaço para um exercício de expressão e envolvimento pessoal em ambas as esferas, já que a expectativa em termos de resultados é muito similar. Os achados mostram que não há motivação maior em uma esfera do que na outra, o que contribui para naturalizar a participação no

[19] Nos três países, a pergunta formulada foi: "Vou ler algumas frases e gostaria que você me dissesse se concorda totalmente, concorda em parte, discorda totalmente ou discorda em parte". Os dados reportados correspondem à soma de "concordo totalmente" e "concordo em parte".

território do consumo, dado que geram níveis parecidos de satisfação e autoconfiança com aqueles derivados de atuar diante do governo.

As condições de forte autoestima e um sentido de competência subjetiva mais intenso perante o universo corporativo (comparado com o que se sente diante do mundo da política) estimulam a transferência de um caráter político às relações consumidor-empresa. Além disso, na medida em que se verifica uma percepção de maior permeabilidade, isto é, de acessibilidade e adaptabilidade das corporações e da agenda pública (quando são comparadas com as capacidades das instituições políticas), fica mais fácil o reconhecimento explícito do mercado como arena na qual a cidadania pode ser exercida.

Dois indicadores servem para determinar esses catalisadores adicionais do processo de politização do consumo: quão cognitivamente acessível é cada universo e quão responsável ou adaptável às expectativas e interesses do público são os atores de cada esfera. A Tabela 4 sintetiza os resultados.

Tabela 4

Percepção de permeabilidade do Mercado (corporações) e da Política (governo) (%)

Indicadores de permeabilidade institucional	Argentina	Brasil	México
Acessibilidade cognitiva Empresas-Política*	**- 5**	**+ 17**	**+ 5**
Concordância com "A política é tão complicada que, frequentemente, não se entende o que está acontecendo".	38	59	37
Concordância com "A vida das empresas é tão complicada que, frequentemente, não se entende o que está acontecendo com elas".	43	32	42
Responsabilidade percebida Mercado-Governo*	**+ 50**	**+ 65**	**+ 12**
Concordância com "Nosso país é governado para o benefício de poucos grupos de interesse e de gente muito poderosa".	81	79	40
Concordância com "As grandes empresas podem decidir o que quiserem sem se preocupar com os consumidores"	31	14	28

*Diferença líquida entre os percentuais de concordância com a primeira afirmação menos discordância com a segunda afirmação.
Fonte: Market Analysis

O sinal positivo em frente a cada percentual indica uma vantagem a favor do mundo empresarial, seja porque é reconhecido como mais fácil de entender ou menos hermético (portanto, mais capaz de representar adequadamente) aos interesses do público. Considerados os dois indicadores, somente se observa uma exceção à regra que aponta ao reconhecimento do mundo político como mais permeável do que o mundo empresarial[20]. De maneira geral, entende-se a vida corporativa como mais próxima e inteligível. Essa proximidade adquire certo caráter de forte consenso favorável ao universo

[20] A exceção é o caso argentino, no qual há mais certeza informativa sobre os acontecimentos do mundo político e seus significados do que o equivalente na esfera corporativa.

empresarial quando a ênfase é posta na imagem de receptividade e responsabilidade relativa perante suas respectivas clientelas. Nos três países, a percepção predominante é que a esfera privada é muito mais aberta e receptiva aos interesses do público do que as instituições políticas tradicionais. Isso reforça a percepção de maior sentimento de poder desenvolvido pelo indivíduo diante das empresas, contribuindo com o posicionamento do mercado como um espaço muito mais motivador e acessível para o compromisso individual em torno dos bens públicos que o mesmo mercado produz e distribui, o que contribui com o processo politizador das relações consumidor-empresa.

Tais circunstâncias facilitam a proposição do consumo político como uma modalidade aceitável de participação não-convencional. Dada a admissão do crescente poder empresarial para gerar bens públicos, os consumidores encontram um contexto cognitivo que os motiva a cidadanizar suas relações com os atores do mercado, pressionando-os pela manutenção, incorporação ou expansão de práticas de cidadania corporativa como forma de atuação política. Tal hipótese requer um exercício quase-experimental para determinar até que ponto a existência de oportunidades para uma ação política via mercado desperta ou não a atenção do público. Para isso, realizamos um teste indireto para delinear o potencial canalizador de demandas políticas embutido no consumo cidadão. O teste consiste em comparar o efeito de introduzir a pressão direta sobre as empresas como variante do repertório de participação para influenciar o rumo da sociedade em uma direção positiva. A Tabela 5 resume os principais resultados deste exercício.

Tabela 5

Repertório de participação política: modos convencionais e não convencionais* (%)

Qual é a maneira mais efetiva para que pessoas como você possam influenciar em mudanças nesse país?	**Argentina**		**Brasil**		**México**	
	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 1	Cenário 2
Votar em eleições para eleger um candidato que defenda seus pontos de vista ou opiniões parecidas com as suas.	69	43	53	42	57	44
Participar de movimentos de protesto para exigir mudanças.	8	12	22	19	15	11
Pressionar as empresas, como consumidor, para que sejam mais responsáveis social e ambientalmente (consumo ético/político).	-	29	-	19	-	15
Ou, você diria que não há como influenciar para que as coisas mudem nesse país/ Não sabe.	23	16	25	19	23	29

*Cenário 1: sem a opção de consumo ético/político entre as formas de atuação.
Fonte: Market Analysis

O teste revela a legitimidade social conquistada pela opção de consumo político entre os latino-americanos, e dá apoio à hipótese de uma clara atribuição de responsabilidades políticas às corporações como provedoras de bens coletivos, e uma substancial erosão do monopólio dos meios convencionais

como o voto. Quando se apresenta a opção de consumo político como parte do repertório possível de atuação, o ato de votar perde 26% da adesão pública na Argentina, percentual muito parecido ao obtido pelo consumo político. O mesmo se verifica no Brasil e no México: o que a política convencional perde em poder de convocatória, através de canais tradicionais como as urnas, praticamente equivale ao que o consumo ético conquista. A probabilidade de migrar para outro tipo de ações não-convencionais, como o protesto coletivo, é muito limitada.

Uma última evidência para ilustrar a reversão dos parâmetros de participação de acordo com as percepções dos indivíduos (e que, então, ratifica o caráter cívico-político atribuível às corporações, nivelando-as com as instituições políticas tradicionais) se obtém ao examinar a interação entre a percepção sobre o nível de empoderamento individual perante o mercado (versus perante o governo) e a preferência pelo consumo político como modalidade para a conquista de mudanças sociais. A Tabela 6 mostra os achados dessa questão.

Tabela 6
Diferença líquida na preferência por participação
segundo autopercepção de empoderamento na esfera do mercado (%)

Forma mais efetiva de influenciar em mudanças *	Argentina	Brasil	México
Votar em eleições para eleger um candidato	- 18	- 7	- 48
Participar de movimentos de protesto	- 1	- 3	+ 8
Consumo ético/político	+ 16	+ 6	+ 19
Não pode influenciar / Não sabe	+ 4	+ 3	+ 2

*Diferença líquida entre os percentuais de resposta sobre as formas mais efetivas de influenciar entre aqueles que se auto-percebem com mais influência sobre as empresas, comparado aos que se vêem com mais influência sobre o governo.
Fonte: Market Analysis

Os dados da Tabela 6 assinalam o efeito relevante que possui a autopercepção de influência no terreno do mercado para potencializar a opção pelo consumo político como mecanismo para modelar o status de bens públicos (i.e., mudanças que impactam positivamente a sociedade como um todo). A diferença a favor do consumo político como modo de ação, entre 6% e 19%, quando comparada à preferência de participação em níveis de competência subjetiva diante do governo e do mercado, constitui evidências a favor da ideia de que quem percebe que a capacidade de influência sobre o mercado é maior do que sobre o governo é mais inclinado a seguir o caminho do consumo ético-político. E eficácia percebida comparada com a possibilidade de influenciar na atuação do governo versus empresas se traduz em pautas de comportamento político.

O consumo político: evolução e contextualização

Buenos Aires, março de 2005: a petroleira Shell anuncia que sua capacidade para armazenar óleo diesel chegou ao limite, o que a forçou ao desabastecimento do mercado e a subir os preços diante

de uma demanda em aumento. O governo, preocupado com uma inflação crescente, reage de imediato. De um lado, pressiona a empresa com ameaças de multa; de outro, torna pública a convocatória para que os consumidores deixem de comprar os produtos da empresa. Essa convocatória fala não somente de um esforço para preservar os próprios bolsos; o que ela enfatiza é a aposta na estabilidade econômica, um bem público muito apreciado pelos argentinos, que ainda têm fresca na memória a crise de 2001-02. Em uma semana, as vendas da companhia caíram 60%. Pior ainda, o boicote gera um efeito multiplicador adverso sobre os donos de postos de gasolina que vendem a marca Shell, e que, por suas condições de microempresários, se veem subitamente sem capital de giro para suportar suas dívidas e gastos. Não foram poucos os que anteciparam seus próximos passos: pressionar a empresa com ameaças de processo ou de abandono da bandeira[21]. Rapidamente, a Shell capitula, reduz seus preços e aumenta a oferta do produto[22].

São Paulo, dezembro de 2008: era mais um dia de calor e chuva na principal metrópole da América do Sul quando o PROCON, órgão do serviço de defesa do consumidor, anuncia seu ranking de reclamações de 2008. Como em anos anteriores, as operadoras de telefonia estão na cabeça, e são basicamente os mesmos pontos de conflito para os consumidores: dificuldade do uso do serviço (apesar da pontualidade e rigidez na cobrança dos mesmos), impossibilidade de exercer, na prática, o direito de cancelamento do serviço, deficiência e morosidade no atendimento ao público e cobrança de tarifas indevidas. Em um país onde o discurso oficial igualou o acesso a bens públicos (como telefone ou conta bancária) à cidadania[23], os conflitos sobre a qualidade e a integridade do consumo de certos produtos e serviços não demoram em alimentar uma reação politizada por parte dos consumidores[24]. Assim, não surpreende que a pesquisa anual sobre desempenho socioambiental de diferentes setores da economia brasileira tenha colocado as operadoras de telefonia nas últimas posições do ranking, juntamente com segmentos fabricantes de produtos altamente questionados, como cigarros e bebidas alcoólicas[25]. Tal falta de prestígio público, ainda que para empresas com status de oligopólio, representa uma série de custos: apoio do consumidor a uma maior regulamentação estatal do setor, aumento nas multas, perda de valor de mercado, deslealdade de seus clientes e necessidade de duplicar seus investimentos sociais para neutralizar ou minimizar seu descrédito institucional.

Cidade do México, setembro de 2008: como em todos os anos, militantes do Greenpeace recebem o ranking mundial das empresas mais verdes no segmento de tecnologia, elaborado pela matriz[26]; a 15 km dali, um grupo de funcionários da Nokia não para de festejar: havia recuperado o primeiro lugar na lista, uma boa notícia em um ano caracterizado pela crise e com forte retração no

---

[21] La Nación, 6 de abril de 2005, "El Gobierno logró que Shell baje el precio de las naftas" (versão online: http://www.lanacion.com.ar/nota.asp?nota_id=693714)

[22] El País, 7 de abril de 2005, "Shell baja los precios en Argentina tras el boicot que Kirchner lanzó contra la empresa" (versão online: <http://www.elpais.com/articulo/economia/Shell/baja/precios/Argentina/boicot/Kirchner/lanzo/empresa/elpporeco/20050407elpepueco_13/Tes>).

[23] Folha de São Paulo, 28 de dezembro de 2003 "Veja a íntegra do discurso de Lula em balanço do 1º ano de governo" (versão online: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u56585.shtml>).

[24] Procon-Secretaría da Justiça e da Defesa da Cidadania (2009), "Cadastro de Reclamações Fundamentadas – Período 2008", (versão online: <http://www.procon.sp.gov.br/pdf/ACS_Ranking_de_reclamações_2008.pdf>).

[25] Monitor de Responsabilidade Social 2009, Market Analysis, divulgado em Revista *EXAME*, 11 fev. 2009, "O ranking da boa cidadania", (versão online: http://www.marketanalysis.com.br/mab/not/2009/exame_fev2009.jpg)

[26] Greenpeace, Greener Electronics Guide, 2009 (versão online: <http://www.greenpeace.org/international/campaigns/toxics/electronics/how-the-companies-line-up>).

consumo. Um par de meses depois, quando mais de mil consumidores foram entrevistados para eleger empresas (que operam no país) líderes em responsabilidade socioambiental, a Nokia ocupa a dianteira do ranking, com 12% das menções espontâneas e um capital reputacional que a coloca entre as empresas capazes de oferecer bens públicos com menor impacto ambiental e uma maior capacidade de reciclar e reutilizar materiais[27]. Um ano depois, a companhia não só contabiliza um faturamento maior do que o de seus concorrentes, como seu modelo de logística reversa inspira "players" do setor, reduzindo o impacto ambiental do lixo tecnológico.

De diferentes maneiras, e com maior ou menor intensidade, estes exemplos encarnam situações concretas de interação entre mercado e política nas quais as agendas do consumidor e do cidadão se encontram. O consumo como expressão central das relações com marcas e empresas se apresenta como uma opção legítima para expressar opiniões políticas e exercer influência política. Essa cidadanização através de compras politicamente motivadas envolve boicotes a determinadas empresas, favorecimento de outras e discursos positivos ou negativos sobre marcas e empresas em função de suas práticas socioambientais e de mercado. O indivíduo que segue alguns desses caminhos, criticando ou elogiando empresas, premiando (através da compra) ou rechaçando comprar produtos de uma empresa com base em considerações sobre o bem público (justiça social, saúde ambiental, seguridade jurídica, ordem econômica) está manifestando um consumo político. Assim o definimos pois são estes os mecanismos através dos quais o sujeito consegue, na prática, mostrar sua escolha do âmbito de mercado como canal para veicular sua agenda de valores e sua intenção de influenciar os resultados de alcance coletivo. Como sintetizam Stolle et al: "além de se os consumidores atuam individual ou coletivamente, suas escolhas de mercado refletem também um entendimento de que os produtos e serviços estão inseridos em um contexto social e normativo complexo, projetando o que se pode chamar de 'a política por trás dos produtos'" (STOLLE et al, 2005, p.246).

Ao longo da última década, tal consumo cidadão tem se consolidado como parte do repertório de atuação política individual na América Latina. Tratando-se de um fenômeno novo, individual e desprovido de plataformas externas de mobilização[28] (e, portanto, rodeado de incertezas e exigindo uma iniciativa pessoal de informação e decisão), ele demonstra mais uma estabilidade relativa ao longo do tempo do que um crescimento ininterrupto. Até o início de 2009, considerando uma média para os três países, um em cada cinco cidadãos (20,3%) recorria ao consumo político punitivo, deixando de comprar, aderindo a boicotes ou falando negativamente de empresas cuja atuação era julgada contrária a valores-chave nos âmbitos social e ambiental. Além disso, cerca de um a cada quatro (23,0%) adotava o consumo político de premiação, beneficiando através da compra e/ou da recomendação das empresas percebidas como geradoras de bens públicos desejáveis. Há dez anos, em 1999, esses percentuais eram de 19,5% e 23,0%, respectivamente[29]. A Tabela 7 sintetiza a evolução.

[27] Monitor de Responsabilidade Social 2009, México, Market Analysis.
[28] Em nenhum dos três países existe um "partido do consumo ético"; o próprio movimento ambientalista, inclusive, demorou em articular essa demanda em seu programa, assim como em legitimar e persuadir novos indivíduos a abraçar essa modalidade de atuação. Ver, por exemplo, Hochstetler e Keck (2007).
[29] As perguntas que operacionalizaram estes indicadores figuram no Apêndice, sob o rótulo "consumo político".

Tabela 7
Evolução do consumo político na América Latina (%)
Argentina, Brasil e México, 1999-2009

Tipo de consumo político	1999	2002	2004	2007	2009
Recompensa	19,5	19,0	16,3	15,7	23,0
Punição	23,0	28,3	18,7	18,0	20,3
Média agregada*	21,3	23,7	17,5	16,9	21,7

*Média simples baseada na soma agregada de recompensa mais punição
Fonte: Market Analysis, GlobeScan

A cidadanização do consumo não tem sido um fenômeno linear ou de crescimento contínuo com o tempo. Uma explicação para isso pode ser que a população ainda não esteja familiarizada com a possibilidade de adotá-lo. Observam-se não somente os vaivéns ao longo dos anos, mas também mudanças internas no equilíbrio das expressões de punição versus as de recompensa. O ano de 2002 experimentou o momento de utilização máxima do consumo político como forma de participação, estimulado por uma intensa disposição em exercer um voto de castigo sobre as empresas. Não muito tempo depois, em 2007, o consumo político registrava seu momento mais em baixa, em função tanto da menor inclinação a recompensar como a punir empresas. Mesmo assim, quase 17% da população adulta admitiram ter utilizado esse mecanismo de influência política neste ano.

A relativa estabilidade ao longo de um período importante indica que não se trata apenas de uma moda ou de um conjunto de oportunidades singulares e irreproduzíveis para viabilizar tal expressão. Por outro lado, as oscilações estão longe de serem aleatórias. Apesar de várias explicações terem sido propostas durante esse período, os coeficientes de correlação bivariada com o contexto macroeconômico alcançam um nível tão elevado que sugerem uma alta interdependência entre o nível de segurança econômica, o progresso material e a inclinação a politizar o consumo (Tabela 8).

Tabela 8
Covariação entre contexto macroeconômico e consumo político na América Latina
Argentina, Brasil e México, 1999-2009

Tipo de consumo político e crescimento do PIB	Correlação
Recompensa-PIB do ano	- 0,89***
Recompensa-PIB do ano anterior	- 0,21*
Punição-PIB do ano	- 0,69**
Punição-PIB do ano anterior	- 0,95***
Média agregada-PIB do ano	- 0,94***
Média agregada-PIB do ano anterior	- 0,79***

*p<.10, **p<.05, ***p<.01 (prova de 2 caudas).
Fontes: Market Analysis, GlobeScan, FMI

A correlação simples indica que as condições objetivas da economia capturadas pelo nível de crescimento econômico alcançado constituem um fator importante de impulso ao consumo político. Isso não implica cair na falácia ecológica de interpretar resultados individuais a partir de dados agregados;

contudo, ajuda a compreender situações que favorecem ou inibem o fenômeno do consumo político ao longo do tempo. Assim, na medida em que a economia registra um momento de empobrecimento (o que, em contextos de livre mercado, significa que o setor privado deixa de produzir bens públicos: empregos, pagamento de impostos, novas oportunidades de negócio, doações, patrocínios, investimentos sociais, inovações na proteção do meio ambiente, etc.), os indivíduos desenvolvem uma sensibilidade maior para identificar as empresas como atores críticos do bem-estar individual e coletivo, aguçando a identificação de boas e más corporações e acentuando, consequentemente, as compras ou boicotes politicamente motivados. A crise funciona, portanto, como uma oportunidade para dar proeminência à politização do consumo entre os cidadãos, estimulando essa opção participativa. Por outro lado, na medida em que a economia se expande, dilui-se uma parte dos incentivos para tal politização, tanto no sentido de favorecer empresas como de castigá-las.

Entendendo a politização do consumo

O ano de 2009 viveu a intensificação do consumo político na região. Depois de mais de cinco anos com níveis mornos de compras politicamente motivadas, números maiores de argentinos, brasileiros e mexicanos retomaram com força a prática de cidadanizar seu consumo. O feito prosseguiu um período de considerável contração da economia, ratificando a tendência dos indivíduos em adotar mais intensamente formas de expressão política no âmbito do mercado em momentos de dificuldades financeiras. Porém, afora circunstâncias externas que rodeiam a adoção do consumo político como mecanismo de ação, quais são os motivadores intrínsecos à decisão individual de cidadanizar as compras, isto é, às forças vinculadas com as escolhas sobre como atuar na política e qual âmbito de atuação priorizar? Representa a opção por politizar o consumo uma eleição sobre alternativas de participação política? E até que ponto esse consumo político é um eco da atenção gerada pelas corporações mediante suas iniciativas de responsabilidade socioambiental?

Na parte final deste artigo, busco algumas respostas a essas questões. Para isso, formulo duas hipóteses: 1) a hipótese da migração de referência ou *locus* da política; e 2) a hipótese da substituição de modos de participação política. A primeira hipótese argumenta que, fruto das mudanças no equilíbrio de forças e geração de bens públicos entre instituições tradicionais da política e do mundo corporativo, assim como da efetiva mobilização cognitiva dos consumidores por parte das grandes empresas em torno de temas de sustentabilidade, emerge uma alteração na percepção dos atores-chave de referência com capacidade de produção e distribuição de bens públicos e coletivos. Essa alteração indica uma migração de referência ou *locus* da política, o que leva a incrementar a adoção do consumo político como forma de influenciar os atores efetivamente determinantes de valores e bens de alcance social. Para testar a hipótese, utilizo como indicadores o grau de confiança no governo, o interesse por programas e ações de responsabilidade social das empresas e a inclinação a deliberar sobre política (que mede o nível de interesse pela política habitual). A primeira expectativa teórica é que quanto menor a valoração dos agentes tradicionais da política (como o governo), maior a inclinação a politizar as relações com outros agentes de mudança como as grandes corporações, o que se revelaria como uma relação inversa

entre consumo político e confiança no governo (como entidade representativa do *locus* tradicional da política); de qualquer maneira, o suposto é que o consumo político estará positivamente relacionado ao interesse pelas ações de cidadania corporativa e pobre ou negativamente relacionado à deliberação política individual.

A segunda hipótese explora se a compra politicamente motivada substitui ou somente complementa as formas de manifestação política individual adotadas pelos latino-americanos. Na medida em que formas não-convencionais de participação passam a envolver números cada vez maiores de cidadãos (INGLEHART, 1990) em detrimento de mecanismos mais formais e institucionalizados, é esperado que formas mais flexíveis ou espontâneas ganhem adesão pública. Persuadir os outros sobre como pensar a política e protestar publicamente em greves ou marchas caem dentro desse tipo de expressão menos formais e até mais cotidianas de manifestação política. O mesmo ocorre com o consumo político. Por isso, testo até que ponto o consumo político como modo não-convencional de influência sobre os resultados que afetam bens públicos chegam a minar as alternativas de exercer tal influência, e se, pelo contrário, essa politização do consumo representa tão somente uma diversificação das opções de participação política disponíveis ao indivíduo. Uma relação negativa entre o consumo político e os indicadores mais habituais de participação sinalizará um processo de substituição de modalidades de ação. Uma relação positiva ou não significativa indicará convivência ou independência entre modalidades, favorecendo a ideia do consumo político como opção adicional ou complementar de expressão política.

Para testar essas hipóteses e compreender melhor a natureza do consumo político, apresento um modelo multivariado controlado pelo efeito simultâneo de variantes convencionais e não convencionais de participação política, confiança no governo (como uma medição aproximada de confiança nas instituições políticas tradicionais) e interesse em temas políticos e de cidadania empresarial em RSE (Apêndice).

A Tabela 9 sintetiza os resultados do modelo de regressão múltipla. Em primeiro lugar, cabe ressaltar que o modelo é bastante robusto para a região. Os coeficientes de determinação ajustados (R^2), versão mais conservadora do poder explicativo do modelo, contabilizam entre 27% e 35% da variação na intensidade com que se observa o processo de cidadanização do consumo. Por outro lado, não existe um modelo inteiramente homogêneo ou único para a região. As bases que subjazem ao fenômeno do consumo político na América Latina exigem que se leve em consideração algumas peculiaridades de cada país.

A hipótese de migração serve para explicar o consumo político na Argentina, mas difere no Brasil e no México. Entre os argentinos, o consumo político deriva de uma mescla de desconfiança do governo, alto interesse em informações sobre se o setor privado é ou não socialmente responsável e uma reação moderada perante a política formal como objeto de atenção. O consumo político na Argentina se apresenta como aparente resposta à falta de fé no governo como canal articulador ou produtor de bens coletivos: ele cresce na medida em que o indivíduo se sente mais longe das instituições tradicionais da política.

No Brasil e no México, essa hipótese não encontra apoio empírico, ao menos dadas as condições do ano de 2009. Existe, sim, uma inclinação a cidadanizar o consumo na medida em que se

confia menos na política formal (governo), mas não se trata de uma associação significativa. Tampouco existe uma conexão entre o maior interesse sobre o quanto as empresas são socialmente responsáveis (informação capturada pelo indicador "interesse em RSE") e a disposição em votar com o bolso mediante compras motivadas politicamente. Por último, exclusivamente no Brasil, quanto mais politizado o indivíduo, mais inclinado está em exercer sua cidadania no supermercado. Aqui, portanto, a prática cotidiana de deliberar sobre assuntos públicos predispõe a politizar a relação com as marcas e produtos. No México, por outro lado, a situação é diferente: o exercício de consumo cidadão está desvinculado de animosidade perante as instituições políticas tradicionais, do interesse pelo civismo corporativo e até do próprio interesse pela política.

Tabela 9
Motivadores da politização do consumo
Argentina, Brasil, México, 2009

Motivadores	Argentina	Brasil	México
Confiança no governo	-3,83** (1,84)	-0,06 (1,42)	-1,76 (1,53)
Interesse político	2,93† (1,87)	2,85* (1,61)	1,63 (1,62)
Interesse em RSE	5,96*** (1,80)	-0,32 (1,34)	1,03 (1,44)
Persuasão política	13,45*** (2,18)	7,94*** (1,91)	5,70*** (1,83)
Contato político pessoal	5,00* (2,81)	10,71*** (3,48)	6,70*** (2,19)
Petição pública	11,07*** (2,26)	7,95*** (2,44)	11,18*** (2,18)
Mobilização política	1,06 (3,02)	9,67*** (3,00)	13,36*** (2,35)
Constante	-28,60*** (8,74)	-31,20*** (6,10)	-34,21*** (6,63)
R^2 ajustado	0,300	0,268	0,349
Prob>F	<.01	<.01	<.01

Nota: Coeficientes de regressão múltipla com erros padrão indicados entre parênteses.
*p<.10, **p<.05, ***p<.01, † p <0.12 (prova de 2 caudas).

A segunda hipótese explora se o comportamento de compras politicamente motivadas representa uma substituição de outras formas mais habituais de influenciar assuntos públicos ou tende a complementá-las. Os dados da Tabela 9 indicam que se trata de um fenômeno complementar. Com pouca variação entre países, o modelo sugere que o consumo político é uma opção adicional de participação política, indicando uma pluralização do repertório de influência individual sobre consequências de alcance coletivo no lugar de um caminho que compete com expressões habituais de ação. Quem costuma envolver-se com política buscando convencer os outros de seu ponto de vista, somando-se a petições e solicitações públicas em defesa de causas específicas ou exercendo pressão direta ou indireta sobre autoridades por meios escritos, tem maior probabilidade de incorporar a compra cidadã como forma de comportamento político.

A principal diferença entre os três países é observada com relação à forma mais próxima a meios não-convencionais de participação (a mobilização política através de greves e protestos). No Brasil e no México, tudo indica que quem está familiarizado com esse modo de ação política adota o consumo político como uma expansão de seu repertório de atividades que buscam materializar valores ou resultados de interesse público. A Argentina é a exceção. Não há relação entre participar de greves e protestos e votar por produtos ou marcas mais responsáveis como forma de influenciar em mudanças. Essa independência supõe que são dois públicos distintos que se mobilizam nas ruas e que politizam seu consumo. Assim, os argentinos reconhecem um corte entre formas individualizadas e grupais de comportamento político. Quem está mais habituado a praticar uma reação ética perante as corporações não participa em protestos ou greves como formas de expressão política; quem está acostumado a formas coletivas de ação política responde com indiferença à opção do consumo cidadão.

Conclusões

A politização do consumo entrou no repertório de participação política dos latino-americanos há mais de uma década. A discussão desenvolvida indica que o consumo ético não deve ser interpretado somente como um modismo ou de forma despolitizada, como uma preocupação associada a uma agenda pessoal; pelo contrário, trata-se de um fenômeno de comportamento político individual estável e consistente, conduzido por considerações coletivas ou de bem público. Apesar de estar longe dos níveis de incidência presentes em outros contextos como os da Europa ou América do Norte, países nos quais surgiu com força como objeto de estudo, o fato de que hoje, em média, uma proporção entre um quarto e um quinto dos públicos adultos das três principais economias da América Latina já tenham incorporado formas de consumo político indica que a cidadanização das compras e das relações com marcas e produtos é estendida como uma forma legítima de exercer influência na produção de bens públicos em esferas que excedem o contexto formalmente político.

Essa consolidação das compras politicamente motivadas ocorre em um contexto no qual o indivíduo adjudica ao mercado e às grandes corporações um potencial significativo de afetar o equilíbrio entre quem ganha e quem perde benefícios públicos, assim como de definir que tipos de benefícios e valores são tratados. O contexto também se caracteriza por um sentimento de eficácia subjetiva mais forte perante o mundo empresarial do que frente à política tradicional, ao mesmo tempo em que se percebe a esfera privada como relativamente mais receptiva e menos alheia do que a política. Nesse sentido, o consumo político se apresenta como um fenômeno com peculiaridades nacionais, mas que compartilha vários elementos essenciais em matéria de tendências entre os três países analisados.

Por outro lado, a dinâmica que alimenta a cidadanização das relações com o mercado diferencia a Argentina do Brasil e do México, já que lá as motivações para o consumo político são de origem mais próxima à antipolítica e de natureza muito mais pessoal. Entre os argentinos, o consumo político é alentado por um processo migratório em direção a novas formas de comportamento político como resultado de um reconhecimento de que os agentes de mudança são muito mais relevantes no âmbito empresarial do que no governamental. Ainda assim, a adoção de tal consumo cidadão simboliza

de forma muito mais clara uma preferência exclusiva por um tipo de envolvimento público específico: a ação pessoal e individualizada.

Referências Bibliográficas

ARENDT, H. *La condición humana*. Barcelona: Paidós, 1993 [1958].

BOBBIO, N. Política. In: BOBBIO, N; MATTEUCCI, M.; PASQUINO, G. (eds.). *Diccionario de política.* Ciudad de México: Siglo XXI, 1982.

BARNES, S.; KAASE, M. (eds.). *Political action:* Mass participation in five Western democracies. California: Sage, 1979.

BAUDRILLARD, J. *A sociedade do consumo*. São Paulo: Ática, 1995.

BAUMANN, Z. *Vida de consumo*. Buenos Aires: FCE, 2007.

BECK, U. *The reinvention of politics*. Cambridge: Polity, 1997.

_____. *La sociedad del riesgo global*. Madrid: Siglo XXI, 2002.

BOSTROM, M.; KLINTMAN, M. *Eco-standards, product labelling and green consumerism.* New York: Palgrave Macmillan, 2008.

DOUGLAS, M.; ISHERWOOD, B. *O mundo dos bens:* para uma antropologia do consumo. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

ECHEGARAY, F. *Economic crises and electoral responses in Latin America*. Landham: University Press of America, 2005.

_____. Reiventando la ciudadanía desde el consumo: exploraciones sobre el consumo ético en Brasil. En: BRAUN, M. y STRAW, C. (comps.). *Opinión Pública:* una mirada desde América Latina. Buenos Aires: Emecé, 2009a.

_____. "When consuption becomes political. Consumer empoverment and corporate sociallyresposible behavior intimes of economic crises". In: Conferência Annual da ESOMAR, Montreal, setembro, 2009b.

ECHEGARAY, F. and SARSFIELD, R. In: Rethinking citizenshio: politicization of consumption in Latin America. In: Conferência Anual da WAPOR, Lausanne, set. 2009.

CANCLINI, G. N. *Consumidores e cidadãos.* Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

GERVASONI, C. ¿Hay una crisis de los partidos políticos latinoamericanos?, Documento de Trabalho, *Centro para la Apertura y el Desarrollo de América Latina* (CADAL), Ano II, n. 18, 2004.

HIRSCHMAN, A. O. *Exit, voice, and loyalty:* responses to decline in firms, organizations, and states. Boston: Harvard University Press, 1970.

_____.*Shifting involvements:* private interest and public action. Princeton: Princeton University Press, 1982.

HOCHSTETLER, K.; KECK, M. *Greening Brazil:* Environmental activism in state and society. Durham: Duke University Press, 2007.

INGLEHART, R. *Culture shift in advanced industrial society*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1990.

_____.*Modernization and postmodernization:* Cultural, economic and political charge in 43 societies. Princeton: Princeton University Press, 1997.

INGLEHART, R.; CATTERBERG, G. "Trends in Political Action: The Developmental Trend and the Post-Honeymoon Decline". *International Journal of Comparative Sociology*, v. 43, n. 3-5, p. 300-316, 2002.

KOTLER, P.; KELLER, K . *Administração de marketing*. São Paulo: Prentice Hall, 2006.

LIPOVETSKY, G. *Metamorfosis de la cultura liberal.* Barcelona: Anagrama, 2002.

MAINWARING, S. "Rethinking party systems theory in the third wave of democratization: The importance of party system institutionalization", *Working Paper,* Kellogg Institute, n.260, University of Notre Dame, 1998.

MANN, M. *The sources of social power.* Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

MARSHALL, T. H. *Citizenship and social class and other essays.* Cambridge: Cambridge University Press, 1950.

MICHELETTI, M. *Political virtue and shopping:* Individuals, consumerism, and collective action. New York: Palgrave, 2003.

MICHELETTI, M. et al (eds.). *Politics, products, and markets:* exploring political consumerism. New Brunswick, NJ: Transaction Press, 2003.

PALAZZO, G.; SCHERER, A. "Corporate Social Responsibility, Democracy, and the Politicization of the Corporation", *Academy of Management Review*, v. 33, p. 773-775, 2008.

PERUZZOTTI, E. "Towards a new politics: Citizenship and rights in contemporary Argentina". *Citizenship Studies*, v. 6, n.1, p. 77-93, 2002.

POGGI, G. *The state:* its nature, development and prospects. Stanford: Stanford University Press, 1990.

PORTILHO, F. *Sustentabilidade ambiental consumo e cidadania*. São Paulo: Cortez, 2005.

POWELL, G. B. "Political representation in comparative politics". *Annual Review of Political Science, v.* 7, p.273-96, 2004.

SARSFIELD, R. Detrás de las etiquetas: los significados de la preferencia por democracia en Argentina, Brasil y México, En: BRAUN, M. y STRAW, C. (comps.). *Opinión pública:* Una mirada desde América Latina. Buenos Aires: Emecé, 2009.

SCHUMPETER, J. A. *Capitalism, socialism and democracy.* New York: Harper & Row, 1950.

STOLLE, D. et al. "Politics in the supermarket: Political consumerism as a form of political participation". *International Political Science Review*, v.26, n.3, p. 245-269, 2005.

STOLLE, D.; HOOGHE, M. Consumers as political participants? Shifts in political action repertoires, in Western societies. In: MICHELETTI, M. et al. (eds.). *Politics, products, and markets:* exploring political consumerism. New Brunswick, NJ: Transaction Press, 2003.

_____. "Inaccurate, exceptional, one-sided or irrelevant? The debate about the alleged decline of social capital and civic engagement in Western societies". *British Journal of Political Science* v.35, n.1, p.149–67, 2005.

TORCAL, M. Political disaffection and democratization history in new democracies, En: TORCAL, M. y MONTERO, J. R. (eds.). *Political disaffection in contemporary democracies*. Nueva York: Routledge, 2006.

TOVAR, K. M. Consumo político: ¿Una nueva forma de participación política?. En: II Congresso Latino-americano da WAPOR, Lima, Abril 2009.

Apêndice

A Tabela A apresenta a forma operacionalizada das variáveis utilizadas no modelo.

Tabela A

Variáveis do modelo

Consumo político	Índice somatório simples das perguntas: "Gostaria de saber se ao longo do último ano você realizou alguma das seguintes ações, pensou em fazê-las, mas não fez ou não fez e nem pensou em fazê-las? a) Premiar uma empresa que você acredita que seja social ou ambientalmente responsável, comprando seus produtos e serviços ou falando bem dela para outras pessoas; b) Punir uma empresa que acredita que não atua de maneira social ou ambientalmente responsável, deixando de comprar seus produtos e serviços ou a criticando perante outras pessoas".
Confiança no governo	"O quanto você confia que as seguintes instituições atuam em benefício da nossa sociedade? Você diria que tem muita confiança, alguma confiança, pouca confiança ou muita confiança no... Governo?"
Interesse político	"Em geral, você diria que costuma conversar sobre política com amigos e familiares com muita frequência, alguma frequência, pouca frequência ou nunca?"
Interesse em RSE	"Para cada uma das afirmações a seguir, por favor, me diga se você concorda totalmente, concorda em parte, discorda em parte ou discorda totalmente: Tenho muito interesse em saber como as grandes empresas buscam ser socialmente responsáveis."
Persuasão política	"Gostaria de saber se ao longo do último ano você realizou alguma das seguintes ações, pensou em fazê-las, mas não fez ou não fez e nem pensou em fazê-las? Convencer algum amigo, familiar ou pessoa sobre como pensar em política".
Contato político individual	"Gostaria de saber se ao longo do último ano você realizou alguma das seguintes ações, pensou em fazê-las, mas não fez ou não fez e nem pensou em fazê-las? Escrever para algum meio de comunicação ou político sobre algum assunto de caráter público".
Petição pública	"Gostaria de saber se ao longo do último ano você realizou alguma das seguintes ações, pensou em fazê-las, mas não fez ou não fez e nem pensou em fazê-las? Assinar alguma petição ou reclamação a respeito de decisões políticas ou econômicas".
Mobilização política	"Gostaria de saber se ao longo do último ano você realizou alguma das seguintes ações, pensou em fazê-las, mas não fez ou não fez e nem pensou em fazê-las? Participar de greves ou protestos a favor ou contra o governo".

Fabián Echegaray - fabian@marketanalysis.com.br

Recebido para publicação em setembro de 2010.
Aprovado para publicação em outubro de 2011.

Movimentos sociais e democracia: a tensão necessária

Marcus Abilio Pereira
Departamento de Ciência Política
Universidade Federal de Minas Gerais

Resumo: O presente artigo analisa algumas das críticas feitas às teorias deliberativas da democracia, de forma a resgatar o conflito como componente determinante para o desenvolvimento das democracias contemporâneas. Esta paisagem teórica permitiu um avanço em relação às questões da inclusão política, ao reconhecer a importância da autonomia política e ampliação da igualdade formal. Apesar destes avanços, as teorias deliberativas da democracia passaram a ser objeto de críticas em relação à excessiva ênfase no consenso, o que acabou por eclipsar outras formas de ação política, tais como as ações coletivas de conflito. Neste artigo, busco reforçar a importância da ênfase no conflito como elemento determinante para o desenvolvimento de nossas democracias. Para tanto, promovo um diálogo entre a teoria deliberativa da democracia e a teoria dos processos políticos, que tem como foco central a análise da relação entre os atores coletivos, suas políticas de conflito e o contexto político.

Palavras-chave: teorias deliberativas da democracia; consenso; conflito; participação política; movimentos sociais

Abstract: This paper analyses some of the critics that were directed to the theories of deliberative democracy, in order to rescue the idea of conflict as a crucial component for the development of contemporary democracies. These theories have contributed to a theoretical breakthrough on the issues of political inclusion, recognizing the importance of political autonomy and expansion of formal equality. Despite these advances, theories of deliberative democracy have become the object of criticism in the last decade, due to the excessive emphasis on consensus, which eventually eclipsed other forms of political action, such as contentious politics. In this paper I attempt to reinforce the idea of conflict as a decisive element for the development of our democracies. In this sense, I promote a dialogue between the theories of deliberative democracy and the theory of political processes, which has as it's central focus the analysis of the relationship among collective actors, contentious politics and the political context.

Keywords: theories of deliberative democracy; consensus; conflict; political participation; social movements

Introdução[1]

> "A real democrat would have to go further and recognize that democracy can never be fully institutionalized. There can be no point in time at which one could relax and say that we have arrived at a perfect procedural institutionalization of the principles of democratic legitimacy. Like the principle of rights, democracy must be seen as a *verité à faire*, a learning process, no matter what institutional arrangement of the polity has been achieved. Every empirical organizational form of democracy has its exclusionary mechanisms" (COHEN and ARATO, 1992).

A partir da década de 1980 temos o que Dryzek (2000) define como a "virada deliberativa" da teoria democrática, que procura resgatar os componentes da deliberação racional dos cidadãos dentro do processo político. Esta corrente teórica permitiu um avanço em relação às questões da inclusão política, ao reconhecerem a importância da autonomia política e da ampliação da igualdade formal. Apesar destes avanços, as teorias deliberativas da democracia passaram a ser objeto de críticas de diferentes correntes de pensamento. Entre as diferentes críticas, destaca-se a percepção de que a excessiva ênfase no consenso acabou por eclipsar outras formas de ação política que vão além da participação cidadã nos espaços de partilha decisória, espaços estes que colaborariam para um aprofundamento da democracia nas sociedades contemporâneas.

Neste artigo, busco reforçar a importância da recuperação do conflito como elemento determinante para o desenvolvimento de nossas democracias. Na perspectiva aqui adotada, o conflito não deve ser analisado na chave liberal das teorias democráticas, mas como um elemento constitutivo do debate público e meio de construção do interesse público.

Na primeira parte do artigo, recupero as principais críticas desenvolvidas no decorrer dos últimos anos acerca da real capacidade de inclusão de grupos historicamente excluídos, seja em função de um suposto elitismo cognitivo, da possível manipulação dos consensos produzidos, seja em função do próprio questionamento da teoria deliberativa da democracia como parte de uma teoria crítica. Em seguida, recupero a noção do conflito como elemento fundamental dos processos políticos, através do reconhecimento de uma tensão necessária entre movimentos sociais e democracia. Na última parte, busco uma aproximação entre teoria democrática e teoria dos movimentos sociais através da apropriação da teoria dos processos políticos, que tem como foco principal a análise da relação entre os atores da ação coletiva e o contexto político institucional. Neste sentido, procuro enfatizar o protesto como um recurso político que permite a explicitação de um conflito que possa estar encoberto por diferentes mecanismos, incluídos os processos deliberativos. Na conclusão, reafirmo a importância de analisarmos não só os processos deliberativos e questioná-los, mas também a necessidade de focarmos nossas análises nos movimentos sociais que, por motivos diversos, não podem ou não querem participar

[1] Gostaria de agradecer aos comentários, críticas e sugestões dos professores Ricardo Fabrino (UFMG) e Gabriel Feltran (UFSCAR).

dos espaços de partilha decisória, e desenvolvem repertórios de ação direta com o objetivo de manter uma tensão contínua dentro das democracias contemporâneas.

Críticas à teoria deliberativa da democracia

A temática "deliberação" entrou, paulatinamente, na ordem do dia das discussões sobre a democracia a partir do século passado. A democracia deliberativa, vista como uma inovação dentro da teoria democrática, buscou resgatar a já desgastada democracia representativa que teria se tornado incapaz, dentro do marco da agregação, de responder às expectativas dos cidadãos contemporâneos em sociedades pluralistas. A baixa participação eleitoral, a desmobilização partidária, a diminuição do número de associações e da participação voluntária serviriam de elementos para sustentar o argumento da crise da democracia representativa[2].

Apesar de quase todos os teóricos democráticos hoje em dia defenderem algum modo de deliberação como forma de aumentar a legitimidade do sistema democrático, a teoria deliberativa tem sido objeto de críticas e de novas propostas em relação aos seus pressupostos teóricos. Nesta primeira parte, desenvolvo três conjuntos de críticas a esta corrente teórica relacionados à produção do consenso como forma de participação limitante, o caráter elitista dos pressupostos deliberativos e o questionamento da teoria deliberativa da democracia como uma teoria crítica.

A produção do consenso como forma de participação limitante

O questionamento da possibilidade de produção de consensos dentro da teoria democrática deliberativa se dá através da análise da dinâmica deliberativa. Sunstein (2003) analisa a possibilidade de ocorrer uma polarização das posições distintas dentro dos processos deliberativos; Elster (1998) e Shapiro (2003) questionam a qualidade das decisões produzidas; Stokes (1998), Przeworski (1998) discutem a possibilidade de manipulação e de erro de avaliação das propostas por parte de seus participantes; por último, Santos et al (2004, p.71) analisam a imposição de uma agenda, dos procedimentos e dos critérios de seleção e participação pelos atores dominantes.

Sunstein (2003) questiona a possibilidade da produção de consensos dentro do processo deliberativo em função da tendência a uma polarização entre grupos heterogêneos. Segundo o autor, o caminho que pode levar a essa polarização passa pela necessidade que o indivíduo tem de reconhecimento de pertencimento social a um determinado grupo de forma a manter sua reputação. Tendencialmente, segundo o autor, os indivíduos procurarão sustentar suas posições antagônicas se estiverem em grupos distintos, mantendo assim suas lealdades de grupo, reforçando seus pertencimentos através de participações que intuitivamente possam convencer e reforçar os argumentos dos grupos do qual fazem parte. Um segundo ponto relevante é o questionamento do que o autor vai chamar de *like-minded people*, onde o conjunto de questões que são consideradas como relevantes por

[2] É importante ressaltar que não existe uma unanimidade em relação a estes argumentos. Para uma visão contrária, conferir NORRIS (2002).

aqueles que estão deliberando é partilhado à partida. Apenas para exemplificar, um grupo de *skinheads* que se encontrem regularmente em um site na internet ou em um espaço qualquer para deliberar sobre a importância da manutenção de posturas racistas e homofóbicas e as melhores táticas para promoverem ataques a minorias não ajuda em nada o processo de fortalecimento democrático. Dadas estas condições, estaríamos sujeitos ao insulamento destes grupos, que poderia levar à fragmentação social[3]. Outro ponto relevante levantado pelo autor é a importância que é dada às participações de indivíduos de origens distintas, sejam elas componentes étnicas, de gênero ou de classe social. Sunstein argumenta que indivíduos com status sociais elevados tendem a ser mais ouvidos e suas posições consideradas mais relevantes do que as tomadas por indivíduos que sejam de quaisquer minorias. Mais ainda, os indivíduos com baixo status social sofreriam de uma síndrome de baixa confiança e teriam receio de se manifestar temendo alguma forma de represália (SUNSTEIN, 2003, p.94).

Shapiro levanta também algumas questões sobre o processo deliberativo que considero relevantes: qual deve ser a quantidade necessária de deliberação para tomarmos uma decisão? Que tipo de deliberação é melhor? (SHAPIRO, 2003, p.121). A crítica se relaciona a um dos pressupostos fundamentais da teoria deliberativa. O autor sustenta que aqueles que defendem os benefícios da deliberação "take a neo-Hegelian philosophical psychology for granted, according to which a kind of inter-subjective recognition is the highest stage of being" (SHAPIRO, 2003, p.127). Shapiro sustenta que não há nada que possa justificar o privilégio dado a esta visão da condição humana sobre outras tantas. É exatamente este ponto que permitirá ao autor questionar todo o processo deliberativo, pois, em contraponto à visão neo-hegeliana, ele considera que as relações humanas são conflitivas e estes conflitos estão espalhados por todas as esferas da sociedade, tendo a política a função de lidar com este componente humano. A inevitabilidade do conflito levaria a posturas distintas daquelas defendidas pelos teóricos deliberativos e não há nada que possa garantir que os participantes destes processos estejam dispostos a produzir consensos, pois estes poderão ser vistos como opressivos. Para além disso, mesmo que os indivíduos tenham esta disposição, não há, segundo o autor, nenhuma razão para acreditarmos que a deliberação irá proporcionar a produção de consensos. Aqui vemos claramente a conexão do argumento de Shapiro com o argumento de Sunstein desenvolvido anteriormente. Como afirma Sunstein, a possibilidade de uma polarização dentro do processo deliberativo deve ser levada em conta seriamente.

Por outro lado, o ponto fundamental da crítica de Stokes (1998) sobre os processos deliberativos se baseia em sua análise das preferências e identidades dos cidadãos em ambientes democráticos. Para tanto, a autora faz uma distinção entre identidades e pseudoidentidades. Segundo ela, não somente as preferências podem ser alteradas em processos comunicativos, mas também as identidades. Partidos políticos e Estados procuram moldá-las de acordo com suas orientações políticas de forma a alcançarem legitimidade e apoio às suas propostas políticas. As pseudoidentidades podem ser construídas a partir de enquadramentos (*frames*) que na verdade são prejudiciais aos próprios indivíduos que delas se apropriam. Em processos deliberativos, portanto, identidades poderão ser construídas de forma a prejudicarem aqueles que deles fazem parte, encobrindo reais interesses que

[3] No seu livro *Republic.com,* o autor vai oferecer vários exemplos desta situação.

lhes são desfavoráveis. Segundo Stokes, a deliberação pode permitir que políticas sejam direcionadas a interesses específicos através da manipulação das preferências dos cidadãos (STOKES, 1998, p.135).

Por sua vez, o projeto de Santos et al (2004) pelo reconhecimento da diversidade epistemológica do mundo em contraponto à imposição do cânone científico ocidental procura questionar como as formas de participação "democrática" podem encobrir relações desiguais entre os participantes. Segundo os autores, uma forma de participação limitante pode se manifestar de diferentes maneiras, umas mais sutis, outras explícitas, mas todas com o intuito de legitimar as decisões políticas tomadas com um "verniz" democrático.

O ponto fundamental para esta discussão é a imposição da busca de um consenso, mesmo que isto signifique a secundarização da controvérsia, elemento fundamental para a democracia. A imposição da participação em determinados fóruns participativos ou deliberativos busca somente a legitimação do processo dito "democrático" e procura desqualificar outras formas de participação política, de mobilização e de ação coletiva, tais como passeatas, manifestos virtuais, greves, caminhadas, manifestações, desobediência civil, etc. Uma vez que os procedimentos muitas vezes não são realmente participativos ou deliberativos, temos, na verdade, um "consenso imposto", no qual diferentes formas de participação podem, assim, aparecer em versões que tendem a reforçar os modos hegemônicos de conhecimento e de exercício do poder político (SANTOS et al, 2004, p.71). Quando essas condições estão dadas devemos reconhecer, por fim, que "any consensus reached is accomplished through an evolving process of coercion and exclusion" (CROSSLEY, 2004, p.11)

Possíveis limitações decorrentes tanto dos diferentes status sociais dos indivíduos como da possibilidade de radicalização e insulamento de determinados grupos dentro do processo deliberativo não inviabilizariam, necessariamente, a deliberação, mas servem, sim, de avisos importantes na construção dos processos deliberativos, de tal forma que possamos desenvolver mecanismos que garantam a paridade entre indivíduos de diferentes *backgrounds* e que também inviabilizem as polarizações que possam vir a ocorrer. Por isso, devemos nos ater às formas organizativas dos processos deliberativos de modo a garantir uma participação igualitária e equitativa entre os diferentes participantes, independentemente de suas condições socioeconômicas.

Pressupostos deliberativos ou elitismo cognitivo?

Em sua discussão sobre os requisitos necessários para uma efetiva participação em processos deliberativos, Bohman (1997) afirma a necessidade de igualdade em dois sentidos para que tenhamos decisões legítimas: primeiro, a igualdade entre os cidadãos e, segundo, que suas razões devam ser consideradas igualmente. Mas em contextos nos quais grupos sociais sofrem preconceito em razão de sua etnia, raça, gênero, opção sexual e religião, como podemos pensar que suas respectivas razões, propostas e demandas sejam igualmente consideradas em processos deliberativos? Segundo o autor:

> "Deliberative democracy should not reward those groups who simply are better situated to get what they want by public and discursive means; its standard of political equality cannot endorse any kind of **cognitive elitism**[4]. (...) The most basic measure of equality must consider the differences in the capabilities of agents to convert resources into the means to achieve their goals" (BOHMAN, 1997, p.332).

Este é o ponto de partida para uma importante crítica que é dirigida ao modelo habermasiano da democracia deliberativa, ou seja, a imposição de um modelo discursivo racional e o não reconhecimento de outras práticas comunicativas que também poderiam servir como mecanismos para colaborar no processo deliberativo de escolha coletiva (YOUNG, 2000, 2001; SANTOS, 2004; SANDERS, 1997; BOHMAN, 1997; CROSSLEY, 2004; DRYZEK, 2000; POLLETTA, 2006; CHAMBERS, 2003; KNIGHT and JOHNSON, 1997; FRASER, 1996). O núcleo deste conjunto de críticas a este modelo democrático baseia-se no questionamento da neutralidade dos processos deliberativos que, segundo estes autores, sistematicamente exclui um conjunto de atores sociais da participação efetiva na política democrática.

O confronto entre a teoria deliberativa da democracia com temas como a identidade, diversidade e reconhecimento tem colocado questões fundamentais para a ampliação das práticas comunicativas em processos deliberativos e tem questionado a incapacidade da proposta habermasiana em lidar com grupos sociais marginais que não conseguem cumprir os requisitos mínimos do discurso. De acordo com Chambers:

> "Deliberative democracy has benefited from the "what about ..." line of argument. What about aboriginal peoples and their use of story telling and greeting, what about African Americans and their repertoire of meanings, what about the religious and their appeal to the faith, what about the oppressed and their appeal to anger and passion, what about...? This does not lead to ad hocism. It leads to a richer and more useful idea of public reason that addresses the real-world challenges. (...). The intersection between deliberative theory and diversity theory is becoming less an intersection and more a merger" (CHAMBERS, 2003, p.322).

Young (2000, 2001) distingue duas formas de exclusão nos processos de discussão política e de tomada de decisão. A primeira, exclusão externa, está relacionada ao impedimento de determinados grupos ou indivíduos de participar destes processos; a segunda, exclusão interna, está relacionada à exclusão dentro destes mesmos processos, através de mecanismos como a definição de temáticas que não são partilhadas por todos e a definição de certas formas de comunicação como as únicas possíveis. Desta forma, "privileging reasoned discourse comes at the expense of another deliberative standard, that of equality" (POLLETTA, 2006, p.702)

Assim como Young, Sanders procura sustentar em sua crítica o caráter excludente da participação política dentro de determinadas construções deliberativas. A autora afirma que, da mesma

[4] Ênfase minha.

forma como os elitistas restringiram a participação ao defenderem a necessidade das decisões serem tomadas por especialistas e uma postura moderada (que não seria uma característica das 'massas'), os teóricos deliberativos acabam por excluir grande parte dos indivíduos quando demandam uma participação racional, contida e orientada (SANDERS, 1997, p.370). Para além disto, a autora reafirma também o perigo do preconceito em espaços deliberativos, pois mesmo que questões como renda e escolaridade sejam resolvidas, indivíduos ou grupos de indivíduos terão suas intervenções mais ou menos valorizadas do que outros em função de questões relacionadas a raça, classe e gênero (SANDERS, 1997).

Por último, Santos et al (2004) questionam a hierarquização de conhecimentos e competências distintas, fruto de processos coloniais europeus e que se justificavam numa "capacidade superior de conhecer e de transformar o mundo, ausente na ciência" (SANTOS et al, 2004, p.20). A transformação epistemológica que ocorreu no século XIX e sua capacidade de "destruição criadora" gerou dois processos paralelos: o primeiro, de desqualificação de outras formas de conhecimento, levadas para as margens das teorias dominantes; o segundo processo foi o epistemicídio que, ao destruir outras formas de conhecimento concorrentes à produção hegemônica, levou à subalternização de grupos sociais que assentavam suas percepções de mundo e práticas nestes mesmos conhecimentos. Os pressupostos habermasianos da racionalidade comunicativa poderiam ser utilizados para legitimar esta hierarquização das formas de conhecimento, desqualificando outras formas comunicativas não ocidentais, denominadas "não científicas", ou "não especializadas".

Com estas críticas é possível perceber claramente que a imposição de um modelo discursivo racional limita as possibilidades de participação de muitos cidadãos, restringindo-a a uma minoria, sem contar que inviabiliza a utilização deste modelo deliberativo em países que não tenham uma tradição ocidental e que não tenham passado pelo processo de modernização preconizado por Habermas. Torna-se necessário, portanto, romper com esta imposição que acaba por levar uma proposta, a princípio inclusiva, a tornar-se discretamente excludente.

Teoria deliberativa da democracia – ainda uma teoria crítica?

O último conjunto de críticas dirigidas à proposta habermasiana da democracia deliberativa versa sobre a tentativa de articulação dos preceitos do Estado de direito liberal com os pressupostos democráticos. Esta tentativa de articulação levaria à diminuição do potencial transformativo das práticas democráticas, dificultando assim o aprofundamento democrático. Dryzek (2002, 2005) e Mouffe (2000) são dois dos principais críticos desta aproximação excessiva entre os preceitos do liberalismo constitucional e a proposta deliberativa.

Dryzek (2002, 2005) questiona a excessiva aproximação de Habermas e seu modelo democrático deliberativo com os preceitos liberais. Segundo o autor, a proposta democrática deliberativa teve duas fontes fundamentais - o constitucionalismo liberal e a teoria crítica - e, apesar das diferenças existentes entre estas duas paisagens teóricas, infelizmente, segundo o autor, a aproximação entre ambas tem ocorrido às custas da componente crítica da teoria deliberativa democrática.

São duas as diferenças que o autor aponta entre as propostas liberal e crítica da democracia. As duas reconhecem a comunicação livre de distorções como elemento-chave da proposta deliberativa. Para alcançar tal situação, os liberais se prendem a arranjos constitucionais e legais para lidar com as distorções e não avançam em relação ao reconhecimento de outros agentes de distorção da comunicação que não poderão ser combatidos através dos mecanismos do Estado de direito. Os teóricos críticos não somente reconhecem estes agentes de distorção como também propõem mecanismos para lidar com os mesmos. A segunda diferença se relaciona à percepção dos teóricos críticos de que a participação democrática é capaz de modificar os indivíduos através do caráter didático da democracia. Os teóricos liberais se baseiam em premissas de que os indivíduos não se modificam durante o processo participativo, pois possuem preferências que estão dadas (DRYZEK, 2002, p.21). Habermas é um exemplo claro desta aproximação. Ao descrever a racionalidade comunicativa e suas consequências para a política deliberativa, Dryzek afirma que:

> "Decision is ideally secured by consensus; implementation of the decision is secured only by the commitment of the individuals involved to the content of that consensus; and subsequent compliance relies on free consent. Such a sequence is not easily related to real-world political institutions and processes, especially those in complex and plural societies" (DRYZEK, 2002, p.24).

Em sua formulação da teoria deliberativa da democracia, Habermas passa a aceitar, primeiramente, as estruturas políticas e econômicas como dadas; em segundo, aceita também elementos do sistema político liberal, tais como as eleições, o poder normativo do legislativo e a estrutura administrativa para implementá-lo. Em sua construção teórica, a possibilidade de crítica por parte de grupos sociais marginalizados de tais estruturas ocorre através da influência que fluxos comunicativos, oriundos da esfera pública, exercem sobre o sistema político-administrativo. As associações da sociedade civil absorvem as demandas e temas da sociedade privada e procuram amplificá-los para a esfera pública. Segundo Dryzek, Habermas não dedica a devida atenção aos agentes extraconstitutionais que promovem tanto a distorção quanto a influência democrática, tais como protestos, demonstrações, boicotes, eventos midiáticos, lobbying e outros tantos (DRYZEK, 2002).

Por sua vez, a construção do argumento de Mouffe[5] tem como foco principal o conflito inevitável entre a democracia e o pluralismo liberal e a tentativa da corrente deliberativa em encontrar um equilíbrio entre ambos. Para a autora, tal equilíbrio é impossível de ser alcançado dados os pressupostos distintos em relação à noção de igualdade. Enquanto para o liberalismo a igualdade de todos seres humanos se baseia na ideia de uma humanidade, a igualdade da democracia se baseia na ideia de um 'demos'. No segundo caso, torna-se necessária a dicotomia nós-eles, incompatível com a proposta liberal de igualdade, que deveria incluir toda a humanidade. Mouffe, ao invés de aceitar tal argumento como uma contradição, prefere assumi-lo como uma lógica de conflito que não permite o

[5] Para uma crítica da democracia agonística de Mouffe, vide Drizek (2005).

alcance de um equilíbrio, sendo possíveis apenas precárias e temporárias negociações desta tensão entre os dois elementos (MOUFFE, 2000).

Nesta perspectiva, a legitimidade do sistema democrático se constrói a partir de procedimentos nos quais a participação de indivíduos se dará em condições de igualdade, onde todos terão oportunidade de se manifestar, além da possibilidade de questionamento dos próprios procedimentos e a possibilidade de inclusão de indivíduos que não faziam parte da deliberação. O problema fundamental que se coloca é como lidar com um dos pressupostos da igualdade democrática, que se baseia na noção nós-eles, quando um dos pressupostos da teoria habermasiana da situação ideal de fala é exatamente a construção de consensos sem exclusão de quem quer que seja. Esta questão se torna relevante quando pensamos em determinados grupos minoritários, seja em questões relacionadas ao gênero, etnia ou opções religiosas, que muitas vezes não participam dos debates deliberativos em função de preconceitos, ou, então, até participam, mas através da negação da sua própria diferença.

O caráter antagônico do político e o reconhecimento do elemento agonístico da política permitem que se enfatize o conflito como elemento fundamental dentro do aprofundamento democrático (MOUFFE, 2000). A excessiva ênfase dada pelos teóricos deliberativos da democracia no consenso e nos espaços de partilha de poder de deliberação e decisão, de certa forma, acabou por obscurecer outras formas de ação política, tais como manifestações, passeatas, abaixo-assinados, invasões e "cyberações" desenvolvidas por atores da sociedade civil.

A autora sustenta a impossibilidade de construção de consensos através de processos deliberativos em função do reconhecimento de um antagonismo inerente às relações humanas dentro do político, reconhecimento este que seria negado pelas proposições deliberativas da democracia. Segundo Mouffe, Habermas sustenta a possibilidade de se construírem consensos através de procedimentos, onde a situação ideal de fala eliminaria os interesses individuais que não poderiam ser aceitos do ponto de vista moral. Mas, como lida o autor com a pluralidade em nossas sociedades? Para Habermas, a separação entre ética e moral seria o elemento fundamental para a construção de consensos. No campo da ética estariam as questões em relação à boa vida, enquanto no campo da moralidade estaria a possibilidade de construção de procedimentos imparciais que levariam à formulação de princípios universais (MOUFFE, 2000). Desta forma, segundo Mouffe, Habermas procura restringir o espaço da política a fim de alcançar um consenso. As relações conflitivas e não passíveis de alcançar tal consenso (o campo da ética no caso habermasiano) estariam fora destes espaços de discussão. Somente através desta lógica o consenso poderia ser alcançado, mas às custas da negação de questões relevantes a serem tratadas nas sociedades pluralistas. Segundo a autora, esta postura

> "Highlights the fact that the domain of politics – even when fundamental issues like justice or basic principles are concerned – is not a neutral terrain that could be insulated from the pluralism of values and where rational, universal solutions could be formulated" (MOUFFE, 2000, p.92).

A questão analisada por Mouffe lhe permite sustentar o argumento de uma "democracia agonística" que tem como centro "a politics of identity and difference that contests any attempts to impose universal identities, including supposedly 'rational' and 'neutral' ones advanced by liberal political theorists" (DRYZEK, 2002, p.60).

Desta forma, a autora sustenta uma diferença entre o político (*political*) e a política (*politics*). O político estaria relacionado à dimensão do antagonismo inerente às relações humanas, enquanto a política estaria relacionada às práticas, discursos e instituições necessárias para organizar a sua coexistência, sendo esta, portanto, potencialmente conflitiva, porque afetada pela dimensão do político (MOUFFE, 2000, p.101). O ponto fundamental dessa diferenciação é o reconhecimento do antagonismo dentro do político e da noção nós-eles dentro da política, o que levaria à busca de uma acomodação desta diferenciação dentro da democracia pluralista. O que se percebe dentro da corrente da democracia deliberativa na busca pela legitimação de consensos que vinculariam a todos é a negação desta dimensão.

Nesta formulação, a relação entre nós-eles não deve ser construída a partir de uma percepção do 'eles' como inimigos, mas como adversários. Com esta proposta, a autora procura diferenciar antagonismo (onde se reconhece o papel de inimigo) de agonismo (onde temos o papel de adversário). Desta forma, um adversário é "one with whom we have some common ground because we have a shared adhesion to the ethico-political principles of liberal democracy: liberty and equality" (MOUFFE, 2000, p.102).

Mouffe demarca assim sua diferença em relação à democracia deliberativa ortodoxa, que se baseia somente na racionalidade comunicativa, através do reconhecimento das "paixões" como um dos elementos presentes na esfera pública. Estas "paixões" seriam o reflexo dos antagonismos irreconciliáveis existentes no político, e que, portanto, devem ser reconhecidas dentro da esfera da política de forma a angariar legitimidade para as instituições democráticas. A negação de tal dimensão é que permitiria a Habermas sustentar uma esfera pública sem relações de poder e baseada somente na racionalidade. Somente assim o consenso poderia ser alcançado, na negação de que este só pode ser fruto de uma estabilização do poder exercido por determinados indivíduos, e que sempre estará produzindo algum tipo de exclusão. Segundo a autora, "consensus in a liberal-democratic society is - and will always be - the expression of a hegemony and the crystallization of power relations" (MOUFFE, 2000, p.49). A violência, nas suas dimensões de hostilidade e antagonismo, é parte constitutiva do político. Assim, reconhecer tais questões é fundamental para a construção de uma democracia que seja capaz de lidar com sociedades plurais, onde as desigualdades estão presentes e onde grupos minoritários tentam se fazer visíveis ao tematizar novas questões na esfera pública[6].

Mais ainda, o reconhecimento de que quaisquer consensos produzidos serão sempre fruto de uma imposição hegemônica de determinados grupos cria uma situação de eterna insatisfação e luta dentro das sociedades contemporâneas, visto que sempre existirá algum '*nós*' que estará subjulgando

[6] Apesar de levantar questões relevantes em relação à deliberação, é interessante observar que a sua proposta de uma democracia agonística não vai além de meros preceitos gerais, não sendo capaz de oferecer nenhuma proposta para acomodar este antagonismo através de decisões coletivas (DRYZEK, 2005, p.221).

algum '*eles'* dentro do processo político. Desta forma, este argumento acabaria por inviabilizar a própria ideia de democracia.

É importante observar que as capacidades de adaptação e de apropriação de formas participativas pelo projeto hegemônico liberal são enormes. Mesmo com estes avanços participativos em espaços semi-institucionais, o perigo de cooptação e de apropriação desta ideia pelo projeto hegemônico neoliberal poderá levar à desqualificação de outras formas de participação. Isto porque a participação é vista, em alguns casos, como uma obrigação a cumprir por parte dos movimentos sociais, que receiam perder sua legitimidade para outros tipos de intervenção, tais como o protesto (SANTOS et al, 2004).

Com a abertura e o desenvolvimento dos espaços de partilha de poder deliberativo e decisório entre Estado e sociedade civil, o perigo que se corre é a completa desqualificação de outras formas participativas. Formas de protesto e demonstração podem ser contestadas como incivis, desordeiras e violentas por seus detratores. Mesmo assim, para Young, "disorderliness is an important tool of critical communication aimed at calling attention to the unreasonableness of others" (YOUNG, 2000, p.48).

Isto posto, o desafio que se coloca para além da criação de espaços de partilha de poder decisório é o fortalecimento dos atores da sociedade civil (movimentos sociais, associações, ONGs) e o desenvolvimento de outras formas de ação política, mais especificamente as ações diretas, que também explicitarão determinadas divergências e disputas entre grupos que não são capazes nem mesmo de adentrar nos processos deliberativos. Por isto, organizações e militantes que busquem promover a justiça devem se envolver tanto em ações de protesto e ações diretas quanto em processos deliberativos de partilha decisória, pois "a melhor ação prática e construção teórica da democracia será aquela que sustente ambas as ações e seja capaz de reconhecer a tensão entre elas" (YOUNG, 2003, p.119)

É importante reforçar que todas as críticas até aqui desenvolvidas não eliminam a possibilidade de apropriação de alguns dos conceitos produzidos pela teoria democrática deliberativa. Reconhecer a impossibilidade, segundo Mouffe, ou a dificuldade (defendida por Sunstein) da produção de um consenso a partir de procedimentos igualitários, não coercitivos e inclusivos não nos leva necessariamente a negar as possibilidades de um projeto emancipatório da modernidade e muito menos a capacidade de atores sociais excluídos lutarem por reconhecimento. As críticas levantadas servem de instrumento para ampliarmos a noção do político, reconhecendo o espaço para o dissenso e para a violência, dimensões estas inerentes à sociabilidade. Outra colaboração importante da autora para a discussão é o reconhecimento das desigualdades dentro da deliberação. Quão iguais podem e *devem* ser os indivíduos dentro de uma deliberação? Esta pergunta só é possível graças ao reconhecimento das desigualdades entre diferentes grupos sociais, onde muitas vezes grupos marginalizados têm dificuldade de minimamente cumprirem os requisitos básicos para a deliberação (CHAMBERS, 2003).

Ao assumir a relevância de algumas das questões colocadas por Mouffe e Dryzek neste debate, não tenciono colocar por terra toda a formulação teórica sobre a democracia deliberativa, muito pelo contrário, acredito que com estes *insights* posso, sim, desenvolver uma atitude de suspeição em relação aos consensos produzidos na esfera pública. Identificando problemas na produção dos consensos através da construção de hegemonias que ocorrem em função da exclusão de determinados grupos (seja em função do gênero, da etnia, das opções religiosas e outros) e o reconhecimento de outras formas comunicativas para além dos pressupostos discursivos habermasianos da racionalidade, assumo o

antagonismo do político e recoloco o conflito como elemento central dentro da teoria democrática, tendo os movimentos sociais que optam por não adentrar nos espaços de partilha decisória o papel principal na manutenção de uma tensão necessária entre democracia e movimentos através do conflito.

Movimentos sociais e democracia – a tensão necessária

> "Just as a movement that is democratic but without internal conflict sacrifices political creativity to stability, so a democracy without movements would foreclose critical avenues of progressive change" (POLLETTA, 2002).

O papel dos movimentos sociais contemporâneos é promover a democratização das relações sociais dentro da sociedade civil, através da redefinição de papéis, normas, identidades (individuais e coletivas), conteúdo e modos de interpretação de discursos existentes nesta esfera. Desta forma, o desenvolvimento de políticas de inclusão - novos atores sociais reconhecidos como legítimos representantes dentro da sociedade política - e políticas de influência - através da mudança nos discursos políticos, de forma a levarem em conta novas identidades, necessidades, interpretações e normas - é fundamental para este projeto de sociedade civil democratizada (COHEN e ARATO, 1992, p.526). Um dos principais objetivos dos movimentos sociais tem sido o desenvolvimento de uma nova concepção de democracia. De acordo com Della Porta e Diani:

> "In fact, it has been claimed that social movements do not limit themselves to developing special channels of access for themselves but that, more or less explicitly, they expound a fundamental critique of conventional politics thus shifting their endeavours from politics to metapolitics. From this point of view, social movements affirm the legitimacy (if not the primacy) of alternatives to parliamentary democracy, criticizing both liberal democracy and the organized democracy of the political parties" (DELLA PORTA and DIANI, 2006, p.239).

Dentro de um contexto democrático, a explicitação do conflito permite que determinadas temáticas adentrem o espaço público através do uso estratégico da mídia e da influência da opinião pública. Desta forma, os movimentos sociais influenciam e são influenciados pelos contextos políticos nos quais estão inseridos. Eles podem demandar a mudança ou a manutenção do ambiente em que estão inseridos; podem também questionar a forma pela qual as decisões políticas são tomadas, demandando uma maior participação popular nos campos decisórios. Mas a conexão entre democracia e movimentos sociais não é assim tão linearmente positiva. Segundo Giugni:

> "However, nothing assures us that movements always make society more democratic, and this is true also for the so-called left-libertarian movements that have dominated the unconventional political arena during the last few decades. It would be wrong to proceed from a normative point of view that assumes that the contributions of social movements are

> "positive" in all circumstances. Such a point of view would mean mistaking reality for our desires and taking for granted something that must be demonstrated empirically" (GIUGNI, 1999).

Movimentos sociais também podem ser antidemocráticos, como atestam as experiências do entre-guerras na Europa onde o fascismo se desenvolveu, em parte, através da apropriação de estratégias de movimentos sociais e da organização de contramovimentos oriundos do receio que organizações pró-democracia provocaram em franjas conservadoras da sociedade (TILLY, 2004). Apesar destas constatações, Ibarra afirma que é evidente a influência recíproca de fortalecimento tanto da democracia quanto dos movimentos sociais (IBARRA, 2002).

A primeira relação causal entre o fortalecimento dos movimentos sociais e instituições democráticas pode ser pensada a partir da análise histórica do momento em que as eleições passaram a ser centrais dentro do processo político. Desde 1850, os processos eleitorais têm promovido os movimentos sociais de maneiras distintas. O alargamento dos espaços de discussão e de tematização de novas demandas promovidos pelos processos eleitorais permitiu o surgimento de movimentos sociais que buscavam ocupar este espaço para apoiarem determinados candidatos e projetos políticos. O reconhecimento da importância do número de apoiadores de determinados grupos políticos também possui um papel importante dentro da disputa democrática, permitindo um reconhecimento de futuros aliados ou opositores dentro do cálculo eleitoral. A ampliação de direitos tais como a manifestação e a organização durante os processos eleitorais também favoreceram o surgimento de movimentos sociais.

Os movimentos sociais também podem favorecer a democracia ao explicitarem a tensão inerente a qualquer decisão política. Esta tensão permite um aprofundamento e uma radicalização dos ideais democráticos de justiça, participação e inclusão de determinados grupos na luta pelo reconhecimento e a tematização de novas demandas até então não existentes ou silenciadas. A intensidade democrática aumenta à medida em que novos atores e demandas adentram o espaço público. Com o objetivo de analisar como os movimentos sociais podem favorecer a democracia, é necessário considerar algumas questões: primeiramente, *quais as melhores estratégias para promover as mudanças sociais que levem a um aprofundamento democrático? Estratégias disruptivas ou moderadas?* Se partirmos do princípio de que os movimentos sociais não possuem os recursos instituticionais para alcançarem os seus objetivos como os grupos de interesse e os partidos políticos, as ações disruptivas poderiam ser o melhor recurso que possuem, sejam elas ações violentas, greves ou manifestações. Isto do ponto de vista lógico aumenta consideravelmente a chance de alcançarem sucesso. Neste sentido, o contexto pode determinar um uso simultâneo ou sequencial dos dois tipos de ação política (SANTOS, 2005).

O contexto político dos movimentos também é um elemento relevante da análise, uma vez que em regimes muito fechados a via disruptiva pode levar a um aumento da repressão - como no caso dos movimentos de esquerda na América Latina durante os regimes autoritários, que acabaram por levar a um recrudescimento dos mesmos - enquanto em regimes fragilizados ou abertos à mudança a via disruptiva pode aumentar as chances de sucesso das ações dos movimentos.

Outra questão relevante é saber se a dinâmica interna dos movimentos pode favorecer a democracia e suas relações com outros atores políticos. Internamente, os movimentos sociais têm procurado desenvolver estruturas organizativas baseadas na participação (ao invés da delegação), na busca da construção de consensos (em contraponto ao voto majoritário), e redes horizontalizadas (em contraponto a hierarquias centralizadas) (DELLA PORTA e DIANI, 2006, p.243). Através da existência de uma cultura de práticas horizontalizadas e de estruturas reticulares, há uma intensificação e uma "exportação" de práticas democráticas para as redes às quais o movimento faz parte, permitindo assim uma partilha de poder e uma igualdade entre os participantes das redes. Esta cultura democrática pode, assim, contaminar os processos políticos nos quais o movimento social estiver presente.

Partindo do pressuposto de que parte dos movimentos sociais buscam desenvolver interna e externamente práticas mais horizontalizadas, construindo consensos e estruturas organizativas participativas, as conexões com os pressupostos das teorias deliberativas e seus críticos ficam claras. A importância dada à qualidade da comunicação nas teorias deliberativas e a ênfase no conflito proposta por seus críticos se materializa nas diferentes possibilidades de ativismo dos movimentos. Por isso, estas passam a ter uma importância fundamental, pois são o *locus* onde as questões estão sendo objeto de negociação, mas, ao mesmo tempo, não anulam a autonomia dos atores políticos manifesta pelo seu caráter conflitivo (MELUCCI, 1996, p.221).

Os movimentos sociais são, portanto, atores fundamentais na construção de espaços deliberativos de forma a manter uma postura crítica em relação às instituições públicas, procurando tematizar novas questões que serão analisadas e comparadas com as propostas já existentes, colaborando, assim, com o processo de aprofundamento democrático.

Outro ponto relevante que deve ser devidamente analisado dentro das esferas públicas contemporâneas é o caráter heterogêneo da própria sociedade civil e a luta por espaço entre os atores sociais que dela fazem parte. Diferentes culturas e tradições políticas dos atores sociais demonstram que não existem apenas projetos democráticos em disputa. Projetos autoritários, populistas, neoliberais e outros também disputam espaços na esfera pública[7]. Temos, desta forma, dois eixos de conflito: por um lado, um eixo vertical entre o Estado e a sociedade civil; e por outro, um eixo horizontal entre diferentes atores da sociedade civil atuando na esfera pública.

Procura-se, assim, enfatizar o caráter conflitivo, tanto no seu eixo vertical (Estado-sociedade civil) quanto no horizontal (entre atores da sociedade civil), onde podem ser produzidos não apenas consensos, mas também falsos consensos, suscetíveis de hegemonia e exclusão. Para além desta relativização acerca da produção dos consensos, o espaço público torna-se um espaço em que outras formas de interação social tomam forma, através de dissensos ou através de ações violentas, e onde outras formas comunicativas também terão lugar.

[7] Para um aprofundamento da discussão sobre a heterogeneidade da sociedade civil e a *bad civil society,* vide Chambers and Koptstein (2001).

As políticas de conflito

Atualmente, as democracias existentes se veem confrontadas com a necessidade de aumentar a quantidade e a qualidade da participação de seus cidadãos, de reconhecer a existência de desigualdades sociais relacionadas a gênero, raça e etnia, e de reconhecer como legítimas as demandas dos movimentos sociais e organizações civis oriundas da esfera pública, de forma a aumentar a legitimidade do sistema político. Se pudéssemos resumir todas estas questões em uma pequena formulação, diríamos *que devemos reconhecer e trazer de volta às nossas discussões teóricas o conflito*.

Dentro das diferentes correntes teóricas dos movimentos sociais, a teoria dos processos políticos (TILLY, 1978; McADAM, 1982; TARROW, 1998) tem como foco central a análise da relação entre os atores da ação coletiva e o contexto político institucional. Para poder desenvolver este ponto específico, é necessário que se analise primeiramente a ideia de políticas de conflito (*contentious politics*), a fim de diferenciá-la de outras formas de ação coletiva. Políticas de conflito são:

> "Episodic, public, collective interaction among makers of claims and their objects when (a) at least one government is a claimant, an object of claims, or a party to the claims and (b) the claims would, if realized, affect the interests of at least one of the claimants." (McADAM et al, 2001, p.5).

A principal diferença entre as ações coletivas de conflito e outras formas de ação coletiva, tais como a ação política institucional e o lobbying, é a capacidade que as primeiras têm em trazer para o centro da arena política indivíduos que a princípio não teriam acesso aos canais institucionais para alcançarem seus objetivos, e que, por isso, entram em conflito com as autoridades e as elites para consegui-los (TARROW, 1998). Mais ainda: através desta forma de ação política, cidadãos que participam de ações coletivas de conflito em alguns casos podem influenciar mais os responsáveis pelas decisões políticas do que os próprios eleitores (DELLA PORTA, 1999).

Os indivíduos que não possuem os canais institucionais buscam atuar coletivamente de forma a pressionar o sistema político através de diferentes formas de protesto, disruptivas ou não, violentas ou não, tais como greves, ocupações, passeatas, paralisações de trânsito, criações de vírus, invasões de *sites*, e etc. Estas formas de ação coletiva estão inscritas na história de um determinado movimento ou de uma determinada sociedade, sendo socialmente comunicadas, permitindo que rotinas específicas sejam seguidas cada vez que um movimento social se mobilize. Os líderes dos movimentos possuem a incumbência de inventar, adaptar e combinar diferentes formas de protesto que podem ser herdadas de outras mobilizações, realizadas separadamente ou em ações conjuntas com outras formas de protesto (TARROW, 1998, p.21).

As ações de protesto têm ganho força desde os anos 1980 (NORRIS, 2002; MELLUCCI, 1996; DELLA PORTA e DIANI, 1999; DELLA PORTA e TARROW, 2005; BENNETT, 2004), seja através de boicotes, demonstrações, invasões, e outras tantas formas criativas desenvolvidas pelas organizações de movimentos sociais (OMSs) e as organizações não governamentais (ONGs). De fato, as ações de protesto

têm se tornado um meio de expressão política tão fundamental quanto a participação em partidos políticos, associações voluntárias e organizações comunitárias.

As diferentes formas de ação desenvolvidas por movimentos são fruto de um processo histórico cumulativo de atividades anteriormente desenvolvidas e que se adequam às necessidades e aos constrangimentos de cada processo específico que as entidades da sociedade civil desenvolvem, sejam eles constrangimentos financeiros, organizacionais, da agenda política, o nível de repressão política que podem estar sujeitos e as tecnologias que podem ser apropriadas.

De acordo com Tarrow, os repertórios de conflito são "*at once a structural and a cultural concept, involving not only what people do when they are engaged in conflict with others but what they know how to do and what others expect them to do*" (TARROW, 1998, p.30). Isto significa que os movimentos sociais possuem repertórios de ação que se modificam com o tempo, entre outras coisas, em função de mudanças tecnológicas que poderão ser apropriadas de formas distintas; em função do contexto político no qual estão inseridos e também em função das expectativas que outros atores sociais terão em relação às ações que irão tomar.

Nas sociedades contemporâneas baseadas na controle da informação, a intervenção para a manutenção do próprio sistema ocorre também nos domínios culturais e sociais, e não mais somente no sistema de produção material, pois, nestas sociedades, a produção está também baseada nas relações sociais, nos símbolos, nas identidades e nas necessidades individuais (MELUCCI, 1996, p.99).

Os conflitos inerentes a este modelo societário serão, portanto, baseados na luta pelos significados construídos por aparatos informacionais. Os movimentos sociais contemporâneos promovem uma luta pela possibilidade de construção e definição dos significados através de discursos públicos. Desta forma, os principais atores sociais nos conflitos em sociedades contemporâneas não são mais vinculados às classes das sociedades industriais, mas sim a grupos que defendem posições distintas em relação aos recursos cognitivos e simbólicos (MELUCCI, 2006, p.225).

Um dos possíveis caminhos para o aperfeiçoamento democrático é reforçar o caráter conflitivo entre os movimentos sociais e o sistema político. Através de ações na esfera pública, os movimentos sociais podem chamar a atenção da sociedade para determinadas temáticas, pressionando desta forma o sistema político a promover as mudanças ou manutenções de políticas que os primeiros considerem relevantes. As grandes manifestações populares contra a guerra do Iraque, as já icônicas "batalhas" de Seattle e Gênova, os Fóruns Sociais Mundiais ou Regionais que vêm ocorrendo em várias partes do mundo e as ocupações e passeatas do Movimento dos Sem Terra no Brasil são exemplos entre tantos outros desta segunda possibilidade.

Conclusão

Para compreendermos melhor os fenômenos de participação política nas sociedades contemporâneas, temos que reconhecer que nem todos os movimentos e associações estão dispostos a participar dos espaços institucionais e semi-institucionais de partilha de poder. Os motivos para a não-participação são diversos. Entre eles, existe o receio de cooptação e a discordância com os mecanismos

desenvolvidos, que poderiam eventualmente definir *a priori* os temas a serem tratados e os procedimentos que levarão às decisões. Desta forma, muitos movimentos preferem manter distância em relação ao sistema político e agir independentemente no espaço público, utilizando a pressão sobre os atores políticos e a influência sobre a opinião pública como armas para alcançarem seus objetivos. Temos, portanto, posturas distintas de movimentos oriundos da sociedade civil: aqueles que veem no sistema político um possível parceiro na construção de mecanismos de participação e decisão; aqueles que mantêm uma postura independente em relação ao sistema político; e, por último, aqueles que podem se aproximar ou distanciar do sistema político em razão do contexto em que se encontram.

Se reconhecemos o conflito como elemento fundamental dos processos políticos e a democracia como a melhor forma para tratá-lo (DAGNINO et al, 2006, p.59), devemos reconhecer também o papel fundamental dos movimentos sociais na promoção de mudanças em certos aspectos da sociedade, através da tematização de novas demandas, do reconhecimento de desigualdades e pela manutenção de uma tensão contínua dentro das democracias, ao mesmo tempo em que colocam em xeque determinados processos e/ou decisões políticas, também colaboram no processo de canalização de tensões e expectativas em relação ao sistema político.

Os movimentos sociais são, desta forma, uma das principais formas de ação coletiva que permitem a articulação e a mobilização de coletividades em relação a diferentes demandas, através de diferentes repertórios de ação, tais como boicotes, manifestações públicas, passeatas nas ruas, invasões, abaixo-assinados e também, algumas vezes, o uso da violência. O protesto é um recurso político que permite a explicitação de um conflito que talvez estivesse encoberto por diferentes mecanismos. A falta de outros recursos institucionais de acesso às esferas de decisão política o transforma em um mecanismo de pressão e de publicização de uma temática que os atores excluídos destas esferas consideram relevante. A realização de ações inovadoras e/ou surpreendentes chama a atenção da mídia que irá influenciar a opinião pública, colocando em pauta uma temática relevante para os movimentos.

Portanto, para que se possa analisar a "saúde" de nossas democracias, torna-se necessário compreender a fundo as formas de ativismo político que estão sendo desenvolvidas. Os movimentos sociais contemporâneos representam uma diversidade enorme das novas formas de ativismo político e devem estar no centro das análises de novas práticas que representem uma alternativa a uma proposta totalizante e hegemônica de mundo.

Referências Bibliográficas

BENNET, W. L.; ENTMAN, R. M. *Mediated Politics: A* communication in the future of democracy. Massachusetts: MIT Press, 2003.

BENNET, L. New media power: the Internet and global activism. In: COULDRY, N., CURRAN, J. (eds.). *Contesting media power:* alternative media in a networked world. Oxford: Rowman and Littlefield, 2003.

_____. Communicating global activism – strengths and vulnerabilities of networked politics. In: VAN de DONK, W.; LOADER, B.; NIXON, P.; RUCHT, D. (eds.). *Cyberprotest:* new media, citizens and social movements. London: Routledge, 2004.

BOHMAN, J. *Public deliberation:* pluralism, complexity and democracy. Cambridge: MIT Press, 1996.

_____. Deliberative Democracy and effective social freedom: capabilities, resources, and opportunities. In: BOHMAN, J. and REGH, W. (eds.). *Deliberative democracy:* essays on reason and politics. Massachusetts: MIT Press, 1997.

CHAMBERS, S. "Deliberative Democratic Theory". *Annual Review of Political Science,* v. 6, p. 307-326, 2003.

CHAMBERS, S. and KOPSTEIN, J. "Bad Civil Society", *Political Theory*, v.29, n.6, p.838-866, 2001.

COHEN, J.; ARATO, A. *Civil Society and Political Theory:* Studies in Contemporary German Social Thought. Cambridge: MIT Press, 1992.

CROSSLEY, N. *Making sense of social movements*. Buckingham: Open University Press, 2002.

CROSSLEY, N.; ROBERTS, J. M. Introduction. In: CROSSLEY, N. and ROBERTS, J.M. (eds.). *After Habermas:* New Perspectives on the Public Sphere. Blackwell: Oxford/Malden, 2004.

DELLA PORTA, D.; DIANI, M. *Social Movements:* an introduction. Oxford: Blackwell Publishing, 2006 [1999].

DELLA PORTA, D.; TARROW, S. (eds.). *Transnational protest and global activism.* New York: Rowman and Littlefield Publishers, 2005.

DRYZEK, J.S. *Deliberative democracy and beyond:* liberals, critics, contestations. Oxford: Oxford University Press, 2002.

_____. "Deliberative democracy in divided societies – alternatives to agonism and analgesia". *Political Theory*, v. 33, n. 2, p. 218-242, 2005.

ELSTER, J. (ed.). *Deliberative Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

FISHKIN, J. S.; LASLETT, P. (eds.). *Debating Deliberative Democracy*. Oxford: Blackwell Publishing, 2003.

FRASER, N. Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy. In: CALHOUN, C. (ed.). *Habermas and the public sphere.* Cambridge: MIT Press, 1996.

GIUGNI, M.; McADAM, D.; TILLY, C. (eds.). *How social movements matter.* Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.

GIUGNI, M. Introduction: How social movements matter: past research, present problems, future developments In: GIUGNI, M.; McADAM, D.; TILLY, C. (eds.). *How social movements matter.* Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.

GUTTMAN, A.; THOMPSON, D. Deliberative Democracy Beyond Process In: FISHKIN, J.; LASLETT, P. (eds.). *Debating deliberative democracy.* Oxford: Blackwell Publishing, 2003.

HABERMAS, J. Three normative models of democracy, In: BENHABIB, S. (ed.). *Democracy and difference:* Contesting the boundaries of the political. Princeton: Princeton University Press, p. 21-30, 1996.

_____. *Direito e democracia:* entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. v. 1- 2, 1997.

IBARRA, P. (Ed.). *Social Movements and democracy*. New York: Palgrave Macmillan, 2002.

KNIGHT, J. and JOHNSON, J. What sort of equality does deliberative democracy require? In: BOHMAN, J. and REGH, W. (eds.). *Deliberative democracy:* essays on reason and politics. Massachusetts: MIT Press, 1997.

McADAM, D. *Political Process and the Development of Black Insurgency, 1930-1970*. Chicago: The University of Chicago Press, 1982.

McADAM, D., TARROW, S., TILLY, C. *Dynamics of Contention*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

MELUCCI, A. *Challenging codes:* collective action in the information age. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

MOUFFE, C. *The Democratic Paradox.* London: Verso, 2000.

NORRIS, P. *Democratic Phoenix:* Reinventing political activism. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

_____. "Preaching to the converted? Pluralism, Participation and Party Websites". *Party Politics – Special Issue: Party Politics on the Net.* v. 9, n. 1, 2003.

POLLETTA, F. "Contending Stories: Narrative in social movements". *Qualitative Sociology*. v.21, n.4 p.419-446, 1998

_____. *Freedom is an endless meeting:* democracy in American social movements. Chicago: The University of Chicago Press, 2002.

_____. "Free spaces in collective action". *Theory and Society*, v. 28, n.1, p. 1-38, 1999.

POLLETTA, F.; LEE, J. "Is telling stories good for democracy? Rhetoric in public deliberation after 9/11". *American Sociological Review,* v. 71, n. 5, p. 699-723, 2006.

PRZEWORSKI, A. Deliberation and ideological domination. In: ELSTER, J. (ed.). *Deliberative Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

SANDERS, L. M. "Against deliberation". *Political Theory,* v. 25, n. 3, p. 347-376, 1997.

SANTOS, B. de S.; AVRITZER, L. Para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, B. de S. (ed.). *Democratizar a democracia.* Porto: Afrontamentos, 2003.

SANTOS, B. S., MENESES, M. P.; NUNES, J. A. Introdução: para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo. In: SANTOS. B.S. (ed.) *Semear outras soluções:* os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Porto: Edições Afrontamento, p. 19-101, 2004.

SANTOS, B.S. *O Fórum social mundial:* manual de uso. Porto: Edições Afrontamento, 2005.

SHAPIRO, I. Optimal Deliberation. In: FISHKIN, J.; LASLETT, P. (eds.). *Debating deliberative democracy*. Oxford: Blackwell Publishing, 2003.

STOKES, S. Pathologies of deliberation. In: ELSTER, J. (ed.). *Deliberative Democracy.* Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

SUNSTEIN, C. R. *Republic.com.* Princeton: Princeton University Press, 2001.

_____. The law of group polarization In: FISHKIN, J.; LASLETT, P. (eds.). *Debating deliberative democracy.* Oxford: Blackwell Publishing, 2003.

TARROW, S. States and opportunities: the political structuring of social movement. In: McADAM, D., McCARTHY, J.D., ZALD, M.N. (eds.). *Comparative perspectives on social movements:* political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

_____. *Power in movement:* social movements and contentious politics. Cambridge: Cambridge University Press, 2003 [1998].

TARROW, S.; MEYER, D.S. *The social movement society:* contentious politics for a new century. New York: Rowman & Littlefield, 1998.

TILLY, C. *From mobilization to revolution*. New York: McGraw-Hill Publishing Company, 1978.

_____. *The contentious French.* Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 1986.

_____. *Popular Contention in Great Britain – 1758-1834*. Cambridge: Harvard University Press, 1995.

_____. *Contention and democracy in Europe 1650-2000.*Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

YOUNG, I. M. *Inclusion and democracy*. New York: Oxford University Press, 2000.

_____. Comunicação e o outro: além da democracia deliberativa. In: SOUSA, J. (org). *Democracia hoje:* novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: Editora UnB, 2001.

_____. Activist Challenges to Deliberative Democracy. In: FISHKIN, J.; LASLETT, P. (eds.). *Debating deliberative democracy*. Oxford: Blackwell Publishing, 2003.

Marcus Abilio Pereira - marcusabilio@fafich.ufmg.br

Recebido para publicação em dezembro de 2010.
Aprovado para publicação em agosto de 2011.

Atitudes, cognição e participação política: padrões de influência dos ambientes de socialização sobre o perfil político dos jovens

Mario Fuks
Departamento de Ciência Política
Universidade Federal de Minas Gerais

Resumo: O debate sobre o papel da socialização na aquisição de conhecimento, na formação das atitudes e no padrão de participação política do jovem nos lembra, constantemente, que a família e a escola são os ambientes definidores nesse processo. Mas isso não esclarece uma série de questões. Uma delas é a interação entre os diversos fatores que compõem esses contextos socializadores e os mecanismos por meio dos quais eles geram efeitos sobre o perfil político dos jovens. Essa dinâmica é o foco do presente artigo e o nosso principal argumento é que ela cria padrões distintos na influência desses ambientes sobre o perfil político do jovem, dependendo da dimensão considerada. Nossas análises são feitas a partir dos dados de um survey realizado em 2008 com jovens do ensino médio da cidade de Belo Horizonte.

Palavras-chave: socialização política; atitudes políticas, participação política; conhecimento político; jovens

Abstract: The debate about the role of socialization in the acquisition of political knowledge, attitudes and participation of young people reminds us constantly that the family and school environments are the crucial factor in this process. But this does not answer a number of questions. One of them is the interaction between the various factors that comprise these environments and the specific mechanisms through which they generate effects on the political profile of young people. This dynamic is the focus of this article and our main argument is that it creates distinct patterns of influence of these environments, depending on the dimension considered. Our analyzes are based on data from a survey conducted in 2008 with high school students of the city of Belo Horizonte, Brazil.

Keywords: political socialization; political attitudes; political participation; political knowledge; youth

Introdução

O debate sobre o papel da socialização na aquisição de conhecimento, na formação das atitudes e no padrão de participação política do jovem nos lembra, constantemente, que a família e a escola são os ambientes definidores nesse processo. No campo da cultura política (ALMOND, VERBA, 1989 [1963]), em estudos sobre novas formas de engajamento cívico (ZUKIN, KEETER, ANDOLINA, JENKINS, DELLI CARPINI, 2006), na literatura sobre educação cívica (SLOMCZYNSKI, SHABAD, 1998; ICHILOV, 2007; FINKEL, ERNEST, 2005; FINKEL, 2003) ou nas investigações sobre participação política (VERBA, BURNS, SCHLOZMAN, 2003; VERBA, SCHLOZMAN, BURNS, 2005; NIE, JUNN, STEHLIK-BARRY, 1996; CAMPBELL, 2006), o que, invariavelmente, encontramos é a apresentação de evidências de que as estruturas, fenômenos e processos associados aos ambientes familiar e escolar têm consequências substantivas no perfil político do jovem e, futuramente, do adulto.

A tese de que ambientes familiares e escolares distintos contribuem, de forma expressiva, para a explicação da diferença das atitudes, habilidade cognitiva e engajamento político dos jovens foi confirmada por nosso estudo. Mas isso não esclarece uma série de questões. Uma delas é a interação entre os diversos fatores que compõem esses contextos socializadores e os mecanismos por meio dos quais eles geram efeitos sobre o perfil político dos jovens. Essa dinâmica é o foco do presente artigo[1] e o nosso principal argumento é que ela cria padrões distintos na influência desses ambientes sobre o perfil político do jovem, dependendo da dimensão considerada.

Nossas análises foram realizadas a partir dos dados de um survey, aplicado em 2008, com jovens do ensino médio da cidade de Belo Horizonte. Uma amostra não-aleatória[2] de 351[3] casos foi elaborada com a finalidade de identificar os efeitos da participação no Parlamento Jovem mineiro[4] sobre o comportamento, o conhecimento e as atitudes políticas de jovens[5].

---

[1] No Brasil, outros estudos sobre juventude e comportamento político adotaram enfoques diferentes do que apresento aqui. Venturi e Abramo (2000) procuraram fazer um diagnóstico mais amplo sobre a juventude brasileira, cobrindo aspectos culturais, políticos e econômicos. Outros trabalhos analisaram as visões dos jovens sobre a política institucional (CASTRO, 2008; FLORENTINO, 2008). Os trabalhos de Baquero e Baquero (2007) e de Nazzari (2006) discutem a participação política dos jovens, além de enfatizar o papel da educação no processo de socialização política. Schmidt (2001), por sua vez, investiga a constituição de atitudes políticas nos jovens brasileiros dos anos 1990, no contexto do debate sobre a consolidação da democracia brasileira. Por fim, o relatório de pesquisa de dados nacionais realizado pelo Ibase, em parceria com o Instituto Polis (2005), apresenta uma análise sobre diversos aspectos da participação política dos jovens no Brasil.

[2] Portanto, os resultados aqui apresentados, embora sejam bastante sugestivos e tenham como referência um amplo número e, especialmente, variedade de tipos de escola, não têm validade estatística para o conjunto de alunos de ensino médio de Belo Horizonte.

[3] O grupo de tratamento é composto por 176 jovens e o grupo de controle, por 175. Os alunos estão distribuídos da seguinte forma entre os quatro tipos de escola: 99 alunos de escolas particulares de elite; 91 alunos escolas particulares de classe média; 98 alunos de escolas públicas militares; 63 alunos de escolas públicas. Do total de entrevistados, 134 são do sexo masculino e 217 do sexo feminino. Quanto à raça/cor, foram entrevistados 132 jovens brancos, 143 pardos, 27 pretos, 31 amarelos, 11 indígenas, além dos 7 casos que não foram classificados.

[4] O Parlamento Jovem é promovido pela Escola do Legislativo, vinculada à Assembleia Legislativa de Minas Gerais, em parceria com o curso de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica (PUC Minas) e é destinado aos alunos do ensino médio das escolas das redes pública e privada de Belo Horizonte. Suas atividades se desenvolvem durante um semestre, concentradas em três dimensões: de formação política, de capacitação e de participação no Parlamento.

[5] A pesquisa seguiu um desenho quase-experimental com pré-teste e pós-teste e grupo de controle, sem randomização, porém com emparelhamento. A randomização não pode ser feita, em função da natureza do estudo, pois a escolha dos indivíduos que participam do Parlamento Jovem está fora do controle dos pesquisadores e não segue critérios aleatórios. O emparelhamento entre o grupo de tratamento e o grupo de controle foi feito por meio da seleção de estudantes de outras escolas que não participaram do Parlamento Jovem, com base em certas características importantes como, por exemplo, se eram públicas ou privadas e o valor das mensalidades nas escolas privadas. Ao todo, jovens de 14 escolas foram entrevistados. Houve dois momentos de mensuração: a) o primeiro ocorreu no início do Parlamento Jovem e; b) o segundo, ao final do projeto. Apenas os

O artigo divide-se em três partes, cada uma delas analisando o padrão de influência dos ambientes socializadores sobre uma das três dimensões do perfil político dos jovens: o conhecimento sobre política, a participação política e as atitudes políticas.

Primeiro padrão: conhecimento político

Quem ensina o conhecimento político para o jovem? A formulação da pergunta já dá uma pista quanto à resposta correta: a escola e os pais. Esses são os dois principais meios de transmissão do conhecimento político entre gerações. Mas as escolas e os pais são diferentes entre si. Alguns pais são mais escolarizados do que outros e algumas escolas oferecem melhores condições de acesso à informação política[6] do que outras. Portanto, aprende mais sobre política o jovem cujos pais têm alta escolaridade e aqueles que frequentam escolas que oferecem condições favoráveis para a aquisição de conhecimento político. Em geral, essas duas coisas caminham juntas, de tal forma que o jovem que tem pais com alta escolaridade também está matriculado nas escolas mais bem servidas de recursos informacionais.

Mas há também o aspecto propriamente político do ambiente familiar, com a vantagem para contextos em que os pais são politicamente ativos e em que há um fluxo permanente de informação política. Não por acaso, estudos recentes (ANDOLINA, JENKINS, ZUKIN, KEETER, 2003; VERBA, SCHLOZMAN, BURNS, 2003) têm chamado a atenção para a influência dos modelos de comportamento que o jovem encontra em casa, em especial a participação política e o hábito de conversar sobre a política. Em sintonia com esses estudos, os nossos dados fornecem evidências de que quem tem membros da família politicamente ativos e tem mais oportunidade de conversar e de se informar sobre política em casa tem também mais conhecimento político.

Isso significa que a participação dos pais, dependendo do ambiente familiar, pode compensar o efeito negativo da escolaridade dos pais ou potencializar o seu efeito positivo. Em outras palavras, jovens formados por pais com baixa educação formal, mas com alto nível de ativismo político, têm boas chances de acumular um estoque considerável de conhecimento político. Já os jovens cujos pais, além de terem frequentado o ensino superior, estão vinculados a instâncias e associações participativas tendem a ser politicamente sofisticados.

Mais do que na família, é na escola que o jovem apreende a política. Há um aumento linear da média de conhecimento quando se passa da escola pública até chegar à escola particular de elite. Mesmo controlando por uma série de atributos do ambiente familiar e do indivíduo, o ambiente escolar permanece sendo o fator com maior potencial explicativo em nosso modelo (Tabela 1).

---

dados da primeira onda de entrevistas, a qual antecede a experiência de participar no Parlamento Jovem, serão analisados aqui. A primeira onda de entrevistas foi realizada entre fevereiro e março de 2008.

[6] O acesso à informação foi medido pelo número de computadores, pela sua disponibilidade de uso e pelo número de assinaturas dos principais jornais e revistas nacionais. Em relação às oportunidades de participação dentro da escola enquanto aspecto fomentador do interesse e da busca de informação política, levamos em conta a existência de trabalho voluntário e de estruturas de participação, como, por exemplo, o grêmio estudantil com espaço próprio dentro da escola e o direito de participar do Conselho da Escola. A análise do ambiente informacional das escolas apenas reforçou o que os dados apresentados neste artigo já apontam a partir dos tipos de escolas, mostrando que as escolas particulares, com destaque para as escolas de elite, superam as demais. Esse conjunto de informações foi coletado mediante um questionário aplicado aos coordenadores das escolas que participaram da pesquisa.

Além do impacto dos ambientes de socialização sobre o conhecimento do jovem, as suas características individuais também contam. Nesse caso, o atributo individual relevante não poderia ser outro senão o interesse por política, em especial a sua expressão ativa na busca de informação política[7].

Tabela 1
Modelo de Regressão Linear

Variável Dependente: Conhecimento Político		
	B	**B Padronizado**
Constante	25,725***	
Posição de classe do pai (0 = não elite)	-0,473	-0,011
Escolaridade dos pais	4,573**	0,19
Participação dos pais	2,582**	0,122
Exposição à informação política	0,795***	0,214
Tipo de escola (0 = pública)		
Militar	7,345**	0,156
Particular - classe média	10,117**	0,21
Particular – elite	15,847***	0,338
N	351	
R^2 Ajustado	0,318	
Teste F	24,333***	

*** Estatisticamente significante a 0,01
** Estatisticamente significante a 0,05

Mas, por que a classe social não se mostrou relevante em nosso modelo? Essa dissociação entre a posição de classe do pai e o conhecimento político dos filhos expressa que a classe não é um meio transmissor de conhecimento. Mas ela é um excelente preditor do tipo de escola, da escolaridade dos pais e da participação dos pais, ou seja, dos principais fatores que definem a quantidade e a qualidade de informação política transmitida. O que ilustra bem isso é o fato de que as portas das escolas que têm um bom desempenho na transmissão da informação política se abrem com muito mais facilidade para os estratos socioeconômicos mais altos.

Os efeitos indiretos da classe na dinâmica de aquisição de conhecimento político seguem duas trajetórias. A primeira delas passa pelo tipo de escola, com a classe "empurrando", para cima ou para baixo, a escolaridade dos pais e ambas tendo impacto na seleção do tipo de escola que o jovem frequenta. A segunda tem como termo intermediário a participação política dos pais, esta contribuindo para a formação de um ambiente politicamente estimulante.

Mas, como já identificado, a escolaridade e a participação dos pais e a escola são os meios específicos ativados pelo processo de transmissão do conhecimento sobre política. Portanto, se tiver a sorte de ter pais escolarizados e que fomentem um ambiente politicamente estimulante na família e nos

[7] Nos modelos apresentados neste artigo, optei por utilizar o índice de exposição à informação política como proxy de interesse por política. Em testes realizados durante a pesquisa, o efeito do interesse foi "capturado" pela exposição à informação política, perdendo parte do seu poder explicativo sempre que esta era incluída no modelo. A correlação alta entre o interesse e a exposição à informação política (r de Pearson de 0,505) reforça a nossa posição. Nesse sentido, sempre que nos referirmos a interesse por política, trata-se desta modalidade mais exigente, próxima do que Zaller (1992) chama de "engajamento intelectual".

seus círculos mais próximos, o jovem terá enormes chances de ser politicamente bem-informado. Se, além disso, ele frequentar as escolas mais bem servidas pelos recursos que permitem o acesso à informação e que estimulam o interesse por política, o jovem terá a seu favor todas as condições sociais que distinguem o seleto grupo da população considerado politicamente sofisticado.

Segundo padrão: participação política

Nesta seção, buscamos entender o processo mediante o qual os jovens se tornam cidadãos participativos. Veremos que ele ocorre de duas formas complementares. A primeira é a transmissão imediata, embora nem sempre direta, das rotinas participativas. A segunda depende de um processo de duração mais longa, gerando a participação como efeito tardio.

O nosso argumento é que pensar a influência dos ambientes familiar e escolar a partir de um modelo que inclua os efeitos diretos, os efeitos indiretos e os efeitos tardios permite uma melhor compreensão do processo de transmissão intergeracional da participação política. A força desse argumento reside em duas considerações: 1) não podemos transpor, automaticamente, um modelo que explica a participação política de um indivíduo para um modelo sobre a sua transmissão intergeracional, e isso vale, especialmente, para o efeito da escolaridade e da classe social dos pais sobre a participação política dos filhos; 2) como se trata de um processo de formação do perfil político e como a maioria dos alunos de ensino médio ainda não alcançou uma faixa etária politicamente ativa, não se pode esperar que todos os efeitos sobre a participação ocorram de forma imediata.

Nos estudos sobre participação política, a escolaridade e o engajamento político dos pais têm sido apontados como os elementos decisivos na formação do perfil político do jovem (JENNINGS, STOKER, BOWERS, 1999; HILLYGUS, 2005; JENNINGS, 2000; ZUKIN, KEETER, ANDOLINA, JENKINS, DELLI CARPINI, 2006; VERBA, SCHLOZMAN, BURNS, 2005; VERBA, BURNS, SCHLOZMAN, 2003). Alguns autores têm chamado a atenção também para o tipo de escola que o jovem frequenta (ICHILOV, 2007; ANDOLINA, JENKINS, ZUKIN, KEETER, 2003; NIEMI, CHAPMAN, 1998). Nossa análise confirma a tese da centralidade do efeito da participação dos pais, mas, em relação ao impacto da escolaridade dos pais, ela identifica um padrão menos convencional.

Para a nossa surpresa, uma primeira leitura dos dados revelou que variáveis clássicas, como a classe do pai[8], a escolaridade dos pais e o tipo de escola em que o filho estuda, não têm relação com a participação política do jovem (Tabela 2). Os fatores que, de fato, importam são a participação dos pais, o hábito de se informar, a eficácia política subjetiva e ser religioso.

[8] Incluímos, em todos os modelos apresentados neste artigo, variáveis referentes à ocupação profissional dos pais. Como a classe não se revelou relevante em nenhum dos modelos de efeito direto e não mudou os efeitos das demais variáveis, por parcimônia, optamos por incluir, em nossos modelos, apenas a escolaridade dos pais como indicador da condição socioeconômica da família.

Tabela 2

Modelo de Regressão Linear

Variável Dependente: Escala de Participação Política		
	B	**B Padronizado**
(Constante)	4,203	
Tipo de escola (0 = pública)		
Militar	-0,566	-0,96
Particular - classe média	-0,673	-0,111
Particular – elite	0,255	-0,042
Escolaridade dos pais	-0,17	-0,057
Participação dos pais	0,788***	0,3
Exposição à informação política	0,103***	0,225
Eficácia política subjetiva	0,669**	0,124
Propensão a debater	0,369	0,066
Postura Crítica	0,515	0,122
Religioso	0,677**	0,12
Sexo (0 = feminino)	-0,433	-0,08
Raça (0 = preto)	0,528	0,054
N	351	
R2 Ajustado	0,254	

** Significativo a 0,05
*** Significativo a 0,01

São vários os atributos individuais que têm efeito sobre a participação do jovem, em especial, motivacionais, como o interesse ativo por política (manifesto na exposição à informação) e a eficácia política. O envolvimento de jovens religiosos com o trabalho voluntário parece ser outra fonte da participação política, responsável também pela propensão a participar de outros tipos de atividades.

Já no ambiente familiar, a transmissão intergeracional da participação política depende exclusivamente da participação política dos pais. Os impactos mais expressivos da dimensão socioeconômica do ambiente familiar e do contexto escolar sobre o comportamento político do jovem não são diretamente observáveis. Eles seguem duas principais trajetórias. A primeira tem origem na escolaridade e classe social dos pais, as quais criam condições mais ou menos favoráveis para a sua participação política, que, por fim, atuam sobre a participação do jovem. A segunda tem como ponto de partida o ambiente escolar, o qual cria condições específicas de acesso à informação política, que, por sua vez, conduz a níveis distintos de participação política.

Importante observar que o engajamento político dos pais afeta duplamente a participação dos filhos, de forma direta e indireta, motivando a busca de informação política. Ou seja, um ambiente familiar participativo estimula conversas e o hábito de se informar nos meios de comunicação, os quais conduzem o jovem a um comportamento mais participativo.

Mas o processo de socialização política não gera apenas efeitos imediatos. Grande parte dos efeitos de socialização ocorre na vida adulta. Isso é ainda mais verdadeiro quando se trata da participação política, até mesmo porque o adolescente ainda se encontra num estágio da vida em que algumas das atividades políticas tradicionais não são atraentes ou mesmo facultadas a ele.

Parte dos efeitos tardios pode ser captada pela propensão a se envolver com atividades políticas. Nesse caso, trata-se, na verdade, de uma modalidade de efeito indireto, cuja relação causal não se estabelece de forma imediata: a motivação para participar, hoje, influencia a propensão a participar, no futuro, a qual, por sua vez, tem efeitos diretos sobre a participação adulta.

O interesse por assuntos políticos, o sentimento de ser capaz de entender o mundo da política, a atitude crítica e ativa em relação a atos praticados por autoridades, na escola, e a disposição para participar, ativamente, de debate realizado na escola[9] são algumas das orientações subjetivas que expressam a disposição do jovem a participar da política na vida adulta.

Esses valiosos recursos de motivação política dependem, por sua vez, de um ambiente escolar com estruturas que estimulem a participação e, mais uma vez, de um ambiente familiar politicamente ativo[10]. Isso já ficou claro em nossa análise dos efeitos indiretos, quando tratamos da influência do tipo de escola e da participação dos pais sobre o hábitos de acesso à informação do jovem.

Terceiro padrão: atitudes políticas

Nesta seção, buscamos identificar o padrão de influência dos ambientes socializadores sobre as atitudes políticas dos jovens. São analisados três tipos de atitudes políticas: a tolerância em relação a grupos que, em certos contextos sociais, são objetos de atitudes negativas; as posições assumidas em relação a assuntos públicos controversos e as atitudes em relação a homossexuais.

Em um ambiente familiar em que os pais têm alta escolaridade e comportamento político ativo e, no interior do qual, circula, amplamente, informação política, esperávamos encontrar jovens que assumissem atitudes liberais. Surpreendentemente, não podemos afirmar que, no caso dos jovens belo-horizontinos, pais mais escolarizados ou mais envolvidos em atividades associativas passem para os seus filhos atitudes mais tolerantes em relação a segmentos sociais aos quais, com frequência, são dirigidas atitudes negativas.

Por outro lado, a classe importa. É notável que esse é um dos poucos aspectos do perfil político dos filhos que a ocupação profissional do pai apresenta, de forma inequívoca, efeito direto. Fica a seguinte indagação: que valores de classe poderiam atuar, por si só, sobre a tolerância política dos jovens?

[9] Essas duas últimas características individuais não apresentam efeito no modelo apresentado neste artigo. No entanto, em outra análise, apresento evidências de que elas são relevantes para modalidades específicas de participação política, tais como a participação estudantil e em ações políticas não eleitorais. Por parcimônia, optei por apresentar, aqui, apenas a escala geral de participação política, mas, como observo, na conclusão do trabalho, a análise tem muito a ganhar quando a desagregamos em seus diversos tipos.

[10] As implicações disso para a reprodução social da desigualdade política são discutidas em Fuks (2010).

Tabela 3
Modelo de Regressão Linear

Variável Dependente: Tolerância política		
	B	**B Padrozinado**
(Constante)	0,18	
Posição de classe do pai (0 = não elite)	0,30**	0,16
Tipo de escola (0= Particular de elite)		
Particular - classe média	-0,16	-0,07
Militar	-0,25	-0,12
Pública	-0,85***	-0,33
Escolaridade dos pais	-0,8	-0,07
Participação política dos pais	0,04	0,04
Religioso	-0,09	-0,05

** significativo a 0,05
*** significativo e 0,01
O índice de tolerância política refere-se a três grupos: comunistas, negros e ateus.

Além da classe social, o tipo de escola é um elemento definidor do grau de tolerância dos jovens, estabelecendo um contraste entre os alunos mais liberais das escolas de elite e os menos tolerantes das escolas públicas. Ou seja, as atitudes políticas de classe são reforçadas pela socialização escolar (Tabela 3).

Em relação a posições adotadas sobre temas polêmicos (Tabela 4), o resultado é intrigante, pois nenhuma das dimensões do ambiente familiar explica as atitudes dos alunos. Conforme esperado, a religião desempenha um papel importante na formação das atitudes sobre temas sociais de natureza controversa. Os jovens que se consideram religiosos têm, por exemplo, uma forte predisposição a assumir atitudes conservadoras em relação ao uso da maconha ou ao aborto. O curioso é que o conservadorismo dos jovens religiosos não se estende, conforme foi observado na Tabela 3, às atitudes em relação a minorias, incluindo os ateus.

O aluno que estuda em escola militar também expressa atitudes mais conservadoras em relação a assuntos que dividem a opinião pública. Isso coloca em evidência a diversidade de formas pelas quais a escola influencia a relação que o jovem estabelece com a política. Já o conservadorismo dos alunos das escolas de classe média só se revela quando, no modelo, o termo de comparação é a escola particular de elite, a qual promove a formação de jovens liberais.

Tabela 4
Modelo de Regressão Linear

Variável Dependente: Atitudes em relação à legalização do aborto e da maconha		
	B	**B Padronizado**
(Constante)	0,512***	
Posição de classe do pai (0 = não elite)	0,166	0,083
Tipo de escola (0= Particular de elite)		
Particular - classe média	-0,436***	-0,192
Militar	-0,497**	-0,224
Pública	-0,379	-0,15
Escolaridade dos pais	-0,59	-0,52
Participação política dos pais	0,45	0,46
Religioso	-0,421***	-0,2

** significativo a 0,05
*** significativo a 0,01

Além das atitudes em relação a temas polêmicos e da tolerância em relação a minorias, analisamos uma terceira dimensão do liberalismo: a posição em relação aos homossexuais (Tabela 5). O interessante, neste caso, que, embora, no questionário, cada uma das duas perguntas sobre homossexualidade tivesse sido concebida como parte integrante de uma das temáticas atitudinais (uma delas em relação à tolerância política e a outra, a assuntos controversos) que acabamos de analisar, elas convergiram, na análise fatorial, formando uma dimensão à parte[11]. Sendo assim, as atitudes dos jovens em relação a homossexuais não se alinham nem com suas atitudes em relação a outras minorias, nem com suas posições em relação a temas que, habitualmente, opõem atitudes liberais e conservadoras.

Os contextos em que se transmite e se exerce a vida religiosa e, em especial, a educação militar são as principais forças indutoras de atitudes pouco tolerantes em relação aos homossexuais. Nesse sentido, o processo definidor das atitudes dos jovens em relação aos homossexuais é, curiosamente, mais próximo daquele que explica as suas posições sobre temas controversos do que suas atitudes em relação a outras minorias.

Portanto, ambientes caracterizados pela transmissão de valores conservadores têm um claro efeito sobre temas com forte carga valorativa, como o aborto, o uso da maconha e o comportamento sexual de minorias, enquanto o fator socioeconômico parece ser mais decisivo quando se trata da tolerância dos jovens em relação a grupos que, ainda hoje, são alvos de atitudes discriminatórias, como os comunistas, os negros e os ateus.

[11] Isso revela a especificidade das atitudes em relação a indivíduos cuja orientação sexual não está em conformidade com as normas sociais vigentes, o que, por si só, merece ser aprofundado em estudos posteriores.

Tabela 5

Modelo de Regressão Linear

Variável Dependente: Atitudes em relação a homossexuais		
	B	**B Padronizado**
(Constante)	0,21	
Posição de classe do pai (0 = não elite)	0,15	0,07
Tipo de escola (0= Particular de elite)		
Particular - classe média	-0,01	0
Militar	-0,44**	-0,2
pública	-0,22	-0,08
Escolaridade dos pais	-0,01	-0,06
Participação política dos pais	0	0
Religioso	-0,22*	-0,1

* Significativo a 0,10
** Significativo a 0,05

Em síntese, a formação das atitudes políticas dos jovens ocorre, em grande parte, no ambiente da escola, tendo como pólos opostos a escola militar e a escola particular de elite, e nos canais de socialização religiosa. Com exceção parcial da classe social, as características do ambiente familiar consideradas em nossa pesquisa[12] pouco contribuem para explicar a posição do jovem em relação a assuntos sociais carregados de valor e suas atitudes em relação a minorias e pessoas que adotam ideias e padrões de comportamento que não correspondem às normas convencionais.

Disso pode-se concluir que, ao contrário do que ocorre com o conhecimento e a participação política, os valores relevantes para a definição do perfil político do jovem não são transmitidos pelos aspectos socioeconômicos e políticos do ambiente familiar. Este ambiente só é relevante quando faz parte de um sistema integrado de instituições socializadoras, como no caso da formação militar e da formação religiosa, e, mesmo assim, apenas explica as atitudes conservadoras.

Um ponto que merece ser destacado é a formação, na juventude, da tolerância política. Para o desespero dos que apostam no impacto positivo do "esclarecimento" sobre a democracia (DELLI CARPINI, KEETER, 1996; DELLI CARPINI, 1999; NIE, JUNN, STEHLIK-BARRY, 1996), a busca de informação política e o convívio cotidiano com pessoas que são politicamente ativas e mais informadas não "produzem", necessariamente, cidadãos mais tolerantes. Um exemplo bastante ilustrativo é o da participação dos pais. Esta faz parte de um pequeno elenco de variáveis que têm peso na explicação tanto da participação como do conhecimento político dos jovens, mas a transmissão de ativismo político e de conhecimento sobre política não vem acompanhada, conforme acabamos de ver, da transmissão de atitudes tolerantes em relação a minorias.

[12] Embora a nossa pesquisa não nos permita testar esse efeito, é natural supor – como sugerimos no próximo parágrafo – a influência da família sobre a educação militar e a vida religiosa do jovem.

Comparando os três padrões

Com certeza, alguns elementos se destacam na constituição dos padrões que operam na formação do perfil político do jovem. O tipo de escola e o interesse por política são fatores que têm, em geral, papel ativo e a classe social e escolaridade dos pais estão, com frequência, na origem desse processo. Mas pode-se falar de uma unidade no processo de formação do perfil político do jovem, tendo a participação, as atitudes políticas e o conhecimento uma base comum em sua formação?

O argumento deste artigo é que, se considerarmos a complexidade do processo de transmissão intergeracional dos atributos de natureza política, tal unidade não existe. O peso de cada fator, como ele interage com os demais fatores e os mecanismos específicos por meio dos quais ele faz sentir a sua influência definem o padrão específico de cada dimensão do perfil político do jovem. Sem considerar esses diferentes padrões, não é possível alcançar entendimento matizado da transmissão intergeracional da participação, do conhecimento e das atitudes políticas.

As diferenças começam com os fatores que têm maior impacto sobre cada uma das dimensões. Vimos o papel de destaque desempenhado pela escola e pela escolaridade dos pais no aprendizado sobre política. O conhecimento sobre política do jovem varia, em grande medida, em função dessas duas fontes de "ensino" sobre política. Nisso, as condições que favorecem o aprendizado sobre política apenas são as mesmas dos demais assuntos: quem tem pais mais escolarizados e estuda em escolas de elite tem domínio de um volume maior de conteúdos de natureza política.

Embora contribua para a transmissão de conhecimento político, a participação política dos pais tem maior destaque quando se trata da participação do filho. Nesse caso, não são processos socializadores de natureza propriamente cognitiva, como a escola e a escolaridade dos pais, que fazem a diferença. O ensino da participação política passa pela convivência com modelos participativos na família.

Vimos também que a participação política do jovem não se explica apenas pelos processos socializadores, mas está também fortemente associada a características individuais. Em nenhum outro aspecto do perfil político do jovem, os atributos individuais fazem tanta diferença. Além da busca de informação, a eficácia política subjetiva, a atitude crítica e a propensão a participar de debate na escola são traços individuais que caminham lado a lado com a participação política do jovem[13].

Sendo de três tipos, as atitudes políticas não têm como referência um núcleo único socializador. A classe tem destaque quando se trata da tolerância em relação a minorias, em geral. Mas, as atitudes mais ou menos liberais em relação aos homossexuais e a temas controversos, como o aborto e o uso de drogas, dependem mais da intensidade e da direção dos valores presentes nos ambientes socializadores, como, por exemplo, os que circulam em instituições religiosas e militares. Ambas são bastante eficientes na transmissão de atitudes políticas conservadoras em relação a assuntos carregados de sentido moral.

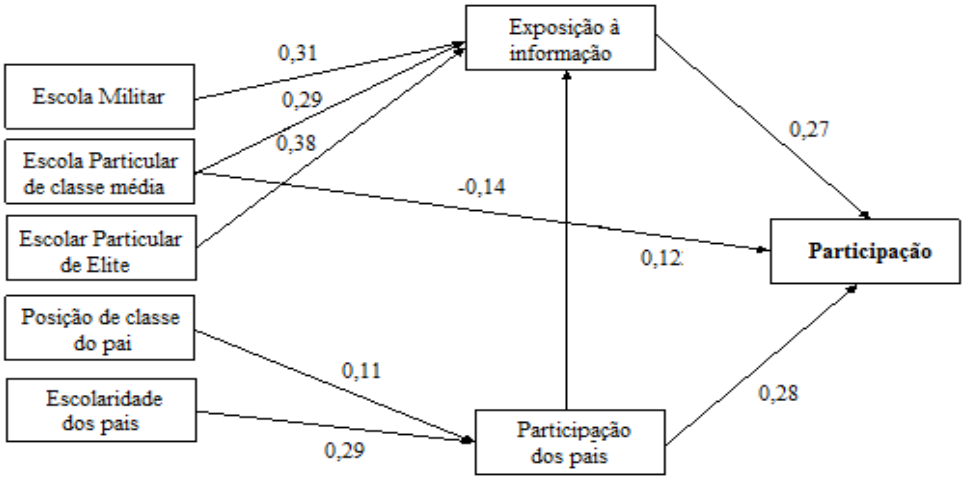
Mas a diferença entre os processos de formação das três dimensões do perfil político dos jovens não se restringe à sua principal força motriz. Além de terem núcleos distintos, os padrões

[13] Conforme já observado, esses dois últimos aspectos passam a ser relevantes quando desagregamos o índice geral de participação em suas diversas modalidades.

também se distinguem em relação à dinâmica da interação entre os diversos fatores em operação. Essa interação não ocorre apenas porque a maior parte dos fatores analisados neste artigo situam-se num mesmo ambiente, como o familiar e o escolar, mas, principalmente, porque a dinâmica da transmissão intergeracional do perfil político ocorre, com frequência, de forma indireta.

Ao incluir, em nosso modelo, os efeitos indiretos, descobrimos os mecanismos específicos por meio dos quais os ambientes escolar e familiar exercem influência sobre a participação do jovem. Vimos que, nesse caso, o efeito da classe social e da escolaridade dos pais passa pela participação dos pais e, por meio desta, alcança a participação do jovem. Da mesma forma, o tipo de escola estimula ou inibe o hábito de se informar sobre política, o qual, por sua vez, tem efeito direto e substantivo sobre a participação.

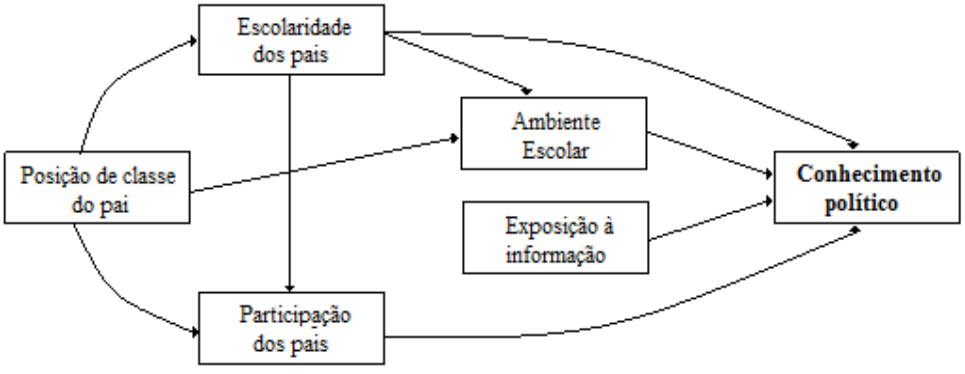
Figura 1
Dinâmica da transmissão da participação política
(coeficientes padronizados)[14]



A trajetória que leva as causas indiretas aos efeitos finais assume outro padrão no caso do conhecimento político. Aqui, a influência crucial da classe social e da escolaridade dos pais é sobre a probabilidade de o jovem se matricular em um determinado tipo de escola, embora recaia também sobre a participação dos pais. O grau de liberdade na escolha da escola é o principal mecanismo por meio do qual a classe atua sobre o conhecimento sobre política.

[14] Nesse modelo, as variáveis independentes mostradas no diagrama foram controladas por raça, sexo, eficácia política subjetiva, religiosidade, atitude crítica e propensão a participar de debate público. A categoria de referência para todos os tipos de escola é "escola pública" e para a posição de classe do pai é "não-elite". Para uma apresentação detalhada de como as variáveis de classe foram transformadas em uma variável binária, ver o Anexo.

Figura 2
Dinâmica da transmissão de conhecimento político[15]



Além disso, a dinâmica de transmissão da participação política inclui também efeitos tardios. Sugerimos, anteriormente, que os atributos individuais, tais como o interesse e a eficácia política, formam um estoque de motivação participativa, o qual permanece disponível quando estímulos à participação surgem na vida adulta. Mas sabemos que a presença desses atributos depende, em especial, do tipo de escola que o jovem frequenta e da participação política dos pais.

Das três dimensões do perfil político do jovem aqui analisadas, apenas o padrão da influência sobre as atitudes políticas revelou ser, exclusivamente, direto. O diferencial, nesse caso, é, como se poderia esperar, a força dos valores que constituem a identidade do grupo. Esse é o caso de ambientes em que doutrinas religiosas ou normas de conduta e a moral militar predominam.

Mesmo não sendo possível testar em nosso estudo, os resultados de décadas de pesquisa na área da socialização política (SEARING, WRIGHT, RABINOWITZ, 1976; WESTHOLM, NIEMI, 1992; SEARS, FUNK, 1999; SEARS, VALENTINO, 1997) têm, continuamente, confirmado que os processos socializadores, nessa fase da vida, exercem um papel significativo na formação de atitudes estáveis e capazes de influenciar, no futuro, a direção de novas atitudes. Isso indica que, no caso das atitudes políticas, mecanismos bastante eficientes que geram efeitos tardios também estariam em ação.

Considerações Finais

Seria a formação do perfil político do jovem um processo uniforme, em que todas as suas dimensões estariam associadas a um mesmo padrão de transmissão de atributos políticos? Nosso estudo sobre alunos do ensino médio de Belo Horizonte sugere que esse não é o caso. Ele, na verdade, aponta no sentido oposto.

[15]Não foi possível, nesse caso, repetir os procedimentos utilizados na elaboração do diagrama da Figura 1. Isso porque as variáveis endógenas nos modelos de equações estruturais devem ser contínuas, enquanto as nossas variáveis do ambiente escolar são binárias.

Apesar de os ambientes familiar e escolar serem os principais meios de transmissão das três dimensões do perfil político aqui analisadas, eles afetam cada uma dessas dimensões mediante mecanismos distintos. Portanto, no que se refere à formação do perfil político do jovem, temos de levar em consideração as nuances que operam em sua expressão cognitiva, comportamental e atitudinal. Cada uma delas é constituída por um processo específico, a partir de um núcleo e de um padrão de interação entre os diversos fatores que compõem os ambientes socializadores, gerando um quadro em que convivem efeitos diretos, indiretos e tardios.

Certamente, uma generalização dos achados de nossa pesquisa demandaria não apenas uma amostra mais adequada, mas também uma coleta mais ampla dos dados, de forma a incluir uma série de fatores que não foram, aqui, considerados. Apenas para ilustrar, um exame mais detalhado dos aspectos culturais dos ambientes sociais nos quais transita o jovem contribuiria muito para aprofundar nossa análise a respeito das atitudes e valores adotados por ele.

Além disso, a nossa análise revelaria uma realidade mais complexa se considerássemos, assim como fizemos no caso das atitudes, a variedade de modalidade da participação e da cognição política[16]. Nesse caso, estaríamos descendo mais um nível, das três diferentes dimensões do perfil político para as suas subdivisões internas. Com certeza, a cada novo "zoom", nuances do processo de transmissão de atributos políticos se apresentam, tornando-se, aos olhos do analista, um processo internamente mais diferenciado.

Referências Bibliográficas

ALMOND, G.; VERBA, S. *The civic culture:* political attitudes and democracy in five nations. Newbury Park, Calif: Sage Publications, 1989 [1963].

ANDOLINA, M.; JENKINS, K.; ZUKIN, C.; KEETER, S. "Habits from Home, Lessons from School: Influences on Youth Civic Engagement". *Political Science and Politics*, v. 36, n. 2, p.275-280, 2003.

BAQUERO, R.; BAQUERO, M. "Educando para a democracia: valores democráticos partilhados por jovens porto-alegrenses". *Ciências Sociais em Perspectiva*, v.6, n.11, p.139-153, 2007.

BURNS, N.; SCHLOZMAN, K.; VERBA, S. "The Public Consequences of Private Inequality: Family Life and Citizen". *American Political Science Review*, v.91, p. 373-389, 1997.

CAMPBELL, D. *Why we vote*: how schools and communities shape our civic life. Princenton: Princenton University Press, 2006.

CASTRO, L. R. "Participação política e juventude: do mal-estar à responsabilização frente ao destino comum". *Revista de Sociologia e Política*, v.16, n.30, p.253-268, 2008.

DELLI CARPINI, M. In Search of the Informed Citizen: What Americans Know About Politics and Why It Matters. In: THE TRANSFORMATION OF CIVIC LIFE, nov. 1999, Middle Tennessee State University, Murfreesboro and Nashville, Tennessee.

DELLI CARPINI, M.; KEETER, S. *What Americans Know About Politics and Why It Matters*. New Heaven: Yale University Press, 1996.

[16] Já realizamos estudos nessas duas direções. Para uma análise de duas modalidades de conhecimento político, ver Fuks e Batista (2010) e, para uma análise de três modalidades de participação política, ver Fuks (2010).

FINKEL, S. "Can democracy be taught?" *Journal of Democracy,* v. 14, n. 4, 2003.

FINKEL, S.; ERNST, H. "Civic Education in Post-Apartheid South Africa: Alternative Paths to the Development of Political Knowledge and Democratic Values". *Political Psychology*, v. 26, n. 3, 2005.

FUKS, M. Efeitos diretos, indiretos e tardios: trajetória da transmissão intergeracional da participação política. In: 34º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 25-29 out. 2010, Caxambu.

FUKS, M. e BATISTA, F. Informação e conceição: um estudo sobre a dimensão cognitiva da desigualdade política entre jovens de Belo Horizonte. In: 7º ENCONTRO DA ABCP, 04-07 ago. 2010, Recife.

FLORENTINO, R. "Democracia liberal: uma novidade já desbotada entre os jovens". *Opinião Pública*, v.14, n.1, p. 205-235, 2008.

GOLDTHORPE, J. *Social Mobility and Class Structure in Modern Britain*. Oxford: Oxfordshire, 1987.

HILLYGUS, S. "The missing link: Exploring the Relationship Between Higher Education and Political Engagement". *Political Behavior*, v. 27, n. 1, 2005.

IBASE & POLIS. "Juventude brasileira e democracia: participação, esferas e políticas públicas – relatório final". Rio de Janeiro, Ibase, 2005.

ICHILOV, O. "Civic Knowledge of High School Students in Israel: Personal and Contextual Determinants". *Political Psychology*, v. 28, n. 4, 2007.

JENNINGS, K. Participation as Viewed through the Lens of the Political Socialization Project. In: CONFERENCE ON POLITICAL PARTICIPATION: BUILDING A RESEARCH AGENDA, 2000, Center for the Study of Democratic Politics, Princeton University.

JENNINGS, K.; MARKUS, G. "Partisan Orientations over long haul: results from the three-wave political socialization panel study". *The American Political Science Review,* v. 78, 1984.

JENNINGS, K.; STOKER, L.; BOWERS, J. Politics across generations: family transmission reexamined. In: AMERICAN POLITICAL SCIENCE ASSOCIATION CONVENTION. Atlanta: American Political Science Association, 1999.

NAZZARI, R. K. *Juventude Brasileira:* Capital Social, Cultura e Socialização Política. Cascavel: Edunioeste, 2006.

NIE, N.; JUNN, J.; STEHLIK-BARRY, K. *Education and democratic citizenship in America*. Chicago: University of Chicago Press, 1996.

NIEMI, R.; CHAPMAN, C. "The Civic Development of 9th- Through 12th-Grade Students in the United States: 1996". Statistical Analysis Report. National Center for Education Statistics, U.S. Department of Education, 1998.

SCHLOZMAN, K.; VERBA, S.; BRADY, H. Civic participation and the equality problem. In: SKOCPOL, T.; FIORINA, M. (orgs.). *Civic engagement in American democracy.* Washington D.C: The Brookings Institution Press, 1999.

SCHMIDT, J. P. *Juventude e Política no Brasil:* a socialização dos jovens brasileiros na virada do milênio. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2001.

SEARING, D.; WRIGHT, G.; RABINOWITZ, G. "The Primacy Principle: Attitude Change and Political Socialization". *British Journal of Political Science,* v. 6, n. 1, p. 83-113, 1976.

SEARS, D.; FUNK, C." Evidence of the Long-Term Persistence of Adults Political Predispositions". *The Journal of Politics*, v. 61, n. 1, p.1-28, 1999.

SEARS, D.; VALENTINO, N. "Politics Matters: Political Events as Catalysts for Preadult Socialization". *The American Political Science Review*, v. 91, n. 1, p. 45-65, 1997.

SLOMCZYNSKI, K.; SHABAD, G. "Can Support for Democracy and the Market Be Learned in School? A Natural Experiment in Post-Communist Poland". *Political Psychology*, v. 19. n. 4, 1998.

VENTURI, G.; ABRAMO, H. "Juventude, política e cultura". *Revista Teoria em Debate*, v. 45, p. 28-33, jul.-ago.-set. 2000.

VERBA, S.; BURNS, N.; SCHLOZMAN, K. "Unequal at the Starting Line: Creating Participatory Inequalities across Generations and among Groups". *The American Sociologist*, v. 34, p. 45-690, 2003.

VERBA, S.; SCHLOZMAN, K.; BRADY, H. *Voice and Equality*: Civic voluntarism in American politics. Cambridge, Mass, London: Harvard University Press, 1995.

VERBA, S.; SCHLOZMAN, K.; BURNS, N. Family Ties: Understanding the Intergenerational Transmission of Participation. In: ZUCKERMAN, A. (org.). *The Social Logic of Politics.* Philadelphia: Temple University Press, 2005.

WESTHOLM, A.; NIEMI, R. "Political Institutions and Political Socialization: A Cross-National Study". *Comparative Politics,* v. 25, n. 1, p. 25-41, 1992.

WRIGHT, E. *Classes*. London: Verso, 1985.

ZALLER, J. (org.). *The Nature and Origins of Mass Opinion*. Cambrige: Cambrige University Press, 1992.

ZUKIN, C.; KEETER, S.; ANDOLINA, M.; JENKINS, K.; DELLI CARPINI, M. *A New engagement?* Political, Civic Life, and the Changing American Citizen. Oxford: Oxford University Press, 2006.

Anexo: construção dos índices e variáveis

Variáveis independentes

CLASSE SOCIAL

Ocupação profissional do pai: foi perguntado qual era a ocupação do pai do respondente. A partir das respostas obtidas, foi feita uma categorização das ocupações em termos de posições de classe. As posições de classe definidas eram as seguintes: trabalhador manual, trabalhador operacional qualificado, trabalhador administrativo, trabalhador autônomo, gerentes/administradores/supervisores, profissional/especialista, empresário empregador. Essas categorias têm respaldo teórico tanto na abordagem neo-marxista (WRIGHT, 1985) quanto neo-weberiana (GOLDTHORPE, 1987) de classe.

Posição de classe do pai: A partir dessas 7 ocupações profissionais, foi construída uma variável binária que resumisse a linearidade contida entre as variáveis, de modo a obter maior parcimônia no modelo. As posições de classe foram divididas entre posições de elite ou não (0 = não elite, incluindo trabalhador manual (incluindo raros casos de desempregados), trabalhador operacional qualificado, trabalhador administrativo e trabalhador autônomo; 1 = elite, incluindo gerentes/administradores/supervisores, profissional/especialista e empresário empregador). Dos 351 casos, 13 apareceram sem resposta, e foram imputados na categoria de referência, ou seja, "não elite".

AMBIENTE FAMILIAR

Escolaridade dos pais: foi criado um construto que aglutinava os anos de escolaridade completos do pai e da mãe do respondente. As duas variáveis isoladas foram medidas em termos dos graus escolares completos ou incompletos do pai e da mãe. Para transformá-las em variáveis contínuas, atribuiu-se os seguintes números para os anos de escolaridade: 0 (nunca frequentou a escola), 2 (1ª a 4ª série do fundamental incompleto), 4 (4ª série do fundamental completo), 6 (5ª a 8ª série do fundamental incompleto), 8 (8ª série do fundamental completo), 9,5 (1º ao 3º do ensino médio incompleto), 11 (3º

ano do ensino médio completo), 13 (curso superior incompleto), 15 (curso superior completo), 16 (pós-graduação incompleta) e 17 (pós-graduação completa). Alguns poucos casos perdidos foram imputados no valor 0. A redução das duas variáveis (do pai e da mãe) a apenas um construto latente foi feita por meio da Análise Fatorial Exploratória por Eixos Principais.

Participação política dos pais: foi também criado um construto que aglutinava a participação política do pai e da mãe do respondente. Os índices de participação política do pai e da mãe foram construídos a partir da contagem do número de associações, partidos e sindicatos dos quais os pais dos respondentes participavam. A redução das duas variáveis (do pai e da mãe) a apenas um construto latente foi feita por meio da Análise Fatorial Exploratória por Eixos Principais.

Exposição aos meios de comunicação: foi perguntado com que frequência o respondente se expõe a informação política em certos meios de comunicação de massa, mais especificamente três tipos: TV e rádio, jornais e revistas impressos e internet. Para cada um dos três tipos foi fornecida uma escala com a gradação de exposição (0 = Nunca; 1 = Raramente, 2 = Algumas vezes por mês, 3 = Algumas vezes por semana, 4 = Diariamente). O índice final foi construído pela Análise Fatorial Exploratória por Eixos Principais.

Exposição à informação nas conversas: também foi perguntado com que frequência o respondente se expõe à informação política nas conversas que tem com outras pessoas no dia-a-dia, sendo quatro os tipos: conversa com amigos, conversa na família, conversa em atividades na escola e conversa com um professor. Para cada um dos quatro tipos foi fornecida uma escala com a gradação de exposição (0 = Nunca; 1 = Raramente, 2 = Algumas vezes por mês, 3 = Algumas vezes por semana, 4 = Diariamente). A variável "escola" possuía um caso perdido, ao qual foi atribuído o valor 0. O índice final foi construído pela Análise Fatorial Exploratória por Eixos Principais.

Fator de exposição à informação: para construir um índice geral de exposição à informação política, todos os itens das duas variáveis anteriores foram utilizados conjuntamente. O índice final foi construído pela Análise Fatorial Exploratória por Eixos Principais.

AMBIENTE ESCOLAR

Variáveis binárias das escolas: uma das variáveis, em nosso banco de dados, buscava captar em um só indicador o tipo de ambiente escolar frequentado pelo respondente. As categorias definidas foram as seguintes: escola pública, escola pública militar, escola particular de classe média e escola particular de elite. Foram criadas variáveis indicadoras (binárias) a partir das quatro categorias. Em alguns modelos a categoria de referência é a escola pública e em outros é a escola particular de elite. Os critérios utilizados na classificação das escolas como de elite e classe média foram a mensalidade e a localização geográfica. Assim, nenhuma escola de classe média tem, na primeira e segunda série do ensino médio, mensalidade superior a R$520,00, enquanto as mensalidades das escolas de elite variam entre

R$642,00 e R$738,00. Da mesma forma, além de serem reconhecidas publicamente como "tradicionais", todas as escolas de elite se situam na região mais valorizada de Belo Horizonte (zona sul). Já as escolas de classe média ficam em regiões menos "nobres" da cidade. No caso das escolas públicas e militares, a classificação apenas reproduz a identidade jurídica dessas escolas.

CARACTERÍSTICAS DO JOVEM

Esse terceiro conjunto de variáveis remete a atributos individuais que não dizem respeito apenas aos ambientes familiar e escolar. Apesar de sua associação com estruturas de oportunidade, elas foram consideradas, em geral, como características do indivíduo, pois, dependem da iniciativa do jovem.

Exposição à informação política (nos meios de comunicação e em conversas do dia-a-dia): foi perguntado com que frequência o respondente se considerava exposto à informação política em certos meios de comunicação e em conversas do dia-a-dia, mais especificamente sete tipos: a) TV e rádio; b) jornais e revistas impressos e; c) internet; a) conversas com amigos; b) conversas na família; c) conversas em atividades na escola e; d) conversas com o professor. Para cada um dos sete tipos, foi fornecida uma escala com a gradação de exposição do respondente (0 = Nunca; 1 = Raramente, 2 = Algumas vezes por mês, 3 = Algumas vezes por semana, 4 = Diariamente). O índice de exposição aos meios de comunicação foi feito a partir do somatório das respostas às três questões, de modo a constituir uma variável contínua (Alpha de Cronbach = 0.795);

Eficácia Política subjetiva: Fizemos a seguinte pergunta: "Às vezes política e governo parecem tão complicados que uma pessoa como você não pode realmente entender o que se passa". A resposta foi dada numa escala de likert, de cinco pontos, com as seguintes alternativas: concordo totalmente, concordo em parte, nem concordo nem discordo, discordo em parte e discordo totalmente. Criamos uma variável binária, excluindo a opção do meio e agregando os dois pares das pontas, de tal forma que cada uma das novas categorias expressasse a totalidade das atitudes em uma das duas direções (concordando ou discordando).

Postura crítica (em relação a atos percebidos como injustos): Perguntamos ao entrevistado qual seria a sua reação a um ato de censura, por parte da diretoria da sua escola, de uma matéria de jornal de alunos criticando a escola[17]:. Oferecemos cinco respostas: 1. Aceitaria a decisão da diretora, pois cabe a ela decidir sobre o que deve ser publicado, 2. Seria contra a decisão da diretora, mas não entraria na discussão, 3. Seria contra a decisão da diretora e buscaria, junto com os seus colegas, formas de defender a publicação do jornal, ou 4. Não se posicionaria, pois pra você tanto faz? Reduzimos as quatro alternativas de resposta a três, juntando a atitude de indiferença e a de aceitação do ato de censura numa mesma categoria, indicando a postura menos crítica.

[17] "Numa edição, um aluno escreveu uma matéria em que criticava a escola. Por isso, a diretoria resolveu não publicar o jornal. Qual seria a sua reação?"

Propensão a debater (em público): Uma das perguntas, no questionário, era sobre a participação do aluno em debate na escola. Queríamos saber se ele defenderia, em público, as suas ideias.
Perguntamos, então: "Imagine que você está presente em um debate organizado pela escola com a presença de todos os alunos e professores, o que você faria?". O jovem poderia escolher entre as seguintes respostas: 1. Defenderia em público as suas opiniões, 2. Não falaria em público, conversando depois sobre o assunto com os seus colegas, ou 3. Guardaria suas opiniões só para você? Transformamos esta variável em uma variável binária, opondo a primeira alternativa de resposta às outras duas.

Religioso: foi perguntado ao jovem qual era a sua religião. Para as análises feitas aqui, as respostas foram codificadas de modo a separar os católicos praticantes e os evangélicos/protestantes dos demais respondentes (católico não praticante e sem religião). Considerando o pequeno número (16 jovens) e a dificuldade de classificá-los em uma das duas categoriais, os espíritas foram excluídos das análises que envolveram esta variável. A variável final foi binária (1 = católico praticante ou evangélico/protestante; 0 = demais respostas).

Variáveis dependentes

CONHECIMENTO POLÍTICO

Foi construído um índice de informação política dos respondentes pela Análise Fatorial Exploratória por Eixos Principais a partir de quatro diferentes baterias de perguntas sobre conhecimento de assuntos políticos. As quatro baterias foram tratadas da seguinte maneira:

1) **Conhecimento de cargos e partidos**: as questões eram abertas e pediam aos respondentes que dissessem o cargo e o partido de 4 figuras políticas importantes no Brasil: Aécio Neves, Fernando Pimentel, José Serra e Martha Suplicy. Também foram perguntados o cargo e o país de Hugo Chaves. As questões foram pós codificadas entre 4 níveis de acerto (3 = acerto completo; 2 = acerto incompleto ou quanto ao cargo ou quanto ao local; 1 = cargo antigo; 0 = erro ou não resposta). O índice final para esta variável foi feito através da Análise Fatorial Exploratória por Eixos Principais, com *Alpha* de *Cronbach* atingindo 0,867. Todas as variáveis tiveram cargas satisfatórias.

2) **Número de partidos que o respondente foi capaz de citar**: esta bateria de questões pedia que o respondente listasse os partidos que conhecia. A cada partido brasileiro falado corretamente o respondente ganhava um ponto, enquanto a não-citação ou o erro valiam zero. O índice foi construído através do somatório dos acertos, haja vista que a Análise Fatorial não seria possível porque todos os itens eram binários (acerto ou erro). O índice varia de 0 a 11, o número máximo de partidos que os respondentes conseguiram mencionar.

3) **Conhecimento do significado de siglas relevantes**: foi pedido que os respondentes dissessem o significado das siglas TRE (Tribunal Regional Eleitoral), ONU (Organização das Nações Unidas), UNE (União Nacional dos Estudantes) e MST (Movimento dos Sem-Terra). As respostas eram abertas e foram pós-codificadas em três níveis de resposta (2 = acerto substantivo; 1 = acerto quanto ao tema; 0 = erro ou não resposta). O índice foi construído através da Análise Fatorial Exploratória por Eixos Principais, com *Alpha* de *Cronbach* de 0,597. Todas as variáveis tiveram cargas satisfatórias, apesar de não tão altas. Oito (8) dos 351 casos não possuíam resposta e foram imputados no valor 0 (na escala de -2 a +2).

4) **Conhecimento da posição dos partidos no espectro ideológico**: também foi pedido que os respondentes dissessem se 4 partidos brasileiros (DEM, PCdoB, PP e PSTU) seriam de esquerda ou de direita. Cada acerto valia 1 ponto e o erro ou não resposta valia 0. O índice foi construído através do somatório dos acertos, haja vista que a Análise Fatorial não seria possível porque todos os itens eram binários (acerto ou erro).

ATITUDES POLÍTICAS

Tolerância política (comunistas, membros do movimento negro e ateus): uma bateria de perguntas buscava captar a tolerância dos respondentes em relação a três grupos sociais. O fraseado era o seguinte: "Em muitos lugares existem grupos de pessoas com ideias diferentes da maioria da população. Em sua opinião, os (as)"; e as categorias de resposta revelavam três níveis de tolerância (0 = "Devem deixar de lado suas ideias aceitando as da maioria"; 1 = "Podem ter suas ideias, sem ter permissão de falar em público"; 2 = "Podem ter suas ideias e também falar sobre elas em público"). As respostas dadas em relação a comunistas, membros do movimento negro e ateus foram aglutinadas pela Análise Fatorial Exploratória por Componentes Principais.

Liberalismo (posição em relação à legalização do uso da maconha e descriminalização do aborto): outra bateria de questões perguntava a opinião do respondente em relação a assuntos cuja resposta revelaria uma atitude mais ou menos liberal em relação a assuntos públicos carregados de controvérsia e de sentido moral. Em relação à legalização do aborto e da maconha, as categorias de respostas constituíam uma escala Likert do menos liberal ao mais liberal. Foram oferecidas as seguintes alternativas de reposta: 0 = totalmente contra; 1 = contra; 2 = a favor; 3 = totalmente a favor. O índice final foi feito pela Análise Fatorial Exploratória pela extração por componentes principais.

Atitudes em relação aos homossexuais: um índice de atitudes em relação aos homossexuais também foi construído, juntando uma pergunta de tolerância (que segue o mesmo padrão das questões sobre tolerância política em relação a comunistas, membros do movimento negro e ateus) e uma pergunta de orientação em relação à legalização da união entre pessoas do mesmo sexo (cuja escala é idêntica à do índice de liberalismo). O construto final foi feito por Análise Fatorial Exploratória por Componentes Principais.

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Foi construído um índice de participação política a partir do somatório simples do conjunto de itens de três tipos de participação

1) Atividades estudantis. O primeiro conjunto é constituído por atividades estudantis, incluindo: trabalho voluntário organizado pela escola, participação em Conselho de Classe, participação em Conselho de Escola, representante de turma, grêmio estudantil e outras organizações estudantis.

2) Ações políticas não eleitorais. Outro conjunto de variáveis indica a participação individual em ações políticas não eleitorais. Foram consideradas as seguintes atividades: participar de reunião do bairro ou da comunidade, assinar manifesto ou abaixo-assinado, participar de manifestações ou passeatas e participar de greves.

3) Associativismo. Incluímos também, no questionário, um conjunto de atividades de cunho associativista. Segue o elenco de atividades que foram apresentadas ao entrevistado: a) associação comunitária, de moradores ou sociedade de amigos do bairro, b) associação ligada à defesa de direitos de minoria, tais como o movimento negro, indígena, feminista ou de liberdade de opção sexual, c) associação ligada a temas sociais, tais como saúde, educação, moradia, meio ambiente, cultura, d) sindicato, e) orçamento participativo.

Mario Fuks - mariofuks@uol.com.br

Recebido para publicação em outubro de 2010.
Aprovado para publicação em março de 2012.

Classificando regimes políticos utilizando análise de conglomerados

Dalson Britto Figueiredo Filho
José Alexandre da Silva Júnior
Enivaldo Carvalho da Rocha
Departamento de Ciência Política
Universidade Federal de Pernambuco

Resumo: O principal objetivo desse artigo é apresentar uma introdução intuitiva à técnica de análise de conglomerados. Metodologicamente, utilizamos os dados de Coppedge, Alvarez e Maldonado (2008) sobre as duas dimensões da poliarquia propostas por Dahl (1971): contestação e inclusividade. A partir dessas dimensões os regimes políticos são classificados em diferentes grupos (*clusters*) de acordo com o grau de similaridade entre eles. Em termos substantivos,esperamos indicar uma ferramenta metodológica para classificação dos regimes políticos e facilitar a compreensão da técnica de análise de conglomerados na Ciência Política.

Palavras-chave: regimes políticos; análise de *cluster; Q analysis*; classificação; métodos quantitativos

Abstract: The principal aim of this paper is to provide a intuitive introduction to cluster analysis. Methodologically, we use data from Coppedge, Alvarez e Maldonado (2008) regarding the two dimensions of polyarchy proposed by Dahl (1971): contestation and inclusiveness. Based on these dimensions we classify political regimes in different groups (*clusters*) according to their similarity level. On substantive grounds, we hope to suggest a methodological tool to classify political regimes and facilitate the understanding of cluster analysis in Political Science.

Keywords: political regimes; cluster analysis; *Q analysis*; classification; quantitative methods

"Classification of objects into meaningful sets – clustering – is an important procedure in all of the social sciences"

Richard G. Niemi

"Crude classifications and false generalizations are the curse of the organized life"

H. G. Wells

Introdução[1]

Como classificar casos de forma sistemática? Como criar tipologias e taxonomias de forma objetiva? Partindo do pressuposto de que a classificação é um componente central do conhecimento científico, o principal objetivo deste artigo é apresentar a lógica da análise conglomerados (*clusters*) na classificação dos regimes políticos[2]. Em termos metodológicos, utilizamos o banco de dados elaborado por Coppedge, Alvarez e Maldonado (2008) com diferentes indicadores de democracia. Essas medidas são reduzidas a duas dimensões latentes: contestação e inclusividade, seguindo a definição de Dahl (1971). A partir dessas dimensões, os regimes políticos são classificados em diferentes grupos (*clusters*) de acordo com o grau de similaridade entre eles.

Uma motivação central que orienta este artigo é a tímida utilização dessa técnica nas Ciências Sociais brasileira[3]. Acreditamos que esse fenômeno pode ser parcialmente explicado pela resistência dos cientistas sociais brasileiros aos métodos quantitativos (SOARES, 2005; WERNECK VIANNA et al, 1998; VALLE e SILVA, 1999 e SANTOS e COUTINHO, 2000). Um impedimento adicional refere-se à complexidade matemática envolvida na operacionalização das diferentes técnicas de análise de conglomerados (ALDENDERFER E BLASHFIELD, 1984; BAILEY, 1975). Parafraseando Mooney (1996), acreditamos que os benefícios associados à utilização da análise de agrupamentos ainda não são evidentes do ponto de vista conceitual. Por exemplo, Aldenderfer e Blashfield afirmam que "apesar de sua popularidade, os métodos de agrupamento ainda são vagamente compreendidos quando comparados com outras técnicas multivariadas como análise fatorial, análise discriminante e escalonamento multidimensional" (ALDENDERFER e BLASHFIELD, 1984, p. 9). Dessa forma, enquanto não ficarem claras as suas potencialidades, é improvável que esse repertório de técnicas seja incorporado ao cotidiano dos pesquisadores brasileiros. Por isso, nosso foco refere-se mais ao *modus operandi* da técnica e menos à interpretação substantiva dos resultados.

Mas o que é análise de conglomerados (*cluster*)? Ainda de acordo com Aldenderfer e Blashfield, "Análise de *Cluster* é uma denominação genérica para um grande grupo de técnicas que podem ser utilizadas para criar uma classificação. Esses procedimentos formam empiricamente *clusters* ou grupos

[1] Agradecemos aos comentários de Natália Leitão a versões anteriores e ao professor Michael Coppedge por gentilmente disponibilizar o seu banco de dados. Eventuais imprecisões são exclusivamente creditadas aos autores. Nosso trabalho é financiado por duas principais fontes: CAPES e CNPQ.

[2] Para Pohlmann, "a análise de conglomerados tem sido referida como análise de *clusters*, *Q analysis*, *typology*, *classification analysis* e *numerical taxonomy*" (POHLMANN, 2007, p. 325). Neste artigo, por fins meramente estilísticos, utilizamos os termos análise de conglomerados, análise de *cluster* e análise de agrupamentos como sinônimos.

[3] Revisamos todos os números de quatro importantes periódicos da área (*DADOS, Revista Brasileira de Ciências Sociais, Revista de Sociologia* e *Política e Opinião Pública*) e, salvo melhor sistematização, não encontramos um único artigo que tenha utilizado alguma técnica de análise de conglomerados. Curi (2003) agrupa países de acordo com o padrão de vida. Lima et al (2005) utilizam a análise de *cluster* para identificar conglomerados de violência no estado de Pernambuco. No entanto, em ambos os casos, os artigos foram publicados em periódicos de Saúde Pública.

de objetos fortemente similares" (ALDENDERFER e BLASHFIELD, 1984, p.7). Para Hair et al, a "análise de conglomerados agrupa indivíduos ou objetos em *clusters* de modo que objetos em um mesmo *cluster* são mais parecidos entre si do que em relação a outros *clusters*" (HAIR et al, 2006, p. 555). É nesse sentido que o principal objetivo da análise de conglomerados é agrupar casos a partir de determinadas características que os tornam similares[4]. Para tanto, a análise de conglomerados procura não só minimizar a variância dentro do grupo (*within group variance*), mas também maximizar a variância entre os grupos (*between group variance*)[5].

Para tratar dessas questões, este artigo está dividido em cinco partes. A próxima seção revisa brevemente parte da literatura sobre a análise de conglomerados. O objetivo é fornecer ao leitor um ponto de partida para aprofundar seus conhecimentos sobre essa técnica. A segunda apresenta o planejamento, passo a passo, da análise de *cluster*. A meta é familiarizar o leitor com a terminologia utilizada bem como sistematizar os estágios que devem ser seguidos. A terceira seção oferece um exemplo de desenho de pesquisa utilizando a análise de conglomerados. Depois disso, apresentamos as principais estatísticas de interesse e sua respectiva interpretação. Por fim, a quinta parte apresenta as conclusões do artigo.

Breve revisão da literatura[6]

De acordo com Bailey (1975), a análise de *cluster* tem sua origem na psicologia a partir dos trabalhos pioneiros de Zubin (1933) e Tryon (1939) e na antropologia a partir do artigo "*Quantitative expressions of cultural relationships*" de Driver e Kroeber (1932)[7]. Para Aldenderfer e Blashfield (1984), uma importante contribuição ao desenvolvimento das técnicas de *clustering* (agrupamento) foi feita a partir do livro "*Principles of Numerical Taxonomy*" de Sokal e Sneath (1963). Em Economia, Fisher (1969), na Geografia, Berry e Ray (1966) e em Ciência Política, Kaiser (1966) foram pioneiros na aplicação da técnica em suas respectivas áreas de interesse (BAILEY, 1975). No entanto, tanto Aldenderfer e Blashfield quanto Bailey destacam que, durante muito tempo, as diferentes técnicas de análise de *cluster* ficaram restritas a um grupo mais reduzido de pesquisadores devido a sua complexidade matemática.

---

[4] Uma forma bastante intuitiva de compreender a lógica da análise de conglomerados é imaginar a organização de um supermercado. Em geral, itens semelhantes são agrupados em um mesmo setor: cerveja, vinho e refrigerantes se agrupam no setor de bebidas. Banana, maçã e laranja se agrupam no setor de hortifrutigranjeiro, etc.

[5] Variância é um conceito central em Estatística e em análise multivariada de dados. Algebricamente: $\sigma^2 = \frac{1}{N}\sum_{i=0}^{n}(y_i - \mu)$

Onde, μ representa a média e N representa o tamanho da população. Para calcular a variância da amostra a fórmula é a seguinte: $S^2 = \frac{1}{1-N}\sum_{i=1}^{n}(x_i - \bar{x})^2$

Onde, $\bar{x}$ representa a média da variável na amostra e n representa o tamanho da amostra. Na análise de conglomerados, busca-se garantir que tanto a homogeneidade dentro dos grupos (*clusters*) quanto a heterogeneidade entre os grupos sejam maximizadas.

[6] Para os propósitos deste artigo, o grau de complexidade matemática foi minimizado. Para os leitores interessados em aprofundar seus conhecimentos, sugerimos consultar a bibliografia citada: para trabalhos clássicos utilizando a análise de *cluster,* Zubin (1938), Tryon (1939), Driver e Kroeber (1932) e Sokal e Sneath (1963). Para uma revisão da literatura, ver Bailey (1975). Para uma introdução, ver Aldenderfer e Blashfield (1984). Para uma análise de *cluster* das votações congressuais, ver MacRae (1966). Para uma tipologia de famílias de rua utilizando a referida técnica, ver Danseco e Holden (1998). Para uma aplicação em demografia, ver Peters (1958). Para um exame de atitudes políticas utilizando análise de *cluster,* ver Fleishman (1986). Goldstein e Linden (1969) empregam análise de conglomerados para classificar 513 alcoólatras em quatro diferentes grupos. Para um estudo sobre mercado de trabalho, ver Vanneman (1977). Burton e Romney (1975) analisaram o papel de diferentes termos linguísticos a partir da referida técnica. Filsinger, Faulkner e Warland (1979) utilizaram análise de *cluster* para classificar indivíduos a partir da variável religião.

[7] Os interessados podem acessar o referido trabalho a partir do seguinte endereço eletrônico: <http://digitalassets.lib.berkeley.edu/anthpubs/ucb/text/ucp031-005.pdf>. Outros textos importantes foram produzidos por Czekanowski (1911), Driver (1965) e Johnson (1967).

Esses autores argumentam que o avanço computacional é um elemento central para explicar a propagação da técnica entre os diferentes ramos do conhecimento. Atualmente, os algoritmos matemáticos e os cálculos de distância entre os casos são realizados quase instantaneamente pela maior parte dos pacotes estatísticos, isso facilita a utilização da análise de conglomerados por pesquisadores que não dominam as complexidades matemáticas, mas compreendem a lógica intuitiva da técnica.

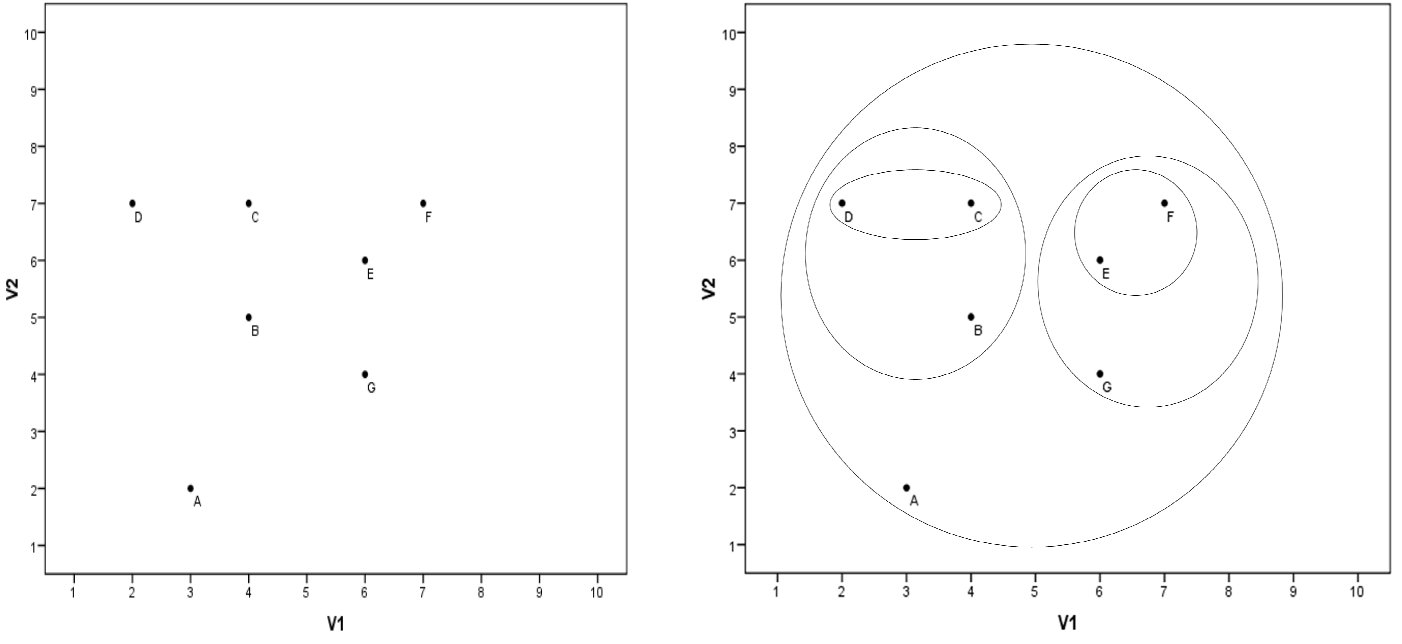
Mas para que serve a análise de *cluster* afinal? Hair et al (2006) afirmam que a "Análise de *Cluster* é um grupo de técnicas multivariadas cujo principal objetivo é agrupar objetos a partir de suas características" (HAIR et al, 2006, p. 559). De acordo com Garson (2010), a "Análise de *Cluster (...)* procura identificar subgrupos homogêneos de casos na população, quer dizer, a análise de *Cluster* é utilizada quando o pesquisador não sabe *a priori* o número de grupos, mas deseja identificá-los e analisar níveis de pertencimento" (GARSON, 2010).

Para Aldenderfer e Blashfield (1984), "o principal motivo para utilizar análise de conglomerados é encontrar grupos de objetos similares em uma amostra de dados. Esses grupos são convenientemente chamados de *clusters*" (ALDENDERFER e BLASHFIELD, 1984, p. 33). Em síntese, fica claro que o principal objetivo da referida técnica é agrupar casos de acordo com o grau de semelhança observado entre eles. Hair et al (2006) afirmam que a lógica subjacente à análise de *cluster* é semelhante à lógica da análise fatorial. A diferença básica é que, na análise fatorial, o pesquisador está interessado em representar um conjunto de variáveis observadas a partir de um número menor de fatores enquanto na análise de conglomerados o pesquisador procura representar um conjunto de casos a partir de um número menor de grupos (*clusters*). Em uma frase: na análise fatorial, agrupam-se variáveis, na análise de conglomerados, agrupam-se casos[8]. A Figura 1 ilustra um tipo ideal de análise de conglomerados.

[8] É importante lembrar que alguns pacotes estatísticos apresentam a opção de utilizar a análise de conglomerados para agrupar variáveis, é o caso, por exemplo, do *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS).

Figura 1

Exemplo da análise de conglomerados



Fonte: elaboração dos autores a partir de Hair et al (2005).

Os casos são agrupados de acordo com o grau de proximidade recíproca, é o que a literatura denomina de distância/similaridade. Existem diferentes formas de estimar quão distantes/próximas são as observações[9]. Em geral, procura-se garantir o máximo de homogeneidade dentro do *cluster* ao mesmo tempo em que se maximiza a heterogeneidade entre os grupos. Como é impossível maximizar duas variáveis ao mesmo tempo, espera-se encontrar uma solução que otimize essa relação. Para tanto, é importante entender o conceito de *variate*. Para Hair et al, "A *variate* do conglomerado é um grupo de variáveis que representam as características utilizadas para comparar os objetos na análise de *cluster*" (HAIR et al, 2006, p. 559). É exatamente a partir da *variate* que os casos são classificados, formando os diferentes grupos (*clusters*)[10]. A próxima seção ilustra o planejamento de uma análise de conglomerados.

Planejamento de uma análise de conglomerados[11]

Que requisitos precisam ser satisfeitos para utilizar a técnica de análise de *cluster* em um determinado desenho de pesquisa (HAIR et al, 2006). O objetivo desta seção é sumarizar essas informações. A Tabela 1 sintetiza o planejamento de uma análise de conglomerados em cinco estágios.

Tabela 1

Planejamento de uma análise de conglomerados em cinco estágios

Estágio	Procedimento
1°	Selecionar a amostra
2°	Determinar as variáveis
3°	Definir a medida de similaridade e decidir o método (algoritmo) de aglomeração
4°	Delimitar o número de grupos (*clusters*)
5°	Validar o resultado

Fonte: elaboração dos autores a partir de Aldenderfer e Blashfield (1984)

[9] Aldenderfer e Blashfield (1984), Garson (2010) e Hair et al (2006) discutem diferentes métodos para estimar a distância/similaridade entre os casos. Para os propósitos deste artigo, optamos por não reproduzir integralmente o debate, nos limitando aos aspectos mais básicos da técnica.

[10] Uma forma mais intuitiva para pensar o conceito de *variate* é imaginar uma medida síntese que seja utilizada para calcular o nível de similaridade entre os casos analisados. Neste artigo, evitamos utilizar o termo *variate,* optando pelo termo variável. Agradecemos ao parecerista por essa sugestão.

[11] Aldenderfer e Blashfield alertam para quatro precauções que os pesquisadores devem atentar antes de utilizar a análise de conglomerados em seus desenhos de pesquisa. Em primeiro lugar, os autores afirmam que "a maior parte dos métodos de análise de conglomerados são procedimentos relativamente simples que, em geral, não necessitam de extenso suporte estatístico" (ALDENDERFER e BLASHFIELD, 1984, p.14). Em segundo lugar, os autores afirmam que a análise de conglomerados está intimamente ligada ao desenvolvimento metodológico de diferentes disciplinas, carregando, dessa forma, os avanços e os vieses de diferentes ramos do conhecimento. Por exemplo, o que é importante em Psicologia pode ser dispensável em Ciência Política e vice-versa. Nesse sentido, cabe ao pesquisador não só garantir que os procedimentos técnicos sejam devidamente seguidos, mas, principalmente, conferir interpretação substantiva aos resultados encontrados. Em terceiro lugar, Aldenderfer e Blashfield afirmam que "diferentes métodos de agrupamento podem e, em geral, produzem diferentes soluções para o mesmo conjunto de dados" (ALDENDERFER e BLASHFIELD, 1984, p.15). É importante que o pesquisador esteja atento a este fato na hora de replicar testes de outros pesquisadores e, sempre que possível, procure validar os resultados encontrados. Por fim, os autores destacam que "enquanto a estratégia da análise de *cluster* é *structure-seeking,* sua operacionalização é *structure-imposing*" (ALDENDERFER e BLASHFIELD, 1984, p.16), i.e., grupos (conglomerados) sempre serão criados, já que a análise parte do pressuposto de que existe uma estrutura inerente aos dados que não pode ser observada visualmente.

O primeiro passo é definir a amostra. Para Hair et al (2006), o tamanho da amostra na análise de *cluster* não se relaciona com questões de inferência estatística como em análise de regressão, por exemplo. Ou seja, não se procura estimar em que medida os resultados encontrados na amostra podem ser estendidos à população. Na verdade, o tamanho da amostra deve garantir que os pequenos grupos da população sejam devidamente representados. Além disso, diferente de outras técnicas multivariadas, não existe uma regra geral para especificar o tamanho mínimo da amostra[12] (DOLNICAR, 2002). Nossa recomendação é que ao se elevar a quantidade de variáveis incluídas na análise deve-se aumentar também o número de casos. Um procedimento importante que deve ser empregado ainda no primeiro estágio é a identificação de *outliers*. Isso porque a análise de conglomerados é sensível à presença de observações muito destoantes. Hair et al (2006) sugerem a inspeção gráfica do diagrama de perfil (*profile diagram)*. O pesquisador também pode utilizar o *blox-plot* e gráficos de dispersão para identificar *outliers*, além dos testes-padrão disponíveis nos diferentes pacotes estatísticos. Pohlmann sugere "calcular o escore padronizado Z e considerar como *outliers* as observações cujos escores, em valores absolutos, sejam maiores do que três" (POHLMANN, 2007, p. 333)[13].

Depois de selecionar a amostra (1° estágio), o pesquisador deve decidir que variáveis serão utilizadas para estimar a distância/similaridade entre os casos (2° estágio). Como a análise de *cluster* não diferencia entre variáveis relevantes e irrelevantes, é necessário que essa inclusão seja teoricamente orientada. Hair et al afirmam que devem ser incluídas apenas as variáveis que caracterizem os objetos que serão agrupados e se relacionem especificamente aos objetivos da análise de *cluster* (HAIR et al, 2006, p. 570). Para Aldenderfer e Blashfield, "a escolha das variáveis que serão utilizadas na análise de conglomerados é um dos passos mais importantes do processo de pesquisa, mas, infelizmente, um dos menos compreendidos" (ALDENDERFER e BLASHFIELD, 1984, p.19). Idealmente, o desenho de pesquisa deve selecionar apenas variáveis teoricamente relevantes para proceder à classificação dos casos. Os autores advertem que, caso contrário, existe um sério risco de o pesquisador enveredar por um empirismo ingênuo, produzindo resultados conceitualmente vazios e que não contribuem para o avanço do conhecimento. No que diz respeito ao nível de mensuração, Hair et al (2006) destacam as medidas correlacionais e as medidas de distância. As correlacionais permitem trabalhar com variáveis categóricas, já as de distância exigem variáveis métricas[14]. Outro ponto importante diz respeito à padronização das variáveis incluídas na análise de *cluster*. Alguns especialistas recomendam que variáveis medidas em diferentes escalas devem ser padronizadas (média zero e variância igual a um) para que a comparação entre elas seja inteligível. O problema da ponderação (criar pesos) também divide a opinião dos pesquisadores[15].

---

[12] Formann (1984) sugere que o número de casos (n) deve ser igual a $5*2^k$, onde k representa o número de variáveis. Logo, se o pesquisador utilizar três variáveis, ele deve contar com, no mínimo, $(5* 2^3) = 40$ casos.

[13] Para padronizar uma variável, deve-se subtrair o seu valor pela média e dividir o resultado pelo desvio-padrão. Algebricamente, $Z = \frac{x_i - \mu}{\sigma}$

Onde x_1 representa o valor da observação, μ representa a média da população e σ representa o desvio-padrão.

[14] Aldenderfer e Blashfield (1984) argumentam que a mais importante discussão a respeito das diferentes medidas de distância/similaridade pode ser encontrada no trabalho de Sneath e Sokal (1973).

[15] Para o leitor interessado em um debate inicial sobre esses temas, ver Aldenderfer e Blashfield (1984). Para uma discussão mais aprofundada, ver Everitt (1980).

Depois de selecionar as variáveis utilizadas para estimar a similaridade entre os casos (2º estágio), o pesquisador deve definir a medida de similaridade utilizada (3º estágio). Pohlmann afirma que "a similaridade entre objetos (*interobject similarity*) é uma medida de correspondência, ou semelhança, entre os objetos a serem agrupados" (POHLMANN, 2007, p.333). Existem diferentes maneiras de calcular essas medidas e diferentes medidas tendem a produzir soluções distintas. Para Pohlmann, "existe frequentemente um grande grau de subjetividade envolvido na escolha da medida de similaridade. Importantes considerações incluem a natureza das variáveis (discretas, contínuas, binárias), escalas de medida (nominal, ordinal, intervalar, proporcional) e o conhecimento da matéria objeto da pesquisa" (POHLMANN, 2007, p.333-334). Recomendamos que pesquisadores iniciantes utilizem as medidas de similaridade mais convencionais, incorporando diferentes medidas ao longo do seu processo de aprendizado.

Uma vez calculada a similaridade, o próximo passo é decidir o método (algoritmo matemático) de aglomeração. Ou seja, o pesquisador deve definir como as distâncias serão calculadas e quantos conglomerados (grupos) devem ser criados[16]. O *Statistical Package for Social Sciences*, versão 16, fornece três abordagens gerais para criar os conglomerados: a) *Hierarchical clustering* (agrupamento hierárquico); b) *K-means clustering* e c) *Two-step clustering*[17]. A abordagem *Hierarchical clustering* (HCA) é mais apropriada para amostras pequenas - em geral, N<250 (GARSON, 2010). Na medida em que o tamanho da amostra cresce, a solução do algoritmo tende a ficar mais lenta, podendo, inclusive, travar o computador. Na HCA, os *clusters* são aninhados, ou seja, não são mutuamente exclusivos. O pesquisador pode escolher a amplitude do número de *clusters* ou a quantidade exata de grupos que devem ser criados a partir dos casos observados.

A opção *K-means clustering* é mais indicada para amostras maiores (N>1.000) já que ela não computa a matriz de proximidade de distâncias/similaridade entre todos os casos observados. Como medida de similaridade, a abordagem *K-means clustering* utiliza a distância Euclidiana[18] e o pesquisador deve especificar antecipadamente o número de grupos (conglomerados) que serão formados (GARSON, 2010).

A abordagem *Two-step clustering* é considerada ideal para grandes bases de dados, já que tanto o agrupamento hierárquico quanto a *K-means clustering* podem apresentar problemas de escalonamento quando a amostra é demasiadamente grande. Além disso, a saída do *output* apresenta mais opções, inclusive um gráfico que compara a importância de cada variável na formação dos conglomerados.

Depois de escolher a medida de similaridade e o método (algoritmo matemático) de aglomeração (3º estágio), o pesquisador deve identificar o número de grupos (K) que serão formados (4º

[16] A versão 16 do SPSS contempla as seguintes medidas de similaridade para variáveis métricas: *euclidian distances*, *squared euclidian distances*, *Cosine*, *Pearson correlation*, *Chebychev*, *Block, Minkowski* e *Customized*. Como métodos de aglomeração o referido *software* dispõe do seguinte: *between groups-linkage, within groups-linkage, Nearest neighbor, Furthest neighbor, Centroid clustering, Median clustering* e *Ward`s method*. Para uma discussão sobre cada um deles, ver Garson (2010).

[17] Para as diferenças entre as três abordagens, ver Garson (2010).

[18] Algebricamente, $d_{ij} = \sqrt{\sum_{K=1}^{p}(x_{ik} - x_{jk})}$

Onde d_{ij} representa a distância entre os casos i e j; x_{ik} é o valor da K-esima variável para o i-esimo caso. Para evitar a utilização da raiz quadrada, é possível elevar o valor da distância ao quadrado (d_{ij}^2) produzindo, dessa forma, a distância Euclidiana ao quadrado (*squared Eucledian distance*).

estágio). Nesse momento, ele deverá utilizar a teoria para orientar a sua escolha. Por exemplo, se trabalhos anteriores sugerem a existência de três grupos, uma possibilidade analítica é replicar o número de grupos com o objetivo de verificar em que medida a solução encontrada é mais ou menos robusta. Na ausência de teoria sobre o assunto, o pesquisador pode adotar uma perspectiva exploratória e repetir a análise variando o número de grupos (K). As diferentes soluções devem ser comparadas à luz da literatura especializada sobre o tema em busca de uma explicação substantiva.

Por fim, no 5° estágio, o pesquisador deve validar os resultados encontrados. Hair et al alertam que "o pesquisador deve ter muito cuidado na validação e na garantia de significância prática da solução final" (HAIR et al, 2005, p.405). A validação consiste em garantir que a solução encontrada seja representativa da população, descrevendo um padrão relativamente estável para outras amostras. Um procedimento para executar a validação consiste no particionamento (divisão) da amostra original em outras separadas e comparar as soluções obtidas em ambos os casos, verificando a correspondência dos resultados (HAIR et al, 2005). Outro caminho é testar a capacidade preditiva da solução gerada a partir da comparação de uma variável aleatória que não tenha sido utilizada na solução inicial de geração dos conglomerados. Por exemplo, ao separar grupos de acordo com o hábito tabagista, espera-se que, em média, a resistência física dos não fumantes seja maior do que a dos fumantes. Dessa forma, depois de separar os grupos, o pesquisador pode conduzir uma bateria de testes físicos e verificar se o grupo dos não fumantes, de fato, apresenta um rendimento superior à performance dos fumantes. Ou, ao classificar regimes políticos de acordo com o seu nível de democratização, o pesquisador pode estimar em que medida a desigualdade de renda varia entre os diferentes grupos de países, assumindo que democracias tendem a promover maior distribuição de renda do que não-democracias.

Exemplo de desenho de pesquisa: classificando regimes políticos

Retomando a questão de pesquisa: como classificar casos sistematicamente? Como criar tipologias e taxonomias de forma objetiva? Para responder a essas questões, utilizamos a análise de conglomerados para classificar regimes políticos. Em termos metodológicos, utilizamos o banco de dados elaborado por Coppedge, Alvarez e Maldonado (2008) (1° estágio), analisando as duas dimensões da poliarquia propostas por Dahl (1971): contestação e inclusividade (2° estágio)[19]. A amostra contempla diferentes países no período entre 1950 e 2000. Finalizado o segundo estágio, o próximo passo é definir o tipo de distância e decidir o método de aglomeração (3° estágio). Para os propósitos deste artigo, utilizamos a medida mais comum: o quadrado da distância Euclidiana. Além disso, como a amostra é relativamente pequena e todas as variáveis são contínuas, optamos por utilizar as abordagens *Hierarchical clustering* e *K-means clustering.* Depois disso, essas dimensões (contestação e inclusividade)

[19] Coppedge, Alvarez e Maldonado (2008) utilizam um modelo de análise fatorial para reduzir diferentes indicadores de democracia nas duas dimensões da poliarquia propostas por Dahl (1971), contestação e inclusividade. Essas dimensões são utilizadas no presente artigo como as variáveis de referência para classificar os regimes políticos em diferentes conglomerados. Aldenderfer e Blashfield (1984), Hair et al (2006) e Garson (2010) advertem que a análise de conglomerados pode não ser eficientemente realizada quando as variáveis utilizadas são fatores ou componentes extraídos via análise fatorial. Essa preocupação se justifica por que, em muitas soluções, os fatores extraídos carregam pouca variância (S^2<60%), o que, de fato, pode prejudicar o poder aglomerativo das variáveis. A solução fatorial encontrada no presente banco de dados explica mais de 75% da variância total das variáveis observadas, o que assegura um maior nível de capacidade de as dimensões latentes (contestação e inclusividade) agruparem os casos observados em diferentes *clusters*.

foram utilizadas para classificar os regimes políticos (4º estágio). Por fim, utilizamos a validação por amostras particionadas, além disso, comparamos nossa classificação, produzida via análise de conglomerados, com a classificação proposta por Mainwaring, Brinks e Pérez-Liñán (2001) (5º estágio).

Resultados[20]

Os dados mais recentes disponíveis no banco referem-se ao ano de 2000. Optamos por trabalhar com essas informações, totalizando 192 observações[21]. Por motivos pedagógicos, selecionamos uma amostra aleatória de 20%, já que os resultados computacionais, produzidos utilizando todas as observações no método de agrupamento hierárquico, dificulta a edição das informações dada a magnitude das tabelas[22]. Dessa forma, foram selecionados 41 casos. Do método de agrupamento hierárquico, analisamos apenas o dendograma, concedendo mais atenção às saídas produzidas pelo método de agrupamento *K-means clustering*.

O dendograma é uma síntese gráfica da análise de conglomerados e agrupa os casos em função do padrão de similaridade, dispensando a determinação prévia da quantidade de grupos[23]. Os casos estão listados no eixo vertical, no caso, os países. Quanto mais casos, maior é o peso do conglomerado. O eixo horizontal ilustra a distância entre os *clusters* (grupos) quando eles são agrupados. É uma medida de diferenciação entre os grupos. Quanto maior a distância, maior é a diferença entre os casos.

[20] Neste artigo, todo o trabalho computacional foi efetuado a partir do *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS), versão 16. Para solicitar a análise de *cluster* no SPSS, o pesquisador deve escolher as opções *Analyze, Classify* e, então, optar pelo método de aglomeração desejado (*Hierarchical clustering ou K-means clustering* ou *Two-step clustering*).

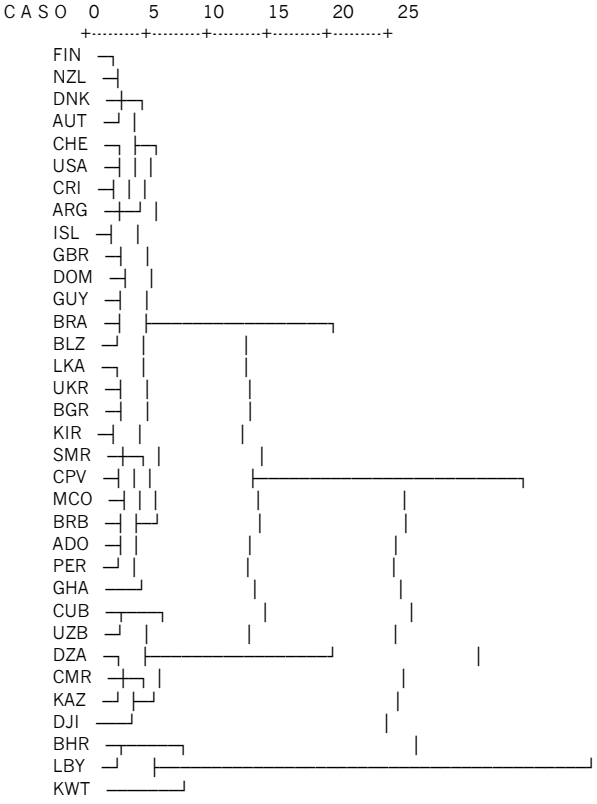
[21] O banco de dados utilizado neste artigo está disponível no seguinte endereço eletrônico: <http://www.nd.edu/~mcoppedg/crd/datacrd.htm>.

[22] Como procedimento padrão, o *Statistical Package for Social Sciences*, versão 16, disponibiliza duas diferentes saídas: a) *case processing summary* e b) *agglomeration schedule*. O primeiro representa a frequência dos casos analisados, bem como o número de casos *missing*. Caso o pesquisador observe que o número de casos com informações ausentes seja alto, ele deve repensar a utilização da técnica e/ou preencher as informações faltantes. A segunda saída ilustra o processo de aglomeração. Ela indica, passo a passo, os casos que foram aglomerados para formar um determinado *cluster*. O *linkage plot* fornece a mesma informação em formato gráfico.

[23] Além do dendograma, a saída computacional do método de aglomeração hierárquica fornece a matriz de proximidade, desde que requisitada na opção "estatísticas". Como ela estima a distância de cada caso em relação aos demais, quanto maior é o N, tanto mais complicada é a sua edição gráfica. Por esse motivo, nos furtamos de reportá-la aqui. O importante é observar que a matriz de proximidade resume o grau de semelhança/diferença de cada caso em relação aos demais ao mesmo tempo.

Figura 2

Dendograma

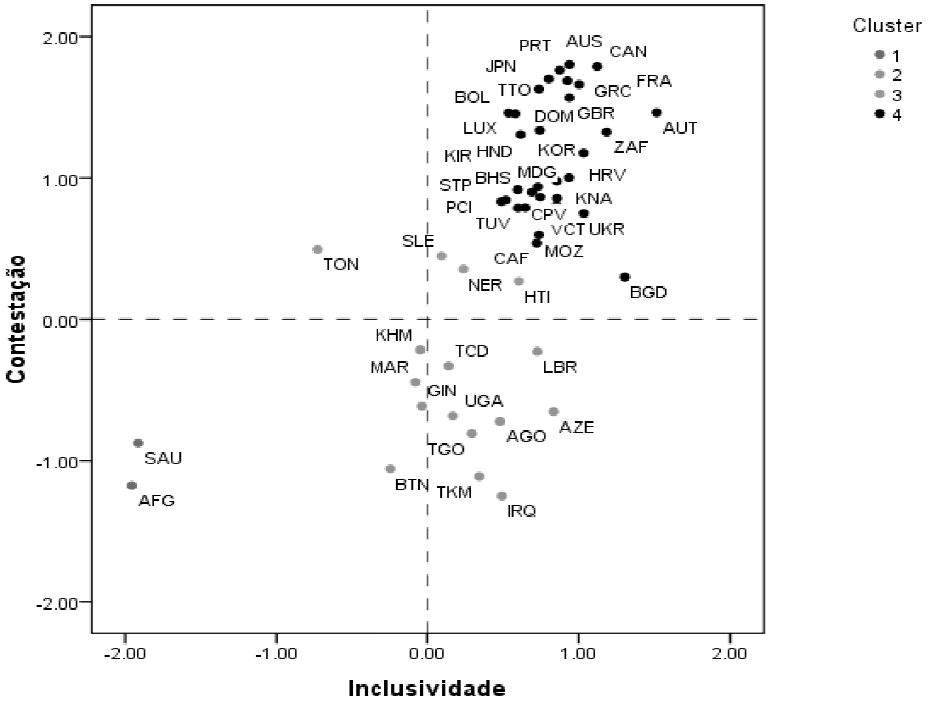


Analisando o dendograma de cima para baixo, observa-se a existência de diferentes *clusters*. O primeiro conglomerado agrupa os seguintes países: Finlândia (FIN), Nova Zelândia (NZL), Dinamarca (DNK) e Áustria (AUT). O segundo grupo é formado por 10 observações, são elas: Suíça (CHE), Estados Unidos (USA), Costa Rica (CRI), Argentina (ARG), Islândia (ISL), Reino Unido (GBR), República Dominicana (DOM), Guiana (GUY), Brasil (BRA) e Belize (BLZ). O terceiro grupo reúne 10 casos: Sri Lanka (LKA), Ucrânia (UKR), Bulgária (BGR), Kiribati (KIR), San Marino (SMR), Cabo Verde (CPV), Mônaco (COM), Barbados (BRB), Andorra (ADO) e Peru (PER). O quarto *cluster* é formado por apenas um caso: Gana (GHA). O quinto conglomerado é formado por Cuba (CUB) e Uzbequistão (UZB). O sexto agrupamento conglomera três países: Argélia (DZA), Camarões (CMR) e Kazaquistão (KAZ). O sétimo *cluster* tem apenas um caso: Djibuti (DJI). O oitavo conglomerado é formado por dois casos, são eles, Baren (BHR) e Líbia (LBI). Por fim, o último grupo é formado por um único caso: Kuwait (KWT). Mas qual é a interpretação substantiva que o pesquisador pode extrair desses dados? Os resultados revelam que os casos que se encontram no mesmo grupo são, ao mesmo tempo, mais parecidos entre si e mais diferentes das observações que se localizaram nos demais grupos.

No entanto, é importante lembrar que a definição do número de conglomerados é um processo subjetivo. Isso porque a análise de conglomerados sempre encontrará uma solução que separa os casos em grupos, mas cabe ao pesquisador determinar o número de grupos efetivamente extraídos. Nesse sentido, reforçamos a ideia de que essa técnica deve ser utilizada com cautela em sua modalidade exploratória. É preferível que o pesquisador tenha alguma motivação teórica para agrupar seus casos em diferentes grupos. Neste artigo, estimamos como a análise de *cluster* classificaria os regimes políticos a partir das duas dimensões propostas por Dahl (1971): inclusividade e contestação. O objetivo é comparar o agrupamento realizado através da média com o agrupamento produzido via análise de *cluster*. Para colocar em prática essa opção, selecionamos o método de aglomeração *K-means clustering*. O Gráfico 1 ilustra a dispersão dos países divididos em quatro *clusters*, lembrando que as linhas pontilhadas representam as médias das respectivas variáveis.

Gráfico 1

Dispersão dos países em quatro grupos



Os valores estão padronizados de tal modo que a média é zero e a distância entre as observações é calculado em termos de desvio-padrão. O *cluster* 1 é formado por Arábia Saudita (SAL) e

Afeganistão (AFG), ambos os regimes apresentam baixa inclusividade e reduzida contestação pública. A maior parte dos regimes políticos do *cluster* 2 está acima da média na dimensão da inclusividade. Quanto à contestação, todos eles estão abaixo do termo médio. A exceção de Togo (TON), todos os países do conglomerado 3 estão acima da média nas duas dimensões. Similarmente, todos os países agrupados pelo *cluster* 4 também apresentam inclusividade e contestação acima da média. À primeira vista, o leitor seria levado a acreditar que a análise de *cluster* falhou em classificar os regimes políticos. Isso porque agrupou países com médias de contestação e inclusividade semelhantes dentro de diferentes conglomerados (*clusters* 3 e 4). No entanto, os conglomerados são criados de forma relacional, considerando todos os países ao mesmo tempo em função do centro do *cluster*. Tem-se, então, uma medida de similaridade entre os regimes políticos tendo como parâmetro não a média, mas sim a distância de cada um deles em relação ao centro do conglomerado. Por exemplo, ao se utilizar a média como referência, Haiti (HTI), Canadá (CAN) e França (FRA) formam um mesmo grupo, localizado no quadrante superior direito. Porém, via análise de *cluster*, o pesquisador chegaria a um resultado bem diferente e concluiria que o Haiti (HTI) é mais semelhante a Togo (TON) e Serra Leoa (SLE).

Mas quão diferentes são esses grupos (*clusters*)? Tecnicamente, o pesquisador pode avaliar em que medida a solução encontrada é estatisticamente aceitável. Garson (2010) recomenda analisar a distância média das observações em relação ao centro do *cluster* após a formação dos diferentes conglomerados. Quanto maior for a diferença entre essas médias, maior é o grau de diferenciação entre os grupos. A Tabela 2 sumariza essas informações.

Tabela 2
Centro do *Cluster* final

	Cluster			
Dimensões	1	2	3	4
Inclusividade	-1,94	0,26	0,05	0,83
Contestação	-1,03	-0,68	0,39	1,16

Observando os valores da distância final de cada grupo (*cluster*) para cada uma das dimensões, tem-se que o *cluster* 4 apresenta os maiores níveis de inclusividade (0,83) e contestação (1,16). No outro oposto, o *cluster* 1 apresenta os valores mais reduzidos de inclusividade (-1,94) e contestação (-1,03). A Tabela 3 apresenta a estatística F e os respectivos níveis de significância estatística para cada dimensão analisada[24].

[24] É importante lembrar que como a análise de *cluster* maximiza a diferença entre os grupos, a estatística F não pode ser interpretada como representando um teste de hipótese de diferença entre os grupos. A sua interpretação mais adequada deve se restringir ao aspecto descritivo.

Tabela 3

Análise de Variância (ANOVA)

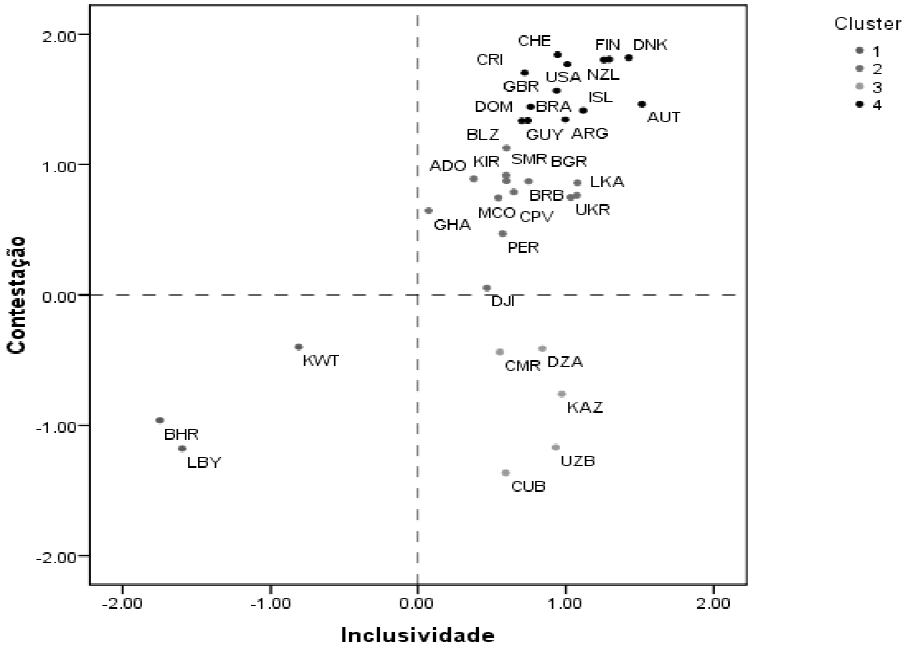
ANOVA						
	Cluster		Erro			
Dimensões	*Mean Square*	gl	*Mean Square*	gl	F	Sig.
Inclusividade	5,61	3	0,086	45	65.28	0,000
Contestação	11,51	3	0,149	45	77.08	0,000

Por fim, é importante validar os resultados encontrados. Neste artigo, optamos por duas formas de validação: a primeira consiste em selecionar outra amostra aleatória a partir da amostra original e replicar a análise. O segundo procedimento é comparar a classificação produzida via análise de conglomerados com a taxonomia proposta por Mainwaring, Brinks e Pérez-Liñán (2000).

Em relação à primeira forma de validação, extraímos outra amostra aleatória a partir do banco de dados original. O Gráfico 2 ilustra a dispersão dos países divididos em quatro *clusters*.

Gráfico 2

Dispersão dos países em quatro grupos (validação 1)



O *cluster* 1 se localiza integralmente no quadrante inferior esquerdo (ambas as dimensões abaixo da média) e agrupa Kuwait (KWT), Barém (BHR) e Líbia (LBI). O *cluster* 2, por sua vez, apresenta também distribuição homogênea, localizando-se no quadrante superior direito (ambas acima da média). O *cluster* 3 agrupa os países com inclusividade acima da média e contestação abaixo do termo médio. Finalmente, o conglomerado 4 também agrupa os países com níveis de inclusividade e contestação acima da média. Em uma análise de dispersão convencional (olhando para as médias), o pesquisador seria levado a classificar os regimes políticos dos *clusters* 2 e 4 sob uma mesma categoria. No entanto, é visualmente perceptível a diferença que existe entre os regimes políticos dos *clusters* 2 e 4, registre-se: os regimes políticos agrupados no grupo 4 são mais democráticos do que aqueles aglomerados no 2, embora eles estejam contidos no mesmo quadrante. Dessa forma, uma primeira vantagem associada à utilização da análise de conglomerados é o maior grau de precisão analítica que o pesquisador pode atingir. Como a classificação de um determinado regime político é mais objetiva, o pesquisador reduz a probabilidade de produzir classificações grosseiras. Além disso, é possível avaliar quão diferente é um caso em relação às demais observações do seu grupo bem como ponderar o nível de diferenciação entre os diferentes grupos.

O segundo procedimento adotado para validar os resultados é comparar as soluções encontradas via análise de conglomerados com a classificação elaborada por Mainwaring, Brinks e Pérez-Liñán (2000). Para tanto, realizamos uma nova aglomeração com os 19 casos analisados por esses autores, tendo o ano de 1999 como referência. Utilizamos o método *K-means clustering* de aglomeração e definimos a criação de quatro grupos. A Tabela 4 apresenta a classificação proposta por Mainwaring, Brinks e Pérez-Liñán (2000) bem como os níveis de contestação e inclusividade de cada país e o seu respectivo *cluster*.

Tabela 4

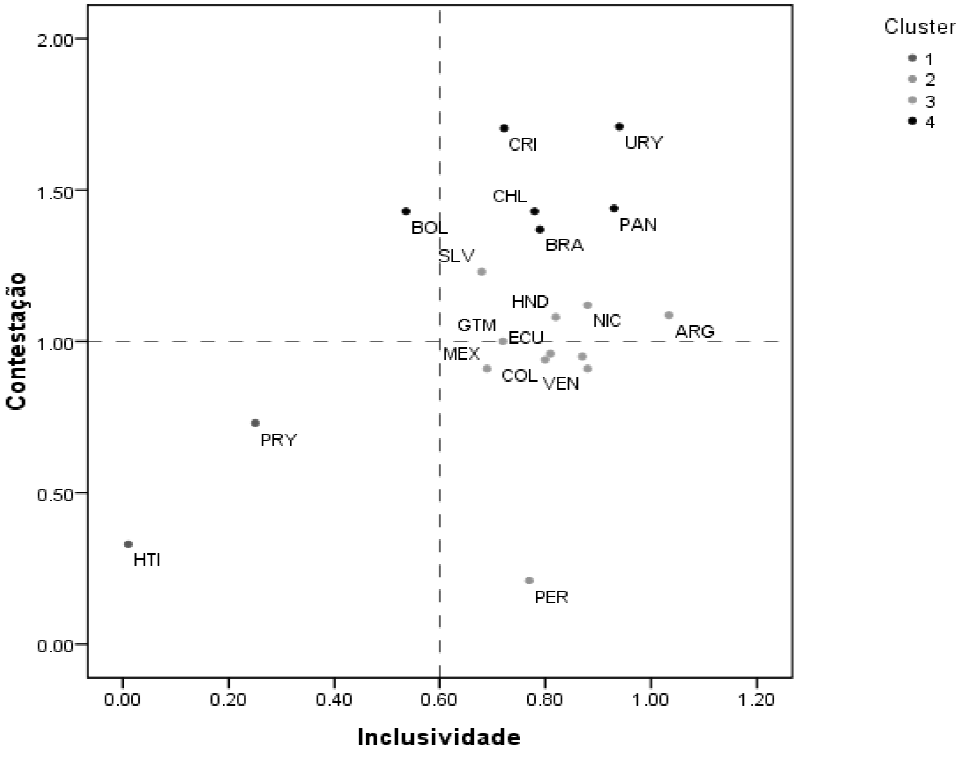
Comparação entre a classificação de MBP (2000) e análise de *cluster*

País	Período	MBP (2000)	Contest99	Inclus99	*Cluster*
Argentina	1983-99	D	1,09	1,03	3
Bolívia	1982-99	D	1,43	0,54	4
Brasil	1985-99	D	1,37	0,79	4
Chile	1990-99	D	1,43	0,78	4
Colômbia	1990-99	S	0,94	0,80	3
Costa Rica	1949-99	D	1,70	0,72	4
República Dominicana	1996-99	D	0,91	0,88	3
Equador	1979-99	D	0,96	0,81	3
El Salvador	1992-99	D	1,23	0,68	4
Guatemala	1986-99	S	1,00	0,72	3
Haiti	1945-99	A	0,33	0,01	2
Honduras	1982-99	S	1,08	0,82	3
México	1988-99	S	0,91	0,69	3
Nicarágua	1984-99	S	1,12	0,88	3
Panamá	1994-99	D	1,44	0,93	4
Paraguai	1989-99	S	0,73	0,25	2
Peru	1995-99	S	0,21	0,77	1
Uruguai	1985-99	D	1,71	0,94	4
Venezuela	1958-99	D	0,95	0,87	3

Seguindo a classificação proposta por Mainwaring, Brinks e Pérez-Liñán (2000), observa-se que 11 dos 19 regimes políticos são classificados como democráticos (57,89%), 36,84% dos casos são classificados como semi-democráticos (7 observações) e apenas o regime político do Haiti foi classificado como autoritário. No entanto, é interessante notar que países classificados com o mesmo regime foram agrupados em diferentes *clusters*, como é o caso de Argentina (*cluster* 3) e Bolívia (*cluster* 4). O Gráfico 3 ilustra a dispersão dos países analisados por Mainwaring, Brinks e Pérez-Liñán (2000) divididos em 4 grupos.

Gráfico 3

Dispersão dos países em quatro grupos (validação 2)



Em primeiro lugar, observa-se uma grande correspondência entre o *cluster* 3 e o grupo de países classificados como semi-democracias segundo a tipologia elaborada por Mainwaring, Brinks e Pérez-Liñán (2000). A exceção fica por conta do Peru (PER) -*cluster* 2 - e Paraguai (PRY) -conglomerado 1. Em relação a este último, Mainwaring, Brinks e Pérez-Liñán (2000), o classificam como semi-democracia. No entanto, a análise de *cluster* sugere que o regime político paraguaio está mais próximo do Haiti (HTI), único país classificado como autoritário segundo a tipologia elaborada por Mainwaring, Brinks e Pérez-Liñán (2000). Além disso, os países considerados democráticos pelos referidos autores estão divididos entre os *clusters* 3 e 4. Por exemplo, Venezuela (VEN) - *cluster* 3 - e Uruguai (URY) - *cluster* 4 - estão agrupados sob a mesma categoria: democracia. Todavia, os países do *cluster* 4 são nitidamente mais democráticos do que os regimes políticos do conglomerado 3. Isso quer dizer que a taxonomia proposta por Mainwaring, Brinks e Pérez-Liñán (2000) não permite observar a variação dentro dos grupos. A depender de quanta variação esteja presente, corre-se o risco de chamar "urubu de meu louro". Em termos mais técnicos, corre-se o risco de produzir classificações e tipologias inconsistentes que não discriminam os casos de interesse a partir das categorias analíticas utilizadas.

Conclusão

Como elevar a precisão analítica de tipologias teoricamente orientadas? O principal objetivo deste artigo foi apresentar, passo a passo, a lógica intuitiva da técnica de análise de conglomerados. Isso porque acreditamos que a classificação de casos em categorias é uma etapa fundamental do conhecimento científico. Comparativamente, observou-se que a classificação de regimes políticos via análise de agrupamentos fornece um maior grau de precisão do que classificações categóricas do tipo: democracia versus autoritarismo; democracia, semi-democracia e autoritarismo, etc. Com a análise de conglomerados, o pesquisador tem como estimar com maior precisão o grau de semelhança/diferença entre os seus casos de interesse. Entendemos que essa técnica proporciona um avanço metodológico importante e, caso seja aplicada adequadamente, pode nos ajudar a melhor classificar nossos casos em categorias teoricamente inteligíveis.

E qual é o problema de agrupar casos diferentes sob a mesma categoria? Fundamentalmente, perde-se poder de sensibilidade analítica. Ou seja, a variável de interesse perde a sua capacidade explicativa em relação a outras variáveis. Por exemplo, se o pesquisador acredita que democracias tendem a promover um maior nível de redistribuição de renda, a classificação inadequada dos regimes políticos vai influenciar negativamente a capacidade de encontrar o efeito esperado. Não porque o efeito não existe e sim porque as categorias utilizadas não possuem poder discriminatório.

Atribui-se a Charles Darwin a seguinte passagem: "A ignorância gera mais frequentemente confiança do que o conhecimento: são os que sabem pouco, e não aqueles que sabem muito, que afirmam de uma forma tão categórica que este ou aquele problema nunca será resolvido pela ciência". Acreditamos que a empreitada do conhecimento é um caminho tortuoso e quanto mais precisos forem nossos instrumentos para investigar a realidade, tanto mais capacitados estaremos para responder às questões que nos interessam. Com este artigo, esperamos ter facilitado a compreensão da técnica de análise de conglomerados nas Ciências Sociais em geral e difundido a sua aplicação prática na Ciência Política em particular.

Referências Bibliográficas

ALDENDERFER, M. S. e BLASHFIELD, R. K. "Cluster Analysis". Sage University Paper Series: Quantitative Applications in the Social Science, 1984.

BAILEY, K. D. "Cluster Analysis". *Sociological Methodology*, vol. 6, p. 59-128, 1975.

BERRY, B. J. L. and RAY, M. Multivariate socio-economic regionalization: A pilot study in central Canada. Unpublished manuscript. Department of Geography, University of Chicago, 1966.

BURTON, M. C. e ROMMEY, A. K. "A Multidimensional Representation of Role Terms". *American Ethnologist*, v. 2, n.3, p.397-407, 1975.

COPPEDGE, M.; ALVAREZ, A.; MALDONADO, C. "Two Persistent Dimensions of Democracy: Contestation and Inclusiveness". *Journal of Politics*, v. 70, n. 3, p. 1-45, 2008.

CZEKANOWSKI, J. "Objectiv Rriterien in der Ethnologie". *Korrespondenz-Blatt der Deutschen Gesellschaft fur Anthropologie, Ethnologie und Urgeschichte*, 42, p.71-75, Hamburg, 1911.

DAHL, R. *Poliarquia*: Participação e Oposição. São Paulo: Edusp, 1971.

DANSECO, E. R.; HOLDEN, E. W. "Are There Different Types of Homeless Families? A Typology of Homeless Families Based On Cluster Analysis". *Family Relations*, v. 47, n. 2, p. 159-165.

DOLNICAR, S. A review of unquestioned standards in used cluster analysis for data-driven market segmentation. *Faculty of Commerce – Papers.* 2002. Disponível em: < http://ro.uow.edu.au/commpapers/273 >.

DRIVER, H. E. Survey of numerical classification in anthropology. In: HYMES, D. (Ed.). *The Use of Computers in Anthropology*. The Hague: Mouton, 1965.

DRIVER, H. E.; KROEBER, A. L.*Quantitative Expressions of Cultural Relationships*. Berkeley: University of California Press, 1932.

EVERITT, B.S. *Cluster Analysis*. Second Edition, London: Heineman Educational Books Ltd, 1980.

FILSINGER, E.; FAULKNER, J. & WARLAND, R. "Empirical taxonomy of religious individuals: An investigation among college students". *Sociological Analysis,* v. 40, 136-146, 1979.

FISHER, W. D. *Clustering and Aggregation in Economics.* Baltimore: Johns Hopkins, 1969.

FLEISHMAN, J. A. "Types of Political Attitude Structure: Results of a Cluster Analysis". *The Public Opinion Quarterly,* v. 50, n. 3, p. 371-386, 1986.

FORMANN, A.K. *Die Latent-Class-Analyse:* Einführung in die Theorie und Anwendung. Weinheim: Beltz, 1984.

GARSON, G. D. *Statnotes: Topics in Multivariate Analysis* [online]. Disponível em: <http://faculty.chass.ncsu.edu/garson/PA765/statnote.htm> Acesso em 22 jan. 2010.

GOLDSTEIN, S. G. and LINDEN, J."Multivariate Classification of alcoholics by means of MMPI". *Journal of abnormal Psychology,* v. 14, n. 6, p. 661-669.

HAIR, Jr; BLACK, W. C; BABIN, B. J.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L. *Análise Multivariada de Dados*. Porto Alegre: Bookman, 2005.

_____. *Multivariate Data Analysis*. 6ª edição. Upper Saddle River, NJ: Pearson Prentice Hall, 2006.

JOHNSON, S. "Hierarchical clustering schemes". *Psychometrika*, 38, p.241-254, 1967.

KAISER, H. F. "An objective method for establishing legislative districts". *Midwest Journal of Political Science,* v. 10, p. 200-213, 1966.

KING, G.; KEOHANE, R.; VERBA, S. *Designing Social Inquiry*: Scientific Inference in Qualitative Research, Princeton: Princeton university Press, 1994.

MACRAE, D. Jr. "Cluster Analysis of Congressional Votes with the BC TRY System". *The Western Political Quarterly*, v. 19, n. 4, p. 631-638.

MAINWARING, S.; BRINKS, D.; PÉREZ-LIÑÁN, A. "Classificando Regimes Políticos na América Latina, 1945-1999". *Dados*, v. 44, n. 4, 2001.

MOONEY, C. Z. "Bootstrap Statistical Inference: examples and evaluation for Political Science". *American Journal of Political Science*, v. 40, n. 2, p. 570-602.

PETERS, W. S. "Cluster Analysis in Urban Demography", *Social Forces,* v. 37, n. 1, p. 38-44, 1958.

POHLMANN, M. C. Análise de Conglomerados. In: CORRAR, L. J.; EDÍLSON, P.; DIAS FILHO, J. M. (Orgs.). *Análise Multivariada*. São Paulo: Atlas, 2007.

SANTOS, M. H; COUTINHO, M. "Política comparada: estado das artes e perspectivas no Brasil", *BIB,* v. 5, n. 4, p. 3-146, 2000.

SOARES, G. "O calcanhar metodológico da ciência política no Brasil". *Sociologia, Problemas e Práticas*, v. II, n. 48, p. 27-52, 2005.

SOKAL, R. R.; SNEATH, P. H. A. *Principles of Numerical Taxonomy*. San Francisco: W. H. Freeman, 1963.

TRYON, R. Cluster Analysis. New York: McGraw-Hill, 1939.

VALLE e SILVA, N. *Relatório de Consultoria sobre Melhoria do Treinamento em Ciência Social Quantitativa e Aplicada no Brasil*. Rio de Janeiro, Laboratório Nacional de Computação Científica, 1999.

VANNEMAN, R. "The Occupational Composition of American Classes: Results from Cluster Analysis". *The American Journal of Sociology*, v. 82, n. 4, p. 783-807, 1977.

WERNECK VIANNA, L. et al. "Doutores e teses em ciências sociais", *Dados*, v. 41, n. 3, p. 453-515, 1998.

ZUBIN, J. A. "A technique for measuring likemindedness". *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 33, p.508-516, Oct.1938.

Dalson Britto Figueiredo Filho - dalsonbritto@yahoo.com.br

José Alexandre da Silva Júnior - jasjunior2007@yahoo.com.br

Enivaldo Carvalho da Rocha - eni-rocha@hotmail.com

Recebido para publicação em setembro de 2010.

Aprovado para publicação em junho de 2011.

Capital Social y Participación, una perspectiva desde el Cono Sur de América: Porto Alegre, Montevideo y Santiago de Chile

Patricio Valdivieso
Universidad Bernardo O'Higgins
Chile

Resumen: En este estudio presento evidencias sobre la participación ciudadana y el Capital Social (CS) en tres casos sudamericanos - Porto Alegre, Montevideo y Santiago de Chile-, con el propósito de revitalizar el debate sobre la opinión pública, cultura política y CS. El estudio parte de los siguientes supuestos: el CS es el resultado de decisiones racionales de las personas, y los diseños políticos, las instituciones y la cultura política tienen efectos en esas decisiones. Con ayuda de un modelo de utilidad, datos de encuestas e información complementaria, analizo información sobre asociativismo y confianza, y otras variables socio-económicas, demográficas y políticas relacionadas. Las conclusiones son: a mediados de la década del 2000, Montevideo, Porto Alegre y Santiago de Chile disponían de un stock de CS equivalente al de sociedades desarrolladas; en esas ciudades, y por extensión en los países, los factores político-institucionales y de cultura política tuvieron efectos en la confianza y la disposición de las personas a participar, operando de forma variada, en relación con distintos contextos y situaciones de participación. En el análisis más desagregado del caso de Chile en el nivel municipal, se observan las mismas relaciones.

Palabras-clave: capital social; participación; confianza; Brasil; Chile; Uruguay

Abstract: This study presents evidence on citizen participation and social capital (SC) in three South American cases - Porto Alegre, Montevideo and Santiago of Chile, in order to revitalize the debate on public opinion, political culture and SC. The study has the following assumptions: the SC is the output of rational decisions of individuals and political designs and institutions and political culture have an impact on those decisions. Using a utility model, survey data and information, I analyze information on associative life and trust, and other socio-economic, demographic and political information. The conclusions: in the mid-2000s, Montevideo, Porto Alegre and Santiago de Chile had a stock of SC equivalent to that of developed societies; in those cities, and by extension, countries, political and institutional factors and political culture had an effect on trust and the willingness of people to take part in associative life, in relation to different contexts and situations of participation. In the more disaggregated analysis of the case of Chile on local level, the same relationships are observed.

Keywords: social capital; participation; trust; Brazil; Chile; Uruguay

Introducción

En la literatura del desarrollo se ha subrayado la importancia de las estructuras sociales y de la cultura cívica, en cuanto condiciones que pueden promover la cohesión, la integración y el desarrollo sustentable (BAQUERO, 2003). Ellas han sido conceptualizadas como "Capital Social" (CS), y en la actualidad ese término tiene un espacio en la investigación y sirve de supuesto en numerosas políticas públicas que promueven la vida asociativa, la confianza y la participación de los ciudadanos como agentes y socios estratégicos en la agenda pública (INTERAMERICAN DEVELOPMENT BANK, 2005).

No obstante la riqueza de significados atribuidos al concepto de CS, no hay muchos estudios empíricos que precisen realmente de qué se está hablando, y los más destacados se refieren a grupos de países o a casos locales muy particulares (NORRIS, 2002; WELZEL, INGLEHART, DEUTSCH, 2005, CASTILLO, 2006). Excepcionales son los trabajos de Baquero y el equipo de investigación del CS en el Cono Sur de América Latina (BAQUERO, 2007) y Freitag en Europa Central (FREITAG, 2006). En sintonía con los estudios indicados, en este estudio sintetizo conocimientos generados por la investigación empírica y comparada sobre el CS en Porto Alegre, Montevideo y en Santiago de Chile, en el marco de la ejecución del proyecto de Investigación "Factores Políticos e Institucionales en la formación del Capital Social" (FONDECYT NR. 1110413).

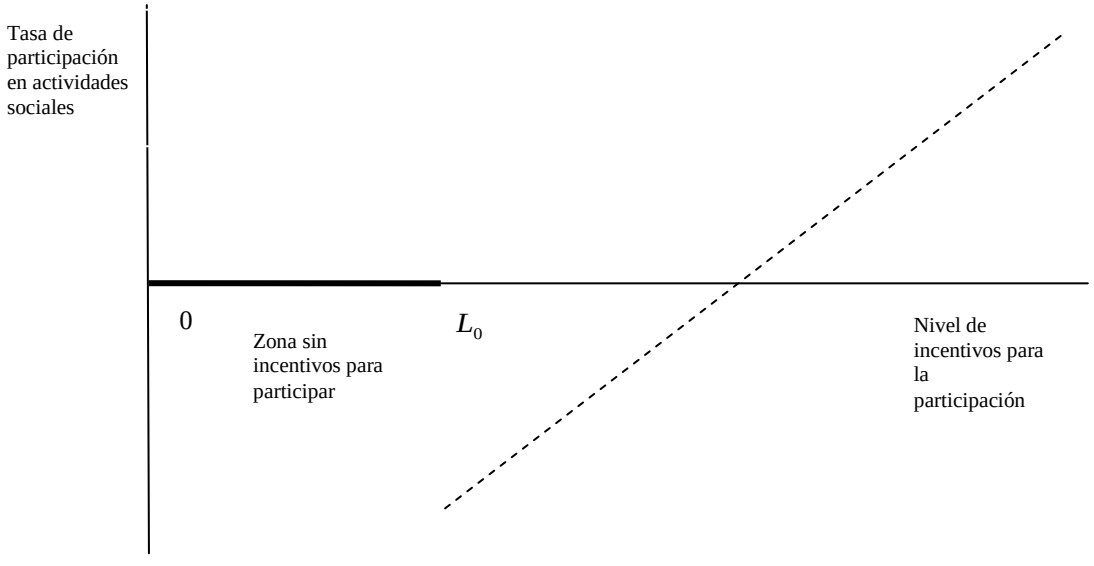
En este artículo presento evidencias empíricas del CS y de los factores que podrían explicar la formación del mismo. Siguiendo la hoja de ruta iniciada por la investigación de Baquero (BAQUERO, 2007), lo hago a partir del análisis comparado de información recabada en tres ciudades sudamericanas (Montevideo, Porto Alegre, Santiago de Chile). El estudio considera los conceptos y las variables destacadas por la literatura sobre CS, y sigue el derrotero de la investigación teórica y empírica, con el objeto de sumar las observaciones y hallazgos sobre los tres casos investigados y comparados al conocimiento de otras investigaciones realizadas hasta la fecha (en particular PUTNAM, 1995; NORRIS, 2002; WELZEL, INGLEHART, DEUTSCH, 2005; GIESSEL, 2006; FREITAG, 2006; BAQUERO, 2007). La metodología consistió en revisar literatura sobre el CS y cultura política, precisar un modelo decisional que ayude a explicar la formación del CS, operacionalizar conceptualizaciones en variables de observación, construir y aplicar encuestas a muestras representativas de población en tres ciudades del Cono Sur de América Latina, construir índices de CS y de variables relacionadas, observar tendencias y relaciones, con ayuda de métodos de regresión. El artículo comienza con la explicitación del modelo de utilidad que explica las decisiones de participar y tener confianza, sigue con la aclaración de los conceptos de observación, después presenta tendencias observadas en Montevideo, Porto Alegre y Santiago, en relación con los mismos, subrayando el efecto de las variables de naturaleza política, institucional y de cultura política en los procesos de formación del CS, y finalmente agrega un microanálisis del efecto de las comunas chilenas y sus condiciones políticas e institucionales en el CS. Al terminar, hay una recapitulación de observaciones y hallazgos de interés para continuar desarrollando esta línea de investigación.

Decisiones y formación del Capital Social

En la literatura clásica, el Capital Social (CS) es el resultado de decisiones que toman las personas y las comunidades. A partir del supuesto que el CS "hace posible alcanzar metas que no se obtendrían con su ausencia o sólo a un alto costo" (COLEMAN, 1990, p.305), se puede partir del supuesto que el CS es el resultado de decisiones que toman las personas en relación con sus metas, bajo ciertas condiciones dadas por su función de utilidad.

Todas las personas tienen una predisposición natural a confiar en los demás y a la vida social, pero también restricciones de tiempo, de recursos, y numerosas posibilidades para tomar decisiones. Por lo tanto, las decisiones que conducen a la formación del CS tienen costos de oportunidad. En principio, cada persona estará dispuesta a confiar y a participar en una oferta de vida asociativa, si esa oferta coincide con su punto preferido. Aunque no coincida exactamente, si hay buenas razones, incentivos, podría flexibilizar su posición, aceptando ofertas de vida asociativa que coincidan con los puntos de su curva de indiferencia. Esto ocurre, porque las personas están capacitadas para discernir, evaluar y tomar decisiones, en relación con otras personas, con la sociedad y con situaciones cambiantes, y en esos procesos influyen diversos factores. En este sentido, siguiendo la lógica de la Figura 1, es posible suponer el efecto de un conjunto de factores que influyan en las preferencias y en la disposición a tener confianza y aceptar propuestas de vida asociativa que se alejen un poco de la localización preferida inicial, pero que se sitúen dentro de los límites de la curva de indiferencia.

Figura 1
Un modelo de formación de Capital Social



La Figura 1 muestra que las personas pueden responder positivamente a factores que incentivan la participación y la confianza. Propone que debe existir un nivel mínimo L_0 que marca el límite, antes del cual no estarán dispuestas a participar, ni a sentir grados razonables de confianza. Superado ese límite, la confianza y la participación se incrementan. En la medida que los factores sean adecuados y valorados, las personas tendrán incentivos para participar más en instancias de vida asociativa, y manifestarán mayor grado de confianza. En suma, en la medida que haya factores que operen como incentivos, en sentido positivo, se incrementará la confianza y aumentará la probabilidad de decisiones de participación, y estarán operando dinámicas de formación de CS.

En la literatura del CS, las decisiones de participar y la confianza se explican porque las ofertas de vida asociativa contienen incentivos de distinto tipo, tales como son los recursos físicos y simbólicos, interacciones interpersonales que transmiten conocimientos, recursos que se ponen en movimiento y que favorecen el logro de metas individuales y colectivas (BOURDIEU, 1980; COLEMAN, 1990). Asimismo, desde la perspectiva de los desincentivos, la oferta de vida asociativa significa tener que asumir numerosos costos (OSTROM, 1990). En suma, las personas, siguiendo su tendencia natural a la confianza y la vida gregaria, se afilian o participan en asociaciones y desarrollan relaciones de confianza debido a procesos de toma de decisión racional, donde influyen las interacciones entre sus características personales, sus condiciones de vida, sus preferencias y ciertos incentivos tangibles o intangibles por el lado de la oferta del asociativismo y de las condiciones relacionadas.

Por las razones expuestas, cabe considerar con seriedad el concepto de función de utilidad en la explicación del CS, en los siguientes términos: las personas toman la decisión de participar en la vida asociativa e incrementan su confianza, si se da la condición que la utilidad que reporta participar y sentir confianza es mayor que la utilidad que reporta el no participar y la desconfianza.

a) $U(X,Y,P) \geq U(X,Y,NOP)$

Donde X e Y representan factores asociados a la confianza y la decisión P (participar) y a NP (no participar y desconfianza). La condición indica que la utilidad de participar en una asociación y tener confianza debe ser mayor a la utilidad que reporta no participar. Por extensión, el estudio del CS debe investigar factores asociados con incentivos y costos de oportunidad de la participación y la confianza.

En la práctica, en el día a día, las decisiones pueden ser consideradas como el resultado de complejos procesos de razonamiento, donde operan "variables latentes". Las decisiones reflejan procesos continuos, no observables, por medio de los cuales entran en consideración costos y beneficios. En este sentido, ante la posibilidad de participar y confiar, las personas razonarán comparando los costos y los beneficios, y tomarán la decisión de participar y confiar si llegan a la conclusión que el beneficio neto es positivo. En términos formales, podemos representar el beneficio neto con la siguiente expresión:

b) $Y^* = \alpha + \beta x + €$

Donde Y^* representa la variable "latente" no observada, α es la constante, β el vector de parámetros a ser estimados, X la información de los parámetros o variables explicativas, Y € los shocks aleatorios de factores no controlables. De éste modo se puede asumir que el proceso de tomar decisiones sigue una rutina, por medio de la cual se compara grados de utilidad.

$Y = 1 \quad si \quad Y^* \geq 0$
$Y = 0 \quad si \quad Y^* < 0$

Donde Y^* debe ser entendida como la utilidad neta de participar en una instancia de vida asociativa y sentir confianza, en el razonamiento de quien debe tomar la decisión, e Y representa el efecto observado de la decisión. Por lo tanto, la decisión de participar y confiar o no hacerlo estará condicionada por:

c) $Y' = U(X, Y, P) - U(X, Y, NP)$

Dado que no es posible observar las variables latentes de Y^*, el estudio del CS debe buscar referentes empíricos que representen la utilidad y los parámetros que influyen en los proceso de toma de decisión. En la investigación se puede usar información generada por encuestas de opinión aplicadas a muestras representativas de población. Con este tipo de insumos y ciertas normalizaciones es posible observar muestras con valores 1's y 0's que representen tener o no confianza y decisiones de participar o no participar en instancias de vida asociativa. Con información sobre las decisiones se puede estimar el impacto de factores en la probabilidad de obtener un 1. En términos formales, podemos sintetizar lo anterior con ayuda de la siguiente condición:

d) $Pr(Y = 1) = Pr(Y^* \geq 0)$

Tomando en consideración la ecuación a), con ayuda de un poco de algebra, la condición de $Pr(Y^* \geq 0)$, ubicada a la izquierda de la ecuación, indica los parámetros que ayudan a predecir la probabilidad que una persona tenga una función de utilidad mayor o igual a 0, y en consecuencia confie y tome la decisión de participar.

Como se puede advertir, el razonamiento anterior justifica el uso de un modelo binario estándar (Probit). Uno de los supuestos a tener en consideración es que la capacidad de explicar del modelo descansa en la información que aportan las variables observables, aquellas que se pueden medir y constatar. Por lo tanto, se asume que de existir variables no observables que participan en el proceso de decisión, éstas tienen un efecto marginal.

En suma, para poder estimar el impacto de los factores que conducen a $Pr(Y^*>0)$, se requiere información sobre decisiones de participación en instancias de vida asociativa y confianza, e información sobre factores e incentivos que influyen en la función de utilidad de cada persona.

Conceptualización y estimaciones

En la literatura hay numerosas definiciones y operacionalizaciones del CS (cf. NORRIS, 2002; CASTILLO, 2005; FREITAG, 2006; BAQUERO, 2007). En este estudio trabajaré con la conceptualización más difundida desde los trabajos de Coleman y Putnam (COLEMAN, 1990; PUTNAM, 1993), a saber, el CS entendido como vida asociativa y los recursos relacionados con ella, tales como son las redes sociales, normas de reciprocidad y confianza. Aceptando el supuesto que la vida asociativa y la confianza son dimensiones centrales del CS, observaré diversos tipos de asociativismo y de confianza como indicadores del stock de CS en Montevideo, Porto Alegre y Santiago de Chile.

Siguiendo el razonamiento de Coleman, que el CS corresponde a redes comunitarias cuya función es crear valor (COLEMAN, 1990, p.311-312), partiré del supuesto que las relaciones interpersonales pueden adoptar diversos formatos, dependiendo de contextos y situaciones específicas. En otras palabras, la vida asociativa comprende todas aquellas formas de asociativismo que beneficien al conjunto de los ciudadanos y que no vayan en contra de una lógica o de prácticas democráticas. Con esa premisa, observaré el CS como participación en cuatro categorías de vida asociativa: asociaciones de voluntariado (AV), incluye participación en organizaciones de beneficencia, asociaciones comunitarias y/o medioambientales (COLEMAN, 1990, p.312; WELZEL et al, 2005, p.3; FREITAG, 2006, p.3); asociaciones religiosas (AR), forma de asociativismo extendida en Brasil, Chile y América Latina (datos que lo demuestran en más de veinte países latinoamericanos disponibles en www.LapopSurveys.org.); grupos de interés o asociaciones utilitarias (AU), incluye participación en asociaciones profesionales, clubes deportivos, grupos etarios, centro de padres, etc. (nomenclatura equivalente en WELZEL et al, 2005, p.9); acciones colectivas desafiantes (AC), tales como son las protestas, colectas de firmas o huelgas (tratadas en Norris, 2002 y Geissel, 2006). En la literatura se argumenta que las asociaciones de voluntariado subordinan beneficios inmediatos por objetivos de largo plazo (PUTNAM 1995, p.72; WELZEL et al, 2005, p.9), los grupos de interés o utilitarios, en cambio, tratan de alcanzar sus intereses específicos, con una racionalidad más estratégica e instrumental (COLEMAN, 1990, p.312), y las acciones colectivas representan un asociativismo no convencional ni estructurado que pone en movimiento redes y recursos individuales (COLEMAN, 1990, p.305; WELZEN et al, 2005, p. 8; GEISSEL, 2006, p.3).

Por otra parte, observaré también la participación política convencional (institucionalizada, electoral) y el interés en la política como manifestaciones de una cultura cívica democrática positiva para la formación del CS, lo que ha sido destacado y documentado latamente (CASTILLO, 2006). Ambas conductas generan conectividad interpersonal, favorecen la tolerancia. Numerosos estudios argumentan sobre la importancia de la participación y el interés por la política para la estabilidad democrática, con evidencias en casos; así, en la literatura de educación ciudadana esas conductas son considerada una virtud (DETJEN, 2000).

La confianza y el consentimiento son conceptos centrales, en cuanto representan actitudes facilitadoras de acciones colectivas en torno a metas comunes (LOCKE, 2002, p.481-483). Entre las modalidades posibles de confianza social, cabe destacar la confianza interpersonal o social, factor básico que posibilita cualquier tipo de relación humana (historicamente documentado por Tilly, Tilly, 1975;

Rose, 1998) y en las instituciones comunes que favorecen el buen funcionamiento del sistema político y la gobernabilidad (PUTNAM, 1996; BAQUERO, 2003, p. 19-20)[1].

En la literatura de enfoque más sociológico, las variables ya indicadas del CS son tratadas en relación con un conjunto de indicadores demográficos, socioecómicos y relativos a la calidad de vida de las personas y de sus asociaciones (WELZEL, INGLEHART, DEUTSCH, 2005; RUBENSON, 2005): el género, el nivel educacional y el nivel de ingreso; las condiciones de asociatividad (infraestructura de organizaciones), en los lugares donde las personas viven, pues resulta ser razonable pensar que si ellas disponen de instancias para la participación en sus barrios y conocimientos respecto a éstas, tendrán mejor predisposición para participar (consignado en estudios monográficos sobre asociativismo religioso en localidades; Mara, 2004). El bienestar personal, la calidad de vida y las expectativas futuras también ayudan a explicar.

En la literatura más institucionalista, se presta atención a los factores de naturaleza política, institucional y a la cultura política. El grado de satisfacción con la democracia manifiesta la percepción que tiene las personas sobre los logros de los gobiernos y de las instituciones, en sus respectivos países. Más específicamente aún, el grado de seguridad que tengan las personas también manifiesta su percepción del desempeño que tienen los gobiernos y las instituciones, en cuanto a su capacidad para proveer empleo y buenas condiciones socioeconómicas, y combatir el crimen y cautelar por el orden público (informaciones para América Latina disponibles en Hagopian, 2005). Por último, el CS es tratado también en relación con un conjunto de variables actitudinales de cultura política y competencias ciudadanas (WELZEL, INGLEHART, DEUTSCH, 2005; GEISSEL, 2006). Entre ellas destaca el sentido de solidaridad, que expresa competencias sociales habilitantes para las acciones colectivas. El principio de solidaridad, cuya manifestación es cierto grado de identificación social y de sentido del bien común, es un agente de la cohesión social y de la participación (MARA, 2004); en efecto, para que las personas se sientan motivadas por causas colectivas es necesario que exista algún grado de identificación entre esas causas y sus propios principios y motivaciones.

En este estudio partiré por observar el CS en Montevideo, Porto Alegre y Santiago de Chile con ayuda de la información recabada mediante la aplicación de una encuesta en las tres ciudades, el año 2005, por medio de índices sumativos que representan el stock de vida asociativa en cuatro categorías (voluntariado, grupos de interés, religiosas y acciones colectivas desafiantes), la confianza social y en las instituciones, y la participación y el interés por la política. Los índices de participación y confianza representan variables dicotómicas que ayudan a diferenciar entre personas que participan o no, personas que tienen confianza o no. Posteriormente, con información de las mismas encuestas, incorporaré en el análisis otros índices que sintetizarán informaciones demográficas, socioeconómicas y políticas, con el propósito de explorar relaciones que ayuden a explicar las decisiones de las personas que confían y deciden participar en instancias de vida asociativa. La atención estará centrada en entender el aporte de esas informaciones para explicar la probabilidad que las personas decidan participar y tener confianza o no, y muy en particular el efecto que puedan tener los factores de naturaleza política e institucional en

[1] Más antecedentes y literatura sobre esta tipología disponibles en Valdivieso (2009).

ello. Finalmente, en el caso de Santiago de Chile exploraré una estimación del efecto que tienen las comunas y sus características en las decisiones de participar y de tener confianza.

Tendencias del Capital Social en Montevideo, Porto Alegre y Santiago de Chile

En este apartado presento informaciones sobre tendencias de participación y confianza, en porcentajes, en Porto Alegre, Montevideo y Santiago de Chile el año 2005. La metodología consistió en operacionalizar conceptos en forma de preguntas de una encuesta, aplicarla en las tres ciudades, poblar bases de datos, y construir índices sumativos. El concepto "vida asociativa" fue operacionalizado y observado por medio de índices de participación en asociaciones de voluntariado (objetivos filantrópicos), en asociaciones utilitarias (objetivos instrumentales), en asociaciones religiosas (identificación con ciertos credos y formas de vida relacionadas) y en acciones colectivas desafiantes (identificación con actitudes críticas y el inconformismo)[2]. Esta tipología hizo posible la comparación con observaciones y hallazgos de estudios sobre otros lugares del mundo (tales como RUBENSON, 2005; WELZEL, INGLEHART, DEUTSCH, 2005; GEISSEL, 2006). El siguiente cuadro sintetiza las principales tendencias observadas con respecto a la participación y la confianza en los tres casos sudamericanos:

Cuadro 1
Participación y Confianza en Montevideo, Porto Alegre y Santiago (%)
2005

	Montevideo	Porto Alegre	Santiago
Participación Voluntariado	18,00	10,00	10,40
Participación en grupos de interés	17,20	9,43	9,40
Participación en asociaciones religiosas	12,00	16,86	26,20
Participación en acciones colectivas	33,20	15,10	16,60
Confianza en otra gente	70,80	46,27	51,40
Confianza en las instituciones	19,80	28,82	29,00
Votar en elecciones	88,20	87,30	72,00
Discutir sobre política	66,80	65,69	37,20
Informarse	71,80	67,60	55,80

El cuadro contiene porcentajes de respuestas afirmativas a las preguntas incluidas en los índices de participación y confianza.
Fuente: Bases de datos de encuestas aplicadas en Montevideo, Porto Alegre y Santiago de Chile. Disponibles en: <http://www.capital-social.com/wp/?page_id=251>.

[2] Definí los índices como variables dicotómicas, porque ellas permiten diferenciar entre quienes participan y quienes no, quienes tienen confianza y quiénes no. Dado que el cuestionario aplicado contiene distintas preguntas y posibilidades de respuesta sobre vida asociativa y confianza, que manifiestan diversos formatos del CS, consideré pertinente sintetizar la información en índices de participación y confianza. A partir de distintas preguntas y posibilidades de respuesta, procedí a homogenizar en una sola medida, con sólo dos posibilidades: participa o no, tiene confianza o no. El trabajo con variables dicotómicas conduce a considerar el punto medio de los valores posibles como el criterio que lleva a diferenciar (el punto medio de la variable es equidistante de los extremos, está a igual distancia, y esto representa un criterio objetivo); si la variable toma valores entre 0 (no participar) o 1 (participar), el 0,5 será el límite y el criterio para diferenciar entre quienes participan y quiénes no. Descarté la posibilidad de trabajar con variables que tengan mayor cantidad de grados, por ejemplo participa nada, algo, más o menos, mucho, porque aumentaría la subjetividad en el proceso de clasificación.

En las tres ciudades, los porcentajes de participación en asociaciones son relativamente bajos, y ello es congruente con las observaciones de otros casos en el mundo (WELZEL, INGLEHART, DEUTSCH, 2005, p.33). En Montevideo se observa una mayor participación en acciones colectivas desafiantes y en grupos de interés[3], y menor en asociaciones religiosas, lo que es consistente con numerosas observaciones cualitativas respecto al alto grado modernización, secularización y de educación cívica de la población uruguaya, y su alta propensión a participar (YAFFÉ, 2005; BUQUET, 2005). En comparación, Santiago de Chile muestra mayor participación en asociaciones religiosas que Porto Alegre, y mucho mayor que Montevideo[4]. Por otra parte, en concordancia con los hallazgos de otros estudios (KIM 2005), las informaciones del cuadro indican un alto grado de confianza social, y bajo grado de confianza en las instituciones. Montevideo destaca por tener los mayores porcentajes de confianza social y desconfianza en las instituciones, lo que puede tener relación con la coyuntura política en ese país, cuando se aplicó la encuesta (transición hacia un gobierno de izquierda). Sumariamente, desde la perspectiva de la participación en la vida asociativa y de la confianza, los tres casos tienen niveles de CS equivalentes a los observados en los casos de sociedades modernas y desarrolladas, en otros lugares del mundo (WELZEL et al, 2005)

En Santiago se observa un porcentaje de participación política más bajo que en Porto Alegre y en Montevideo, en los tres casos un considerable grado de discusión sobre política, no obstante ser bastante más bajo el grado de la acción de informarse. Cabe consignar que la alta participación política en los tres países refleja la obligatoriedad de votar para quienes están inscritos en los registros electorales.

En síntesis, las observaciones del cuadro reafirman que el CS puede ser observado por medio de indicadores de vida asociativa y de confianza. El stock de CS en forma de asociaciones y de confianza en las instituciones parece ser moderado en todas partes, mientras que la confianza social es mayor. Estas constataciones no constituyen una evaluación, en sentido optimista ni pesimista, en relación con el debate en torno al aumento o la erosión del CS (PUTNAM, 2000; NORRIS, 2002). Sin embargo, ellas sugieren que el año 2005 los niveles de CS de Montevideo, Porto Alegre y Santiago de Chile eran equivalentes a los que se observaban en las sociedades industriales y postindustriales, y que, desde esta perspectiva, los respectivos países tenían buenas condiciones para su desarrollo.

El Capital Social, factores socioeconómicos y cultura política, y causalidades

En este apartado centro mi atención en las relaciones que puedan existir entre las variables del CS, cuyas tendencias han sido observadas previamente, y entre ellas y otras variables demográficas, socioeconómicas, políticas y de cultura política consideradas por la literatura. La metodología consistió en operacionalizar conceptos en forma de preguntas que fueron introducidas en los cuestionarios aplicados en las tres ciudades. Con la información de la base de datos poblada, procedí a construir índices sumativos, normalizados en el intervalo 0 a 1, de variables independientes que representan

[3] Las causas debiesen ser investigadas en relación con la pregunta por las razones que explican formas de participación más funcionales en unos casos y las relaciones de ello con grados de modernización.
[4] En Uruguay, el grado de secularización es mayor que en Chile y que en Brasil, y esto podría explicar, en parte, las observaciones.

factores que podrían influir en la probabilidad de participar y de confiar. Con las informaciones de cada caso (Montevideo, Porto Alegre y Santiago de Chile), mediante regresiones probit estándar obtuve cuatro modelos binarios, donde están presentes las cuatro formas de medir la participación en la vida asociativa (voluntariado, grupos de interés, religiosos y acciones colectivas; modelos 1,2,3, y 4 respectivamente). Aquí, la observación está centrada en captar e interpretar el efecto marginal que tienen las variables de naturaleza política, institucional o de cultura política sobre la probabilidad de participar o confiar.

Cuadro 2

Factores causales de la participación, Montevideo

2005

Variables independientes	Modelo 1: **IPAS**	Modelo 2: **IPAU**	Modelo 3: **IPAR**[1]	Modelo 4: **IPACD**
Participación voluntariado (IPAS)	---	0,1839*** (0,0478)	0,2154*** (0,048)	0,158* (0,086)
Participación grupos de interés (IPAU)	0,356*** (0,072)	---	-0,122* (0,066)	0,567*** (0,116)
Participación acciones colectivas (IPACD)	0,076 (0,052)	0,2301*** (0,046)	-0,068 (0,049)	---
Confianza en otra gente (ICG)	n.s.	n.s.	n.s.	0,292** (0,146)
Confianza instituciones (ICI)	n.s.	n.s.	0,255*** (0,078)	n.s.
Sexo (S)	n.s.	n.s.	-0,043*** (0,027)	n.s.
Estudios (NE)	0,016*** (0,004)	n.s.	n.s.	0,009 (0,006)
Edad	n.s.	0,0018*** (0,001)	n.s.	n.s.
Ingresos (NI)	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.
Calidad de vida (ICV)	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.
Bienestar personal (IBP)	n.s.	n.s.	n.s.	-0,117** (0,060)
Inseguridad (IIN)	n.s.	n.s.	-0,177** (0,088)	n.s.
Participar en política	n.s.	n.s.	n.s.	0,275*** (0,081)
Satisfacción con la democracia (ISD)	n.s.	0,055 (0,0432)	n.s.	-0,103 (0,066)
Solidaridad e identificación (ISOI)	0,178*** (0,065)	0,282*** (0,0582)	n.s.	0,161* (0,094)
Constante	-2,58*** (0,552)	-3,19*** (0,621)	-2.25*** (0,576)	-2,00*** (0,470)
Pseudo - R^2	0,2249	0,3012	0,1318	0,2005
LR-Chi^2	106,02	138,27	48,38	127,46
N	500	500	500	500

1. Regresión logística, participación en asociaciones religiosas es una variable dicotómica; error estándar entre paréntesis. Estimación Probit. Se presentan los efectos marginales evaluados en el promedio de las variables; error estándar entre paréntesis; n.s. indica > 0,1; * indica p < 0,1; ** indica p < 0,05; *** indica p < 0,01. La técnica de estimación es regresión beta binominal extendida; cada modelo funciona con una variable dependiente: Modelo 1. **IPAS** índice de participación en asociaciones de voluntariado; Modelo 2. **IPAU** índice de participación en grupos de interés o utilitarios; Modelo 3. **IPAR** índice de participación en organizaciones religiosas; Modelo 4. **IACD** índice de participación en acciones colectivas desafiantes. Bases de datos e informes de índices disponibles en: <http://www.capital-social.com/wp/?page_id=251>.

En el caso de Montevideo, se observa que la participación política tiene efectos en la probabilidad de participación en asociaciones colectivas desafiantes (27,5%). La actitud de solidaridad y identificación con bienes colectivos tiene efectos en la probabilidad de participar en el voluntariado, los

grupos de interés y las acciones colectivas (17,8%, 28,2% y 16,1% respectivamente). Además, la satisfacción con la democracia se asocia positivamente con la participación en grupos de interés (5%), y se observa también los efectos de la inseguridad sobre el asociativismo (17%).

Cuadro 3

Factores causales de la participación, Porto Alegre

2005

Variables independientes	Modelo 1: **IPAS**	Modelo 2: **IPAU**	Modelo 3: **IPAR**[1]	Modelo 4: **IPACD**
Participación voluntariado (IPAS)	---	0,096** (0,0407)	n.s.	0,270*** (0,074)
Participación grupos de interés (IPAU)	0,1455*** (0,0569)	---	0,137 (0,094)	0,231*** (0,077)
Participación acciones colectivas (IPACD)	0,1620*** (0,049)	0,149*** (0,044)	0,215*** (0,0846)	---
Confianza en otra gente (ICG)	n.s.	n.s.	0,13 (0,103)	n.s.
Confianza instituciones (ICI)	n.s.	n.s.	0,134* (0,073)	-0,106 (0,067)
Sexo (S)	n.s.	0,031 (0,019)	-0,043 (0,032)	n.s.
Estudios (NE)	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.
Edad	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.
Ingresos (NI)	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.
Infraestructuras asociativas (IEAFI)	n.s.	n.s.	---	---
Calidad de vida (ICV)	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.
Bienestar personal (IBP)	n.s.	n.s.	-0,079* (0,045)	-0,125*** (0,039)
Inseguridad (IIN)	0,011* (0,072)	n.s.	n.s.	n.s.
Participar en política	n.s.	n.s.	-0,134*** (0,046)	0,144*** (0,045)
Satisfacción con la democracia (ISD)	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.
Solidaridad e identificación (ISOI)	0,166*** (0,0409)	0,122*** (0,034)	0,209*** (0,0661)	n.s.
Constante	-3,31*** (0,6391)	-3,06*** (0,688)	-1,32*** (0,469)	-1,50*** (0,527)
Pseudo - R^2	0,2846	0,3226	0,1331	0,2181
LR-Chi^2	88,13	87,81	58,93	85,27
N	500	500	500	500

1. Regresión logística, participación en asociaciones religiosas es una variable dicotómica; error estándar entre paréntesis. Estimación Probit. Se presentan los efectos marginales evaluados en el promedio de las variables; error estándar entre paréntesis; n.s. indica > 0,1; * indica p < 0,1; ** indica p < 0,05; *** indica p < 0,01. La técnica de estimación es regresión beta binominal extendida; cada modelo funciona con una variable dependiente: Modelo 1. **IPAS** índice de participación en asociaciones de voluntariado; Modelo 2. **IPAU** índice de participación en grupos de interés o utilitarios; Modelo 3. **IPAR** índice de participación en organizaciones religiosas; Modelo 4. **IACD** índice de participación en acciones colectivas desafiantes. Bases de datos e informes de índices disponibles en: <http://www.capital-social.com/wp/?page_id=251>.

En el caso de Porto Alegre se observa que la participación política tiene efectos en la participación en asociaciones religiosas y acciones colectivas desafiantes, pero en sentido opuesto: la participación política disminuye en un 13,4% la probabilidad de participar en asociaciones religiosas, y aumenta en un 14,4% la probabilidad de participar en acciones colectivas. A su turno, la solidaridad e identificación con bienes colectivos tiene efectos en la participación en el voluntariado, en los grupos de interés y en el asociativismo religioso, con impactos de 16,6%, 12,2% y 20,8% respectivamente. La inseguridad tiene también cierto efecto, aunque muy menor (1% en el voluntariado).

Cuadro 4
Factores causales de la participación, Santiago de Chile
2005

Variables independientes	Modelo 1: I**PAS**	Modelo 2: **IPAU**	Modelo 3: **IPAR**[1]	Modelo 4: **IPACD**
Participación voluntariado (IPAS)	---	0,1956*** (0,0523)	0,1919* (0,1168)	0,2435*** (0,086)
Participación grupos de interés (IPAU)	0,2341*** (0,0557)	---	0,4191*** (0,1272)	0,3956*** (0,086)
Participación acciones colectivas (IPACD)	0,1969*** (0,0446)	n.s.	n.s.	---
Confianza en otra gente (ICG)	0,1952*** (0,0654)	0,1432*** (0,0618)	n.s.	n.s.
Confianza instituciones (ICI)	n.s.	0,0820 (0,0555)	0,4249*** (0,1152)	n.s.
Sexo (S)	n.s.	-0,0468** (0,0208)	-0,071* (0,041)	0,042 (0,027)
Estudios (NE)	0,0187** (0,0093)	n.s.	n.s.	n.s.
Edad	0,0013** (0,0006)	0,0015*** (0,006)	n.s.	-0,006*** (0,0009)
Ingresos (NI)	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.
Infraestructuras asociativas (IEAFI)	n.s.	n.s.	---	---
Calidad de vida (ICV)	n.s.	n.s.	-0,1204 (0,090)	-0,104* (0,062)
Bienestar personal (IBP)	-0,045 (0,0298)	n.s.	n.s.	n.s.
Inseguridad (IIN)	n.s.	n.s.	-0,305** (0,1564)	n.s.
Participar en política	n.s.	n.s.	n.s.	0,1524*** (0,039)
Satisfacción con la democracia (ISD)	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.
Solidaridad e identificación (ISOI)	n.s.	0,077* (0,0412)	n.s.	n.s.
Constante	-3,55*** (0,770)	-3,55*** (0,700)	n.s.	n.s.
Pseudo - R^2	0,3096	0,243	0,1057	0,2975
LR-Chi^2	103,35	75,74	60,78	133,73
N	500	500	500	500

1. Regresión logística, participación en asociaciones religiosas es una variable dicotómica; error estándar entre paréntesis. En el caso de Chile, la pregunta educación contenía categorías de respuesta sobre niveles de educación, mientras que en Montevideo y Porto Alegre contenía años de educación (variable continua), y fue necesario normalizar las respuestas con 0 y 1 (sin educación o con poca educación, con nivel estándar de educación); en el caso de Chile, la pregunta sobre el ingreso tenía categorías de respuesta para que los encuestados se clasificaran según tramos de ingreso, mientras que en los otros casos se preguntaba por cantidades (variable continua), y también fue necesario normalizar (expresar como el logaritmo natural del ingreso reportado mensualmente).

Estimación Probit. Se presentan los efectos marginales evaluados en el promedio de las variables; error estándar entre paréntesis; n.s. indica > 0,1; * indica p < 0,1; ** indica p < 0,05; *** indica p < 0,01. La técnica de estimación es regresión beta binominal extendida; cada modelo funciona con una variable dependiente: Modelo 1. **IPAS** índice de participación en asociaciones de voluntariado; Modelo 2. **IPAU** índice de participación en grupos de interés o utilitarios; Modelo 3. **IPAR** índice de participación en organizaciones religiosas; Modelo 4. **IACD** índice de participación en acciones colectivas desafiantes. Bases de datos e informes de índices disponibles en: < http://www.capital-social.com/wp/?page_id=251>.

En el Cuadro 4, caso de Santiago, se observa que la participación y el interés por la política, y la solidaridad e identificación con bienes colectivos tienen efectos en distintas formas de participación. Quienes declaran mayor participación política tienen un 15% más de probabilidad de participar en acciones colectivas desafiantes, y quienes manifiestan solidaridad e identificación con bienes colectivos tienen un 7% más de probabilidad de participar en grupos de interés. Por otra parte, cabe observar que la inseguridad o seguridad tiene un efecto muy destacado sobre la disposición a participar.

Con respecto los factores que tienen efectos en la probabilidad de tener confianza social y en las instituciones, los siguientes tres cuadros sintetizan la información del caso.

Cuadro 5
Factores causales de la confianza, Montevideo
2005

VD	(ICG)	(ICI)
Confianza otra gente (ICG)	---	0,421*** (0,109)
Confianza instituciones (ICI)	0,432*** (0,115)	---
Participación Utilitarias	0,262** (0,133)	n.s.
Participación voluntariado	*-0,141* (0,1024)	n.s.
Participación religiosas	*n.s.*	0,147** (0,065)
Participación acciones colectivas	*0,205** (0,089)*	n.s.
Participación política	*0,104* (0,063)*	0,105* (0,060)
Informarse	*-0,071 (0,046)*	-0,075* (0,044)
Satisfacción democracia	0,091 (0,056)	0,131*** (0,051)
Ingresos	n.s.	n.s.
Calidad de vida	0,207** (0,082)	n.s.
Inseguridad	n.s.	n.s.
Constante	-0,543 (0,399)	*-2,12*** (0,516)*
Pseudo - R2	0,1443	0,1275
LR-Chi2	87,16	63,43
N	500	500

n.s. indica > 0,1; * indica p < 0,1; ** indica p < 0,05; *** indica p < 0,01. La técnica de estimación es regresión beta binominal extendida; cada modelo funciona con una variable dependiente: Modelo 1. I**CG** índice de confianza social (en otra gente); Modelo 2. **ICI** índice de confianza en las instituciones. Bases de datos e informes de índices disponibles en: < http://www.capital-social.com/wp/?page_id=251>.

En Montevideo, la participación en la política influye en la probabilidad de confiar en otra gente (10,4%) y en las instituciones (10,5%). Por otra parte, la gente que no se informa sobre política también tiene mayor probabilidad de confiar (7,1 y 7,5%, respectivamente). Finalmente, quienes se sienten satisfechos con la democracia tienen un 13,1% más probabilidad de confiar en las instituciones.

Cuadro 6

Factores causales de la confianza, Porto Alegre

2005

VD	(ICG)	(ICI)
Confianza otra gente (ICG)	---	0,441*** (0,128)
Confianza instituciones (ICI)	0,5884*** (0,107)	---
Participación Utilitarias	n.s.	n.s.
Participación voluntariado	*0,194* (0,1423)	-0,235* (0,142)
Participación religiosas	*n.s.*	0,095 (0,061)
Participación acciones colectivas	*n.s.*	-0,235* (0,134)
Participación política	*0,172** (0,073)*	n.s.
Informarse	*n.s.*	n.s.
Satisfacción democracia	n.s.	0,210*** (0,057)
Ingresos	0,028*** (0,0116)	n.s.
Calidad de vida	n.s.	n.s.
Inseguridad	-0,502*** (0,167)	n.s.
Constante	-0,713* (0,388)	*-1,603*** (0,453)*
Pseudo - R2	0,1146	0,0665
LR-Chi2	78,16	39,21
N	500	500

n.s. indica > 0,1; * indica p < 0,1; ** indica p < 0,05; *** indica p < 0,01. La técnica de estimación es regresión beta binominal extendida; cada modelo funciona con una variable dependiente: Modelo 1. **ICG** índice de confianza social (en otra gente); Modelo 2. **ICI** índice de confianza en las instituciones. Bases de datos e informes de índices disponibles en: < http://www.capital-social.com/wp/?page_id=251>.

En Porto Alegre, la gente que participa en política y que reporta mayor nivel de seguridad tiene mayor probabilidad de confiar en otra gente (17,2% y 50%, respectivamente). Por otra parte, las personas que tienen satisfacción con la democracia tienen un 21% más de probabilidad de confiar en las instituciones.

Cuadro 7
Factores causales de la confianza, Santiago
2005

VD	(ICG)	(ICI)
Confianza otra gente (ICG)	---	0,491*** (0,1318)
Confianza instituciones (ICI)	0,681*** (0,129)	---
Participación Utilitarias	n.s.	n.s.
Participación voluntariado	*0,283** (0,155)	n.s.
Participación religiosas	*n.s.*	0,107** (0,050)
Participación acciones colectivas	*0,222* (0,120)*	-0,143 (0,106)
Participación política	*n.s.*	n.s.
Informarse	*-0,058* (0,035)*	0,043 (0,027)
Satisfacción democracia	n.s.	0,253*** (0,057)
Ingresos	n.s.	-0,015 (0,010)
Calidad de vida	0,124 (0,098)	n.s.
Inseguridad	0,240 (0,180)	n.s.
Constante	-1,156*** (0,351)	*-1,83*** (0,402)*
Pseudo - R2	0,0924	0,0991
LR-Chi2	64,02	59,7
N	500	500

n.s. indica > 0,1; * indica p < 0,1; ** indica p < 0,05; *** indica p < 0,01. La técnica de estimación es regresión beta binominal extendida; cada modelo funciona con una variable dependiente: Modelo 1. **ICG** índice de confianza social (en otra gente); Modelo 2. **ICI** índice de confianza en las instituciones. Bases de datos e informes de índices disponibles en: <http://www.capital-social.com/wp/?page_id=251>.

En Chile, el interés y la participación en la política tienen efectos sobre los dos tipos de confianza social y en las instituciones. La gente que no se informa sobre los asuntos políticos tiene un 5,5% más de probabilidad de confiar en otra gente, mientras que la gente que declara informarse tiene un 4,3% más probabilidad de confiar en las instituciones. Por otra parte, la gente que declara satisfacción con la democracia tiene un 25,3% de mayor probabilidad de confiar en las instituciones. Finalmente, la gente que declara mayor nivel de inseguridad tiene un 24% de mayor probabilidad de confiar en otra gente.

Sumariamente, la observación de los modelos de regresión en los tres casos arroja un conjunto de variables independientes de naturaleza político-institucional y de cultura política que tienen efectos en la formación del CS, sobre la probabilidad de participar en instancias de vida asociativa y de tener confianza. Primero, en los tres casos, quienes participan en política tienen mayor probabilidad de participan en otras instancias de vida asociativa, en particular en las acciones colectivas desafiantes, en

menor medida en otras formas de vida asociativa, y tienen disposición a confiar en la otra gente y en las instituciones. Segundo, la satisfacción con la democracia influye en la confianza en las instituciones, y en menor medida en la probabilidad de participar. Tercero, la actitud de solidaridad con bienes colectivos predispone a participar, especialmente en el voluntariado, también en los grupos de interés y en las otras formas de vida asociativa. Cuarto, la seguridad influye también en la participación, en menor medida en la confianza. Después sigue un conjunto bastante heterogéneo de variables causales, cuya importancia en cada caso y en relación con cada forma de asociativismo varía.

Los hallazgos sobre los efectos de la participación política en la vida asociativa, especialmente en las acciones colectivas, son consistentes con otros estudios, donde se subraya que quienes participan y lideran asociaciones tienden a participar en la vida política, más que quienes no lo hacen (para el caso de Chile, Valdivieso 2001; 2008b).

La satisfacción con la democracia expresa el grado de aceptación de los resultados de los gobiernos y de las instituciones, desde la perspectiva de la representación y del desempeño de las políticas, según ha sido subrayado por numerosos estudios (por ejemplo, HAGOPIAN et al, 2005). Por lo tanto, la satisfacción manifiesta el impacto que tienen las decisiones y las políticas públicas en las condiciones de vida de las personas. En los tres casos estudiados, esos efectos influyen en la confianza de las personas en las instituciones, y en menor medida en la disposición a participar en instancias de vida asociativa.

La solidaridad con los bienes colectivos se deriva de la cultura política de las sociedades y su efecto en las competencias de los ciudadanos. En los tres casos, ciertamente dicha disposición predispone a la participación, junto a otros, en torno a metas comunes, y por lo tanto es un gran potencial para el CS, tal como ha sido subrayado por otros estudios (BAQUERO, 2003; VALDIVIESO, 2009).

La seguridad es un tema de alta prioridad pública en los tres países en cuestión, por su fuerte impacto en numerosas dimensiones de la vida social (seguridad económica, seguridad ciudadana, medioambiental, etc.). En buena medida, ella es el resultado también de decisiones políticas y del grado de desempeño que tienen las instituciones y otros agentes públicos.

Concluyendo, las observaciones dejan de manifiesto el impacto de los factores político-institucionales y de la calidad de las instituciones en la formación del CS. En efecto, la existencia de sistemas políticos y electorales inclusivos, integradores, que entren en sintonía con inquietudes ciudadanas, favorecerán la vida asociativa y la confianza, lo mismo que las políticas públicas que sean representativas y tengan buenos resultados en la calidad de vida y la seguridad de las personas, y promuevan la satisfacción con la democracia. Asimismo, las políticas, las prácticas institucionales y todos los factores que promuevan actitudes solidarias, comprometidas con el bien común, contribuyen también a la creación de la vida asociativa, la confianza, y el desarrollo.

Nivel comunal, caso de Santiago de Chile

Hasta ahora, en los tres casos de estudio, he encontrado evidencias sobre un moderado stock de vida asociativa y confianza, y el impacto de factores políticos e institucionales en la formación del CS. Para seguir avanzando, en este apartado partiré del supuesto que los factores políticos e institucionales operan en unidades político-administrativas concretas, las comunas, y que las diferencias en las tasas de participación y confianza debiesen ser atribuibles, al menos en parte, a las condiciones políticas y las instituciones locales. Por lo tanto exploraré las diferencias que se observan en las comunas.

El acceso a información sobre las características de las comunas chilenas hace posible hacer el análisis de ese caso. En Santiago, la encuesta de CS fue aplicada en las comunas de La Granja, Pedro Aguirre Cerda, Lo Espejo, Recoleta y Quinta Normal, y en consecuencia asumiré que esas comunas y sus características, especialmente políticas e institucionales, tienen efectos en la probabilidad de participar y tener confianza. El ejercicio metodológico consiste en estimar el efecto que tiene ser o no de una comuna sobre la vida asociativa y la confianza. Para comparar las comunas selecciono una que sirva de punto de referencia, una comuna base. Después incorporo en los análisis cuantitativos cuatro variables dicotómicas que representan a cuatro de las cinco comunas donde se aplico la encuesta. De este modo, por medio de la comparación con la comuna base, es posible rescatar el efecto marginal que genera ser de una comuna.

Observando informaciones sobre las comunas (Cuadro 8) se aprecia que la comuna de Recoleta tiene un conjunto de diferencias con respecto a las demás que justifica su selección como comuna base, es decir, aquella que sirve de punto de referencia para comparar. En Recoleta se observa una densidad de población relativamente moderada (8607), una proporción equilibrada de mujeres y hombres, con bastante población joven. En términos de calidad de vida, la tasa de desempleo está en el promedio nacional (9,5%), la mayor parte de la población declara tener medianos ingresos, un alto porcentaje de población dispone de propiedad pagada o pagándose (59,31%), y la mayor parte de las personas se siente relativamente más segura (sólo 21,9% de los encuestados declara tener temor de asaltos en las calles de sus barrios). En Recoleta, el gobierno municipal es proporcional, ya que participan cinco fuerzas políticas distintas (una de las dos coaliciones políticas más importantes del país y otras cuatro fuerzas políticas), dispone de autonomía presupuestaria relativa (63,82% de sus ingresos totales son ingresos propios), y exhibe indicadores de un buen desempeño: el 93,32% de las viviendas cuenta con agua potable, la población tiene una alta tasa de escolaridad relativa (9,72 años), y el 38,2% de los estudiantes de sus establecimientos municipales obtiene puntajes de PSU para estudiar en la educación superior mayores a 450 puntos. Adicionalmente, la comuna dispone de bastante oferta de vida asociativa (964 organizaciones inscritas en el municipio, con personalidad jurídica).

Cuadro 8

Características de las cinco comunas de Santiago

2003-2006

	Lo Espejo	La Granja	Recoleta	PAC	Quinta Normal
Población estimada	108412	130936	139439	105556	97327
Superficie K2	7,2	10,1	16,2	9,7	12,4
Habitantes por kilómetro cuadrado	15057,22	12936,96	8607,35	10882,06	7848,95
Porcentaje mujeres	49,23	48,74	49,04	48,46	48,84
Porcentaje jóvenes (menores de 24 años)	43,07	41,08	37,75	44,76	45,59
Porcentaje maduros (entre 24 y 40 años)	21,55	21,52	21,67	22,15	22,78
Porcentaje adultos y mayores (Mayores de 50 años)	19,47	22,94	27,1	19,26	13,26
Porcentaje bajos ingresos	27,52	5,59	22,01	27,99	12,84
Porcentaje medianos ingresos	56,06	22,86	54,84	52,19	53,78
Porcentaje altos ingresos	16,41	71,55	23,15	19,82	33,39
Porcentaje de personas con propiedad pagada o pagándose	76,74	67,19	59,31	69,89	81,1
Clubes Deportivos 2005	187	260	274	49	53
Centros de Madre 2005	101	75	94	26	30
Centros Adulto Mayor 2005	84	93	83	42	52
Juntas de Vecinos 2005	31	78	59	27	29
Otras Organizaciones Comunitarias Funcionales 2005	99	371	408	49	150
Organizaciones Comunitarias con Personalidad Jurídica 2005	543	931	964	206	336
Fecha del último PLADECO (Plan de Desarrollo Comunal)	2006	2004	2010	2009	2009
Ingresos Propios/ Total Ingreso 2005	18,22	19,05	63,82	25,32	52,31
Ingresos FCM/Total Ingreso 2005	69,53	68,03	15,93	56,1	19,62
Número de Concejales Alianza	1	1	0	2	0
Número de Concejales Concertación	1	1	4	2	2
Número de Concejales Otra Coalición	4	4	4	4	4
Percepción de vulnerabilidad al delito (Qué tan seguro se siente caminando solo por su barrio cuando ya está oscuro? Opción inseguro y muy inseguro)	31,2	29,4	21,9	22,1	27,3
Percepción de evolución del delito (Pensando en la delincuencia, ¿Usted diría que en los últimos doce meses la delincuencia aumentó?)	63,9	63	68,5	53,1	39,3
Tasas de desempleo por comuna 2003	11,23%	5,57%	9,51%	12,04%	10,77%
Cobertura de Agua Potable (%)	97,27	96,68	93,32	96,13	93,79
Porcentaje de Puntajes PSU (a partir del 2003) Igual o Superior a 450 Puntos en Establecimientos Municipales de Educación (%)	20	14,71	38,18	18,67	37,97
Escolaridad Promedio de la Población	8,88	9,35	9,72	9,57	9,98

Informaciones disponibles en diversos sitios web con información estadística de las comunas, en: <www.sinim.cl>, <www.servel.cl>, <www.ine.cl>, <www.mideplan.cl>, <http://www.interior.gob.cl/>.

Al incluir en el análisis de los datos cuatro de las cinco comunas como variables independientes, con el propósito de evaluar el impacto que tienen en la decisión de participar en la vida asociativa y la confianza, se obtiene el Cuadro 9.

Cuadro 9

Factores de la participación, Chile

2005

Variables independientes	Modelo 1: **IPAS**	Modelo 2: **IPAU**	Modelo 3: **IPAR**[1]	Modelo 4: **IPACD**
Participación voluntariado (IPAS)	---	0,1464*** (0,0470)	0,355*** (0,1257)	0,205*** (0,077)
Participación grupos de interés (IPAU)	0,2160*** (0,0546)	---	0,1595*** (0,1133)	0,343*** (0,081)
Participación acciones colectivas (IPACD)	0,1706*** (0,0431)	n.s.	n.s.	---
Confianza en otra gente (ICG)	0,162*** (0,0623)	0,1382*** (0,055)	n.s.	n.s.
Confianza grandes organizaciones (ICGO)	---	---	---	---
Confianza instituciones (ICI)	n.s.	n.s.	0,3813*** (0,1166)	-0,124* (0,071)
Confianza elites (ICE)	---	---	---	---
Confianza org. informales (ICOI)	---	---	---	---
Sexo (S)	n.s.	-0,0397** (0,01786)	-0,069* (0,040)	0,0379 (0,0249)
Estudios (NE)	0,0175** (0,0087)	n.s.	n.s.	n.s.
Edad	0,0012** (0,0006)	0,0013*** (0,0053)	n.s.	-0,0005*** (0,0009)
Ingresos (NI)	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.
Infraestructuras asociativas (IEAFI)	---	---	---	---
Calidad de vida (ICV)	n.s.	n.s.	-0,138 (0,0916)	-0,0907 (0,0577)
Bienestar personal (IBP)	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.
Inseguridad (IIN)	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.
Participar en política	0,0402 (0,0279)	n.s.	n.s.	0,1355*** (0,0359)
Satisfacción con la democracia (ISD)	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.
Apoyo a la Democracia (IAD)	---	---	---	---
Solidaridad e identificación (ISOI)	n.s.	0,076** (0,0352)	n.s.	n.s.
La Granja	n.s.	-0,0453*** (0,0152)	n.s.	n.s.
Lo Espejo	0,056 (0,047)	-0,0275* (0,0167)	0,224*** (0,076)	n.s.
Pedro Aguirre Cerda	0,0705 (0,0489)	n.s.	0,171** (0,0717)	n.s.
Quinta Normal	n.s.	-0,0587*** (0,0157)	-0,177*** (0,0501)	-0,095*** (0,024)
Constante	-4,1773*** (0,8030)	-2,622*** (0,700)	-1,11** (0,5284)	n.s.
Pseudo - R^2	0,3311	0,2882	0,176	0,3358
LR-Chi^2	110,5	89,82	101,22	150,95
N	500	500	500	500

Estimación Probit. Se presentan los efectos marginales evaluados en el promedio de las variables; error estándar entre paréntesis; n.s. indica > 0,1; * indica p < 0,1; ** indica p < 0,05; *** indica p < 0,01. La técnica de estimación es regresión beta binominal extendida; cada modelo funciona con una variable dependiente: Modelo 1. **IPAS** índice de participación en asociaciones de voluntariado; Modelo 2. **IPAU** índice de participación en grupos de interés o utilitarios; Modelo 3. **IPAR** índice de participación en organizaciones religiosas; Modelo 4. **IACD** índice de participación en acciones colectivas desafiantes. Bases de datos e informes de índices disponibles en: <http://www.capital-social.com/wp/?page_id=25>.

En el Cuadro se observa que las variables de naturaleza política mantienen su impacto en la probabilidad de participar y de sentir confianza: la participación política genera un 4% más de probabilidad de participar en voluntariado, y 13,5% de participar en asociaciones colectivas; la actitud

de solidaridad e identificación tiene el efecto de un 7,6% en la probabilidad de participar en asociaciones religiosas. Las comunas influyen diferenciadamente en la probabilidad de participar: residir en la comuna de la Granja implica tener 4,5% menos de probabilidad de participar en la vida asociativa de grupos de interés que residir en Recoleta; lo mismo ocurre en los casos de las comunas de Lo Espejo y Quinta Normal, donde hay un 2,7% y un 5,8% menos de probabilidad de participar que en Recoleta. Pero residir en Lo Espejo y en Pedro Aguirre Cerda aumenta la probabilidad de participar en asociaciones religiosas, con respecto a Recoleta, en 22,4 y 17,1% respectivamente, mientras que en Quita Normal hay un 17,7% menos de probabilidad. Finalmente, en Quinta Normal existe un 9,5% menos de probabilidad de participar en acciones colectivas desafiantes que en Recoleta.

En cuanto a la confianza (Cuadro 10) se observa que las personas de La Granja, Lo Espejo y Quinta Normal tienen mayor probabilidad de tener confianza social que las de Recoleta (16%, 29% y 27% respectivamente). Pero la gente de las mismas comunas no tiene la misma probabilidad de tener mayor confianza en las instituciones, y en el caso de Lo Espejo hay probabilidad de tener menor confianza (-10%). Sumariamente, quienes son de las comunas de Lo Espejo, La Granja y Quinta Normal tienen menor probabilidad de participar en instancias de vida asociativa (voluntariado y acciones colectivas) que quienes viven en Recoleta, y en las mismas comunas tiende a existir más confianza social, pero no así en las instituciones. Estas últimas constataciones están en plena sintonía con las observaciones de otros estudios, en distintos contextos, donde se observa que la confianza social no se traduce, necesariamente, en confianza política y mayor participación (KIM, 2005).

Cuadro 10
Factores de la confianza, Chile
2005

VD	(**ICG**)	(**ICI**)
Confianza otra gente (ICG)	---	0,528*** (0,1346)
Confianza instituciones (ICI)	0,789*** (0,135)	---
Participación Utilitarias	n.s.	n.s.
Participación voluntariado	*0,252* (0,156)	n.s.
Participación religiosas	*n.s.*	0,118** (0,053)
Participación acciones colectivas	*0,230*(0,125)*	-0,140 (0,108)
Participación política	*n.s.*	n.s.
Informarse	*-0,062*(0,037)*	0,038 (0,027)
Satisfacción democracia	n.s.	0,252*** (0,057)
Sentido comunitario	---	---
Ingresos	n.s.	n.s.
Infraestructuras	---	---
Calidad de vida	0,208** (0,1028)	n.s.
Inseguridad	0,263 (0,193)	n.s.
La Granja	0,162** (0,0728)	n.s.
Lo Espejo	0,289*** (0,067)	-0,097 (0,060)
Pedro Aguirre Cerda	n.s.	n.s.
Quinta Normal	0,273*** (0,069)	n.s.
Constante	-1,805*** (0,4055)	*-1,670***(0,432)*
Pseudo - R2	0,1258	0,1079
LR-Chi2	87,17	64,96
N	500	500

n.s. indica > 0,1; * indica p < 0,1; ** indica p < 0,05; *** indica p < 0,01. La técnica de estimación es regresión beta binominal extendida; cada modelo funciona con una variable dependiente: Modelo 1. **ICG** índice de confianza social (en otra gente); Modelo 2. **ICI** índice de confianza en las instituciones. Bases de datos e informes de índices disponibles en: <http://www.capital-social.com/wp/?page_id=251>.

Con los datos del Cuadro 8 es posible identificar factores que ayuden a explicar las diferencias constatadas. En el Cuadro se observa que los municipios de las comunas de Lo Espejo, La Granja y Quinta Normal disponen de menos recursos propios que Recoleta, y por lo tanto tienen menor autonomía presupuestaria. Además, en esas comunas hay mayor percepción de inseguridad ciudadana (delitos), y en ellas las personas tienen menores tasas de escolaridad, lo que sugiere un más bajo desempeño de los municipios y los establecimientos educacionales relacionados. Esos tres factores, relativamente deficitarios en las tres comunas en comento, son el resultado de las políticas públicas y del funcionamiento de las instituciones.

En la literatura del CS se ha destacado el efecto que tienen las estructuras federales, la descentralización y la autonomía local en la formación del CS (FREITAG, 2006). Ellas generarían mayores incentivos que las estructuras centralizadas para la vida asociativa, por dar la posibilidad de una intervención más directa de las comunidades territoriales en los procesos de toma de decisión. A partir de ese supuesto, en el caso de Chile es razonable esperar que la mayor autonomía presupuestaria influya en la estructura de los incentivos de las comunidades territoriales. En efecto, la mayor autonomía presupuestaria amplía los márgenes de maniobra de los gobiernos municipales para acoger iniciativas de los vecinos, para gestionar y poner en práctica políticas, programas e instrumentos que promuevan la participación.

En América Latina, la seguridad ha pasado a ser un tema de alta connotación pública, y la mayor parte de los estudios de opinión sugieren que los ciudadanos ponen cada vez mayor atención en los logros y fracasos de los gobiernos y de las instituciones públicas, cuanto tienen que evaluar y tomar decisiones. Las personas perciben que las autoridades políticas y las instituciones son los principales responsables en la provisión de ese bien público, y valoran positiva o negativamente su desempeño según ese criterio. Por lo tanto es razonable considerar la percepción que tienen los ciudadanos sobre la seguridad como una suerte de indicador de los resultados que tienen las políticas y programas de los gobiernos en sus condiciones de vida, un indicador que naturalmente genera incentivos para la vida asociativa y la confianza en las comunas.

En Chile, el sistema educacional delega una alta cuota de responsabilidad a los municipios, entidades que intervienen en la distribución del presupuesto para educación, y en el control directo o indirecto de los establecimientos educacionales. Por esta razón, la escolaridad en las comunas es un indicador del desempeño de las políticas y las instituciones de los gobiernos nacionales y locales. En tal sentido, la tasa de escolaridad es un indicador del desempeño de las propias autoridades municipales y sus programas, y es razonable esperar que tenga efectos sobre la vida asociativa y la confianza en las comunas. Por otra parte es razonable esperar también que la escolaridad, en cuanto indicador de formación de las personas, influya en sus destrezas y competencias para informarse, discernir con responsabilidad y decidir en consecuencia, es decir, en su cultura política.

Recapitulación y hallazgos

Sumariamente, el CS, observado por medio de la participación en la vida asociativa y la confianza muestra algunas tendencias similares y diferencias en los tres casos sudamericanos.

Primero, el nivel de vida asociativa es modesto, comparable con lo que se ha observado en otros lugares del mundo. Lo anterior no significa, necesariamente, que haya una erosión del CS y de la participación, ya que los formatos de la vida asociativa pueden estar cambiando. De hecho, si uno compara entre las categorías incluidas en este estudio (voluntariado, grupos de interés, grupos religiosos y acciones colectivas), se observa que mientras la participación en el voluntariado tiende a ser baja en los tres casos, la participación en acciones colectivas es relativamente más alta. Ello obedece a que los contextos y los referentes de la participación cambian en el tiempo y en el espacio, y vehículos de la vida asociativa estructurada que pueden haber incentivado la decisión de las personas por participar en algún periodo histórico dejan de hacerlo en otros. Por ejemplo, los sindicatos o los partidos políticos pierden vitalidad en la actualidad, porque las personas tienden a identificarse con otros referentes, interactúan en múltiples relaciones sociales sólo parcialmente, y tienden a tomar la decisión de participar cuando disponen de ofertas de vida asociativa menos estructuradas, que sintonicen mejor con cuestiones muy concretas que afectan sus intereses y sus vidas. Tal vez por esta razón las huelgas o los movimientos de protesta generan mayores incentivos para participar, como se observa en la encuesta del 2005.

Segundo, la alta participación política convencional que se observa, en términos de ir a votar a las urnas, demuestra que en las decisiones de participar influyen también aspectos institucionales o estructurales, que condicionan los comportamientos. En los tres casos investigados, la legislación sobre votaciones tiene efectos en las altas tasas de participación electoral.

Tercero, cabe hacer notar que el asociativismo tiende a ser mayor en el caso de Montevideo, excepto en relación con las asociaciones de carácter religioso, lo cual es consistente con el mayor grado de secularización de Uruguay, en comparación con Brasil y Chile. Desde la perspectiva comparada del asociativismo, al ser Montevideo el caso donde se observa mayor disposición de la población a la participación, el conocimiento más detallado de esa experiencia podría ser muy provechoso en términos de aprendizaje sobre incentivos que influyen en la formación del CS. Probablemente, una observación más detallada del contexto socio-político y económico de Uruguay el año 2005, cuando se aplicó la encuesta en Montevideo, ayudará a entender mejor esas tendencias. En efecto, Uruguay ha destacado en el concierto latinoamericano por su trayectoria democrática, el alto nivel educacional y de cultura cívica de su población, y el 2005 experimentaba un complejo proceso de transición política hacia un gobierno de izquierda con un renovado ciclo de participación social e interés por la política.

Cuarto, en los tres casos hay modestos niveles de confianza en las instituciones. Lo anterior es consistente con percepciones sobre una crisis de la legitimidad de los sistemas políticos y sus instituciones, en contextos donde la brecha entre inquietudes ciudadanas y el resultado del quehacer de las instituciones aumenta y genera preocupación (VALDIVIESO 2003, 2008). Por otra parte, la erosión de la confianza va de la mano con la creciente debilidad y falta de legitimidad de otrora importantes instituciones y formas de relación social, tales como son los parlamentos, los poderes judiciales, los partidos políticos y las asociaciones sindicales. El mayor grado de confianza social sugiere un alto potencial de CS, que favorece la cohesión social, la cooperación, la estabilidad política y el desarrollo, no obstante numerosas condiciones económicas y sociales adversas en la última década. Esta tendencia es consistente con los efectos de una cultura política, en la cual la solidaridad e identificación con los bienes colectivos tiene efectos en las decisiones de las personas.

Algunas de las relaciones observadas sugieren áreas de particular interés para una mayor comprensión de los procesos de formación del CS y para fortalecer condiciones sociales del desarrollo y de la estabilidad democrática.

Primero, hay una relación positiva entre el asociativismo y la participación política, la mayor experiencia asociativa incide en la participación política, y por lo tanto la extensión de ese tipo de actividad podría beneficiar la estabilidad del sistema democrático. Lo mismo se puede indicar en relación con la solidaridad e identificación con bienes colectivos, cuya mayor extensión podría incidir en la cohesión social y en la estabilidad democrática.

Segundo, a diferencia de numerosos trabajos, las relaciones observadas y sintetizadas en este estudio previenen sobre la dificultad de llegar a conclusiones a partir de la consideración de ciertas formas particulares de vida asociativa, pasando por alto que ellas no se dan de forma pura ni aislada. Las observaciones de los datos, validadas por medio de diversas consultas en Montevideo, Porto Alegre y Santiago de Chile (especialistas y comunidades varias) conducen a pensar que la experiencia acumulada en la práctica de la vida asociativa puede ser una condición favorable para la formación de CS; así se observa, por ejemplo, que la probabilidad de participar en asociaciones de voluntariado se incremente con la experiencia de participación en otros tipos de asociaciones. En este sentido, cabe subrayar que es difícil afirmar que el mayor grado de CS sea resultado de la participación en ciertos tipos específicos de asociación y no en otras actividades, como lo suponía Putnam al reflexionar sobre las causas de la erosión de la vida asociativa en los Estados Unidos (PUTNAM, 2000). Por el contrario, las evidencias de los casos sudamericanos apuntan hacia relaciones interdependientes, positivas con respecto a la vida asociativa, por ejemplo la experiencia de participación en grupos de interés promovería una competencia importante para la partición en acciones colectivas, y viceversa.

Tercero, las relaciones observadas entre vida asociativa y confianza coinciden con las evidencias y afirmaciones de numerosos estudios sobre la estrecha relación entre ambas, no obstante los matices que puedan advertirse, según el contexto espacial, temporal y socio-económico del que se trate.

Cuarto, los casos sudamericanos suman evidencias en torno a la estrecha relación que existe entre la política, las instituciones y la cultura política, por una parte, y los comportamientos sociales, en este caso vida asociativa y confianza. En la misma dirección de otros estudios que dan especial importancia a los efectos de las instituciones y de los gobiernos en la formación del CS (FREITAG, 2006; KEELE, 2007), aquí se observan claras relaciones entre los efectos del desempeño de las instituciones, la confianza en las instituciones, la participación política y las probabilidades de participar en la vida asociativa y tener confianza. En otras palabras, el desempeño de los gobiernos y de las instituciones, la confianza pública y la participación influyen en las decisiones individuales que conducen a la formación del CS. Por lo tanto, la mayor sintonía entre el desempeño (resultados) del sistema político y de las instituciones, por una parte, y las inquietudes ciudadanas, por otra, debiera conducir a una mayor acumulación de CS.

Metodológicamente, este estudio deja algunos aprendizajes de interés para la investigación el CS:

Primero, hay que seguir avanzando por el camino de la investigación de casos concretos, caso a caso, porque ello se traducirá en mayor conocimiento y mejores condiciones para la comparación, y

por lo tanto para la formulación de modelos y la fundamentación de intervenciones y políticas. Los estudios de casos resultan ser un método adecuado para poder observar dónde están operando variables que son de importancia, dónde se están generando dinámicas de interés, que quedan escondidas detrás de visiones en el nivel macro. Ciertamente, las evidencias arrojadas por los estudios de casos deben complementar visiones que postulen hipótesis de relación a partir de la información agregada.

Segundo, se debe tener en cuenta que las tendencias ya observadas, al igual que las correlaciones y las causalidades, se dan en contextos distintos, y por lo tanto los análisis y las generalizaciones que se puedan extraer son sólo aproximaciones que podrán ir siendo afinadas con nuevas observaciones que sean comparables. En este sentido, las observaciones pueden ser consideradas pautas en relación a situaciones y problemas similares, bajo condiciones espacio-temporales y sociales distintas en Porto Alegre, Santiago de Chile y Montevideo. Esta constatación es válida para todos los estudios comparados del Capital Social.

Tercero, algunas relaciones entre índices del CS, variables socio-económicas y demográficas y de cultura política son significativas y altas, mayores que aquellas observadas en la literatura mundial revisada sobre el particular. Esto último podría obedecer al muestreo, a los instrumentos de medición o a cambios en las propias variables que son consideradas en el transcurso del tiempo (entre una medición y otra). No es posible sacar conclusiones definitivas, faltan series temporales para poder hacer mayores comparaciones y precisar impresiones, y afirmar lo contrario sería artificial.

Referencias Bibliográficas

BAQUERO, M. Alcances e limites do capital social na construção democrática. BAQUERO, M. (Ed.). *Reinventando a Sociedade na América Latina:* Cultura Política, Gênero, Exclusão e Capital Social. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

_____. *Democracia e Desigualdades na América Latina*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2007.

BOURDIEU, P. "Le capital social. Notes provisores". *Actes de la Recherche en Sciences Sociale*, n. 31, p. 2-3, 1980.

BUQUET, D. (org.). *Las claves del cambio:* Ciclo electoral y nuevo gobierno 2004/2005. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, S.R.L., 2005.

CASTILLO, A M. J. La compleja relación entre capital social y confianza política desde el sur de Europa. Evidencia empírica de Andalucía. En: TORCAL, M. et al (orgs.). *Desde la esquina de Europa*. Análisis comparado del capital social en Andalucía, España y Europa. Consejería de la Presidencia. Junta de Andalucía, Centro de Estudios Andaluces, p. 57-88, 2005.

COLEMAN, J.S. *Foundations of social theory*. Cambridge: Harvard University Press, 1990.

DETJEN, J. "Die Demokratiekompetenz der Bürger. Herausforderung für die politische Bildung". *Aus Politki und Zeitgeschichte*, n. 25, p. 7-12, 2000.

FREITAG, M. "Bowling the State back in: Political Institutions and the Creation of Social Capital". *European Journal of Political Research*, v. 45, n. 1, p. 123-152, 2006.

GEISSEL, B. "Kritische Bürgerinnen und Bürger – Gefahr für Demokratien?". *Aus Politik und Zeitgeschichte*, 12, 3-9, März 2006.

HAGOPIAN, F.; MAINWARING, S. P. *The Third Wave of Democratization in Latin America:* Advances and Setbacks. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

KEELE, L. "Social Capital and the Dynamics of Trust in Government". *American Journal of Political Science*, v. 2, p.241-254, 2007.

KIM, JI-YOUNG. "'Bowling Together' isn't a Cure-All: The Relationship between Social Capital and Political Trust in South Korea". *International Political Science Review, v.* 26, n. 2, p. 193-213, 2005.

LOCKE, J. Second Treatise of Government.In: CAHN. M. (ed.). *Classics of Political and Moral Philosophy*. N. York: Oxford University Press, p. 461-505, 2002.

CAMPOS, T. M. A. *Identidade da renovação carismática católica em Brasília e em Santiago do Chile*. Tese de Doutorado: Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

NORRIS, P. *Democratic Phoenix:* Reinventing Political Activism. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

OSTROM, E. *Governing the Commons:* The Evolution of Institutions for Collective Action. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

PUTNAM, R.D. *Making Democracy Work:* Civic Traditions in Modern Italy. Princeton: Princeton University Press, 1993.

_____. "Bowling alone: America´s Declining Social Capital". *Journal of Democracy*, 6, p. 65-78, 1995.

ROSE, R. "Getting things done in an anti-modern society: Social Capital networks in Russia. Social Capital Iniciative". The World Bank. *Working Paper,* n.6, 1996.

RUBENSON, D. Can Social Capital Account for Differences in Political Participation Across American Cities? In: 2005 APSA Annual Meeting, Washington D.C.

STEIN, E. et al. (cords.). *The Politics of Policies*: Economic and Social Progress in Latin America. 2006. Report. Interamerican Development Bank, *David Rockfeller Center for Latin American Studies,* Harvard University, 2006.

TILLY, C.; TILLY, L.; TILLY, R. *The Rebellious Century 1830-1930*. Cambridge: Harvard University Press, 1975.

VALDIVIESO, P. "Liderazgos, democracia y Formación Política Ciudadana". *Estudios Sociales,* CPU, n. 107, p. 34-60, 2001.

_____. "Capital social, crisis de la democracia y educación ciudadana: la experiencia chilena". *Revista de Sociologia e Política,* 21, p. 13-34, 2003.

_____. "Estrategias de Acercamiento a las nuevas Elites". *Dialogo Político*, 3, p. 150-180, 2008a.

_____. "Propuesta para le progreso de la administración pública y de la gestión local con participación ciudadana, desde la perspectiva del caso de Chile". *Documentos y Aportes en Administración Pública y Gestión Estatal* (Santa Fe), A.8, 11, p.89-123, 2008b.

_____. "Capital social e desenvolvimento democrático: Porto Alegre (Brasil) e Santiago do Chile". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.24, n.69, p.34-68, 2009.

YAFFÉ, J. *Al centro y adentro.* La renovación de la izquierda y el triunfo del Frente Amplio en Uruguay. Montevideo: Librería Linardi y Risso, 2005.

WELZEN, C.; INGLEHART, R. y DEUTSCH, F. Social Capital, Voluntary Associations and Collective Action: Which Aspects of Social Capital Have the Greatest "Civic" Payoff?. In: 2005 APSA Annual Meeting, Washington D.C.

Patricio Valdivieso - pvaldvf@uc.cl

Recebido para publicação em janeiro de 2011.

Aprovado para publicação em novembro de 2011.

¿Son los chilenos igualmente solidarios? La influencia de los recursos personales en las donaciones de dinero

Juan Carlos Castillo
Paola Leal
Ignacio Madero
Centro de Medición MIDE UC
Escuela de Psicologia
Pontificia Universidad Católica de Chile

Daniel Miranda
Escuela de Psicologia
Pontificia Universidad Católica de Chile

Resumen: En el discurso público comúnmente se asume que Chile es un país solidario, un supuesto que se confunde con la idea de una cierta homogeneidad en lo que respecta a valores solidarios y conductas de ayuda en el país. El presente trabajo apunta a cuestionar esta idea de homogeneidad respecto de solidaridad, proponiendo que las conductas solidarias se relacionan con los recursos que las personas poseen, los que a su vez se asocian al lugar que las personas ocupan en la estructura de estratificación social. Tomando los datos de la Encuesta de Solidaridad realizada en 2009 por el Centro de Medición MIDE UC de la Pontificia Universidad Católica de Chile, el trabajo se centra en un tipo de conducta de ayuda particular: las donaciones en dinero. El análisis se focaliza en la influencia de recursos personales como ingreso, educación y pertenencia a redes sobre este tipo de donaciones. Los resultados indican que los individuos con mayores recursos son más proclives a las donaciones, donde el nivel educacional alcanzado juega un papel preponderante.

Palabras-clave: solidaridad; conductas de ayuda; donación de dinero; status socioeconómico; Chile

Abstract: In the public discourse it is commonly assumed that Chile is a solidary country, an assumption that is mixed with the idea of homogeneity in the country as far as helping behavior and solidarity values is concerned. The present paper is aimed at challenging this homogeneity assumption by proposing that helping behavior is associated to personal resources, which at the same time are linked to the position in the social stratification structure. Using data from the Solidarity Survey implemented by the assessment center MIDE UC of the Pontificia Universidad Católica de Chile in 2009, the paper focuses on a specific type of helping behavior: money donations. The analysis centers on the influence of personal resources such as income, education and networks on this kind of donations. Results indicate that individuals with greater resources are more given to donate, whereby the educational level plays a key role.

Keywords: solidarity; helping behavior; money donations; socioeconomic status; Chile

Introducción

La pregunta "¿Es Chile un país solidario?" surge recurrentemente en la discusión pública a través de la prensa en el país, así como también en diversos foros y seminarios. Tras esta pregunta, parece haber un cuestionamiento a una supuesta cultura de solidaridad, una interpelación a la idea de chileno solidario y también muchas veces un llamado implícito a poseer actitudes solidarias que supuestamente caracterizan a la identidad nacional. El debate se pierde muchas veces en opiniones encontradas y discusiones que parecen buscar llegar a una respuesta del tipo "si somos" o "no somos" mediante la mera argumentación. En otras ocasiones, la discusión aborda qué entendemos por solidaridad así como también cómo las concepciones de solidaridad van cambiando a través del tiempo, debate influenciado en el país por análisis sociológicos y antropológicos en relación al rol de la solidaridad en un contexto de individualismo asociado a políticas neoliberales (DOCKENDORFF, ROMÁN & ENERGICI, 2010). Ya sea de una forma periodística o académica, el análisis de la solidaridad en Chile suscita constante interés en la opinión pública, el que además se ve alimentado por situaciones de catástrofes naturales como el último terremoto y maremoto a principios del 2010.

Pese a la relevancia del tema de la solidaridad, su estudio de manera empírica en Chile es un fenómeno reciente y restringido al análisis de tipo descriptivo y exploratorio. Ejemplo de ello son los estudios de la Secretaría General de Gobierno (SEGEGOB) así como también los de la Fundación Trascender (2007), que el año 2009 desarrollaron la cuarta encuesta consecutiva en el tema. Ese mismo año, el Centro de Medición MIDE UC de la Pontificia Universidad Católica de Chile, en conjunto con el Hogar de Cristo, diseñan e implementan una encuesta en el tema solidaridad orientada a generar un índice de solidaridad en el país así como también a proporcionar elementos que vayan más allá del análisis meramente descriptivo y que permitan avanzar en lo explicativo, es decir, en torno a la pregunta de investigación: ¿Cuáles son los determinantes de las conductas solidarias? Para ello, la encuesta contiene tanto variables de caracterización social así como también una serie de escalas actitudinales que cubren conceptos psicosociales, las que podrían explicar diferencias individuales en prácticas solidarias. En cuanto a las variables de conductas solidarias, se aborda de manera exhaustiva las donaciones de dinero, las que constituyen la variable central del presente estudio.

Basados en la Encuesta de Solidaridad de MIDE UC, el presente artículo plantea una primera aproximación al análisis de los determinantes de las conductas solidarias, el cual está basado en un *modelo de recursos personales* (WIEPKING & MAAS, 2009). De acuerdo a esta perspectiva, los recursos individuales se asocian a la realización de conductas solidarias, los que a su vez se relacionan con el lugar que las personas ocupan en la estructura de estratificación social. En esta línea, la solidaridad no es sólo una actitud dependiente de las convicciones morales individuales, sino que corresponde a actitudes y acciones de carácter social. La hipótesis de investigación en esta línea es que a mayor estatus social y pertenencia a redes, mayor será la expresión de conductas solidarias. Tal aproximación intenta incluir elementos de tipo sociológico en la comprensión de las conductas solidarias, complementando la investigación en el área que hasta ahora posee un énfasis en variables actitudinales y de personalidad.

El artículo se organiza em cinco secciones. La primera parte introduce el estudio de la solidaridad y su conceptualización, apuntando a una noción de solidaridad susceptible de estudio empírico. En la segunda sección nos aproximamos empíricamente a la solidaridad, dando cuenta del estado del arte en el tema así como también planteando el modelo de recursos que guía la investigación. Luego de presentar los datos, variables y métodos en la sección 3, en la cuarta parte se desarrolla el análisis descriptivo y los modelos de donación de dinero basados en la perspectiva de recursos. Finalmente, en el resumen y discusión se abordan los principales hallazgos, limitaciones del presente estudio y ámbitos para posibles futuras investigaciones.

El concepto de solidaridad

El advenimiento de la modernidad produjo que el carácter estratificado del orden social heredado de las sociedades tradicionales o pre-modernas comenzara a volverse criticable (LUHMANN, 2007). La desigualdad social entre los sujetos de sociedades pre-modernas, así como las consecuencias desintegradoras del mismo fenómeno, no eran refutadas por los individuos debido a la alta legitimidad religiosa que acaparaba dicho orden (DURKHEIM, 1985). Sin embargo, en el nuevo escenario moderno, la jerarquización y exclusión social de las personas en ciertos espacios de la sociedad es continuamente puesta en duda por cuanto la integración de todas las personas a la misma sociedad se convierte en una obligación ineludible para cualquier campo social (política, economía, educación, derecho, religión, etc.) (LUHMANN, 2007). A partir de ello, el concepto de solidaridad comienza a ser significado por muchos cientistas sociales como un vínculo social que permite la reducción de la exclusión social en aquella época de modernidad temprana.

Emile Durkheim (1985) es el primer sociólogo que define a la solidaridad en esta dirección. Este teórico francés señala que la solidaridad consiste en ciertas pautas de interacción que promueven entendimiento en sociedades industrializadas, en las que la alta especialización de los roles de trabajo amenaza frecuentemente la coordinación de la sociedad. Posterior a ello el concepto de solidaridad es formulado como el aspecto esencial para el logro de un equilibrio en una sociedad moderna con un fuerte componente de individualización que pone en duda constantemente la cohesión entre las personas (BECK, 2007; DE BEER & KOSTEER, 2009; LIDZ, 1989; KAHANE, 1999). La solidaridad es además concebida como un imperativo social que normativiza el comportamiento individual de aquellos sujetos que participan de los intereses colectivos asegurando interdependencia y cohesión entre las personas (KOMTER, 2005; HECHTER, 2001). Finalmente, la solidaridad también es pensada como una forma condensada de comunicación destinada a aumentar la probabilidad de inclusión a individuos excluidos de diferentes derechos sociales (MASCAREÑO, 2006). La noción de excluidos sociales no refiere únicamente a personas pobres, sino que además sugiere la idea de sujetos en condición de miseria social, vale decir, individuos que ocupen posiciones desfavorables en distintos espacios de la sociedad (BOURDIEU, 1993). De este modo, la solidaridad definida desde una aproximación científico social, refiere a una operación social en la cual se relacionan expectativas de asociatividad y de vinculación

social, las que se asumen como relaciones de beneficio tanto por la persona que posee estas expectativas como por la que las recibe (ARNOLD & THUMALA, 2006).

Siguiendo esta línea argumentativa, en este trabajo entenderemos la solidaridad como una acción social relativa a impedir que el fenómeno de la exclusión altere la interdependencia de los sujetos dentro de una sociedad. Si bien comprendemos que se trata de una definición teórica amplia y que intenta abarcar distintas manifestaciones de la solidaridad, nuestro estudio se focalizará en un aspecto específico, a saber, las donaciones de dinero. Tal focalización nos permitirá avanzar un primer paso en la medición de la solidaridad específicamente en el caso chileno. Usualmente la medición empírica de la solidaridad se remite a estudios de voluntariado o acciones caritativas (DOCKENDORFF, 1993; DOCKENDORFF et al, 2010), sin embargo, los datos disponibles por la "Encuesta de Solidaridad 2009", nos otorgan la posibilidad de estudiar donaciones monetarias, entendidas como una expresión contingente de la solidaridad. Para lograr esto, observaremos los distintos indicadores que componen la donación de dinero y posteriormente examinaremos en qué medida ciertas variables de un modelo de recursos personales influencian las conductas de donación.

Aproximación empírica al estudio de la solidaridad

Dentro de los estudios de donaciones solidarias encontramos publicaciones referentes a donaciones de dinero en situaciones de catástrofe (ZAGEFKA, NOOR, RANDSLEY DE MOURA; HOPTHROW & BROWN, 2010), o la donación de órganos o sangre (LEE, PILIAVIN & CALL, 1999). En estos trabajos generalmente se utilizan como variables predictoras diferentes medidas psicosociales, tales como la empatía, satisfacción, altruismo, egoísmo, el deber social y emociones como la culpa y la piedad (REED & SELBEE, 2000; VECINA, CHACÓN & SUEIRO, 2009; ZARZUELA & ANTÓN, 2008). Si bien tales variables son relevantes en la explicación de conductas solidarias, consideramos que es necesario detenerse primero en la influencia de variables de tipo socioestructural, las que para el caso de este trabajo hemos enmarcado en un modelo de recursos personales (WIEPKING & MAAS, 2009). Las características de este modelo son el tema de esta sección, la cual comienza revisando evidencia empírica relacionada al estudio de la solidaridad en Chile.

El estudio de las conductas de ayuda en Chile

En Chile, la información relativa a conductas de ayuda está orientada principalmente a una definición consensuada de lo que es solidaridad: el voluntariado, entendido como la participación activa en entidades de voluntariado. A partir de esto gran parte de los estudios en el área se han focalizado en la caracterización de voluntarios. La investigación desarrollada por Cecilia Dockendorff a principios de los años '90 puede entenderse como un esfuerzo precursor al sistematizar las miradas y definiciones personales frente a la solidaridad y cómo ésta está inevitablemente ligada al discurso social de los chilenos en términos de participación social, educación ciudadana y cambio cultural (DOCKENDORFF, 1993). Esta iniciativa se enmarca en una preocupación creciente por parte de los gobiernos

democráticos de incorporar la solidaridad no solo al discurso político, sino también a centrarla como parte activa en el desarrollo de objetivos y proyectos sociales, especialmente al asociarla principalmente con la pobreza como principal problema social (DOCKENDORFF, 1993).

Paralelamente, la serie de "Cuadernos de Voluntariado", elaborada por el Ministerio Secretaría General de Gobierno entrega antecedentes relevantes sobre una posible definición integrada del concepto de voluntariado. Esta definición incorpora tanto aspectos jurídicos así como también establece las características que identifican a los voluntarios (SEGEGOB, 2005), los que se asocian a los resultados de un estudio piloto realizado por el Gobierno entre los años 2001-2002 (ALCALÁ CONSULTORES, 2002). De modo similar, en el año 2009 el mismo Ministerio publicó los resultados del primer catastro nacional de voluntarios, en el cual confluye la información disponible en los cuadernos de voluntariado, además de otras características relacionadas con las entidades que realizan trabajo de voluntariado (SEGEGOB, 2009). Del primer estudio mencionado, los resultados indican que ser mujer, joven (73,1% tenía 24 años o menos) y de clase media/media baja constituyen las principales características sociodemográficas de los voluntarios. Consistentemente con lo anterior, la ocupación predominante es ser estudiante, seguido de lejos por trabajadores a tiempo completo, desempleados y dueñas de casa (SEGEGOB, 2005). En cuanto al segundo estudio, destaca una población de carácter mayoritariamente femenino (61%), de adultos mayores por sobre jóvenes (40% v/s 26%) y con educación media completa (40%) o técnica/universitaria completa (18%) (SEGEGOB, 2009).

En cuanto a estudios sobre conductas de ayuda más específicas encontramos la encuesta de la Fundación Trascender, quienes han logrado puntualizar las tendencias en participación voluntaria y percepciones de los chilenos relativas a la solidaridad y el voluntariado (FUNDACIÓN TRASCENDER & COLLECT GFK, 2007, 2008). En su Estudio Nacional de Voluntariado, realizado año a año a partir de 2006, se han incluido preguntas relativas a conductas de ayuda de distinto tipo. Entre ellas se incluye la donación de dinero, tema que a pesar de no haber sido incorporado todos los años, sirve para dar indicios sobre una posible caracterización de donantes de dinero en Chile. En la encuesta realizada el año 2007 por la Fundación Trascender, las preguntas relativas a donación de dinero distinguieron entre distintos tipos de donación de dinero (e.g. dar el vuelto del supermercado o donar sistemáticamente como parte de una institución de ayuda), así como también diferencias entre la acción de donar y el monto donado. Con esta información es posible establecer que los grupos de mayor participación en conducta de donación en dinero corresponden a personas entre 25 y 44 años (92%), seguido de adultos mayores sobre 60 años (91%); en términos de grupos socioeconómicos, el grupo ABC1 incluye a la mayor cantidad de personas que donan dinero (94%), seguido por los grupos C2 y C3 (91% cada uno); y que un 98% de las personas que realiza donaciones en dinero ha participado, además, en actividades de voluntariado (FUNDACIÓN TRASCENDER & COLLECT GFK, 2007). Respecto de los tipos de donaciones se distinguen: (a) dar el vuelto en supermercado o farmacia, (b) donaciones mensuales a alguna organización de beneficencia, (c) dar dinero a quien pide en la calle, y (d) donar en colectas y/o campañas específicas (e.g. Teletón), donde la mayor parte de las personas participa dando el vuelto, seguido de las donaciones a colectas/campañas (FUNDACIÓN TRASCENDER & COLLECT GFK, 2007).

Del total de personas realizando alguna de las distintas formas de donación en dinero – tanto en relación a la donación del vuelto como en el caso de las donaciones a colectas/campañas – no se

observan mayores diferencias en términos de características sociodemográficas de los donantes. Sin embargo, en el caso de las donaciones sistemáticas como sucede al ser socio de una institución, es posible distinguir una población pequeña (solo un 27% realiza este tipo de donaciones), cuya participación aumenta con la edad (41% de adultos sobre 60 años) y, pertenecientes a los grupos socioeconómicos más altos (ABC1:34%; C2:35%). En el caso de las conductas de ayuda de dar dinero a quienes piden en la calle, no se observan diferencias sustantivas en términos de edad, pero destacan los grupos socioeconómicos más bajos como altamente participativos (C3:61%; D:62%) y una leve diferencia entre hombres (57%) y mujeres (62%) (FUNDACIÓN TRASCENDER & COLLECT GFK, 2007).

El modelo de recursos personales

Un punto esencial del presente artículo consiste en plantear que existen una serie de factores sociales que orientan la disposición e inclinación de los individuos por acciones solidarias (BOURDIEU, 2010; ARCHER, 2009). En esta línea, la evidencia revisada hasta el momento en Chile, así como también la internacional, sugiere que las variables que resultarían significativas de las conductas de donación corresponden al nivel educacional (KOTTASZ, 2004; RAJAN, PINK, & DOW, 2008; SCHLEGELMILCH, LOVE & DIAMANTOPOULOS, 1997), el ingreso o grupo social de pertenencia (BRYANT, JEON-SLAUGHTER, KANG & TAX, 2003; KOTTASZ, 2004; RAJAN et al, 2008; SCHLEGELMILCH et al, 1997) y las redes sociales de cada individuo (WIEPKING & MAAS, 2009). Además, encontramos otras variables sociodemográficas que poseerían un impacto en conductas solidarias, tales como la edad (SARGEANT, 1999; SARGEANT, FORD & WEST, 2006; SCHLEGELMILCH, DIAMANTOPOULOS & LOVE, 1997) y el sexo (KOTTASZ, 2004; MESCH, ROONEY, STEINBERG, & DENTON, 2006; ROONEY, MESCH, CHIN & STEINBERG, 2005; SARGEANT, 1999; SCHLEGELMILCH et al, 1997).

Apoyados en la evidencia internacional reciente, nuestro objetivo es analizar las conductas de donación de dinero por medio de un modelo de recursos personales compuesto por medidas de estatus individual (nivel educacional y nivel socioeconómico) y por la existencia de redes sociales de cada sujeto. A partir de lo indicado por Ilcan & Bazoc (2004), el nivel educacional constituiría una de las variables más determinantes de las conductas solidarias. Ello por cuanto un alto nivel educacional deviene en mayor autonomía y madurez individual, en consecuencia en una mayor capacidad para observar críticamente la realidad social desigual y disponer de soluciones para ello. Sin embargo, toda consideración al nivel educacional estaría sesgada en ausencia del nivel socioeconómico, ya que ambas variables se encuentran estrechamente relacionadas, aún de manera más evidente en países con alta desigualdad socioeconómica como Chile (SOLIMANO, 2009). En esta línea, ciertos autores señalan que el nivel socioeconómico se comporta como una de las variables que en la actualidad más direcciona la orientación de la solidaridad (STIRLING, 2007; PEARCE, 1993), ya que la acumulación de capital económico y cultural influiría directamente en las conductas de ayuda como el voluntariado o la donación. Junto con el nivel educacional y el ingreso, una tercera dimensión asociada a recursos corresponde a la pertenencia a redes sociales (WIEPKING & MAAS, 2009) indican que la capacidad de donación de una persona no solamente está supeditada a características personales de cada sujeto, sino

que también se encuentra permeada por factores de carácter interpersonal. Se señala específicamente que la relación de un individuo con redes sociales compuestas de personas que actúan según valores vinculados al acto de donación, como la caridad y la solidaridad, posee incidencia directa en el incremento de la capacidad de donación de cada sujeto. Si bien es difícil operacionalizar la vinculación a redes en base a la información de una encuesta, en este trabajo veremos si la adscripción a organizaciones religiosas, definida como una forma de vincularse con redes de individuos que se relacionarían con valores de ayuda a otros, afecta la frecuencia de donaciones de las personas.

Finalmente, en el análisis incluiremos la edad y el sexo como variables de control. Consistente con la evidencia nacional revisada, se ha evidenciado por una parte que las personas adultas al estar inmersos en dinámicas familiares, laborales y profesionales, concentran sus expectativas en esas instancias sociales por lo cual sus conductas voluntarias se reducen, pero aumentan sus conductas monetarias. (HAGER & BRUDNEY, 2004; DÁVILA, 2008). Por otro lado, Ariño & Castelló (2007) muestran que en general las mujeres poseen más proclividad a la solidaridad que los hombres (GLUKSMANN, 2000; MIGUELI, 2007).

Datos, variables y métodos

Datos

El Centro de Medición MIDE UC de la Pontificia Universidad Católica de Chile, en conjunto con el Hogar de Cristo, realizaron la "Encuesta de Solidaridad 2009" con el objetivo de conocer las diferentes formas en que los chilenos realizan conductas de ayuda y cuáles son sus actitudes al respecto. Esta encuesta permite abordar en profundidad el estudio de las donaciones de dinero, incluyendo además variables de estatus y de caracterización sociodemográfica. Al mismo tiempo, este estudio busca identificar distintos factores psicosociales (valores, empatía, confianza en instituciones públicas, identificación religiosa y nacional, etc.) que podrían estar relacionados con mayores niveles de solidaridad en las personas. De este modo, la implementación de esta encuesta constituye el primer intento de realizar un estudio en el país que no sólo apunta a aspectos descriptivos de las conductas solidarias, sino que ofrece elementos para avanzar en hipótesis explicativas basadas en teoría.

El cuestionario se aplicó en modalidad cara a cara en la Región Metropolitana, lugar donde se concentra gran parte de la población nacional (41%). La muestra final consistió en 644 personas, de ambos sexos, entre 18 y 64 años de edad, residentes de las 34 comunas del Gran Santiago. El método de muestreo es aleatorio y probabilístico, estratificado por nivel socio económico, género y edad. La estratificación por nivel socioeconómico tuvo por fin sobre representar a los niveles más altos, de modo de poder analizar de mejor manera el rol de esta variable. El error muestral estimado es de 3,9%, con un nivel de confianza de 95%. Los datos de esta encuesta fueron recolectados entre el 13 de Julio y el 24 de Agosto del año 2009.

Variables

Las variables dependientes del presente estudio son las actitudes hacia las donaciones de dinero y la donación de dinero a instituciones. La primera variable se encuentra asociada a una batería de ítems que el encuestado responde en una escala de acuerdo/desacuerdo, mientras la segunda se refiere específicamente a donación sistemática mediante el ser socio/a de una institución de beneficencia. Las preguntas del cuestionario correspondientes a las variables dependientes del estudio se muestran en la Tabla 1.

Tabla 1
Variables dependientes

Variable	Items cuestionario	Respuestas
Donación de dinero	En Chile hay diferentes maneras de hacer donaciones de dinero. Quiero pedirle que me indique con qué frecuencia ha dado dinero en los siguientes casos: a. ¿Con qué frecuencia usted da dinero a personas que le piden en la calle? b. ¿Con qué frecuencia usted dona parte de su vuelto para instituciones de ayuda? c. ¿Con qué frecuencia usted da dinero a la campaña de la Teletón1? d. ¿Con qué frecuencia usted da dinero en colectas nacionales (ej.: Coanil, Coaniquem, etc.)? e. ¿Con qué frecuencia usted da dinero en situaciones de catástrofe (ej.: terremotos, inundaciones, etc.)? f. ¿Con qué frecuencia usted da dinero a instituciones que ayudan a gente que lo necesita?	1. Nunca o casi nunca 2. Rara vez 3. Algunas veces 4. Frecuentemente 5. Casi siempre o siempre
Donación a instituciones	• ¿Es usted socio de alguna institución de ayuda a la cual aporte dinero regularmente?	1=si; 0=no

Algunos de los ítems de la batería de donación de dinero requieren aclaración, ya que son específicos del caso chileno. El ítem b se refiere a una práctica que ocurre principalmente en los supermercados, en la cual se solicita donar la diferencia entre el valor de lo comprado y un monto cerrado asociado a monedas/billetes de mayor valor. Por ejemplo, si el valor a pagar es CLP$ 3.170 y se paga con CLP$3.200, el "vuelto" a donar correspondería a 3200-3170= CLP$ 30. En cuanto a la Teletón mencionada en el ítem c, corresponde a una campaña nacional anual en que se hace un llamado general a donar dinero para financiar programas de rehabilitación para niños con discapacidad. Las colectas (d) son actividades que generalmente duran un día, en donde voluntarios se instalan en lugares públicos y solicitan donaciones a los transeúntes para alguna organización solidaria.

[1] La "Teletón" es un evento anual en el que se recolectan donaciones en dinero que posteriormente se destinan al tratamiento de niños y jóvenes con discapacidad motriz.

Para fines del análisis descriptivo se considera un índice en base al promedio de los ítems de la batería de actitudes hacia las donaciones de dinero (alpha=0.73). En los análisis explicativos se analiza la estructura de esta batería mediante análisis factorial, donde las variables dependientes se generan a partir de puntajes factoriales (factor scores).

Las variables independientes del estudio se organizan en variables asociadas al modelo de recursos (ingreso, educación y religión), así como las variables de control edad y sexo, las que se describen en la Tabla 2:

Tabla 2
Variables independientes y de control

Variable	Operacionalización
Ingreso	Quintiles de ingreso equivalente (1 a 5), donde el quintil 1 corresponde al 20% de menores ingresos y el quintil 5 al 20% de mayores ingresos.
Nivel educacional	Ed. Básica Ed. Media Ed. Superior Técnico Profesional Ed. Universitaria Incompleta Ed. Universitaria Completa / Postgrado
Religión	Católica Evangélica Otras (Testigo de Jehová, Judío, Mormón, Musulmán) Ateo/Agnóstico Creyente sin religión
Variables de control	
Sexo	Mujer, hombre
Edad	18-24 años 25-34 años 35-49 años 50-64 años

Los quintiles de ingreso fueron calculados en base al ingreso equivalente, consistente en el ingreso del hogar dividido por el número de miembros del hogar. En la variable nivel educacional se fusionaron el nivel universitario y el de postgrado, dado el bajo porcentaje de esta última categoría (4.5%). Finalmente, la categoría "otras" de la variable religión agrupa una serie de credos de baja frecuencia en la población, y que agrupadas alcanzan el 3.12 % de los casos.

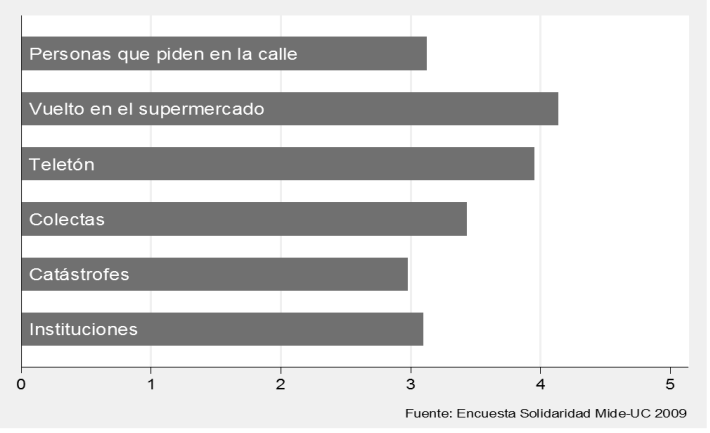
Análisis

Análisis descriptivo

Comenzando con los aspectos descriptivos de las variables dependientes, la Figura 1 nos muestra los promedios generales de cada uno de los ítems de la escala de donación de dinero.

Figura 1

Indicadores de donación de dinero



Como podemos observar, la donación de vuelto en supermercados y en la Teletón alcanza el mayor promedio, si bien comparativamente con los otros ítems no apreciamos gran variabilidad ya que todos los promedios se encuentran entre las categorías "algunas veces" (3) y "frecuentemente" (4). Respecto a la donación a instituciones, un 18% de los encuestados afirma donar regularmente a alguna organización de beneficencia.

Tabla 3

Promedios y desviación estándar de las variables en estudio

Variables		Índice de Solidaridad		Donación instituciones
		Promedio	SD	Porcentaje
Ingreso (quintiles)	1	3.13	1.17	7.09
	2	3.47	0.99	11.03
	3	3.52	0.83	11.35
	4	3.45	0.87	16.60
	5	3.62	0.89	28.76
Educación	Ed. Básica	3.05	1.13	4.76
	Ed. Media	3.45	0.91	15.20
	Ed. Superior técnica	3.56	0.87	19.26
	Univ.incompleta	3.52	0.94	16.17
	Univ.completa	3.72	0.81	31.39
Religión	Católica	3.49	0.95	21.64
	Evangélico	3.54	0.96	7.94
	Otras	3.44	0.90	18.05
	Ninguna	3.39	0.94	8.94
	Creyente sin religión	3.20	0.98	9.36
Variables control				
Sexo	Mujer	3.57	0.86	19.11
	Hombre	3.31	1.03	14.16
Edad	18-24 años	3.30	0.86	6.30
	25-34 años	3.31	0.91	12.62
	35-49 años	3.45	1.01	20.10
	50-64 años	3.70	0.96	24.33

Fuente: Encuesta Solidaridad Mide-UC 2009, promedios y porcentajes ponderados

La Tabla 3 resume información descriptiva de la asociación entre las variables dependientes e independientes del estudio. En la variable ingreso equivalente observamos un incremento relativamente constante desde los quintiles más pobres hacia los quintiles más ricos, siendo las personas en el quintil 1 quienes reportan menos conductas de donación en dinero que el resto de personas en los quintiles siguientes. Esta tendencia se replica de forma notoria en la donación a instituciones, donde el porcentaje de socios por quintil difiere 20 puntos porcentuales entre los más pobres y los más ricos. La variable nivel educacional muestra un patrón similar tanto en el índice de solidaridad como en la donación a instituciones, si bien las diferencias entre los niveles aparecen aún más marcadas en comparación con la variable de ingreso. En el caso de la variable religión se aprecian diferencias comparativamente menores entre los grupos en el índice de donación de dinero, mientras en las donaciones a instituciones los

católicos y los que pertenecen a otras religiones muestran un mayor porcentaje de socios. Por lo tanto, hasta ahora desde el análisis descriptivo obtenemos evidencia en línea con la hipótesis de recursos personales para el caso de las variables de estatus (ingreso y educación), y también en el caso de religión si consideramos que aquellos sin religión (creyentes y no creyentes) presentan indicadores más bajos comparados con el resto de los grupos analizados. Finalmente, el análisis descriptivo de las variables de control confirma la evidencia previa, por cuanto las mujeres y los grupos de más edad muestran un mayor índice de donaciones y un mayor porcentaje de donación a instituciones.

Modelos explicativos de las donaciones en dinero

Esta sección del análisis se orienta al desarrollo de modelos donde se incluyan simultáneamente las variables asociadas a recursos como predictores de las donaciones de dinero. Antes de enfocarnos en la presentación de los modelos, nos centraremos en el análisis de la donación de dinero como constructo, analizando su estructura factorial.

Los análisis descriptivos presentados anteriormente en relación a las actitudes de donación de dinero asumen que esta escala – también llamada índice de solidaridad – posee una estructura unidimensional, es decir, que existe un único atributo del cual la escala da cuenta. Intentaremos profundizar en esta hipótesis por medio del análisis factorial exploratorio de la escala, cuyos resultados se presentan en la Tabla 4 y en la Figura 2.

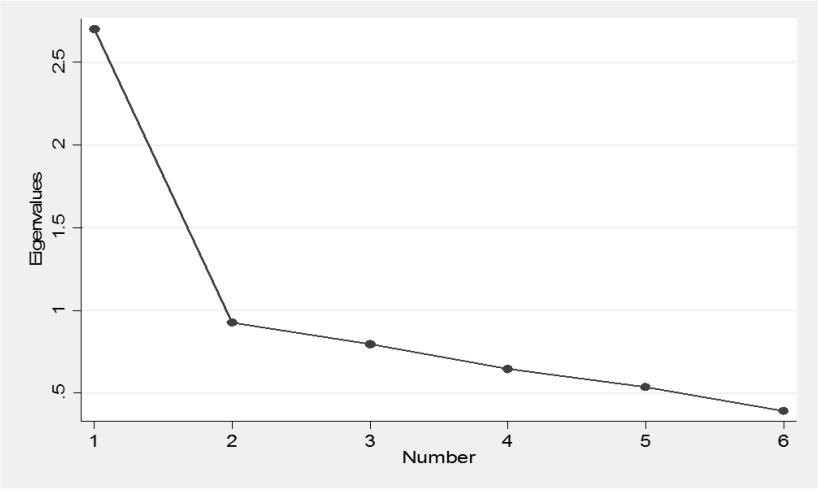
Tabla 4

Análisis factorial de la escala de actitudes de donación de dinero

Factor	Eigenvalue	Differencia	Proporcíon	Cumulativo
Factor1	2.70156	1.77533	0.4503	0.4503
Factor2	0.92623	0.12892	0.1544	0.6046
Factor3	0.79731	0.14973	0.1329	0.7375
Factor4	0.64758	0.11205	0.1079	0.8454
Factor5	0.53553	0.14373	0.0893	0.9347
Factor6	0.39180	.	0.0653	1.0000

Número de obs.= 644, método ejes principales.

Figura 2
Scree plot de la escala de actitudes hacia la donación de dinero



Los resultados de este análisis revelan la presencia de un factor principal que explica el 45% de la varianza total y que se diferencia claramente de la varianza explicada por los factores siguientes, tal como se observa en la Figura 2. Sin embargo, también es posible observar que el segundo factor se encuentra cerca del valor de corte de selección de acuerdo al criterio de Kaiser (1970) (que sugiere retener factores con eigenvalues mayores a 1). Análisis sucesivos con estimación mediante máxima verosimilitud permiten avanzar esta hipótesis al forzar la solución a dos factores y probar con distintos métodos de rotación para explorar la estructura factorial. Luego de estos análisis se puede llegar a una estructura de dos factores, que es la que presenta el menor índice BIC (90.2815) comparado con las soluciones de 1 y de 3 factores. En términos sustantivos es posible reconocer 2 grupos de ítems/cargas factoriales: por un lado aquellos que donan de manera incidental (calle y vueltos) y también en la Teletón, y por otra parte aquellos que donan en situaciones de colectas, catástrofes y a instituciones, como se aprecia en el gráfico de cargas factoriales de la Figura 3 y en la solución factorial de la Tabla 5.

Figura 3

Plot de cargas factoriales (loadingplot) en solución de dos factores

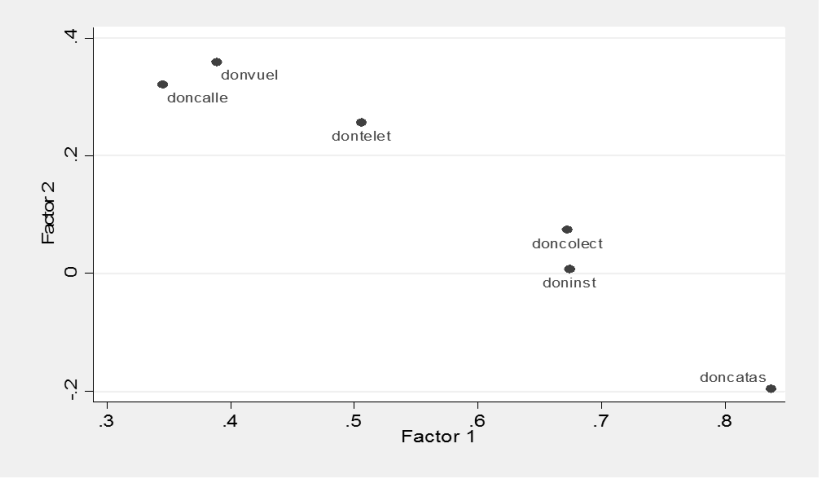


Tabla 5

Solución factorial oblicua para la escala de donación de dinero

Variables donación	Factor1 (Proactivo)	Factor2 (Pasivo)	Uniqueness
Calle	-0.0539	0.5061	0.7778
Vuelto	-0.0581	0.5671	0.7195
Teletón	0.1494	0.4558	0.6778
Colectas	0.4838	0.2479	0.5422
Catástrofes	0.9107	-0.0777	0.2602
Insitituciones	0.5564	0.1591	0.5454

Número de observaciones = 644, método de maxima verosimilitud. Factores retenidos: 2, rotación: oblicua, promax.

La solución de dos factores nos permite reconocer una estructura diferenciada de acuerdo a las cargas factoriales. Observamos que el primer factor se relaciona con donaciones a colectas, catástrofes e instituciones, por lo cual denominaremos este factor como de "donante proactivo" dado que implica un mayor componente de decisión y proactividad cuando lo comparamos con el segundo factor que se asocia a donación en la calle y de vueltos en el comercio, el cual llamamos "donante pasivo". Llama la atención que la variable de donación en la Teletón cargue en el segundo factor y no en el primero, lo cual lleva a pensar que el donar en esta campaña en particular se ha transformado en una situación habitual/pasiva para la mayor parte de los chilenos. Ya que esta estructura se logra con el método de rotación oblicua (promax) y no con la rotación de tipo ortogonal, ambas dimensiones se encuentran

correlacionadas (r=0.83). La asociación de estas dos dimensiones latentes se podría considerar compatible con la solución inicial de un factor, ya que este factor daría cuenta de ambas variables latentes. El lograr mayores especificaciones de la estructura factorial requeriría un análisis en un contexto confirmatorio (CFA), lo cual nos desviaría de nuestro interés central y será tema de futuros análisis. Por ello, en lo que sigue consideraremos tres tipos de variables dependientes en relación a la batería de donaciones de dinero con el fin de enriquecer el análisis en esta fase de carácter exploratoria: el factor general de donaciones y los dos factores de la solución oblicua. Estas variables corresponden a puntajes factoriales (factor scores) obtenidos luego del análisis factorial, que poseen promedio 0 y desviación estándar 1.

Tabla 6 muestra los resultados de los modelos de regresión para el factor general de donaciones de dinero (modelos 1 al 4), así como para los subfactores proactivo y pasivo (modelos 5 y 6, respectivamente). Los modelos 1 al 3 introducen los predictores por separado, donde observamos que se confirman estadísticamente las tendencias presentadas en la sección descriptiva: a mayores recursos personales, mayor proclividad a donar dinero. Sin embargo, el efecto de la variable religión nos señala una diferencia significativa sólo entre católicos y aquellos creyentes sin religión. Si bien podríamos relacionar este efecto a los antecedentes que establecen una asociación entre aquellos que pertenecen a una religión y actitudes solidarias, el efecto luego desaparece frente al control de otras variables. De todas maneras, es difícil descartar a partir de esta evidencia el rol de la religión en actitudes solidarias dadas las limitaciones de operacionalización de esta variable en la encuesta, quedando abierta la pregunta para futuras investigaciones. En el modelo 4 se introducen todos los predictores simultáneamente, con el fin de establecer en qué medida los efectos se mantienen en condiciones de control mutuo. Observamos que en esta situación se produce una reducción importante de la influencia de los niveles de ingreso en las actitudes hacia la donación, mientras que los niveles educacionales se mantienen comparativamente más estables. Tal efecto no es de extrañar toda vez que ingreso y nivel educacional se encuentran altamente asociados, pero sí nos señala que el nivel educacional poseería una mayor influencia en las actitudes de donación que el ingreso por sí sólo. Avanzando un paso más en este argumento, podemos concebir a la educación como una variable que da cuenta de una serie de recursos personales que conllevan no sólo ingreso sino también habilidades cognitivas y capital social (PUTNAM, 1993), y que de este modo concentra como variable a una serie de posibles determinantes de conductas solidarias. Con todo, tenemos que una variable central de estratificación social como es la educación posee una influencia marcada en las actitudes hacia las donaciones de dinero, dando cuenta que la solidaridad se encuentra influida por aspectos estructurales que van más allá de preferencias personales individuales. El modelo 4 finalmente incluye las variables de control, cuyos efectos van en línea con la evidencia internacional.

Tabla 6

Modelos de los factores de donación de dinero

	(1) General	(2) General	(3) General	(4) General	(5) Proactivo	(6) Pasivo
Ingreso (ref. Quintil 1)						
Quintil 2	0.29*			0.28*	0.26*	0.28*
	(2.34)			(2.14)	(1.99)	(2.36)
Quintil 3	0.29*			0.23	0.20	0.30*
	(2.29)			(1.79)	(1.51)	(2.57)
Quintil 4	0.36**			0.24	0.27	0.15
	(2.78)			(1.70)	(1.82)	(1.11)
Quintil 5	0.43**			0.18	0.14	0.25
	(3.05)			(1.09)	(0.82)	(1.62)
Nivel esc. (ref. ed. Básica)						
Educación media		0.21		0.20	0.17	0.23*
		(1.92)		(1.80)	(1.47)	(2.23)
Educación técnica		0.31*		0.42**	0.42**	0.30*
		(2.21)		(2.83)	(2.80)	(2.25)
Universitaria inc.		0.33*		0.46*	0.42*	0.44*
		(1.99)		(2.49)	(2.22)	(2.58)
Universitaria completa		0.51**		0.49**	0.44**	0.43**
		(3.68)		(2.95)	(2.61)	(2.86)
Religion (ref: Católica)						
Evangélico			-0.01	0.07	0.05	0.08
			(-0.11)	(0.67)	(0.43)	(0.83)
Otras			0.04	0.05	0.07	-0.08
			(0.17)	(0.22)	(0.30)	(-0.35)
Ninguna			0.07	0.05	0.09	-0.07
			(0.40)	(0.27)	(0.51)	(-0.47)
Creyente sin religión			-0.29*	-0.17	-0.17	-0.13
			(-2.41)	(-1.47)	(-1.42)	(-1.19)
Edad (ref. 18 a 24 años)						
25-34 años				0.09	0.11	0.03
				(0.68)	(0.82)	(0.29)
35-49 años				0.34**	0.38**	0.18
				(2.82)	(3.08)	(1.62)
50-64 años				0.52**	0.54**	0.37**
				(3.96)	(4.04)	(3.08)
Mujer (ref. hombre)				0.30**	0.28**	0.29**
				(3.72)	(3.38)	(3.94)
Constant	-0.30**	-0.26**	0.01	-0.88**	-0.86**	-0.74**
	(-3.21)	(-2.97)	(0.19)	(-5.68)	(-5.40)	(-5.23)
Observations	461	461	461	461	461	461
R-squared	0.025	0.031	0.014	0.125	0.116	0.117

Modelos de regression OLS, no estandarizados, muestra ponderada, estadísticos t en parêntesis
** p<0.01, * p<0.05

Continuando con la exploración de posibles diferencias en las actitudes hacia las donaciones, los dos últimos modelos de la Tabla 6 replican el modelo 4 pero ahora con los dos sub-factores de donación como variables dependientes, que hemos denominado *proactivo* y *pasivo*. Un primer aspecto interesante de estos modelos es que las diferencias en donaciones en relación al ingreso económico, propias de los quintiles 2 y 3, se evidencian principalmente en el ámbito pasivo (vueltos, dar dinero a

personas en la calle, Teletón). En segundo lugar, vemos que la influencia del nivel educacional se manifiesta de manera similar tanto para las donaciones proactivas como para las pasivas, si bien se presenta una diferencia en cuanto en la proactiva se manifiesta principalmente desde la educación técnica en adelante, y por lo tanto se asocia a mayores niveles educacionales. Finalmente, el efecto positivo para el rango de edad de 35 a 49 años observado en el modelo 3 aparece diferenciado, donde es significativo sólo en las donaciones de tipo proactivo. En general, del análisis de los dos factores por separado podemos concluir que, si bien existen algunas diferencias, ambos modelos se comportan de manera similar. Tal similitud afirma la posición de que, a pesar de poder diferenciar entre dos factores, las actitudes hacia la donación de dinero se dejan modelar de forma más parsimoniosa considerando un factor general, el cual se ve influido principalmente por la educación, edad y sexo de los encuestados.

Luego de haber revisado los modelos para las variables relacionadas con actitudes hacia la donación de dinero, la segunda parte de este análisis se centra en las donaciones sistemáticas de dinero (mediante donaciones al ser socio de una institución). Los resultados de los modelos explicativos para esta variable se presentan en la Tabla 7.

Tabla 7

Modelos de regresión logística de la donación a instituciones

	(1)	(2)	(3)	(4)
Ingreso (ref. Quintil 1)				
Quintil 2	0.55			0.06
	(1.01)			(0.10)
Quintil 3	0.62			-0.05
	(1.15)			(-0.09)
Quintil 4	1.14*			0.21
	(2.26)			(0.35)
Quintil 5	1.86**			0.60
	(3.88)			(0.93)
Nivel esc. (ref. ed. Básica)				
Educación media		1.33*		1.48*
		(2.38)		(2.44)
Educación técnica		1.39*		1.60*
		(2.18)		(2.22)
Universitaria inc.		1.76**		2.17**
		(2.74)		(2.79)
Universitaria completa		2.48**		2.14**
		(4.45)		(3.04)
Religion (ref: Católica)				
Evangélico			-1.37**	-0.81
			(-2.82)	(-1.55)
Otras			0.08	0.03
			(0.12)	(0.04)
Ninguna			-0.49	-0.71
			(-0.89)	(-1.19)
Creyente sin religión			-1.36*	-1.11*
			(-2.54)	(-1.97)
Edad (ref. 18 a 24 años)				
25-34 años				1.00
				(1.61)
35-49 años				1.60**
				(2.69)
50-64 años				1.94**
				(3.25)
Mujer (ref. hombre)				0.42
				(1.41)
Constant	-2.69**	-3.24**	-1.38**	-4.80**
	(-6.36)	(-6.35)	(-9.04)	(-5.80)
Observations	461	461	461	461
Pseudo R-squared	**0.06**	**0.08**	**0.04**	**0.16**

Modelos de regresión logística, coeficientes logit. Estadístico z en paréntesis
** p<0.01, * p<0.05

Estos modelos poseen una estructura similar a los de la Tabla 6, pero ahora la regresión es de tipo logística dado el carácter dicotómico de la variable dependiente (1=si, 0=no). En general vemos una tendencia similar a los modelos del índice de donación de dinero. Ingreso, educación y religión poseen efectos significativos por separado en los modelos del 1 al 3, pero estos prácticamente desaparecen en el modelo 4, persistiendo la influencia del nivel educacional. Tales hallazgos suman evidencia a favor de la relevancia de los recursos personales, donde la educación aparece como una variable que da cuenta de distintos recursos que afectan a la donación efectiva y sistemática mediante el aporte en dinero a instituciones.

Resumen y discusión

El presente trabajo abordó la influencia de diferencias de recursos personales en las conductas solidarias, particularmente en donaciones de dinero. Siguiendo una argumentación conceptual desde la perspectiva de las ciencias sociales, definimos el concepto de la solidaridad como una acción social destinada a mantener la interdependencia de los sujetos dentro de una sociedad. De acuerdo al modelo de recursos personales, variables como nivel socioeconómico, educación, y presencia de redes sociales afectarían la realización de conductas solidarias, y ya que estos recursos se asocian al lugar que los individuos ocupan en la sociedad, existiría una influencia de variables estructurales en conductas solidarias. Es decir, la solidaridad no dependería exclusivamente de decisiones individuales basadas en variables de personalidad o preferencias valóricas. Coincidente con evidencia internacional, los resultados del estudio señalan que las donaciones en dinero son afectadas por recursos que van más allá del nivel socioeconómico de los individuos, donde el nivel educacional aparece como uno de los determinantes fundamentales tanto en las actitudes hacia la donación de dinero como así también en la donación sistemática a instituciones de caridad.

Los resultados de los análisis contradicen el supuesto referido a que el ingreso económico por sí solo sería central en las donaciones de dinero, es decir, a que las donaciones se relacionan con una especie de excedente de recursos que se puede destinar en dirección de la caridad. Por el contrario, la influencia del ingreso económico se atenúa cuando consideramos simultáneamente nivel educacional, edad y sexo, y por lo tanto se puede plantear que los chilenos no nos diferenciamos mayormente en actitudes solidarias en relación a nivel de ingreso individual, pero sí en referencia al nivel educacional, edad y sexo. Sin embargo, si bien es tentador atribuir una mayor tendencia a donaciones al efecto "ilustrador" de la educación y su asociación a valores de tipo igualitarios, la interpretación debe ser hecha con cautela, principalmente dado que el contexto chileno se caracteriza por una alta asociación entre nivel educacional e ingreso económico propio con el de las familias de origen (TORCHE & WORMALD, 2004). Con todo, tal hallazgo resulta interesante ya que el nivel educacional alcanzado puede conceptualizarse como una variable proxi de una serie de recursos económicos, intelectuales y de capital social, que por el momento no somos capaces de diferenciar con los datos de esta encuesta pero que abren perspectivas para futuras investigaciones.

A partir de este estudio de carácter más bien exploratorio se abre una serie de perspectivas para futuras investigaciones. La primera es la inclusión de variables psicosociales en los modelos explicativos de donaciones de dinero. La Encuesta de Solidaridad MIDE UC considera en su diseño una serie de variables asociadas teóricamente a las conductas de ayuda, tales como atribuciones de pobreza, contacto con la pobreza y confianza interpersonal, entre otras. La inclusión de estos conceptos en modelos explicativos de donaciones de dinero permitirá un mayor vínculo con investigación internacional y avanzar en la comprensión de las donaciones de dinero en particular y las conductas de ayuda en general. Además, un paso natural a dar a partir de este estudio consistiría en contrastar el peso relativo de variables de recursos personales con variables de tipo psicosocial, de modo de evaluar en qué medida la hipótesis del modelo de recursos se sostiene ante la presencia de otras variables. Una segunda línea para estudios futuros se relaciona con el constructo de actitudes hacia la donación de dinero, concretamente a las dimensiones tras la escala de donaciones presente en la encuesta. Hasta ahora hemos realizado análisis de tipo exploratorio, requiriéndose para futuras investigaciones profundizar en el análisis factorial confirmatorio de la escala y estimar estadísticamente la estructura unifactorial versus la bifactorial (donación activa y donación pasiva). Junto con ello, es relevante complementar el estudio de la solidaridad incluyendo indicadores que van más allá de la donación en dinero, tales como voluntariado y donación de bienes materiales. Sin embargo, creemos que este objeto de estudio debe ser abordado adicionalmente desde técnicas propias de la metodología cualitativa. En tal sentido, sería esperable poder complementar el ejercicio cuantitativo realizado en el presente trabajo con aproximaciones metodológicas alternativas que sean capaces de rescatar representaciones y significaciones que actualmente poseen chilenos/as relativas a la temática de la solidaridad, sus dimensiones y sus determinantes. Finalmente, la aplicación de la Encuesta de Solidaridad por segunda vez el año 2010 abre la posibilidad no sólo de replicar los modelos acá presentados sino como también analizar cambios en el tiempo mediante comparaciones cros-seccionales. Estas comparaciones permitirán determinar la robustez de los presentes análisis, así como también diversificar la investigación en el tema de la solidaridad en Chile.

Referencias Bibliográficas

ALCALÁ CONSULTORES. *Voluntariados en Chile: Lo plural y lo diverso. Sistematización de antecedentes generales en Chile y el exterior*. Santiago: División de Organizaciones Sociales del Ministerio Secretaría General de Gobierno, 2002.

ANDREONI, J.; SCHOLZ, J. K. "An Econometric Analysis of Charitable Giving with Interdependent Preferences". *Economic Inquiry*, v. 36, n. 3, p. 410-428, 1998.

ARCHER, M. *Teoría Social Realista:* El Enfoque Morfogenético. Traducción Daniel Chernillo. Chile: Ed. Alberto Hurtado, 2009.

ARIÑA, A.; CASTELLÓ, R. "El carácter moral del voluntariado", *RES,* n. 8, p. 25-58, 2007.

ARNOLD, M.; THUMALA, D. "Colaboración, participación y sociedad civil en Chile: reflexión para la acción". *Persona y Sociedad*, v.20, n.1, p. 143-156, 2006.

BASIL, D.; RIDGWAY, N. & BASIL, M. "Guilt appeals: The mediating effect of responsibility". *Psychology & Marketing*, v.23, n. 12, p. 1035-1054, 2006.

BECK, U. "Beyond class and nation: reframing social inequalities in a globalizing world". *The British Journal of Sociology,* v. 58, n. 4, 2007.

BOURDIEU, P. *La miseria del mundo*. Barcelona: Akal, 1993.

_____. *El sentido social del gusto*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2010.

BRYANT, W. K.; JEON-SLAUGHTER, H.; KANG, H. y TAX, "A. Participation in philanthropic activities: Donating money and time". *Journal of Consumer Policy*, v. 26, n. 1, p. 43–73, 2003.

COX, J.; DECK, C. "When are women more generous than men?". *Working Paper,* Andrew Young School of Policy Studies Research Paper Series, n. 06-39, 2006.

DÁVILA, M. "Abandono del voluntariado, Tasas de abandono y causas más frecuentes". *Comunicación e Ciudadanía,* n. 5, 2008.

DE BEER, P.; KOSTEER, F. *Sticking Together or falling apart?* Solidarity in an Era of Indiviualization and Globalization. Amsterdam: University Press, 2009.

DOCKENDORFF, C. *Solidaridad:* La Construcción Social de un Anhelo. Santiago: Alfabeta Impresores, 1993.

DOCKENDORFF, C.; ROMÁN, J. y ENERGICI, M. "La neoliberalización de la solidaridad en el Chile democrático: Una mirada comparativa sobre discursos solidarios en 1991 y 2006". *Latin American Research Review*, v. 45, n. 1, 2010.

DURKHEIM, E. *La división del trabajo social.* Barcelona: Planea-Agostini, 1985.

FUNDACIÓN TRASCENDER y COLLECT GFK Investigaciones de Mercado. *Estudio Nacional de Voluntariado,* 2007. Disponibilidad: <http://www.fundaciontrascender.cl/home/doc/EstudioNacionalVoluntariado_2007.pdf>.

_____. Estudio nacional de voluntariado, 2008. Diponibilidad: <http://www.fundaciontrascender.cl/home/doc/EstudioNacionalVoluntariado_2008.pdf>.

FURNHAM, A. "The Just World, Charitable Giving and Attitudes to Disability". *Personality and individual differences*, v. 19, n. 4, p. 577-583, 1995.

GLUCKSMANN, M. *Cottons and Casuals:* The Gendered Organization of Labour in Time and Space. Durham: British Sociological Association, 2000.

HAGER, M.; BRUDNEY, J. *Volunteer Management Practices and Retention of Volunteers.* Washington: The Urban Institute, 2010.

HECHTER, M. Sociology of Solidarity. *International Encyclopedia of the Social and Behavioral Sciences*. New York: Elsevier, 2001.

ILCAN, S.; BASOK, T. "Community Government: Voluntary Agencies, Social Justice, and the Responsibilization of Citizens". *Citizenship Studies*, v. 8, n. 2, p. 129–144, 2004.

KAHAEN, D. "Diversity, solidarity and civic friendship". *The Journal of Political Philosophie,* v.7, n.3, p. 267-286, 1999.

KAISER, H. "A second generation little jiffy". *Psychometrika*, v.35, n.4, p. 401–415, 1970.

KOMTER, A. *Social solidarity and the gift*. New York: Cambridge University Press, 2005.

KOTTASZ, R. "Differences in the donor behavior characteristics of young affluent males and females: empirical evidence from Britain". *Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, v. 15, n. 2, p. 181–203, 2004.

LEE, L.; PILIAVIN, J. A.; CALL, V. R. A. "Giving Time, Money, and Blood: Similarities and Differences". *Social Psychology Quarterly*, v. 62, n. 3, p. 276-290, 1999.

LIDZ, V. "Influence et solidarité, définir un fondement théorique à la sociologie". *Sociologie et sociétés*, v.21, n.1, p. 117-142, 1989.

LUHMANN, N. *La sociedad de la sociedad.* México: Ediciones Herder, 2007.

MARDONES, J.; BRIONES, L.; FUENTES, P.; CORTINA, A. "Hacia una Cultura de la Solidaridad". *Políticas contra la exclusión social.* Madrid: Caritas, 1997.

MASCAREÑO, A. Sociología de la solidaridad, La diferenciación de un sistema de la cooperación. In: ARNOLD, M.; THUMALA, D. (orgs.). *Colaboración, cultura y desarrollo*. Santiago: Ediciones Universidad de Chile, 2006.

MESCH, D. J.; ROONEY, P. M.; STEINBERG, K. S.& DENTON, B. "The Effects of Race, Gender, and Marital Status on Giving and Volunteering in Indiana". *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, v. 35, n. 4, p. 565-587, 2006.

MIGHELI, M. "Exogenous Individual Characteristics and Social Capital in Western Europe". *Working Paper*, University of Torino, 2007.

PEARCE, J. *Volunteers:* The Organizational Behavior of Unpaid workers. Londres: Routledge, 1993.

PUTNAM, R. *Making democracy work:* civic tradition in modern Italy. Princeton: Princeton University Press, 1993.

RADLEY, A.; KENNEDY, M. "Charitable Giving by Individuals - a Study of Attitudes and Practice". *Human relations*, v. 48, n. 6, p. 685-709, 1995.

RAJAN, S. S.; PINK, G. H.; DOW, W. H. "Sociodemographic and Personality Characteristics of Canadian Donors Contributing to International Charity". *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, v. 38, n.3, p. 413-440, 2008.

REED, P. B.; SELBEE, L. K. "Distinguishing Characteristics of Active Volunteers in Canada". *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, v. 29, n. 4, p. 571-592, 2000.

ROONEY, P. M.; MESCH, D. J.; CHIN, W.; STE INBERG, K. S. "The effects of race, gender, and survey methodologies on giving in the US". *Economics Letters*, v. 86, p. 173-180, 2005.

SARGEANT, A. "Charitable Giving: Towards a Model of Donor Behaviour". *Journal of Marketing Management*, v. 15, n. 4, p.215-238, 1999.

SARGEANT, A.; FORD, J. B.; WEST, D. C. "Perceptual determinants of nonprofit giving behavior". *Journal of Business Research*, v. 59, n. 2, p. 155–165, 2006.

SCHLEGELMILCH, B. B.; DIAMANTOPOULOS, A.; LOVE, A. "Characteristics affecting charitable donations: empirical evidence from Britain". *Journal of Marketing Practice: Applied Marketing Science*, v. 3, n. 1, p. 14–28, 1997.

SCHLEGELMILCH, B. B.; LOVE, A.; DIAMANTOPOULOS, A. "Responses to different charity appeals: the impact of donor characteristics on the amount of donations". *European Journal of Marketing*, v. 31, n. 8, p. 548–560, 1997.

SEGEGOB. *Serie de cuadernos de voluntariado, Estudios de voluntariado:* perfil de los voluntarios y su acción social. Santiago: División de Organizaciones Sociales del Ministerio Secretaría General de Gobierno, 2005.

_____. *La Nueva Fisonomía del Voluntariado*: Actores, Prácticas y Desafíos. Resultados del Primer Catastro Nacional de Voluntariado. Santiago: División de Organizaciones Sociales del Ministerio Secretaría General de Gobierno, 2009.

SMITH, J. R.; MCSWEENEY, A. "Charitable giving: the effectiveness of a revised theory of planned behaviour model in predicting donating intentions and behavior". *Journal of Community & Applied Social Psychology*, v. 17, n. 5, 2007.

SOLIMANO, A. *Three decades of neoliberal economics in Chile*. United Nations University (UNU - WIDER) Research Paper. Santiago: ECLAC, 2009.

STIRLING, C. *The Volunteer Citizen, Health Services and Agency:* The Identity Work of Australian and New Zealand Ambulance Volunteers. Thesis of Doctor of Philosophy, University of Tasmania, 2007.

TORCHE, F.; WORMALD, G. "Estratificación y Movilidad Social en Chile: Entre la Adscripción y el Logro". *Politicas Sociales,* CEPAL, Santiago de Chile, 2004.

VECINA, M. L.; CHACÓN, F.; SUEIRO, M. J. "Satisfacción en el voluntariado". *Psicothema*, v. 21, n. 1, p. 112, 2009.

WIEPKING, P.; MAAS, I. "Resources That Make You Generous: Effects of Social and Human Resources on Charitable Giving". *Social Forces*, v. 87, n. 4, p.1973-1995, 2009.

ZAGEFKA, H.; NOOR, M.; RANDSLEY DE MOURA, G.; HOPTHROW, T. y BROWN, R. "Donating to victims of natural and man-made disasters: Rational considerations and irrational biases". *Personality and Social Psychology Bulletin* (underreview), 2010.

ZARZUELA, P.; ANTÓN, C. *Determinantes del compromiso social en los jóvenes.* Una extensión de la Teoría de la Acción Razonada. Documento de Trabajo 07/08. Valladolid: Departamento de Organizaciones y Empresas, Universidad de Valladolid, 2008.

Juan Carlos Castillo - jcastillo@puc.cl

Paola Leal - paolalealb@gmail.com

Ignacio Madero - imadero@uc.cl

Daniel Miranda - damiran1@uc.cl

Recebido para publicação em novembro de 2010.

Aprovado para publicação em junho de 2011.

Financiamento eleitoral, representação política e gênero: uma análise das eleições de 2006

Teresa Sacchet
Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas
Universidade de São Paulo

Bruno Wilhelm Speck
Departamento de Ciência Política
Universidade Estadual de Campinas

Resumo: Este artigo compara a arrecadação de campanha de mulheres e homens candidatos aos cargos de deputados federal e estadual no pleito de 2006, no Brasil. Com base em análise de dados desagregados por sexo a partir do banco estatístico do Tribunal Superior Eleitoral foi considerado se mulheres e homens têm arrecadações distintas de financiamento de campanha, e em que medida este pode constituir-se em um fator explicativo para o baixo desempenho eleitoral delas. Os dados evidenciam que as mulheres têm arrecadações de campanha significativamente menores que a dos homens, e que dada a alta correlação existente entre financiamento e sucesso eleitoral, este pode ser um dos elementos centrais para explicar o seu baixo desempenho eleitoral.

Palavras-chave: financiamento eleitoral; sucesso eleitoral; mulheres; gênero; eleições

Abstract: This article compares campaign revenue of female and male candidates to the positions of Federal and State Deputies in the elections of 2006, in Brazil. Based on analysis of disaggregated statistical data by sex, provided by the Superior Electoral Tribunal, it was considered if women and men raise different amounts of campaign revenue, and the extent to which this might constitute an explaining factor for women´s low electoral performance. Data provide evidence that women have campaign revenues significantly smaller than men and that given the existing high correlation between campaign finance and electoral success, this may constitute a central element in explaining their low performance in elections.

Keywords: electoral financing; electoral success; women; gender; elections

Nas últimas duas décadas, o desequilíbrio na participação de homens e mulheres nas esferas da política formal passou a ganhar atenção especial no mundo. A baixa presença de mulheres em espaços de tomada de decisão política assumiu uma posição central em debates de agências multilaterais, em fóruns internacionais diversos, e tornou-se um tópico prioritário dos movimentos feministas e de grupos de mulheres nas instâncias partidárias. A participação das mulheres nos espaços de poder político abrange a discussão sobre a posição e o papel das mulheres na alta burocracia estatal, em sindicatos, em partidos políticos e em cargos eletivos, tópicos que, em maior ou menor medida, foram encampados pelo debate acadêmico. Todavia, a questão dos obstáculos à participação feminina em cargos eletivos tem sido preponderante.

Na América Latina, o Brasil é o segundo país com mais baixo índice de mulheres em cargos legislativos federais. Apenas 8,8% dos deputados federais são mulheres no país, percentual que é maior apenas que o do Panamá, que tem 8,4%. A média nas Américas é de 22%, sendo que a Argentina e a Costa Rica são destaques na região, com 38% cada. Em nível mundial, o país ocupa a 111° posição (Inter-Parlamentary Union, 2011- dado referente a agosto), ficando em situação pior do que a de alguns países árabes, conhecidos por suas institucionalizadas segregação e discriminação de gênero. Tendo em vista este quadro, vários autores têm procurado respostas para tamanha sub-representação política feminina.

A discussão sobre a baixa presença de mulheres em cargos parlamentares no Brasil é preponderantemente pautada pelo debate das cotas. O foco das análises é o não-cumprimento desta medida pelos partidos, em função de uma justiça eleitoral ineficiente que não pune os partidos infratores da lei, e a sub-representação das mulheres, considerada uma consequência do baixo número delas que concorre como candidatas. De fato, mesmo com a implementação das cotas, o número de mulheres selecionadas como candidatas tem sido muito inferior ao número de homens. Mas, como será observado neste artigo, o desequilíbrio é ainda maior na comparação entre o número de eleitos. Isto indica, portanto, que, após o processo seletivo, há outros elementos que contribuem para um melhor desempenho relativo das candidaturas masculinas, e que apenas selecionar mais mulheres não irá solucionar a questão.

O sistema eleitoral é apontado como sendo central para explicar o baixo número de mulheres eleitas em cada país. O sistema eleitoral de representação proporcional é considerado favorecedor à promoção política das mulheres e de grupos minoritários, na medida em que ele incentiva uma maior seleção de candidatos de membros destes setores (MATLAND, 1998; NORRIS e LOVENDUSKI, 1995; RULE, 1994). Porém, ele, por si só, não garante a eleição de mais mulheres. Como assinalado por alguns estudos na América Latina sobre a política de cotas, naqueles países onde o sistema eleitoral é de representação proporcional com listas fechadas, e onde há mandato de posição, isto é, a proporção das cotas é observada na ordem em que os candidatos são alocados nas listas, é onde há maior possibilidade de sucesso eleitoral das mulheres (HTUN e JONES, 2002; SACCHET, 2008). Portanto, o tipo de lista é um elemento particularmente importante em países onde cotas de gênero são adotadas. Diferentemente de países como a Argentina e a Costa Rica, onde as listas são fechadas e as mulheres são escaladas nas listas dos partidos de forma a observar as cotas de 30% (Argentina) e de 40% (Costa Rica), no Brasil o sistema de representação proporcional é de lista aberta. Assim sendo, na medida em

que não há um pré-ordenamento dos candidatos na lista que determine as suas oportunidades eleitorais, cada um deles compete individualmente pelos votos do eleitor. Este modelo dificulta o acesso político e o bom desempenho eleitoral daqueles candidatos com menores recursos políticos e financeiros.

O papel do financiamento de campanhas

Entre os fatores citados como responsáveis pelo baixo desempenho das mulheres no campo da disputa eleitoral encontra-se o financiamento de campanhas. A literatura elenca várias possíveis explicações, incluindo a hipótese do desfavorecimento financeiro das mulheres na vida privada, que se refletiria também na capacidade de aportar recursos próprios para as campanhas (BARROW-GILLES, 2005); a visão de que as mulheres têm acesso limitado a determinados tipos de redes sociais e políticas que poderiam ser ativadas na arrecadação de recursos (FOX, 1997; BALLINGTON, 2003; LOWNDES, 2003; SACCHET, 2009); a tese de que as mulheres têm baixo apoio financeiro de doadores da iniciativa privada (BALLINGTON, 2003), entre outras. Entre as candidatas e representantes das organizações de mulheres dos partidos, outra visão consensual é que os partidos discriminam as mulheres na distribuição de recursos do fundo partidário, contribuindo, portanto, para acentuar as desvantagens de financiamento que elas têm em relação aos homens a partir de outras fontes de doação[1]. Todas estas hipóteses se baseiam na suposição de que há de fato um subfinanciamento das campanhas das mulheres em relação às campanhas dos homens.

Apesar do aparente consenso entre os autores sobre a distribuição desigual de recursos entre homens e mulheres e da influência preponderante dos mesmos sobre as chances de sucesso eleitoral, a maioria dos estudos empíricos no tópico é baseada nos dados dos Estados Unidos, onde as mulheres têm receitas similares às dos homens (UHLANER E SCHLOZMAN, 1986; THOMPSON et al, 2007; BALLINGTON, 2003; BURRELL, 2005; 2006[2]), mas que, porém, têm reduzida presença em cargos eletivos: apenas 16,8% dos membros da Câmara Baixa naquele país são mulheres. No entanto, a excepcionalidade do caso norte-americano não permite uma generalização capaz de negar as teses do subfinanciamento feminino e da importância do financiamento para o sucesso eleitoral. Embora não seja nossa intenção apresentar uma análise aprofundada sobre a especificidade do caso estadunidense, o que implicaria numa discussão complexa sobre o sistema eleitoral e a participação de mulheres e homens em diferentes estágios do processo eleitoral daquele país, vale ressaltar algumas questões para salientar as suas diferenças, as quais impedem a refutação do ponto central deste artigo.

Primeiramente, o sistema eleitoral majoritário com distritos uninominais, bem como a utilização de eleições primárias para a escolha dos candidatos nos Estados Unidos configuram uma constelação específica para a seleção de candidatas mulheres, onde a competição mais acirrada se dá no processo de seleção interna de candidatos pelo partido (através das eleições primárias). Dispor de recursos financeiros nesta fase ("early money") é um fator decisivo. Ainda que as mulheres disponham

[1] Dados de entrevista a um dos autores.
[2] Estes dados se referem a eleições recentes, pois, em relação a eleições mais remotas, as pesquisas confirmam uma diferença significativa entre os sexos no financiamento das campanhas (UHLANER & SCHLOTZMAN, 1986)

de recursos similares aos dos homens no processo eleitoral, a tendência é que, em sistemas majoritários, haja maior disputa interna nos partidos no processo de seleção e uma preferência por candidaturas consideradas mais viáveis; um contexto, portanto, que favorece aos homens. Assim, a questão da seleção é, no caso norte-americano, um elemento central no processo de desfavorecimento eleitoral das mulheres.

Em segundo lugar, o sucesso em termos de arrecadação das campanhas femininas nos Estados Unidos não permite generalizações na medida em que não se origina de uma distribuição equânime de recursos pelos diversos doadores (partidos, iniciativa privada, pessoa jurídica, etc.), mas é consequência direta de uma articulação histórica e efetiva do movimento feminista daquele país, através da construção de redes de apoiadores de campanhas, composta majoritariamente por mulheres. Podemos destacar o trabalho de organizações como a EMILY´s[3] List que, criada em 1985, tem funcionado como uma importante fonte de arrecadação para candidatas do Partido Democrata favoráveis ao aborto (FRANCIA, 2001). Pelo lado Republicano, temos a ação de organizações como a WISH List. Criada em 1992, ela é o equivalente Republicano da Democrata EMILY´s list, e da SBA List (ou SUSAN B. ANTONY LIST), também criada em 1992, mas, neste caso, funcionando como apoiadora de candidatas que são contra o aborto. Ou seja, uma coordenação efetiva e permanente de arrecadação de recursos de mulheres financiadoras de campanhas femininas. Possível graças à cultura local e à articulação histórica do movimento de mulheres e feminista naquele país, é um dos principais fatores para explicar o sucesso de arrecadação das campanhas femininas. Esta configuração histórica e experiência específica não são tão facilmente encontradas em outros países[4].

O financiamento político e o desempenho das candidaturas femininas no Brasil

O ponto inicial de constatação para a análise do desempenho eleitoral das mulheres nas eleições brasileiras é de uma dupla barreira: as mulheres são sub-representadas entre os candidatos, mas, uma vez selecionadas pelos partidos para integrarem as suas listas elas sofrem ainda mais desvantagem com relação aos seus concorrentes masculinos, no que concerne ao desempenho eleitoral. Uma análise sobre as chances de eleições de mulheres e homens atesta desvantagem das mulheres em relação a todos os cargos proporcionais. O presente artigo faz uma avaliação desta diferença a partir de dados sobre o desempenho dos candidatos, principalmente aos cargos de deputados federal e estadual, na arrecadação de recursos para as eleições de 2006.

O financiamento de campanhas é tema central para entender o desempenho dos candidatos nas eleições brasileiras. No sistema eleitoral de representação proporcional com listas abertas, em voga para as eleições proporcionais no Brasil, parte considerável da campanha fica a cargo dos candidatos. São os candidatos dos partidos ou coligações que na prática disputam o voto. Também são estes que arrecadam grande parte dos recursos de suas campanhas, e que por lei devem prestar contas à justiça eleitoral. No debate público, há certo consenso de que as chances de sucesso nas urnas está

[3] Significa: Early Money is Like Yeast (Ou seja, a ideia é que dinheiro injetado cedo nas campanhas funciona como fermento para fazer a massa crescer).
[4] Para uma análise do sistema de financiamento das campanhas eleitorais nos Estados Unidos, veja Speck (2010).

intimamente relacionada à capacidade dos candidatos de arrecadarem recursos. Análises acadêmicas, que se baseiam nos dados das prestações de contas à Justiça Eleitoral, desde 2002, atestam a existência de uma alta correlação entre arrecadações de campanhas e resultados nas urnas (SAMUELS, 2001; SPECK, 2005; BRITTO, 2009). Nosso artigo considera em que medida os recursos arrecadados pelos candidatos em campanhas pode explicar o baixo desempenho eleitoral das mulheres. A análise é embasada na interpretação de dados quantitativos a partir de bases disponibilizadas pelo TSE sobre o financiamento eleitoral na disputa de cargos proporcionais[5].

O artigo é estruturado da seguinte forma: na primeira parte, dimensionamos o problema. Qual é a diferença entre o percentual de candidaturas femininas e de mulheres eleitas? Na segunda parte, abordamos se o desempenho eleitoral está relacionado à arrecadação de recursos. Dinheiro resulta em votos? Na terceira parte, analisamos as receitas de homens e mulheres. As candidatas femininas recebem menos recursos e, sendo este o caso, qual seria a dimensão deste subfinanciamento? Na quarta etapa, analisamos a relação entre financiamento e desempenho das mulheres nas urnas. O financiamento explicaria o baixo desempenho eleitoral das mulheres?

Ponto de partida: o baixo desempenho eleitoral das mulheres

Os dados para as eleições brasileiras, comparando candidaturas e desempenho eleitoral, ilustram que o processo seletivo não se constitui no único obstáculo ao sucesso eleitoral das mulheres. Nas eleições de 2006, dentre as cinco posições disputadas nos âmbitos nacional e estaduais, o número de candidaturas femininas foi maior para a posição de senador da República, no qual as mulheres somaram 18,7% dos candidatos. Para os demais cargos, ou seja, de governador, deputado federal e deputado estadual, o percentual de candidatas ficou entre 12% e 14%[6]. Entre os oito candidatos à presidência da República havia duas mulheres. Se este quadro já evidencia grande desvantagem para as mulheres, uma análise sobre o número de eleitos revela ainda maior desproporção. Neste mesmo ano, dentre os candidatos eleitos, elas ficaram com 14,8% das vagas do Senado, com 11,1% das vagas de governador, com 8,8% das cadeiras da Câmara de Deputados e com 11,7% das posições nas Assembleias Legislativas Estaduais. Em resumo: além de as mulheres terem iniciado o páreo eleitoral de 2006 em desvantagem, durante as campanhas elas perderam ainda mais, como pode ser visto nas Tabelas 1 e 2:

[5] Estes dados fazem parte de uma pesquisa sobre financiamento e chances de sucesso eleitoral em uma perspectiva de gênero, em desenvolvimento pelos autores com o apoio financeiro do CNPq.
[6] No seu conjunto, os partidos estão longe de cumprirem a quota de 30% de candidaturas femininas, exigida pela legislação desde 1996. Mas este não é o enfoque da nossa análise.

Tabela 1

Presença das mulheres entre candidatos e eleitos

2006

	Número candidatos		Participação mulheres (%)	
Cargo	Todos os candidatos	Candidatos eleitos	Mulheres entre todos candidatos	Mulheres entre eleitos
Governador	157	27	13,4	11,1
Senador	155	27	18,7	14,8
Deputado Federal	3482	513	12,1	8,8
Deputado Estadual	8159	1062	13,8	11,7

Tabela 2

Chance de eleição de candidatos dos 2 sexos

2006

	Probabilidade de se eleger		
	A	B	B/A
	Homens	Mulheres	
Governador	0,176	0,143	0,813
Senador	0,183	0,138	0,754
Deputado Federal	0,153	0,106	0,693
Deputado Estadual	0,133	0,110	0,827

A última coluna da Tabela 2 identifica diferenças nas chances de eleição de candidatos dos dois sexos. Fossem as chances exatamente as mesmas o valor seria 1. Quando a chance de sucesso é menor para as mulheres a razão é menor do que 1, e quando ela é maior para elas é maior do que 1. Consequentemente, o contrário vale para as chances de sucesso dos homens. A Tabela 2 demonstra que o desempenho eleitoral das mulheres candidatas foi pior do que o dos homens para todos os cargos, na medida em que a razão foi inferior a 1 em todos os casos apresentados. A razão mais baixa foi vista em relação ao cargo de deputado federal (0,693).

Até este ponto do artigo, incluímos cargos majoritários e proporcionais na análise. Porém, há diferenças consideráveis na dinâmica eleitoral destes dois tipos de disputa, com implicações sobre as chances das mulheres e a dinâmica de financiamento[7]. Por este motivo, nas próximas seções, limitaremos nossa análise aos cargos proporcionais.

[7] Nas eleições majoritárias, as chances de seleção de membros de grupos sociais distintos (entre estes as mulheres) como candidatos são menores, uma vez que a competição pela indicação do candidato é mais acirrada. Mas, quando uma mulher é selecionada para concorrer a cargos majoritários (por exemplo, de governadora ou senadora), ela já possui suficiente capital político para ser considerada uma candidata "viável". Neste caso, a variável gênero é menos relevante para definir o apoio financeiro que o candidato receberá dos partidos e da iniciativa privada. A análise da possível discriminação destas candidaturas deve enfocar a fase anterior à nomeação, para detectar possíveis fatores de discriminação.

O papel do financiamento

As campanhas eleitorais dependem fortemente de recursos financeiros. Sem recursos financeiros torna-se difícil para os candidatos realizarem suas atividades de campanha como, por exemplo, deslocar-se até diferentes localidades para discutir programas e apresentar sua candidatura, reunir equipes de trabalho visando a organização da campanha e a elaboração de propostas de governo, produzir material publicitário, e fazer pesquisa junto ao eleitorado para avaliar os rumos da campanha. Neste sentido, recursos financeiros viabilizam as candidaturas e aumentam as chances de sucesso nas urnas. Há, consequentemente, uma forte correlação entre o financiamento eleitoral e o desempenho eleitoral dos candidatos, como já assinalado em diferentes pesquisas no Brasil (SAMUELS, 2001; PEIXOTO, 2009; SPECK; 2005) e no exterior (JAKOBSEN, 1990; PINTO-DUSCHINSKY, 2002; STRATMAN, 2009). Até que ponto o financiamento eleitoral ajuda a entender o baixo desempenho das mulheres nas urnas no Brasil?

Uma análise preliminar da relação entre arrecadação e desempenho eleitoral revela que recursos e votos estão fortemente vinculados. Isto se verifica comparando o volume de recursos arrecadados por cada candidato com o total de votos obtidos. A Tabela 3 especifica uma alta correlação (Pearson) entre estas variáveis. Para verificar a correlação, separamos a análise por cargo e por estado, uma vez que as condições de competição variam entre diferentes circunscrições eleitorais em função do número das vagas e candidatos, entre outros fatores. Para os cargos proporcionais (deputados federal e estadual), esta correlação fica entre 0,55 e 0,90.

Sem especificar os detalhes da natureza desta correlação, podemos concluir que o financiamento das campanhas tem uma estreita relação com o sucesso eleitoral. Há certa variação entre os estados, mas a correlação é alta em todos eles.

Tabela 3
Correlação entre receita e votos, por candidato
eleição 2006

Coeficiente de correlação Pearson			
		Deputado Federal	Deputado Estadual
Sul	RS	,806	,699
	PR	,646	,773
	SC	,701	,741
Sudeste	SP	,581	,792
	MG	,788	,808
	RJ	,654	,740
	ES	,903	,735
Centro-Oeste	DF	,558	,709
	GO	,812	,814
	MT	,621	,718
	MS	,902	,845
Nordeste	BA	,789	,758
	PE	,846	,779
	CE	,847	,774
	MA	,818	,773
	PB	,785	,748
	AL	,630	,757
	PI	,855	,764
	RN	,906	,879
	SE	,656	,755
Norte	PA	,849	,770
	AM	,691	,584
	RO	,725	,695
	TO	,808	,778
	AC	,670	,741
	AP	,710	,809
	RR	,649	,793
	Min	,558	,584
	Max	,906	,879

Financiamento eleitoral de mulheres e homens

As mulheres recebem menos recursos do que os homens para suas campanhas? Para responder a esta questão, organizamos os dados de três diferentes formas. Primeiro, apresentamos os dados agregados por cargo no âmbito nacional; segundo, oferecemos um detalhamento dos resultados por estado e por partido político e, por último, apresentamos os dados desagregados a partir de uma análise comparativa das candidaturas individuais.

Financiamento no âmbito nacional

Uma distribuição equânime de recursos entre homens e mulheres pressupõe uma equivalência entre a proporção de candidaturas e a proporção de recursos arrecadados por cada sexo. Ou seja, se ¼ dos candidatos fossem mulheres, ¼ da arrecadação de campanhas deveria se destinar às mulheres. Um desequilíbrio na relação entre número de candidatos de cada sexo e volume proporcional da arrecadação é, portanto, indício de desvantagem em arrecadação para homens ou mulheres. Seguindo esta lógica, os dados da Tabela 4 demonstram que os homens arrecadam significativamente mais recursos do que as mulheres. Tomando como exemplo a posição de deputado federal, as mulheres representaram 12,1% do total dos candidatos, mas arrecadaram somente 7,1% dos recursos, o que equivale a uma diferença negativa de 41,8% para as mulheres. Entre os candidatos ao cargo de deputado estadual, a diferença foi menor, mas, ainda assim, as mulheres receberam 13,3% menos recursos do que os homens.

Tabela 4
Participação das campanhas de mulheres no total de candidaturas: candidatos, recursos e sucesso

Cargo	**Candidatos**		**Recursos**		
	% mulheres sobre número total de candidatos		% financiamento das mulheres sobre total de financiamento de candidatos		Sub /Super-financiamento
	A	B	C	D	E = (D-B)/B
	n	%	R$	%	
Deputado Federal	423	12,1	R$ 29.880.535,54	7,1	-41,8
Deputado Estadual	1.128	13,8	R$ 53.928.684,19	12,0	-13,3

Substituindo a "soma da receita" pela "média da receita"[8] os números mudam, mas o resultado continua o mesmo: as candidatas recebem significativamente menos dinheiro do que os seus pares masculinos. Na Tabela 5, comparamos o financiamento médio das mulheres com o financiamento médio de todos os candidatos. Constatamos que as 1128 candidatas ao cargo de deputado estadual

[8] Os resultados são similares se utilizamos como medida o mediano da receita.

arrecadaram somente 86,7% dos recursos da média de todos os candidatos. No caso das 423 candidatas ao cargo de deputado federal, o subfinanciamento foi mais acentuado, com as mulheres arrecadando somente 58,6% da média geral de recursos.

Tabela 5
Financiamento médio das campanhas de mulheres e homens

Cargo	Candidatos	Recursos	
	N mulheres	Média de recursos	% financiamento mulheres/ Financiamento de todos os candidatos
Deputado Federal	423	R$ 121.360,47	58,2
Deputado Estadual	1128	R$ 55.140,79	86,7

A partir das Tabelas 4 e 5, é possível concluir que, independente do cargo observado, as candidaturas femininas recebem significativamente menos recursos financeiros do que as candidaturas masculinas.

Financiamento nos estados

A análise dos dados agregados para determinado cargo no âmbito nacional é um primeiro passo para aferir desigualdade. Porém, ela inclui distorções tanto no que diz respeito aos votos necessários para eleger-se, como em relação ao volume de recursos mobilizados pelos candidatos nos diferentes estados. Em função do perfil da competição política e das características socioeconômicas dos estados, há uma variabilidade grande entre os estados no que diz respeito à competição por votos e por doações.

Na Tabela 6, aplicamos a mesma análise da Tabela 4 sobre a participação feminina nas candidaturas para o cargo de deputado federal, desagregando, porém, os dados por estados, evitando assim a junção de contextos político e economicamente díspares. Os dados revelam que o subfinanciamento das candidaturas femininas se mantém na maioria dos estados. As mulheres arrecadam menos recursos do que o esperado se a distribuição fosse proporcional ao número de candidatas. Por exemplo, no Rio Grande do Sul, as 28 mulheres candidatas ao cargo de deputado federal representam 11,8% de um total de 238 candidatos. No entanto, ao invés de arrecadarem 11,8% dos recursos, elas arrecadaram somente 1,3 milhões de Reais; ou seja, 6,6% do total dos recursos, o que representa 43,9% a menos do que o valor esperado se a distribuição de recursos fosse equânime.

No conjunto dos estados, observamos um subfinanciamento expressivo das candidaturas femininas (Tabela 6). Em 11 deles mais o distrito federal, a média deste subfinanciamento é superior a 50%, o que significa que, nesses estados, as mulheres receberam menos da metade dos recursos que deveriam receber caso o financiamento fosse equilibrado entre homens e mulheres. Por outro lado, há também exceções. Em três estados (Bahia, Pará e Acre), o financiamento de homens e mulheres foi

praticamente equilibrado; e em cinco estados (Espírito Santo, Goiás, Amazonas, Rondônia e Acre), o financiamento das mulheres foi maior do que o dos homens.

Tabela 6

Participação das campanhas de mulheres a Deputado Federal no total de candidaturas: candidatos, recursos e sucesso, por estados

Região	UF	Candidatos		Recursos		
		% mulheres sobre número total de candidatos		% financiamento efetivo mulheres sobre total de financiamento de candidatos		Sub /Super-financiamento(%)
		A	B	C	D	E = (D-B)/B
		N	%	R$	%	
Sul	RS	28	11,8	R$1.345.024,37	6,6	-43,9
	PR	14	7,8	R$671.303,59	2,1	-72,5
	SC	10	9,3	R$422.340,58	2,9	-68,8
Sudeste	SP	104	14,1	R$6.515.451,58	6,2	-55,7
	MG	35	9,8	R$1.142.555,92	2,4	-76,1
	RJ	56	12,6	R$2.237.610,86	7,2	-42,9
	ES	13	18,6	R$2.596.429,88	26,4	42,0
Centro-oeste	DF	12	16,2	R$202.006,42	1,9	-88,5
	GO	5	6,2	R$3.391.571,35	14,2	130,0
	MT	12	17,4	R$1.768.246,03	15,7	-9,9
	MS	14	23,3	R$424.100,83	5,8	-75,2
Nordeste	BA	10	7,0	R$1.265.815,86	7,1	1,1
	PE	9	8,8	R$444.473,05	2,4	-73,0
	CE	3	3,7	R$45.661,00	0,4	-89,0
	MA	9	9,6	R$471.185,65	6,8	-29,2
	PB	2	3,7	R$4.683,70	0,1	-97,0
	AL	6	10,5	R$437.068,30	8,3	-20,9
	PI	1	1,8	R$4.500,00	0,1	-95,7
	RN	5	15,6	R$486.008,54	10,5	-33,1
	SE	5	14,7	R$22.622,61	0,6	-95,8
Norte	PA	15	16,5	R$1.494.688,91	16,2	-1,5
	AM	8	14,3	R$918.525,30	23,9	67,4
	RO	11	18,6	R$1.395.606,73	32,2	72,5
	TO	12	20,0	R$652.771,15	12,1	-39,6
	AC	7	20,0	R$552.517,36	19,9	-0,4
	AP	8	15,4	R$792.608,14	27,8	80,4
	RR	9	15,3	R$175.157,83	7,4	-51,8
	Total	423	12,1	R$29.880.535,54	7,1	-41,8

Além da análise nos estados, consideramos os partidos, a fim de verificar especificidades interpartidárias. A comparação entre os partidos apresenta um problema metodológico, pois tanto os votos conquistados como os valores absolutos de financiamento têm significado diferente dependendo do perfil da competição eleitoral e do poder econômico do estado. Por exemplo, o quociente eleitoral no estado do Acre em 2006 foi de cerca de 13 mil votos por vaga, mas de 230 mil votos por vaga no estado

de São Paulo[9]. Da mesma forma, o número de candidatos por vaga difere bastante entre os dois estados. No Acre, havia 4,5 candidatos para cada vaga para deputado federal em 2006, enquanto em São Paulo esse número foi de 11,1 candidatos por vaga, ou seja, mais do que o dobro do Acre. O mesmo raciocínio se aplica à disputa por recursos financeiros: a disputa por R$1,00 em um estado pobre é diferente da disputa em um estado rico. O volume de recursos arrecadados varia em função do poder econômico dos estados e de outros fatores.

Indicador de sucesso de voto e de receita

Para evitar esses problemas, precisamos de medidas que permitam verificar o desempenho de cada candidato na arrecadação de recursos e na obtenção de votos independente do estado ou do partido em questão. Desenvolvemos, assim, dois indicadores: o Índice de Sucesso de Voto (ISV) e o índice de Sucesso da Receita (ISR). O primeiro (ISV) pondera os votos em cada estado em função das condições de competitividade. Estas incluem a proporção entre o número de eleitores e as cadeiras (quociente eleitoral) e o número de candidatos por cadeira (competitividade da eleição), como especificado na fórmula abaixo:

$$ISV = \frac{Vcand}{Qvotos} * \frac{NCand}{Nvagas} = \frac{Vcand * Nvagas * Ncand}{VTotal * Nvagas} = \frac{VCand * NCand}{VTotal}$$

Legenda:
Vcand = votos obtidos por cada candidato;
Vtotal = soma de votos para todos candidatos;
Qvotos = quociente eleitoral (votos totais no estado / número de vagas por estado); Ncand = número de candidatos por estado;
Nvagas = número de vagas por estado.

Para medir o sucesso na arrecadação de recursos, usamos um cálculo análogo. O Índice de Sucesso de Receita (ISR) relaciona a soma de recursos financeiros arrecadados por cada candidato, com a soma das receitas de todos os candidatos, como visto na fórmula a seguir:

$$ISR = \frac{Rcand}{Qrecursos} * \frac{NCand}{Nvagas} = \frac{Rcand * Nvagas * Ncand}{RTotal * Nvagas} = \frac{RCand * NCand}{RTotal}$$

[9] O sistema de lista aberta praticado no Brasil permite que candidatos se elejam pela lista, apesar de não terem alcançado o quociente eleitoral (número de votos necessários para alcançar uma vaga) com a sua votação individual. Por outro lado, candidatos de outras listas, com votação superior a estes últimos, podem não ser eleitos. Neste sentido, o critério da declaração sobre a eleição do candidato pela justiça eleitoral não é um indicador apropriado para medir o desempenho individual dos candidatos. Uma forma de corrigir esta distorção é excluir da categoria dos eleitos os candidatos que se elegeram pela legenda. No entanto, optamos por outro caminho, desenvolvendo um indicador métrico a partir dos votos obtidos por cada candidato.

Legenda:
Rcand = recursos arrecadados por cada candidato;
Rtotal = soma de recursos arrecadados por todos os candidatos;
Qrecursos = quociente recursos (recursos totais arrecadados por todos os candidatos no estado / número de vagas por estado);
Ncand = número de candidatos por estado;
Nvagas = número de vagas por estado.

Tanto o ISV como o ISR têm valor 1 (um) quando os votos ou a receita do candidato correspondem exatamente à média de votos ou das receitas de todos os candidatos. O valor é maior do que 1 se o candidato superar a média. Quanto mais próximos de zero estiverem estes índices, pior é o desempenho dos candidatos, tanto em termos de recursos financeiros arrecadados e de votos conquistados em comparação à média dos seus concorrentes. Com estes dois indicadores, podemos comparar de forma mais precisa o desempenho dos candidatos individualmente, possibilitando uma análise entre diferentes estados e partidos.

A desigualdade de financiamento entre os partidos

Comparando o financiamento de homens e mulheres que concorreram ao cargo de deputado(a) federal, medido em ISR, verificamos que as mulheres tiveram, em média, um financiamento 38% menor do que os homens (Tabela 7). Há, no entanto, diferenças significativas entre os partidos políticos. Limitando a análise ao âmbito dos partidos que apresentaram acima de 20 candidaturas femininas, verificam-se percentuais mais desproporcionais no PSDB (-65%), PV (-59%), PFL (-48%) e PDT (-44%); e percentuais mais equilibrados no PT (-9%) e PSB (-18%)[10].

[10] Os dados aqui se referem à totalidade de recursos arrecadados pelos candidatos, que incluem recursos próprios, doações de pessoas físicas e jurídicas, repasses de outros candidatos, comitês financeiros e do partido. É bom lembrar que, embora a comparação aqui seja entre candidatos de diferentes partidos, estamos considerando todas as fontes de recursos e não apenas aquelas oriundas dos partidos.

Tabela 7

Diferença na arrecadação de homens e mulheres candidatos(as) a deputado federal, por partido

Índice de Sucesso de Receitas

2006

PARTIDO	ISR Feminino	ISR Masculino	Total	Subfinanciamento de mulheres (%)	N mulheres	N homens
	A	B	C	D =(A-C)/C	E	F
Total	0,617	1,048	0,995	-38,0	423	3059
PT	1,34	1,489	1,472	-9,0	36	275
PDT	0,297	0,56	0,533	-44,3	29	257
PMDB	1,451	2,205	2,118	-31,5	33	253
PSB	0,552	0,699	0,68	-18,8	34	221
PSDB	0,742	2,408	2,162	-65,7	38	219
PV	0,171	0,459	0,421	-59,4	31	208
PPS	0,655	0,965	0,927	-29,3	26	185
PFL	1,197	2,454	2,3	-48,0	23	165
PL	0,256	1,152	1,064	-75,9	16	148
PTB	0,514	1,144	1,084	-52,6	15	143
PP	1,461	1,444	1,445	1,1	11	139
PSC	0,2	0,387	0,362	-44,8	16	107
PSOL	0,17	0,095	0,106	60,4	18	106
PMN	0,06	0,254	0,229	-73,8	11	77
PHS	0,027	0,168	0,151	-82,1	11	77
PSDC	0,067	0,281	0,263	-74,5	6	65
PRONA	0,062	0,176	0,147	-57,8	20	58
PAN	0,061	0,148	0,142	-57,0	4	55
PTC	0,285	0,125	0,146	95,2	7	47
PC do B	1,261	1,059	1,109	13,7	15	45
PRP	0,039	0,113	0,108	-63,9	3	40
PSL	0	0,051	0,049	-100,0	1	40
PT do B		0,164	0,164	-100,0	0	38
PRTB	0,019	0,087	0,076	-75,0	7	36
PTN	0,197	0,129	0,141	39,7	5	24
PSTU	0,004	0,081	0,067	-94,0	3	13
PRB	0,1	0,299	0,268	-62,7	2	11
PCO	0,005	0,008	0,007	-28,6	2	4
PCB		0,16	0,16	-100,0	0	3

Financiamento de candidaturas femininas e votação

Analisando a relação entre os dois indicadores de sucesso (de receita e de votos), verificamos que há uma alta correlação entre eles (Pearson 0,673)[11]. Isto significa que quanto mais recursos arrecadados, maior a probabilidade de o candidato ter sucesso nas urnas. A correlação entre o indicador de receita e o indicador de votos é maior ainda entre as mulheres, como pode ser visto na Tabela 8.

Tabela 8

Correlação entre financiamento e votação

Correlação entre indicadores ISV (voto) e ISR (receita)	Deputado Federal
Todos os candidatos	0,673**
Mulheres	0,766**
Homens	0,669**

A Tabela 9 ilustra esta correlação. Os candidatos são reunidos em quintis de crescente sucesso em votos, medidos pelo ISV, e em quintis de arrecadação de recursos, medidos pelo ISR. Na Tabela, estas duas dimensões são combinadas formando 25 subgrupos. A distribuição do total da população (n=3.482) sobre estas 25 células revela frequências desiguais. A Tabela mostra na primeira linha os 20% de candidatos com arrecadação mais baixa. Neste grupo, mais da metade dos candidatos (11,6% de 20%) pertencem também ao grupo de candidatos com menor votação. Nenhum candidato na primeira linha alcançou a coluna à direita dos candidatos com maior votação. No caso dos 20% de candidatos com maior arrecadação (penúltima linha), a situação se inverte. Nenhum candidato deste grupo está na coluna à esquerda dos candidatos com menos votos, sendo que mais de três quartos (16,3% de 20%) se concentram na coluna à direita, que indica maior votação. A concentração do maior grupo de candidatos na linha diagonal, combinando crescente arrecadação com crescente sucesso nas urnas é evidência da importância do recurso para o sucesso eleitoral.

Tabela 9

Conexão entre votos e recursos

Proporção de candidatos em cada subgrupo Sobre o número total de candidatos		ISV (agrupado)					
		1	2	3	4	5	Total
ISR (agrupado)	1	**11,6%**	6,2%	2,2%	,1%	,0%	20,0%
	2	6,0%	**7,8%**	5,0%	1,2%	,1%	20,0%
	3	2,2%	5,1%	**8,4%**	4,3%	,1%	20,0%
	4	,3%	,9%	4,2%	**11,1%**	3,6%	20,0%
	5	,0%	,1%	,3%	3,3%	**16,3%**	20,0%
	Total	20,0%	20,0%	20,0%	20,0%	20,0%	100,0%

[11] Testando a correlação entre os índices no âmbito dos estados, os resultados são exatamente os mesmos da Tabela 1, produzida a partir dos valores absolutos de votos e recursos, demonstrando que os indicadores não distorcem as relações entre os valores dentro do estado.

Na Tabela 10, utilizamos a mesma classificação dos candidatos por quintis de ISR e ISV levando em conta o sexo dos candidatos. Verificamos que as mulheres estão concentradas no canto superior esquerdo da Tabela, onde se localizam os candidatos que têm menor arrecadação e menos votos. No canto inferior direito, as mulheres estão sub-representadas, indicando baixa presença delas entre os candidatos que têm maior arrecadação e mais votos. Consequentemente, o quadro dos homens é inverso. O resultado para os homens se aproxima da média total dos candidatos (Tabela 9) devido ao seu peso preponderante no número total de candidatos.

Tabela 10

Correlação entre votos e recursos, no grupo dos homens e das mulheres

Proporção de candidatos em cada subgrupo sobre o número total de candidatos				**ISV (agrupado)**					
				1	**2**	**3**	**4**	**5**	**Total**
SEXO	Feminino	ISR (agrupado)	1	**14,9%**	5,4%	1,7%	,0%	,0%	22,0%
			2	9,2%	**11,3%**	4,3%	,7%	,0%	25,5%
			3	3,3%	5,4%	**8,0%**	2,8%	,0%	19,6%
			4	,0%	1,4%	5,0%	**9,7%**	2,4%	18,4%
			5	,0%	,2%	,7%	1,9%	**11,6%**	14,4%
			Total	27,4%	23,9%	19,6%	15,1%	13,9%	100,0%
	Masculino	ISR (agrupado)	1	**11,1%**	6,3%	2,2%	,1%	,0%	19,7%
			2	5,5%	**7,3%**	5,1%	1,2%	,1%	19,2%
			3	2,0%	5,0%	**8,4%**	4,5%	,1%	20,1%
			4	,3%	,8%	4,1%	**11,3%**	3,7%	20,2%
			5	,0%	,1%	,3%	3,5%	**16,9%**	20,8%
			Total	19,0%	19,5%	20,1%	20,7%	20,8%	100,0%

Até aqui, constatamos que o financiamento tem forte influência sobre o sucesso eleitoral e também que há uma acentuada diferença na arrecadação de homens e mulheres. A Tabela 10 representa a conclusão lógica dos passos anteriores. O baixo desempenho das mulheres nas urnas está intimamente vinculado ao baixo financiamento das suas campanhas.

O fator reeleição

Um dos fatores intervenientes que poderá influenciar o comportamento dos doadores é o capital político dos candidatos, quer dizer, a sua experiência política. É razoável esperar que a experiência prévia dos candidatos influencie tanto a sua capacidade de arrecadar recursos quanto de conquistar votos. Será, portanto, possível que a diferença no desempenho eleitoral e financeiro dos dois sexos não seja mais do que uma consequência de diferenças em relação aos seus respectivos capitais políticos?

Podemos formular duas hipóteses sobre a influência do capital político. Primeiro, que aqueles candidatos que já ganharam outras eleições, ou que estão na política há mais tempo, mesmo que em cargos não eletivos, têm maior chance de vencer as eleições em disputa. Segundo, que candidatos com capital político elevado têm acesso a mais recursos financeiros do que outros candidatos em situação diferente. Uma das informações que capta de forma simplificada o capital político dos candidatos é a reeleição. Assim, a análise a seguir sobre a possível influência do capital político no desempenho dos candidatos usa como único indicador esta variável (reeleição).

Ao testar a primeira hipótese sobre o impacto da reeleição nas chances de sucesso eleitoral (Tabela 11), verificamos uma relação estreita entre estes dois fatores. Enquanto na totalidade dos candidatos a chance de se eleger a deputado federal é de 14,7%, esta probabilidade aumenta para 59,9% se o candidato no momento da eleição estiver ocupando uma vaga na Câmara dos Deputados. Contrariamente, os candidatos que não integram a Câmara dos Deputados têm suas chances reduzidas para apenas 7,9%. Estes números confirmam que há uma relação estreita entre o capital político e o sucesso eleitoral.

Tabela 11

Influência da reeleição sobre o sucesso eleitoral - Candidatos a deputado federal

Candidatos à reeleição			**Outros candidatos**			**Todos**		
Eleitos	Não eleitos	Todos	Eleitos	Não Eleitos	Todos	Eleitos	Não Eleitos	Todos
40,1%	**59,9%**	100,0%	92,1%	**7,9%**	100,0%	85,3%	**14,7%**	100,0%

Uma avaliação desta mesma relação separando os sexos é igualmente reveladora. A probabilidade de eleição das mulheres é menor tanto no grupo dos candidatos que concorre à reeleição como no restante (Tabela 12). Olhando para o conjunto dos candidatos, constata-se que somente 10,6% das candidatas se elegem, contra 15,3% dos candidatos. As diferenças são encontradas nos dois subgrupos. Ou seja, as mulheres são desfavorecidas tanto entre os candidatos que não tiveram mandato anterior (7,2% para mulheres versus 8,0% para os homens), quanto entre aqueles que concorrem à reeleição (53,1% versus 60,4%). Podemos concluir, portanto, que o fator reeleição ameniza a diferença entre mulheres e homens, mas não a anula.

Tabela 12

Reeleição e Sexo

	Candidatos à reeleição			**Outros candidatos**			**Todos**		
	Não eleitos	Todos	Eleitos	Não eleitos	Todos	Eleitos	Não eleitos	Todos	Eleitos
Feminino	46,9%	**53,1%**	7,0%	92,8%	**7,2%**	12,9%	89,4%	**10,6%**	12,1%
Masculino	39,6%	**60,4%**	93,0%	92,0%	**8,0%**	87,1%	84,7%	**15,3%**	87,9%

Utilizando o critério reeleição para analisar o ISV, observa-se uma situação similar entre os candidatos com mandato anterior e os demais candidatos (Tabela 13). O ISV atinge 3,22 no primeiro grupo e somente 0,66 no segundo. O ISV de homens e de mulheres é 1,03 e 0,72, respectivamente, na totalidade dos candidatos. Ou seja, o fator reeleição é mais importante para o voto de que o sexo do candidato. No entanto, a diferença entre os sexos continua em ambos os subgrupos, confirmando o resultado da Tabela 12. As mulheres têm um desempenho inferior em relação aos homens tanto no grupo dos novatos na política, quanto entre os candidatos que já estão no Congresso e disputam a reeleição.

Tabela 13
Mandato anterior, ISV e Sexo

Reeleição	Sexo	Média	N	Desvio-Padrão
N	Feminino	0,547	391	1,35148
	Masculino	0,682	2635	1,49685
	Total	0,664	3026	1,47936
S	Feminino	2,853	32	1,92431
	Masculino	3,254	424	2,47603
	Total	3,226	456	2,44180
Total	Feminino	0,721	423	1,52733
	Masculino	1,038	3059	1,88905
	Total	1,000	3482	1,85160

Olhando pelo prisma dos recursos (ISR), verificamos que a existência de um mandato anterior amplia em grande medida a arrecadação (Tabela 14). Os candidatos à reeleição têm, em média, um ISR de 3,54 enquanto os demais têm somente ISR 0,61. A Tabela também ilustra a diferença na arrecadação entre homens (ISR= 1,05) e mulheres (ISR= 0,62). Quando analisamos separadamente os candidatos à reeleição, a distância entre homens e mulheres diminui, mas não desaparece. Os homens arrecadam 3,63 vezes mais do que a média dos candidatos. Para as mulheres candidatas à reeleição, este valor é de 2,46. No grupo dos candidatos sem mandato anterior, a distância é menor. Os candidatos homens têm 0,63 da arrecadação média e as mulheres 0,46 deste valor.

Tabela 14
Reeleição, ISR e sexo

Reeleição	Sexo	Média	N	Desvio-Padrão
Candidatos sem mandato	Feminino	0,465	391	1,10143
	Masculino	0,632	2635	1,62312
	Total	0,610	3026	1,56637
Candidatos à reeleição	Feminino	2,465	32	1,76086
	Masculino	3,630	424	3,69903
	Total	3,549	456	3,60839
Todos candidatos	Feminino	0,617	423	1,27645
	Masculino	1,048	3059	2,28817
	Total	0,995	3482	2,19472

Podemos concluir que o capital eleitoral, aqui representado de forma simplificada pela variável "reeleição", tem um impacto preponderante tanto sobre o sucesso eleitoral como sobre a arrecadação financeira. Mas, mesmo assim, as diferenças no financiamento de campanhas de mulheres e homens persistem.

Conclusões e perspectivas para futuras pesquisas

Os dados analisados neste artigo atestam a importância de colocar o financiamento eleitoral dentre os fatores que mais dificultam a entrada de mulheres em posições de tomada de decisão política, particularmente em contextos onde o sistema eleitoral opera com listas abertas de candidatos. Os dados também destacam a importância de outros fatores (como o capital político) que, em tese, poderiam relativizar a influência do fator financeiro. Mas a análise dos dados sobre recursos e votos indica que a diferença entre homens e mulheres permanece, mesmo após filtrar a influência deste fator.

Neste artigo, contrastamos o financiamento das mulheres com o financiamento dos homens sob vários ângulos. Tanto na análise dos dados agregados como na análise individual, os resultados foram reveladores. As mulheres recebem menos recursos do que seus colegas, qualquer que seja a situação. Adicionalmente, a diferença permanece na medida em que os valores se aproximam de um patamar que viabiliza o sucesso das campanhas. Juntando as duas análises, sobre a importância do dinheiro e a desvantagem financeira das mulheres, chegamos à conclusão de que o financiamento eleitoral é um dos principais fatores que explica o baixo desempenho eleitoral das mulheres.

Há, no entanto, questões a serem elucidadas. Sobre o financiamento em geral, caberia questionar a direção da causalidade. Seriam os recursos arrecadados a variável independente que explicaria o desempenho nas urnas? Ou ao contrário, a expectativa de sucesso de voto é que atrairia mais financiamento? Até o momento, praticamente todos os estudos partem da primeira hipótese,

interpretando a correlação entre recursos e votos como uma relação causal onde o voto é a variável dependente.

Uma segunda indagação para futuras pesquisas se refere ao esclarecimento das causas do subfinanciamento das mulheres. Enquanto os dados sobre a desvantagem das candidaturas femininas são incontestáveis, cabe averiguar se esta diferença é causada de fato pelo gênero dos candidatos ou por outros fatores como, por exemplo, menores experiência e participação na vida pública. As mulheres receberiam menos recursos por serem mais novatas na política e menos pelo fato de serem mulheres? Homogeneizando os grupos em função do seu capital eleitoral (pelo fator reeleição), constatamos que as desigualdades em arrecadação continuam. Isto indica que o fator sexo contribui para a baixa arrecadação e, consequentemente, para o baixo desempenho nas urnas. No entanto, pesquisas mais aprofundadas são necessárias para esclarecer estas duas questões, com base em testes empíricos específicos.

Referências Bibliográficas

BALLINGTON, J. Gender equality in political party funding. In: AUSTIN, R.; TJERNSTRÖM, M. (eds.). *Funding of Political Parties and Election Campaigns*. Stockholm: IDEA, 2003.

BARROW-GILLES, C. Political Party Financing and Women's Political Participation in the Caribbean. In: GRINER, S.; ZOVATTO, D. (eds.). *Funding of Political Parties and Election Campaigns in the Americas*. San José, Costa Rica: OAS and International IDEA, 2005.

BRITTO, D. "*O elo corporativo? Grupos de interesse, financiamento de campanha e regulação eleitoral"*. Recife. Pós-Graduação em Ciência Política [Dissertação (mestrado)]. UFPE, 2009.

BURRELL, B. Campaign Financing: Women's Experience in the Modern Era. In: THOMAS, S.; WILCOX, C. (eds.). *Women and Elective Office:* Past, Present and Future. 2ª ed. New York: Oxford University Press, 2005.

_____. Looking for gender in women's campaigns for national office in 2004 and beyond: in what ways is gender still a factor? *Politics and Gender, v.* 2, n.3, p.354-362, 2006.

FOX, R. L. *Gender Dynamics in Congressional Elections*. Thousand. Oaks, CA: Sage, 1997

FRANCIA, P. L. "Early Fundraising by Nonincumbent Female Congressional Candidates. The Importance of Women's PACs". *Women & Politics*, v. 23, n. 1, p.7 - 20, 2001.

HOGAN R. E. "The Effects of Candidate Gender on Campaign Spending in State Legislative Elections". *Social Science Quarterly*, v. 88, n. 5, p. 1092-1105, 2007.

HTUN, M.; JONES, M. P. Engendering the Right to Participate in Decision-Making: Electoral Quotas and Women's Leadership in Latin America. In: CRASKE, N.; MOLYNEUX, M. (eds.). *Gender, and the Politics of Rights and Democracy in Latin America*. Basingstoke: Palgrave, 2002.

INTER-PARLIAMENTARY UNION. "*Women in Parliaments"*. Inter-Parliamentary Union, 2011. Disponível em: <http://www.ipu.org/wmn-e/classif.htm>. Acesso em: 17 set. 2010.

IBOPE/GALVÃO, P."*Mulheres na Política"*, 2009. Disponível em: <http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/images/stories/PDF/politica/pesq_mulherepol.pdf>. Acesso em: 15 set.2010.

JAKOBSEN, G. C. "The effects of campaign spending in house elections: new evidence for old arguments" *American Journal of Political Science*, v.34, n.2, p.334-362, may 1990.

LOWNDES, V. Getting on or Getting by? Women, Social Capital and Political Participation: In: GÊNERO E CAPITAL SOCIAL, 2003, Universidade de Manitoba Winnipeg, Canadá.

MATLAND, R. Enhancing Women's Political Participation: Legislative Recruitment and Electoral Systems. In: KARAN, A. (org.). *Women in Parliament:* Beyond Numbers. Stockholm: IDEA, 1998.

MIGUEL, L. F.; QUEIROZ, C. M. "Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil". *Revista Estudos Feministas*, v. 14, p. 363-385, 2006.

NORRIS, P.; LOVENDUSKI, J. *Political Recruitment.* Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

PEIXOTO, V. M. "Financiamento de campanhas: o Brasil em perspectiva comparada". *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*, v. 35, 2009.

PHILLIPS. A. *The Politics of Presence.* London: Routledge, 1995.

PINTO-DUSCHINSKY, M. "Financing Politics: A Global View". *Journal of Democracy*, v.13, n.4, p.69-86, October 2002.

RULE, W. Parliament of, by and for the people: except for women? In: RULE, W. and ZIMMERMAN, J. (eds.). *Electoral Systems in comparative Perspective:* Their impact on Women and ministers. Westport, Connecting and London: Greenwood Press, 1994.

SACCHET, T. Representação Política e Gênero no Brasil: uma análise sobre o responsividade dos Partidos. In: ENCONTRO DA ANPOCS, 34º, 2010. Caxambu, Minas Gerais. 25 a 29 de outubro.

_____. Political Parties and Gender in Latin America: an overview of conditions and responsiveness. In: GOETZ, A. M. (org.). *Governing Women*: Women´s Political Effectiveness in Contexts of Democracy and Governance Reform. New York: Routledge, 2008.

_____. "Capital Social, Gênero e Representação Política no Brasil". *Opinião Pública*, Campinas, v.15, n.2, 2009.

SAMUELS, D. "Money, Elections, and Democracy in Brazil". *Latin American Politics and Society*, v.43, n.2, p. 27-48, Summer, 2001.

SPECK, B. W. "Reagir a escândalos ou perseguir ideais? A regulação do financiamento político no Brasil". *Cadernos Adenauer*, Ano 6, n. 2, p. 123-159, 2005.

_____. "O financiamento da política nos Estados Unidos. Uma aproximação descritiva". *Estudos e Análises de Conjuntura*, n. 2/2010, Observatório Político dos Estados Unidos, 2010.

STRATMANN, T. "How prices matter in politics: the returns to campaign advertising". *Public Choice,* 140, p. 357–377, 2009.

THOMPSON, J. A.; MONCRIEF, G. F.; HAMM, K. E. Gender, Candidate Attributes, and Campaign Contributions. In: THOMPSON, J. A.; MONCRIEF, G. F. (eds.). *Campaign Finance in State Legislative Elections*. Washington, DC: CQ Press, 1998.

UHLANER, C. J.; SCHLOZMAN, K. L. "Candidate Gender and Congressional Campaign Receipts", *Journal of Politics*, v. 48, p.30-50, Feb. 1986.

Teresa Sacchet - teresa.sacchet@gmail.com

Bruno Speck - bruno.speck@gmail.com

Recebido para publicação em dezembro de 2010.

Aprovado para publicação em novembro de 2011.

Elecciones 2009 en Uruguay: permanencia de lealtades políticas y accountability electoral

Lucía Selios
Instituto de Ciencia Política
Faculdade de Ciencias Sociales
Universidad de la República

Daniela Vairo
Instituto de Estudos Sociais e Políticos
Universidade Estadual do Rio de Janeiro

Resumen: En este artículo se indagan las principales características asociadas al comportamiento electoral en las elecciones nacionales uruguayas en el año 2009. Através de la estimación de modelos probit en base a una encuesta electoral, se encuentra que la evaluación de la gestión del gobierno, la percepción de la economía y los aspectos ideológicos aparecen jugando fuertemente en esta elección caracterizada por la baja volatilidad. Estos hallazgos indican la existencia de fuertes lealtades a los partidos agrupados en familias ideológicas, combinadas con aspectos evaluativos sobre el desempeño económico y político, que pautan el voto de los uruguayos en esta elección.

Palabras-clave: comportamiento electoral; opinión pública; elecciones; Uruguay

Abstract: This paper inquires about the main characteristics of voting behavior in uruguayan national elections in 2009. Using a probit analysis based on an election poll it is found that government management, perception of economy and ideological issues play an important role in this election characterized by low volatility. These findings indicate strong party loyalties aggregated in "ideological families" as well as evaluative aspects about political and economic performance that determine the Uruguayan vote.

Keywords: voting behavior; public opinion; elections; Uruguay

Introducción[1]

Las elecciones de octubre de 2009 llevaron por segunda vez consecutiva al Frente Amplio a la Presidencia de la República. En dichos comicios se constató el menor nivel de volatilidad desde 1984 pero, al mismo tiempo, investigaciones recientes (DE ARMAS, 2009; SELIOS, 2009) insinúan un cambio en los factores que explican el voto que llevarían a una reinterpretación del comportamiento electoral en el país. En este artículo indagaremos las principales características asociadas al voto en el año 2009 y a partir de ellas intentaremos descifrar los principales cambios electorales y su proyección.

El análisis del comportamiento electoral de los votantes uruguayos en las últimas elecciones nacionales será realizado desde la óptica de la evolución de las fidelidades partidarias (ROSE & Mc ALLISTER, 1990). Los autores presentan un modelo que permite observar el fenómeno electoral en la relación simbiótica partido-elector, considerando las principales teorías sobre comportamiento electoral e interpretando los resultados en función de la estabilidad o inestabilidad en los votantes y los partidos políticos.

Concretamente, este artículo se centra en la parte del modelo de análisis que se enfoca desde el lado del elector, identificando una variedad de lealtades que son construidas a "lo largo de la vida" y que influyen en el comportamiento del ciudadano común el día de la elección. De esta manera, el modelo incluye: "...la influencia de los padres durante el crecimiento de sus hijos; el interés material socio-económico que los adultos desarrollan en el trabajo y como dueños de casa; los valores políticos que ofrecen medios duraderos para evaluar lo que una persona experimenta o conoce; el contexto social de la comunidad; la religión y la nación; y el desempeño actual de los partidos y sus líderes"[2] (ROSE & Mc ALLISTER, 1990, p.1).

Así, el peso de las diferentes lealtades en la decisión electoral permite determinar si el electorado en general presenta un comportamiento estable o en su defecto, inestable: cuando la decisión está sujeta a evaluaciones de la coyuntura política, económica y la oferta de los partidos en cada elección.

El marco analítico: relación partidos-electores como marco interpretativo

Variada literatura sobre comportamiento electoral argumenta que los votantes no deciden su voto sólo por las propuestas de los partidos sino que existe una decisión razonada íntimamente, ligada a los procesos vividos por los individuos y sus expectativas sobre los partidos políticos. Se entiende que en algunas situaciones el elector no es pasivo ni estrictamente racional, pero sí reflexivo y con capacidad para replantearse el voto, particularmente cuando existe "disonancia cognitiva" (OSKAMP, 1991),

[1]Este artículo modifica y mejora el análisis ya presentado por las autoras en un capítulo que forma parte del libro BUQUET y JOHNSON (2010) bajo el nombre: "Desde las lealtades partidarias a la accountability electoral: Análisis de las determinantes del voto y la reciente evolución electoral en Uruguay". Agradecemos la invalorable colaboración para este artículo de la Licenciada en Ciencia Política Guadalupe Goyeneche y el Comunicador Esteban Selios. Asimismo, agradecemos especialmente los comentarios del árbitro anónimo de la revista.
[2] Traducción de las autoras.

producida por cambios en las orientaciones de los partidos políticos que no son acompañadas por las propias convicciones y características del elector.

Una línea argumentativa similar, señala que el votante no es un agente racional que se comporta como un "consumidor" ante un producto en competencia como postula la escuela economicista del voto (DOWNS, 1957), sino que a partir de las ofertas, el votante proyecta su voto como una inversión para su bienestar futuro (POPKIN, 1994). En esa decisión evalúa elementos prospectivos y retrospectivos[3] de los partidos, las políticas y los discursos (FIORINA, 1981; POWELL, 2000; MARAVALL y SANCHEZ CUENCA, 2008).

Fiorina (1981) desarrolla el concepto de voto retrospectivo, donde la decisión de voto se explica por la evaluación que realiza el votante sobre la performance del gobierno anterior, utilizando una lógica de premios y castigos, en la cual se premia a los gobiernos con los que se está satisfecho y se castiga a los partidos que no han realizado una buena gestión gubernamental. De esta manera, el comportamiento electoral puede ser interpretado a través de los juicios retrospectivos que realiza el electorado acerca de los resultados de las acciones del gobierno. Con esta lógica Fiorina (1981) concluye que lo que determina la elección del votante son las expectativas que tiene sobre cada uno de los candidatos, aunque estas expectativas se encuentran claramente afectadas por las experiencias pasadas.

Otras vertientes desarrollan una explicación del comportamiento electoral fundada en teorías acerca de las lealtades partidarias y pertenencia partidaria. (LAZARSFELD, BERELSON y GAUDET, 1948), en su trabajo pionero en esta perspectiva, afirman que las personas que comparten ciertas características estructurales generalmente votan por el mismo candidato, generando homogeneidad política en los grupos sociales. Esas características vienen dadas por variables estructurales tales como la edad, el status socioeconómico, el lugar de residencia, la ocupación o la religión.

En este trabajo se le dará especial atención al modelo que presentan (ROSE & Mc ALLISTER, 1990). Los autores consideran que el fenómeno electoral debe tener en cuenta dos tipos de actores operando: los partidos por un lado y los electores por otro. Los autores proponen cuatro posibles relaciones lógicas resultantes de la interacción entre partidos y electores en función del cambio o estabilidad de cada uno.

En el caso de los electores, la inestabilidad indica que su decisión electoral se basa en su evaluación de los resultados de las políticas, de la gestión de gobierno y de la oposición, etc. Por su parte, la estabilidad se visualiza cuando los electores continúan votando por su partido más allá de los resultados, coyuntura política y estrategias partidarias (ROSE & Mc ALLISTER, 1990, p.29). En este caso su voto se asocia a características socioeconómicas, demográficas, el llamado "voto clasista", el "voto religioso", etc. Cuando los electores son inestables, los elementos prospectivo y retrospectivo del voto juegan un papel muy importante porque en estas evaluaciones de promesas y acciones partidarias se funda la base de la representación democrática, permitiendo la *accountability* (rendición de cuentas) que implica que el elector tiene la capacidad de castigar o premiar a los políticos por su actuación pasada; es

[3] Las teorías elaboran este punto sobre expectativas programáticas vs. resultados de políticas, predominando el plano económico.

la capacidad de remover políticos según su performance. Esta noción implica que de algún modo el político es responsable ante el electorado, quien evalúa sus promesas pasadas y sus resultados.

La estabilidad del comportamiento electoral de los ciudadanos, se sustenta en las variables que se aprenden tempranamente en la vida de los individuos y, por lo tanto, son más difíciles de cambiar. Específicamente las dimensiones que indicarían la estabilidad de los electores en el modelo de (ROSE & Mc ALLISTER, 1990) provienen originalmente del trabajo de (LAZARSFELD, BERELSON y GAUDET, 1948).

El hecho de que los electores sean estables no significa que no se produzcan cambios en el sistema político, pero estos son lentos y progresivos. Por ejemplo, en la teoría de clivajes, propuesta por Lipset y Rokkan en 1967, se considera que el comportamiento electoral refleja características sociales o de clase (KRIESI, 1998; PARAMIO, 1998) que en el tiempo produjo cambios en varios sistemas políticos. Así, si los votantes de clase trabajadora votan a un partido y éste siempre recibe los votos de ese grupo social, conforme aumenten los trabajadores aumentará, elección tras elección, su base electoral independientemente de la coyuntura política o los liderazgos. Para que estas explicaciones socio-estructurales de las lealtades políticas y el voto tengan sentido, deben existir partidos políticos capaces de generar y capitalizar estas diferencias en la sociedad.

De esta manera, el partido es el que "propone y los electores disponen" (ROSE & Mc ALLISTER, 1990, p.2) porque son los primeros quienes tienen la capacidad e incentivos para cambiar la orientación y estrategias hacia un electorado por el que compiten. Si los electores son estables, las acciones de los partidos estarán principalmente[4] orientadas a reforzar las identidades políticas, las características socio-estructurales y activando otros clivajes. Ahora bien, cuando los electores son inestables la competencia electoral pasa al dominio de otras estrategias electorales: el partido en el gobierno realiza un discurso sobre los logros alcanzados y promete mejorar el bienestar a través de sus políticas, mientras que la oposición critica las acciones del gobierno y realiza promesas electorales sobre las ideas para su gestión. Así, en los casos en que el modelo de ROSE & Mc ALLISTER (1990) prevé electores inestables opera mejor la *accountability electoral*.

En definitiva, siguiendo los enfoques teóricos de los autores reseñados y especialmente de ROSE & Mc ALLISTER, la propuesta del artículo es analizar el comportamiento electoral en los comicios presidenciales de 2009 en Uruguay.

El caso: los cambios del sistema de partidos y el comportamiento electoral en Uruguay

La evolución electoral

A lo largo de su historia democrática Uruguay presenta un sistema de partidos enraizados con electorados estables (GONZÁLEZ, 1993; 1999; SOTELO, 1999). De hecho, el primer gran cambio en el Uruguay fue la alternancia de 1958, cuando el Partido Nacional alcanza el gobierno nacional gracias a la

[4] Los partidos no son maquinarias homogéneas y en todos los casos conviven estrategias que combinan elementos afectivos y simbólicos con promesas electorales y críticas a la gestión. El tema aquí es la prioridad en la estrategia hacia su electorado.

unificación partidaria y a un contexto de descontento generalizado. El segundo gran cambio es en 1971 con la irrupción del Frente Amplio[5] y el consiguiente cambio en el sistema de partidos.

En la primera elección después a la dictadura militar, en 1984, el mapa electoral resurge casi incambiado. El Partido Colorado gana la Presidencia, seguido por el Partido Nacional y por último el Frente Amplio con similares guarismos a los de 1971. En la siguiente elección de 1989 aparecen dos novedades. Por un lado, vuelve la alternancia en el gobierno; el Partido Nacional gana las elecciones y traza importantes acuerdos legislativos y de gobierno con parte del Partido Colorado. Por su parte, el Frente Amplio accede al gobierno municipal de Montevideo. En 1994 triunfa el Partido Colorado aunque sus contingentes legislativos son más escasos, lo que lleva al primer gobierno de coalición en el país (CHASQUETTI, 1998).

La siguiente elección en 1999 se produce bajo la normativa de la reforma constitucional de 1996, que introdujo novedades que hacen a la lógica de competencia inter e intra-partidaria: mayoría absoluta o segunda vuelta y candidatura única por partido para la elección presidencial, separación de elecciones nacionales y departamentales, internas partidarias previas obligatorias y simultáneas, eliminación de acumulación por sublemas en la elección de Diputados, entre otras disposiciones. En esta elección la izquierda gana la primera vuelta pero al no conseguir la mitad mas uno de los votos debió disputar la segunda vuelta con el Partido Colorado, partido que resultó vencedor gracias a los votantes del Partido Nacional (CANZANI, 2000, p.256).

En la elección de 2004 la izquierda accede al gobierno y con mayoría legislativa propia, confirmando una tendencia en el comportamiento electoral detectada varios años antes (GONZÁLEZ & QUEIROLO, 2000). En esta elección también se verifica una drástica reducción de la fragmentación del sistema de partidos que se ubica en un formato de dos partidos y medio. En base a este hecho muchos autores (GONZÁLEZ & QUEIROLO, 2000; LANZARO, 2000; MOREIRA, 2004; LUNA, 2004; BUQUET & DE ARMAS, 2004; CHASQUETTI & GARCÉ, 2005); señalan que el bipartidismo tradicional ha encontrado su nueva versión entre dos bloques o familias ideológicas: "tradicional y desafiante". En 2004 el trasiego de votantes entre bloques es mucho menor al registrado entre partidos (BUQUET, 2005), y ambos se reducen drásticamente en 2009. En la última elección, parece que se ha hallado una suerte de equilibro entre los votantes de los distintos bloques y el traspaso dentro de la familia tradicional se mantiene alto (Tabla 1).

Tabla 1

Resultados electorales, volatilidad en Uruguay 1984-2009

		1984	1989	1994	1999*	2004	2009
Volatilidad	Interpartidaria	5,7	13,4	11,5	9,9	24,8	7,6
	Interbloque	4,9	7,1	5,6	8,5	9,4	1,7

Fuente: Banco de Datos Política y RRII Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de la República.

[5]Este partido, que se denominó por mucho tiempo "coalición de izquierda", fue la unión de todos los grupos de izquierda y algunos escindidos de los partidos tradicionales.

En síntesis, esta evolución electoral, que determinó un movimiento de un sistema bipartidista a uno multipartidista, derivó en la conformación de dos polos o bloques políticos. Por una parte, la familia tradicional compuesta por el Partido Colorado y el Partido Nacional, partidos fundacionales ubicados del centro a la derecha del espectro político ideológico. Por su parte, la familia de izquierda compuesta actualmente por el Frente Amplio, partido ubicado del centro hacia la izquierda de la escala ideológica.

Enfoques desde los partidos y desde los electores

Quienes han estudiado el comportamiento electoral de los uruguayos a lo largo del tiempo han aportado elementos de gran utilidad para la comprensión del fenómeno desde el punto de vista de los partidos y de los electores. En estos trabajos se evidencia la existencia de las familias o bloques políticos, no sólo en las preferencias electorales sino también en las actitudes de los votantes y las estrategias de los partidos.

En cuanto al estudio de los partidos, se han desarrollado algunas interpretaciones que procuran explicar el cambio en la competencia política en el país. En primer lugar, el cambio ideológico del Frente Amplio, que en los últimos años avanza hacia el centro del espacio político (GARCÉ & YAFFÉ, 2004), al mismo tiempo que opera un movimiento hacia la derecha por parte de los partidos tradicionales (ALTMAN, 2002). En segundo lugar, la "crisis de intermediación", particularmente en los partidos tradicionales (MIERES, 1997), tema que sido también problematizado por Yaffé (2005) y Luna (2004), que coinciden al afirmar que en los últimos años los partidos tradicionales pierden su capacidad de establecer clientelas o bases electorales amplias y estables.

Y finalmente la interpretación que hace a los liderazgos, competencia interna y campañas. Aquí se destaca la importancia de los liderazgos y la competencia interna como estrategia exitosa para los partidos así como el manejo de la campaña, buscando equilibrios de competencia y cooperación para el fortalecimiento partidario (YAFFÉ, 2005; CHASQUETTI & GARCÉ, 2005).

Desde el punto de vista de los electores, que es en el que nos centraremos en la parte de análisis de datos de este artículo, se han desarrollado numerosos trabajos que procuran explicar el comportamiento de los votantes. Las explicaciones van desde los componentes socio-estructurales hasta los valores políticos y la ideología, la evaluación del desempeño económico y de liderazgos y los efectos de las campañas en el voto. A continuación haremos un breve repaso de estas visiones sobre el comportamiento electoral.

En los enfoques de tipo socio-estructural se recorren varias estrategias analíticas. Una de ellas es analizar los resultados electorales y las características del territorio y la población en términos agregados (MIERES, 1994; MOREIRA, 2004; MAGRI, 2004) Estos trabajos identificaron una "modernización" y "tradicionalización" del voto en el país; allí dónde las características de la población eran de tipo "modernas" el voto al Frente Amplio era mayoritario, mientras que en las "tradicionales" ganaba el Partido Nacional o el Colorado.

Otros autores trabajan con encuestas e identifican el peso de las tradiciones familiares, que aparecían como relevantes entre los frentistas y no así entre votantes de los partidos tradicionales, quienes habían perdido la capacidad de trasmisión familiar del voto. Es decir, los hijos de

frenteamplistas votaban al Frente Amplio en una proporción mucho mayor que los de las familias tradicionales (MONESTIER, 1999; MOREIRA, 2000). Por su parte la tesis demográfica explicaba el crecimiento electoral del Frente Amplio a través del recambio generacional. Ésta expone que mayoritariamente, los nuevos electores votaban por el Frente Amplio, mientras que las generaciones mayores preferían a los partidos tradicionales. (AGUIAR, 2000; CANZANI, 2000).

Dentro de los enfoques que explican el comportamiento electoral a partir de las posiciones y grupos sociales, se destaca aquel que se centra en el llamado "voto religioso". A principios de la década de 1990 el voto vinculado a la religión aparecía como relevante para diferenciar a los electorados de los partidos Nacional y Colorado. Finalmente, otros trabajos analizan aspectos socioeconómicos destacando que los frentistas pertenecerían a clases de ingresos medios y altos con educación media y alta y más jóvenes (MIERES, 1990; 1994).

Investigaciones recientes encuentran que la conexión entre voto y regiones más o menos "tradicionales" en Uruguay parecería haber desaparecido (BUQUET, 2005). También se erosiona la relación entre clase, voto, y "modernidad" en el voto a la izquierda (MOREIRA, 2005). Y, finalmente, tiene fin el efecto demográfico en el voto al Frente Amplio (DE ARMAS, 2009) y con ello la trasmisión familiar del voto.

Por otra parte se ha elaborado un enfoque basado en los valores políticos que ha sido ampliamente desarrollado y caracteriza a los frenteamplistas como demócratas insatisfechos (ROSELL, 2002; MOREIRA, 2004; HARETCHE, 2004).

Dentro de este enfoque, los análisis de autoidentificación ideológica son muy utilizados para la explicación del comportamiento electoral y existe una fuerte correspondencia entre la posición de los electores y la del partido elegido (COLOMER & ESCATEL, 2005). Este hecho es especialmente destacado en Uruguay y considerando movimientos en la distribución del electorado identificados ante la contienda electoral (GONZÁLEZ, 2004), se pudieron realizar estimaciones muy precisas de los resultados de las elecciones de 2004 y 2009 en base a encuestas de opinión pública (BUQUET & SELIOS, 2004; SELIOS, 2009).

Luego de las elecciones de 2004 surgen algunos trabajos que incorporan el peso de los liderazgos y el desempeño del gobierno (CANZANI, 2005; CHASQUETTI & GARCÉ, 2005) y otros en la línea de la performance económica (LUNA, 2002; ARMELLINI, 2005) como determinantes del voto. En estos últimos se analiza cómo ciertos indicadores económicos objetivos, tales como el desempleo, explican cambios en las opiniones de los votantes. En esta línea se constata además que en los meses de implementación del Impuesto a la Renta de las Personas Físicas las consultoras de opinión pública marcan una caída en la intención de voto al Frente Amplio que se mantuvo hasta mediados del 2009 (SELIOS, 2009).

Por último, la mayoría de los trabajos sobre comportamiento electoral en Uruguay estiman que los efectos de los medios y de la campaña tienen un peso relativamente bajo en la decisión de voto. Sin embargo, en un trabajo reciente De Armas (2005) investiga el momento de decisión del voto durante la campaña en 1994 y 2004 y encuentra que el porcentaje de encuestados que declaran haberse decidido

durante la campaña coincide con la volatilidad registrada en cada elección. Además descubre que los votos de los "activados, conversos, o movilizados" se distribuyeron de manera asimétrica, siendo la campaña del Frente Amplio la que menos impactos tuvo en el electorado. El momento de decisión de voto durante la campaña parece haber influido en el traspaso de votos colorados a nacionalistas, o sea que el impacto se produce dentro del bloque o familia tradicional, pero es marginal entre bloques (DE ARMAS, 2005).

En definitiva, el recorrido histórico y las interpretaciones del voto en el país indican que recientemente los partidos, tomados como bloques o familias, se movieron en sus posicionamientos ideológicos, pero al mismo tiempo perdieron ciertas capacidades de intermediación y construcción de identidades políticas. Al mismo tiempo, las clásicas interpretaciones del comportamiento electoral en Uruguay han perdido vigencia pues pierden fuerza explicativa las variables estructurales y cobran fuerza las explicaciones sobre la evaluación de la gestión y la economía.

En esta coyuntura, y colocándonos del lado de los electores, cabe preguntarse entonces: ¿cuáles son las determinantes del voto a las familias ideológicas en Uruguay para las elecciones de 2009?

Metodología

Para el análisis de las determinantes del voto a las dos familias ideológicas, se utiliza la base de datos[6] de la segunda ola de una encuesta panel telefónica realizada por el Instituto de Ciencia Política en octubre y noviembre de 2009. El análisis se realiza a través de la estimación de dos modelos estadísticos probit[7], uno correspondiente a los determinantes del voto en 2009 a la familia de izquierda[8] y otro a la familia tradicional[9].

Los posibles determinantes del voto pueden dividirse en varias dimensiones explicativas del comportamiento electoral. De esta manera, las variables independientes incluidas en ambos modelos contemplan las principales teorías sobre el voto y la acumulación de la literatura nacional.

Las 6 dimensiones abarcan entonces varios ángulos de interpretación del voto en el país: componentes sociodemográficos, relaciones particularistas, comportamientos o hábitos políticos, importancia de valores políticos, satisfacción de intereses y efectos de campaña. El resultado de la operacionalización de las variables utilizadas se presenta en la Tabla 2:

[6] Encuesta panel (dos mediciones) realizada en el marco del taller Procesos Electorales de la Licenciatura en Ciencia Política de la Facultad de Ciencias Sociales, UdelaR. Se trata de una encuesta telefónica representativa de todo el país con muestreo probabilístico aleatorio polietápico por conglomerados con tres puntos de muestreo con afijación proporcional a la distribución de la población: nivel nacional, departamental y local. El marco de muestreo fue el listado de teléfonos georeferenciados, que tiene amplia cobertura en el Uruguay (95%). El margen de error es de +-4,1%, con 95% de confianza. La base de datos que se utiliza en este trabajo pertenece a la segunda ola (604 casos realizados entre el 7 y el 15 de noviembre de 2009, en relación a los 916 casos de la primera ola de octubre). Si bien la mortandad muestral entre la primera y la segunda medición es de 34%, se constató que la segunda muestra, con la que trabajamos aquí, está ajustada a criterios poblacionales y fue ponderada por intención de voto.

[7] Los modelos probit son parte de los modelos de respuesta dicotómica. En este caso, los modelos probit explican la probabilidad de votar a la familia de izquierda (modelo 1) y de votar a la familia tradicional (modelo 2) en función de ciertas variables independientes seleccionadas.

[8] La variable de voto a la familia de izquierda asume el valor 1 cuando el encuestado declara haber votado al Frente Amplio en octubre de 2009 y valor 0 para cualquier otra respuesta.

[9] La variable de voto a la familia tradicional asume el valor 1 cuando el encuestado declara haber votado al Partido Nacional o al Partido Colorado y valor 0 para cualquier otra respuesta.

Tabla 2

Operacionalización

Dimensión	Sub-dimensión	Variable	Nomenclatura y Tratamiento
Componentes socio-económicos	Básicas	Sexo	*Mujer* asume el valor 1 si el encuestado es mujer y 0 si es hombre.
		Edad	Recodificada en tres tramos, y fueron introducidos en el modelo los tramos de 30 a 64 años (variable *de30a64*) y 65 años y más (variable *de65ymas*).
		Religión	*Nocreyen* asume el valor 1 si la persona responde que no es creyente en Dios y valor 0 para el resto de las respuestas.
	Posición social	Nivel educativo	Recodificada en tres categorías, y fueron introducidas en el modelo: *secundar*, que asume el valor 1 si el encuestado alcanzó el nivel educativo secundario y *primaria*, que asume el valor 1 si alcanzó el nivel primario.
	Contextual	Lugar de residencia	*Montevideo* asume el valor 1 si el encuestado reside en Montevideo y valor 0 si reside en el interior.
Relaciones particularistas	Influencias de su entorno	Homogeneidad voto del entorno familiar y amigos	*Homogene* asume el valor 1 si el encuestado declara que todos o la mayoría de su familia y que todos o la mayoría de sus amigos votaron en la elección de 2009 el mismo partido que el encuestado.
	Fidelidad del voto	Voto al mismo partido	*Siempre/* asume el valor 1 si el encuestado manifiesta haber votado siempre al mismo partido en todas las elecciones en las que participó y valor 0 para el resto de las respuestas.
	Involucramiento político	Activismo político	*Activismo* asume el valor 1 cuando el encuestado asistió a algún acto, caravana o reunión política durante la última campaña.
Comportamientos o hábitos políticos	Interés en política	Interés en política	*Intpol* asume el valor 1 si el encuestado está muy o bastante interesado en política y 0 si está poco o nada interesado o no responde.
Importancia de valores políticos	Estado/Mercado	Intervención del Estado	*Interven* asume el valor 1 cuando el encuestado considera que el Estado uruguayo debería aumentar su intervención en la economía y 0 para quienes creen que debe disminuir o no responden.
	Ideología	Autoidentificación ideológica	Se recodificó en tres categorías y se introdujeron en el modelo: *autoidiz*, que asume el valor 1 cuando el encuestado se coloca en los valores entre 0 y 3 de la escala de autoidentificación ideológica (denominada izquierda) y *autoidder*, que asume el valor 1 cuando el encuestado se ubica en los valores denominados de derecha (del 7 al 10 en la escala).
Satisfacción de intereses	Evaluación de Gestión del Gobierno	Evaluación de Gestión del Gobierno	*Gestiong* asume el valor 1 si el encuestado califica a la gestión de gobierno de Vázquez como buena o muy buena y 0 para el resto de las respuestas
	Evaluación de la situación económica país	Evaluación de situación económica actual y futura del país	*Econpais* asume valor 1 si el encuestado manifiesta que la situación económica actual del país es buena o muy buena y al mismo tiempo considera que la situación económica del país dentro de un año será mejor.
	Evaluación de la situación económica persona	Evaluación de situación económica actual y futura personal	*Econpers* asume valor 1 si el encuestado manifiesta que su situación económica actual personal es buena o muy buena y al mismo tiempo considera que dicha situación dentro de un año será mejor.
Efectos de campaña	Información política y propaganda	Influencia de información política en campaña	*Impinf* asume el valor 1 si el encuestado cree que la información política le ayudó mucho o bastante para formar su opinión sobre los candidatos y 0 para el resto de las respuestas.
		Influencia de propaganda	*Infpub* asume el valor 1 si el encuestado señala que las propagandas políticas de la campaña influyeron mucho o bastante en su decisión de voto.

Fuente: Elaboración propia

Comprendiendo las determinantes del voto: estimación de modelos y análisis
Voto a la familia de izquierda

¿Qué variables están asociadas con el voto a la familia de izquierda? En la Tabla 3 (Modelo 1) se presenta la estimación de los cambios en la probabilidad de que el encuestado manifieste haber votado a la familia de izquierda en octubre de 2009. Además de los coeficientes, su signo y su significación se presentan los efectos marginales de las variables que resultaron estadísticamente significativas, como forma de dar cuenta de la magnitud del efecto de las variables independientes sobre la probabilidad de que los encuestados respondan que votaron a la familia de izquierda.

Tabla 3. Modelo 1[10]
Coeficientes y efectos marginales, variable dependiente *fliaizq*

Variables	Coeficiente	Efectos marginales sobre P(*fliaizq*=1)
Mujer	0.274 (0.174)	
De30a64	0.204 (0.224)	
De65ymas	0.468 (0.277)	
Nocreyen	0.192 (0.186)	
Secundar	0.246 (0.182)	
Primaria	-0.065 (0.246)	
Montevid	0.516*** (0.172)	0.202 (0.066)
Siemprel	-0.122 (0.182)	
Intpol	-0.016 (0.171)	
Homogene	0.775*** (0.198)	0.301 (0.072)
Activism	0.622*** (0.181)	0.244 (0.069)
Intervene	0.663*** (0.167)	0.251 (0.062)
Autoidiz	0.760*** (0.210)	0.295 (0.076)
Autoidde	-1.469*** (0.231)	-0.493 (0.055)
Gestiong	1.359*** (0.185)	0.491 (0.055)
Econpais	0.547*** (0.182)	0.215 (0.070)
Econpers	0.439** (0.193)	0.174 (0.075)
Impinf	-0.269 (0.189)	
Infpub	0.310 (0.268)	

Fuente: Elaboración propia
-Errores estándar entre paréntesis; ***, **, significativa al 99 y 95%, respectivamente.

Las variables que tienen una relación significativa con la variable dependiente y presentan un efecto marginal más fuerte, corresponden a la dimensión de valores políticos y satisfacción de intereses.

Concretamente, en cuanto a la satisfacción de intereses, el modelo predice que evaluar positivamente la gestión del gobierno aumenta en 49 puntos porcentuales la probabilidad de votar al

[10] La probabilidad predicha por el modelo de que los encuestados respondan que votaron al Frente Amplio (*fliaizq*=1) es de 0,453. Al tratarse de una variable dependiente binaria, esta probabilidad significa que en promedio un 45,3% de los entrevistados respondería que votó al Frente Amplio. Mientras tanto, el porcentaje efectivo de personas que en la muestra manifestaron haber votado al Frente Amplio es de 47,9%, por lo que la diferencia entre el valor predicho y el efectivo es pequeña (2,6%). Por tanto, dicha medida de bondad de ajuste del modelo es satisfactoria aunque es una medida parcial.

Frente Amplio. Además, quienes tienen una visión positiva sobre la situación económica actual y futura, tanto personal como del país, tienden a votar en mayor medida al FA con relación a quienes tienen visiones negativas o no emiten opinión. El modelo estima un aumento de 22 puntos porcentuales en la probabilidad de votar al FA para quienes tienen una percepción positiva sobre el país y de 17 puntos porcentuales cuando se evalúa positivamente la situación personal.

Con respecto a los valores políticos, la probabilidad de que los individuos voten al Frente Amplio en 2009 disminuye 49 puntos porcentuales si el entrevistado se autoidentifica ideológicamente como de derecha. En cambio, si el entrevistado se identifica como de izquierda, la probabilidad del voto al Frente Amplio aumenta en 30 puntos porcentuales. Asimismo, considerar que debe aumentar la intervención del Estado en la economía aumenta 25 puntos porcentuales la probabilidad de votar al Frente Amplio.

Según los resultados del modelo, también influyen algunas variables de la dimensión comportamental y de relaciones particularistas. Así, el voto a la familia de izquierda se vincula positivamente también con la participación en actos, caravanas o reuniones políticas (aumenta 24 puntos porcentuales la probabilidad estimada del voto al Frente Amplio) y con presentar homogeneidad entre el voto personal y el de los familiares y amigos (la probabilidad estimada aumenta 30 puntos porcentuales).

Finalmente, dentro de las variables de la dimensión sociodemográfica el modelo predice que vivir en Montevideo aumenta la probabilidad estimada de votar al Frente Amplio en 20 puntos porcentuales, con respecto a quienes viven en el interior.

Voto a la familia tradicional

¿Y qué variables están asociadas con el voto a la familia tradicional? En la Tabla 4 (Modelo 2) se presenta la estimación de los cambios en la probabilidad de que el encuestado manifieste haber votado a la familia tradicional en las últimas elecciones nacionales, dadas las mismas variables independientes que en el modelo para la familia de izquierda.

Tabla 4. Modelo 2[11]

Coeficientes y efectos marginales, variable dependiente *fliatrad*

Variables	Coeficiente	Efectos marginales sobre P(*fliatrad*=1)
mujer	-0.108 (0.171)	
de30a64	-0.627*** (0.224)	-0.244 (0.085)
de65ymas	-0.899*** (0.281)	-0.316 (0.083)
nocreyen	-0.518** (0.203)	-0.194 (0.071)
secundar	0.030 (0.182)	
primaria	0.121 (0.240)	
montevid	-0.627*** (0.171)	-0.240 (0.063)
siemprel	0.537*** (0.171)	0.211 (0.066)
intpol	0.109 (0.169)	
homogene	-0.511*** (0.191)	-0.191 (0.067)
activismo	-0.325 (0.178)	
interven	-0.387** (0.162)	-0.151 (0.063)
autoidiz	-0.977*** (0.267)	-0.337 (0.073)
autoidde	1.366*** (0.187)	0.503 (0.057)
gestiong	-1.245*** (0.175)	-0.464 (0.059)
econpais	-0.355 (0.186)	
econpers	-0.494** (0.201)	-0.184 (0.070)
impinf	0.102 (0.197)	
infpub	-0.178 (0.257)	

Fuente: Elaboración propia
-Errores estándar entre paréntesis
***, **, significativa al 99 y 95%, respectivamente.

Al igual que para el modelo de voto a la familia de izquierda, el voto a la familia tradicional está fuertemente asociado a las dimensiones de valores políticos y satisfacción de intereses. La probabilidad predicha por el modelo de votar a la familia tradicional aumenta 50 puntos porcentuales entre quienes se ubican en la escala de autoidentificación ideológica en el espacio de derecha. Por su parte, el voto a los partidos tradicionales está vinculado negativamente con la autoidentificación de izquierda (la probabilidad estimada disminuye 34 puntos porcentuales).

En cuanto al efecto de la evaluación de la gestión de gobierno, la probabilidad de votar a la familia tradicional disminuye 46 puntos porcentuales si el encuestado evalúa positivamente la gestión del gobierno. Por su parte, la creencia de que el Estado debe aumentar el nivel de intervención en la economía, disminuye 15 puntos porcentuales la probabilidad estimada de votar a la familia tradicional, mientras que disminuye 18 puntos porcentuales cuando el encuestado evalúa positivamente su situación económica personal actual y futura.

[11]La probabilidad predicha por el modelo de que los encuestados respondan que votaron a la familia tradicional (*fliatrad*=1) es de 0,418. Al tratarse de una variable dependiente binaria, esta probabilidad significa que en promedio un 41,8% de los entrevistados respondería que votó al Partido Nacional o al Partido Colorado. Mientras tanto, el porcentaje efectivo de personas que en la muestra manifestaron haber votado a la familia tradicional es de 46,1%, por lo que la diferencia entre el valor predicho y el efectivo no es muy elevada (5,7%). Por tanto, dicha medida de bondad de ajuste del modelo es satisfactoria aunque es una medida parcial.

Pero entre votantes de la familia tradicional las características sociodemográficas tienen mayor peso y diversidad que en el voto al Frente Amplio. Según el modelo, el voto a la familia tradicional se vincula con la edad, la religión y el lugar de residencia. La probabilidad predicha por el modelo disminuye en 24 puntos porcentuales si el encuestado tiene entre 30 y 64 años y en 32 puntos porcentuales si tiene 65 o más años, lo que confirma la disminución del efecto demográfico en el voto por bloques (DE ARMAS, 2009; FLORES y SELIOS, 2011). Actualmente los jóvenes dividen más sus preferencias que en elecciones anteriores (MIERES, 2010). Quienes no creen en Dios tienen una probabilidad de 19 puntos porcentuales menos de votar al bloque tradicional en relación a quienes se declaran como creyentes y quienes no responden. Por su parte, el hecho de vivir en Montevideo, disminuye 24 puntos porcentuales la probabilidad predicha de votar a la familia tradicional, con respecto a quienes residen en el interior.

Otras variables que se asocian con el voto a la familia tradicional son: el haber votado al mismo partido en todas las elecciones en las que participó (asociación positiva), la homogeneidad en el voto personal y de familiares y amigos (asociación negativa). El hecho de haber votado al mismo partido en todas las elecciones aumenta 21 puntos porcentuales la probabilidad de votar a la familia tradicional. Por su parte, la probabilidad de votar a los partidos tradicionales disminuye 19 puntos porcentuales si el encuestado manifiesta homogeneidad entre su voto y el de su familia y amigos.

Resumen de hallazgos de los modelos

En resumen, según el primer modelo estimado, el voto al Frente Amplio en la elección de 2009 está fuertemente asociado a la percepción positiva de los individuos sobre la gestión del gobierno de Vázquez. La asociación con la evaluación de gestión de gobierno nos hace pensar que gran parte de la decisión del individuo que votó al Frente Amplio se basó en una evaluación de la performance del partido en el gobierno, de satisfacción de intereses, que se ve reflejada también en la asociación positiva con las variables de evaluación de la situación económica personal y del país.

Pero al mismo tiempo, la decisión electoral está asociada a valores políticos, especialmente un voto vinculado a lo ideológico en el sentido de que el voto al Frente Amplio se asocia positivamente con la autoidentificación de izquierda y negativamente con la autoidentificación de derecha. Al mismo tiempo, el voto al Frente Amplio se asocia positivamente con un valor asociado tradicionalmente a la autoidentificación de izquierda: el deseo de una mayor intervención del Estado en la economía.

Por otra parte, el modelo también muestra que el voto se vincula con variables de tipo comportamental. Así, el voto al Frente Amplio se asocia positivamente con el activismo político. Como ha sido señalado en la literatura, los votantes de este partido se caracterizan por participar en actos, caravanas y reuniones políticas en mayor medida que los votantes de otros partidos y quienes votan en blanco o anulado.

Algunos trabajos, (MOREIRA, 2000; CANZANI, 2000; MIERES, 1994) destacan que los frentistas estarían más informados que el promedio, algo más interesados en política y pertenecerían a clases de

ingresos medios y altos con educación media y alta. Sin embargo, y más allá de que esas características hayan estado presentes en el pasado, la evidencia manejada en este trabajo muestra que no se manifestaron en 2009; ni el nivel educativo ni el interés en política se asocia al voto a ninguno de los dos bloques en Uruguay.

El voto al Frente Amplio en 2009 no se vincula con variables sociodemográficas, con la excepción de la asociación positiva con vivir en Montevideo, cuestión que ya ha sido ampliamente demostrada en otros trabajos y que resulta evidente al observar la información electoral.

Tampoco se vincula con haber votado siempre al mismo partido, lo que demuestra que el Frente Amplio durante varios años ha venido captando votantes de otros partidos, además de haber recibido por mucho tiempo nuevos votantes (BUQUET & DE ARMAS, 2004).

En cuanto al voto a la familia tradicional, sí se vincula con características sociodemográficas de los encuestados. Se asocia en forma negativa con tener 30 años o más de edad. El hecho de que se asocie con esa franja etaria indica que el ser joven no es predictor de voto ni para el Frente Amplio ni para los partidos tradicionales, como ya veníamos señalando anteriormente. El voto a este bloque también se vincula negativamente con no creer en Dios y con residir en Montevideo. Tradicionalmente ambas variables solían distinguir los votantes nacionalistas de los colorados (MIERES, 1989).

Con respecto al resto de las variables, el voto a los partidos tradicionales se asocia significativamente a las mismas características y percepciones que las de los votantes del Frente Amplio, pero obviamente, con el signo contrario. La probabilidad de votar a los partidos tradicionales disminuye si la persona presenta homogeneidad en el voto de familia y amigos, si considera que debe intervenir más el Estado, si se autoidentifica como de izquierda y si evalúa positivamente su situación económica personal y la gestión del gobierno. En cambio, la probabilidad de votar al Partido Colorado o al Partido Nacional aumenta si el encuestado siempre votó al mismo partido y si se autoidentifica ideológicamente como de derecha.

En general, podemos concluir que el voto a las dos familias políticas principales en Uruguay en 2009 depende más de variables políticas como la ideología, la preferencia o no por un Estado más interventor y por variables de satisfacción de intereses (evaluación gestión de gobierno y de la situación económica), que variables de efecto de la campaña y la publicidad. Tampoco parece haber un efecto importante de la politización ni del nivel educativo entre los votantes de una y otra familia.

¿Qué ha cambiado? Un análisis integrado interpretando el cambio electoral

El análisis anterior nos informa de las determinantes del voto de los uruguayos en lo se ha definido aquí como el primer escalón de decisión, esto es, entre los bloques o familias políticas. Se ha visto que los hallazgos marcan continuidades y quiebres con lo que sabíamos sobre el voto en el país.

Dado que la familia de izquierda ha ensanchado su base electoral, las determinantes del voto han variado, así el voto al Frente Amplio ya no sólo se explica por la incorporación de nuevas generaciones, ni por el nivel educativo o el interés por la política, pero sí por aspectos ideológicos y de

satisfacción de intereses, esto es evaluación de gestión y percepción económica del país[12]. En este trabajo, también aparece la percepción económica individual asociada al voto de la izquierda. Mientras que de las dimensiones "extra-políticas", el voto al FA mantiene una sola característica: el lugar de residencia.

Por su parte, en el voto a la familia tradicional también intervienen las variables que componen las dimensiones más "políticas", pero en la intención de voto a blancos y colorados aparecen varias características sociodemográficas y estructurales como son la religión, algunas categorías de edad y lealtad o pertenencia partidaria.

Si se analizan ambos modelos según el marco propuesto por (ROSE & Mc ALLISTER, 1990), a fin de determinar la estabilidad/inestabilidad de los electores, se puede afirmar que el voto al Frente Amplio se ha tornado en este sentido más inestable, esto es, más sujeto a evaluaciones políticas que el voto a la familia tradicional, que aún presenta rasgos de factores estructurales. Esto indica que entre los votantes frenteamplistas se presentan componentes de inestabilidad: aparecen más sujetos a sus evaluaciones sobre gestión y economía que en el pasado. Posiblemente, éste componente se presente en los nuevos votantes frentistas, o sea, aquellos que pasaron de la familia tradicional a la de izquierda y no para los votantes leales que siguen existiendo.

Por el lado de la familia tradicional aún permanecen elementos de tipo inestables combinados con estables. Dicho más claramente, en el voto a la familia tradicional se combinan determinantes "extra políticos" con "políticos" casi por mitades. Así la evaluación de gestión, ideología y marcha de la economía son explicativas del voto junto con variables como el lugar de residencia, la creencia en dios y la fidelidad partidaria, aunque el poder explicativo de las últimas (medido a través de los efectos marginales) es menor. Esto puede explicar por qué dentro del bloque tradicional desde 1999 existe un traspaso de votos entre el Partido Colorado y el Partido Nacional elección tras elección. Por otro lado, los componentes de estabilidad nos permiten interpretar que son votantes leales a su bloque político, por lo que difícilmente serían votantes del Frente Amplio.

En resumen, en 2009 se observan electores leales a las familias ideológicas pero también, otras actitudes "políticas" - como evaluación de la gestión del gobierno, la percepción de la economía y los aspectos ideológicos- aparecen jugando fuertemente en esta elección caracterizada por la baja volatilidad. A su vez, ese nivel de volatilidad se puede entender por una posición bastante estable de los partidos y un segmento de electores inestables que moldean sus preferencias según aspectos "políticos"[13].

En síntesis, esto muestra que por un lado las lealtades partidarias - basadas en elementos "extra políticos" consolidadas en las etapas de socialización primaria- son relevantes en las preferencias electorales de los uruguayos, pero también en esta elección, las actitudes "políticas"- evaluación de la economía, y del gobierno- son relevantes, incorporándose así mecanismos de *accountability* electoral.

---

[12] Resultados similares encuentra Canzani para la elección de 2004 (CANZANI, 2005).

[13]Consideramos que se consolida un fenómeno que comenzó en la elección de 2004: la evaluación sobre la economía, los resultados de políticas y las gestiones como predictores del voto a las familias políticas en el país.

Referencias Bibliográficas

ADAMS, J.; MERRILL III, S. "Why Small, Centrist Third Parties Motivate Policy Divergence by Major Parties". *American Political Science Review,* v. 100, n. 3, p. 403-417, 2006.

AGUIAR, C. "La Historia y la historia: Opinión Pública y opinión pública en el Uruguay". *Prisma*, v. 15, p. 7-45 , 2000.

ALTMAN, D. "Percepción ideológica de los partidos". *Cuadernos del Claeh* n. 85, p. 89-110, 2002.

ARMELLINI, M. Algunas notas sobre la evolución de las decisiones electorales en Uruguay. En: BUQUET, D. (coord.) *Las claves del cambio.* Ciclo electoral y nuevo gobierno 2004/2005. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2005.

BUQUET, D.; DE ARMAS, G. La evolución electoral de la izquierda: crecimiento demográfico y moderación ideológica. En: LANZARO, J. (coord). *La izquierda uruguaya entre la oposición y el gobierno*. Montevideo: Editorial Fin de Siglo, 2004.

BUQUET, D.; JOHNSON, N. (eds.). *Del cambio a la continuidad:* Ciclo electoral 2009-2010 en Uruguay. Montevideo: Ed. Banda Oriental, 2010.

BUQUET, D.; SELIOS, L. "El escenario preelectoral y la Opinión Pública", *Informe de coyuntura*, n. 5, Instituto de Ciencia Política. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2004.

BUQUET, D. Elecciones uruguayas 2004-2005: De la vieja oposición a la nueva mayoría. En: BUQUET, D. (coord.): *Las claves del cambio.* Ciclo electoral y nuevo gobierno 2004/2005. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2005.

CANZANI, A. Mensaje en una botella: analizando las elecciones de 1999-2000. *Elecciones 1999-2000*. Montevideo. Colección política Viva, Instituto de Ciencia Política, Universidad de la república. Ediciones de la Banda Oriental, 2000.

_____. Cómo llegar a buen puerto: un análisis desde la opinión pública de la trayectoria electoral del EPFA. En: BUQUET, D. (coord.). *Las claves del cambio*. Ciclo electoral y nuevo gobierno 2004/2005. Montevideo, Ediciones de la Banda Oriental, 2005.

CHASQUETTI, D. "Compartiendo el gobierno multipartidismo y coaliciones en el Uruguay (1971-1997)". *Revista Uruguaya de Ciencia Política,* n.10, 1998.

CHASQUETTI, D; GARCÉ, A. "Unidos por la historia: Desempeño electoral y perspectivas de colorados y blancos como bloque político". En: BUQUET, D. (coord.). *Las claves del cambio.* Ciclo electoral y nuevo gobierno 2004/2005. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2005.

COLOMER, J; ESCATEL, L. "La dimensión izquierda y derecha en América Latina". *Desarrollo Económico* v. 45, n. 177, p. 123–136, 2005.

DE ARMAS, G. Autopsia de los votantes: los efectos de la campaña en la decisión electoral". En: BUQUET, D. (coord.). *Las claves del cambio.* Ciclo electoral y nuevo gobierno 2004/2005. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2005.

_____. "Debilitamiento del efecto demográfico y consolidación de un nuevo sistema de partidos: evidencia de las elecciones 2009 en Uruguay". *Revista Uruguaya de Ciencia Política,* v. 18, n.1, 2009.

DOWNS, A. *An Economic Theory of Democracy*. Nueva Cork: Harper and Row, 1957.

FIORINA, M. *Retrospective voting in American Presidential election*. Yale: University Press, 1981.

_____. Voting Behavior. In: MUELLER, D. (ed). *Perspectives on Public Choice.* Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

FLORES, M.; SELIOS, L. "Perfiles generacionales en las preferencias políticas de los uruguayos". *Revista Uruguaya de Ciencia Política*, v. 20, n. 1, 2011.

GARCÉ, A.; YAFFÉ, J. *La era progresista*. Montevideo: Editorial Fin de Siglo, 2004.

GONZÁLEZ, L.E. *Estructuras políticas y democracia en Uruguay*. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, 1993.

_____. Los partidos establecidos y sus desafiantes. En: GONZÁLEZ, L.E. *Los partidos políticos uruguayos en tiempos de cambio*. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, 1999.

_____. "¿Los uruguayos se corren a la izquierda?", *Semanario Búsqueda*, p. 19, 30 set.2004.

GONZÁLEZ, L.E.; QUEIROLO, R. Las Elecciones Nacionales del 2004: posibles escenarios, en Instituto de Ciencia Política: *Elecciones 1999-2000*. Colección política Viva, Instituto de Ciencia Política, Universidad de la República. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2000.

HARETCHE, C. *Cultura política y democracia en el Uruguay.* Documento de Trabajo nº 44. Montevideo: Instituto de Ciencia Política, 2004.

INGLEHART, R. From class-based to value-based politics. En: MAIR, P. (ed.). *The west european party system.* Oxford: Oxford University Press, 1990.

KRIESI, H. "The transformation of cleavage politics. The 1997 Stein Rokkan lecture". *European Journal of Political Research*, n. 33, 1998.

LAZARSFELD, P.; BERELSON, B.; GAUDET, H. *The people's choice*. New York: Columbia University Press, 1948

LANZARO, J. "El Presidencialismo pluralista en la Segunda Transición", En: LANZARO, J. (Coord.). *La segunda Transición en Uruguay*. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, 2000.

LIPSET, S. M. *El hombre político*. Buenos Aires: Editorial Tecnos-Rei, 1988.

LUNA, J.P. "¿Pesimismo estructural o voto económico?" Macropolitics in: Uruguay. *Revista Uruguaya de Ciencia Política,* n.13, 2002.

LUNA, J. P. "De familias y parentescos políticos: ideología y competencia electoral en el Uruguay contemporáneo". En: LANZARO, J. (coord) : *La izquierda uruguaya entre la oposición y el gobierno*. Montevideo: Editorial Fin de Siglo, 2004.

MAGRI, A. "A la mesa, Canelones está servido". Instituto de Ciencia Política: *Informe de coyuntura,* Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, n.5, 2004.

MARAVALL, J. M. y SAMCJEZ-CUENCA, I. (eds.). *Controlling Governments Voters, Institutions, and Accontability*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

MIERES, P. *¿Cómo votan los uruguayos?* Las elecciones de 1984. Montevideo: Ediciones De la Banda Oriental, 1988.

_____. "Elecciones de 1989: el cambio del sistema de partidos y las adhesiones politicas de los uruguayos". En: *Partidos y electores. Centralidad y cambio.* Montevideo: Colección Argumentos, Claeh, n. 17, 1990.

_____. *El voto en el Uruguay de fin de siglo*. Montevideo: Editorial Fin de Siglo, 1994.

_____. Intermediación política y cambio electoral: algunas líneas de interpretación. *Cuadernos de CLAEH,* n.*78-79,* 1997.

_____. La edad y el cambio electoral en Uruguay, 2010. En: ZUASNABAR, I.; GONZALEZ, L. E.; MIERES, P.; IRAZABAL, F. (eds.). *El voto en el Uruguay* 2009-2010. Montevideo: Universidad Católica del Uruguay y Fundación Konrad Adenauer, 2010.

MONESTIER, F. *Familia e identidad partidaria. Razones para el éxito de una nueva transformación en Uruguay.* En: I SEMINARIO REGIONAL DE WAPOR, Punta del Este, 1999.

MOREIRA, C. Comportamiento electoral y cultura política. Colección política Viva, Instituto de Ciencia Política, Universidad de la república. *Elecciones 1999/2000*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2000.

_____. *Final de juego.* Del bipartidismo tradicional al triunfo de la izquierda en Uruguay. Montevideo: Ediciones Trilce, 2004.

_____. El voto moderno y el voto clasista revisado; explicando el desempeño electoral de la izquierda en las elecciones de 2004 en Uruguay. En: BUQUET, D. (coord.). *Las claves del cambio.* Ciclo electoral y nuevo gobierno 2004/2005. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2005.

OSKAMP, S. *Attitudes and opinions*. New Jersey: Prentice Hall, 1991.

PARAMIO, L. "Clase y voto: intereses, identidades y preferencias". Revista Española de investigaciones Sociológicas, n. 90, Centro de Investigaciones Sociológicas, Madre, 2000.

PIZZORNO, A. Sobre la racionalidad de la opción democrática. En: PIZZORNO, A. et al (orgs.). *Los límites de la democracia.* v. 2. Buenos Aires: CLACSO, 1985.

POPKIN, S. *The reasoning voter.* Chicago: The University of Chicago Press, 1994.

POWELL, B. JR. *Elections as Instruments of democracy:* Majoritarian and proportional visions. Yale: Yale University Press, 2000.

QUEIROLO, R. La "tradicionalización" del Frente Amplio: La conflictividad del proceso de cambio. En: GONZÁLES, F.; MONESTIER. F.; QUEIROLO, R.; RICO, M. S. (orgs.). *Los partidos políticos uruguayos en tiempos de cambio.* Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, 1999.

_____. "Las elecciones uruguayas de 2004: la izquierda como la única oposición creíble". *Revista Colombia Internacional.* n. 64, 2006.

ROSE, R.; Mc ALLISTER, I. *The loyalties of voters.* SAGE Publications, 1990.

ROSELL, C. "Tipos democráticos y opinión pública en el Uruguay". *Revista Uruguaya de Ciencia Política,* n. 13, 2002.

SELIOS, L. Opinión Pública, 2009. *Encrucijada 2010. La política uruguaya a prueba*, Informe de Coyuntura. N. 9, Instituto de Ciencia Política, Classo Colecciones. Montevideo: Editorial Fin de Siglo, 2009.

SOTELO, M. "La longevidad de los partidos tradicionales uruguayos desde una perspectiva comparada", En: GONZÁLES, F.; MONESTIER. F.; QUEIROLO, R.; RICO, M. S. (orgs.). *Los partidos políticos uruguayos en tiempos de cambio*. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, 1999.

YAFFÉ, J. Réquiem para el Réquiem para la izquierda. El triunfo del FA: de la competencia intrapartidaria al desempeño electoral, En: BUQUET, D. (coord.). *Las claves del cambio.* Ciclo electoral y nuevo gobierno 2004/2005. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2005.

Lucía Selios - lselios@gmail.com

Daniela Vairo - danielavairo@gmail.com

Recebido para publicação em abril de 2011.

Aprovado para publicação em dezembro de 2011.

Análise da não resposta em surveys políticos

Karl Henkel
Faculdade de Ciências Sociais
Universidade Federal do Pará

Resumo: Este artigo analisa a estrutura social dos entrevistados que apontam o item *não resposta* em um survey sobre assuntos políticos. Para isso foi realizado um survey com 2.110 jovens eleitores da rede pública de ensino em Belém (PA). Os dados indicam que a quota da *não resposta* aumenta com a mudança de um ciclo de vida para outro ou com a própria experiência obtida pelos efeitos das políticas públicas, o que deixa o entrevistado em dúvida em relação aos valores e opiniões estabelecidos.

Palavras-chave: survey político; eleitores jovens; item *não resposta; missing value*

Abstract: This article focuses on the social structure of the interviewed that practiced *nonresponse* item in a survey on political issues. For this was carried out a survey with 2.010 young voters of public schools in Belém (PA). The share of non response increase with the change of one life-cycle to another one or with the proper experience gained by the effects of the public politics, what leaves the interviewed in doubt in relation to the values and opinions established.

Keywords: political survey; young voters; nonresponse item; missing value

Introdução

A *não resposta* é definida como a omissão de informações e qualquer maneira de não responder às perguntas em uma entrevista (DEPNER, 2007, p.10). Em geral, classificam-se dois tipos de *não resposta:* primeiro, como a negação de responder a perguntas singulares do questionário e segundo, como unit *não resposta*, entendido como a negação de responder a qualquer pergunta ou de participar do levantamento, o que resulta em um questionário em branco (DONZÉ e HOLLENSTEIN, 2000, p. 7). Segundo Acock (2005, p. 1013) e Schafer (1997, p.10), as *não respostas* ocorrem porque determinada subpopulação que tenha o aspecto que se pretende mensurar não foi incluída na amostra; por causa da ausência do aspecto na população amostral; ou ainda, a população amostral pode ter o aspecto, mas a ocorrência desse é dependente de um outro aspecto vinculado ao primeiro; por fim, as *não respostas* ocorrem porque a resposta foi ignorada[1].

Além disso, as *não respostas* podem ocorrer a partir da determinação do entrevistado, que pretende e sabe responder, mas cujo interesse, atenção ou capacidade de acompanhar a entrevista podem diminuir e, nesse caso, pode ser declarado como omissão involuntária do entrevistado. Yu e Cooper (1983, p.36) citam também aspectos como desenho e tamanho do questionário, tipo de levantamento - como entrevistas face a face, postal ou telefone - entre outros, que influenciam a quota das *não respostas*.

Para Batinic et al (1999), um grande número de *não respostas* indica falhas nos processos metodológico e estatístico - que condicionam a qualidade do levantamento realizado e a confiabilidade de uma pesquisa. Os autores, entretanto, não determinam o que entendem por "grande número". Nessa direção, Longford (2000, p.73), afirma ser possível estabelecer polarizações ou resultados substanciais até uma ausência de 2% das respostas; e DeMaio (1980, p. 232) determina este limite em 10%, mas condiciona esta situação a uma distribuição normal das *não respostas* entre os entrevistados, ou seja, as *não respostas* não devem ter valor maior ou menor do que a média.

O termo *missing value* é mais usado para descrever as consequências estatísticas e amostrais, os métodos e as possíveis soluções, como compensar ou corrigir *não respostas* de um levantamento, seja por distribuição aleatória entre os casos, correção do tamanho da amostra por conta de uma taxa prevista de *não respostas*, ou ainda pelo processo de ponderação (*weighting*), etc. Para Rubin et al (1995, p. 822), as respostas "não sei" também podem ser consideradas como *missing values*. A incorporação das *não respostas* ao procedimento estatístico é condicionada a uma distribuição probabilística (RAGHUNATHAN, 2004, p. 103). E por meio dos programas computacionais já se consegue uma solução geralmente aceitável para estes problemas.

De acordo com Zaller (1991, p. 1215), opinião é uma combinação entre informação e um valor para fazer um julgamento. Segundo Esser (1986, p. 38), o comportamento de dar respostas é o

[1] Fay (1986, p. 354) cita ainda a forma não ignorada, que ocorre quando o entrevistado responde, segundo Mondak e Davis (2001), com "não sei". Para Gilljam e Granberg (1993, p. 849), este entrevistado emite uma opinião embora sem tê-la, ou tem uma resposta, mas não quer responder.

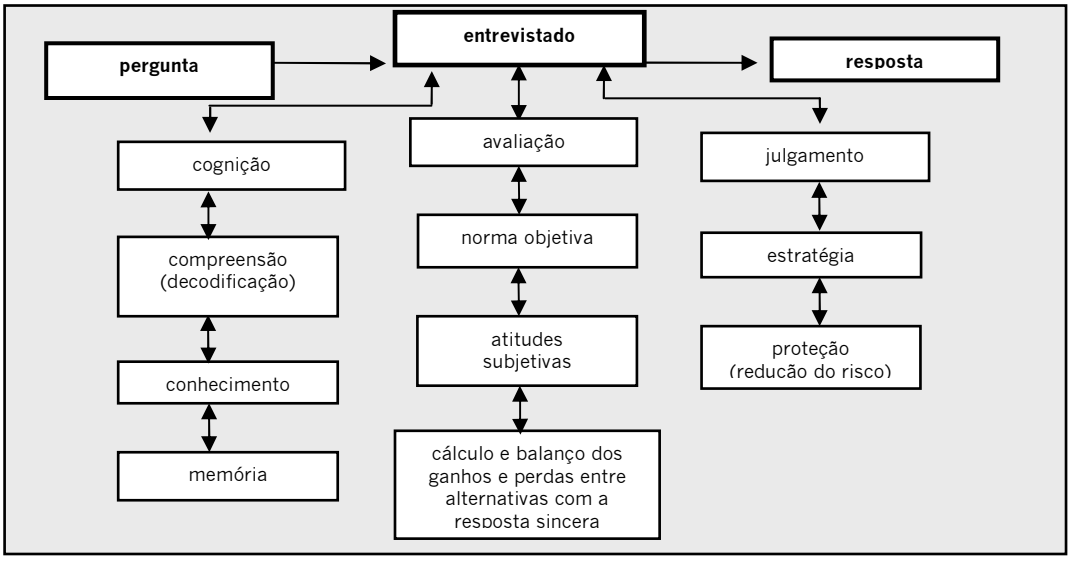
resultado de uma decisão subjetiva do entrevistado, do uso do cálculo de ganhos e riscos entre alternativas com a resposta verdadeira, de uma resposta socialmente desejada ou de uma resposta coincidente. O que diferencia a *não resposta* da resposta socialmente desejada é a presença do risco na última. Esta decisão ocorre com base em orientações nas preferências, nas atitudes subjetivas, nas normas objetivas, nas percepções e/ou cognição da situação, nas discordâncias entre aspectos subjetivos e objetivos e nos riscos gerais que são dados com a resposta.

Neste sentido, para Stocké (2004, p.305), alguns entrevistados pretendem operacionalizar com a resposta uma maximização dos efeitos positivos e uma minimização do risco de consequências negativas (*rational response*). Disler (2002, p.1) cita ainda a resposta afetiva, baseada na percepção do entrevistado, como a primeira resposta que alguém é capaz de dar sem ter um conhecimento cognitivo dos fatos. Esta resposta necessita de um estímulo, como uma pergunta, para se manifestar (GRADOWSKA, 2010, p.2), porque não está vinculada à consciência (BURDEIN et al, 2006, p.359). Segundo Slovic (1999, p.694), o julgamento do risco e do benefício de uma resposta pode ser derivado da resposta afetiva.

Para a análise do processo de construção da resposta e da *não resposta* em um levantamento realizado, usa-se o modelo elaborado segundo as concepções e conceitos de Cannell, Miller e Oksenberg (1981); Esser (1986); Ajzen (1991) e Shoemaker et al (2001), apresentado no Quadro 1.

Quadro 1

Modelo da resposta e não resposta em entrevistas



Fonte: Pesquisa "Cultura política e comportamento eleitoral do primeiro eleitor", 2010[2].

No caso do item *não resposta*, Zouwen (2000, p. 104) mostra diferenças que variam de 50 a < 100% para o mesmo questionário, aplicado em países diferentes. Isso foi confirmado por Seligson (2000, p. 232) para a América Latina e América Central, indicando que o item *não resposta* é culturalmente dependente ou que, segundo Sicinski (1970, p.126), há uma variação cultural na disposição para admitir a falta de conhecimento ou de opinião.

No caso de pesquisas sobre assuntos políticos, uma alta quota de item não resposta nos Países Baixos é comum (STOOP, 2004, p.24). Em levantamentos de opinião pública sobre assuntos políticos, podem aparecer quotas de 50% até 90%, porém, isso depende dos assuntos abordados, como racismo, satisfação com a democracia, ideologia ou igualdade, entre outros, e da sociedade em que foi realizado o estudo (KING et al, 2001, p.52). Wiseman (1972, p.107) mencionou uma quota de 81% para assuntos relacionados à segurança nacional, mas somente 34% quando se trata de temas sobre a relação entre Estado e Igreja. No caso de pesquisas eleitorais, Hilmer e Hofrichter (2001, p.445) indicam que a quota referente a *não respostas* na Alemanha é 30% menor do que nos Estados Unidos. Stocké e Stark (2005, p.48) detectaram que a quota de *não respostas* cresce com o aumento da deslealdade que o entrevistado sente pelo sistema político.

Em levantamentos sociopolíticos no ambiente universitário, Henkel e Almeida (2003) e Henkel et al (2007) alcançaram uma quota do item *não resposta* de, em média, 20%. Longford (2000, p. 88)

[2] A pesquisa "Cultura política e comportamento eleitoral do primeiro eleitor", realizada em 2009 e 2010, foi elaborada e dirigida por Karl Henkel.

mostra baixas quotas do item *não resposta* no caso de variáveis como sexo, nível de ocupação e religião, mas altas quotas para variáveis como renda, filiação partidária ou situação material.

Pelos dados levantados, pode-se classificar os entrevistados entre informantes que responderam e os que não responderam e diferenciá-los de acordo com a motivação, interesse ou conhecimento (SCHMUTZ, 2004, p.14). Para isso, a pergunta que contém a *não resposta* não possui a função de levantar um fato ou opinião, mas, serve como ponto de partida do mecanismo que ajuda a analisar a estrutura dos que não responderam, e entender o comportamento do entrevistado em dar respostas (ACOCK, 2005, p.1015). Estes entrevistados podem ser caracterizados por uma estrutura própria.

Smith (1983, p.349) recomenda a comparação de quota das não respostas com dados oficiais obtidos por censos demográficos ou socioeconômicos, como lugar de nascimento, sexo, renda, idade, raça, etc., para identificar a representação deles na amostra, o que significa, segundo Hawkins (1975), construir um perfil sociodemográfico. Para Francis e Busch (1975, p.207), aspectos como composição familiar, situação ocupacional e região, entre outros, explicam *não respostas*. Os autores mencionam que moradores das periferias não têm informações necessárias para formar uma resposta substancial e, consequentemente, não respondem. Bishop et al (1980, p.206) e Bishop et al (1986, p. 247), ao contrário, mostraram que pessoas com baixo grau de instrução tendem a responder mais, produzindo menos itens *não respostas*. Schuman e Presser (1981, p.152) relacionam esse fato com o aspecto psicológico das pessoas com baixo grau de instrução, que tendem a responder mais facilmente porque aceitam autoridades e hierarquias, representadas no momento da entrevista pelo entrevistador. Faulkenberry e Mason (1978, p.538) indicaram o acesso à mídia como um fator que influencia uma baixa quota de *não respostas*. O que dificulta uma análise das *não respostas* é que a quota e o perfil sociodemográfico dos não respondentes para cada pergunta podem variar.

Método

A pesquisa "Os eleitores jovens" (*First voter report*, *Erstwählerstudie*) teve como objetivo descrever o perfil sociopolítico e levantar as ideias existentes sobre o sistema político, valores políticos, comportamento eleitoral e capital social de eleitores de 16 a 19 anos que participam pela primeira vez de eleições. Para este fim, foi elaborado um questionário, de autopreenchimento, com perguntas abertas, fechadas e de múltiplas respostas. Por meio de uma amostra probabilística simples, utilizando-se uma tabela de números aleatórios, foram selecionadas escolas públicas das redes estadual e municipal de ensino no município de Belém (PA), abrangendo alunos das modalidades Ensino Fundamental (5ª a 8ª série), Ensino Médio e Ensino de Jovens e Adultos (3ª e 4ª etapa). Por causa da distorção série-idade entre os alunos da mesma modalidade, foram incluídas pessoas de 10 até 68 anos. Na sala de aula e por meio de uma entrevista escrita em grupo, foram entrevistadas 2.110 pessoas, cujas *não respostas* foram usadas para a análise neste survey.

A pesquisa foi realizada sempre pelo mesmo entrevistador. Esse dado exclui o entrevistador como variável interferente que pode influenciar a quota de respostas e não respostas (BARUCH, 1999,

p.425). O questionário foi autopreenchido pelo entrevistado sem interferência do entrevistador. Segundo Liu et al (1998) e Guimond (1997), a vivência em grupo, como ocorre na sala de aula, pode causar uma pressão normativa, influenciar as ideias políticas e eliminar ideias duvidosas, o que leva a uma conformidade de opiniões, mas não necessariamente afeta as atitudes (HESSE et al, 2005, p.XX). Neste caso, o item *não resposta* pode ser interpretado como autocensura.

Há várias possibilidades de relacionar as *não respostas* com os entrevistados e com o instrumento de levantamento - o questionário. Na primeira fase, as perguntas não respondidas foram analisadas em relação à sua posição no questionário, e na segunda, de acordo com o tipo de escala usado na pergunta (Tabela 1). Na terceira fase, foram analisadas as perguntas com a maior quota de *não respostas* (Tabela 2).

Teoricamente, para a análise da *não resposta* em relação aos aspectos sociodemográficos dos entrevistados em um questionário com 48 perguntas, e que produziu 158 variáveis independentes computadorizadas, devem-se analisar 158 variáveis diferentes, o que é impraticável. No caso desta pesquisa, escolher variáveis por meio de uma amostra aleatória, para obter resultados representativos, com um grau de significância de 95% e erro amostral de 5%, levaria à escolha de 113 variáveis para análise, o que ainda é indesejável. Assim, optou-se por uma amostra intencional, selecionando-se dez perguntas com tipos de escalas diferentes. Desse modo, os resultados não são representativos para entrevistados com o item não resposta (Tabela 3). As perguntas não continham a opção de resposta "não sei" ou "não quero responder". No caso de perguntas do tipo múltipla resposta, foi somada a quota de não respostas de cada resposta e calculou-se a média. Para a análise das *não respostas* foi usado o programa SPSS.

A não resposta correlacionada ao questionário

Uma primeira análise mostra que no 1° e no 4° quartis encontram-se menos perguntas não respondidas do que no 2° e no 3° quartis, os quais juntos representam a maioria das perguntas que obtiveram *não respostas* (69,7%). Este resultado pode ter sido influenciado pelo fato de que o primeiro e o último quartil do questionário contêm perguntas com um menor grau de dificuldade ou o entrevistado dá mais atenção à fase inicial e à final de uma entrevista (HERZOG e BACHMANN, 1981, p.558)

Griffith et al (1999), por meio de uma pesquisa experimental, e Reja et al (2003) mostraram que perguntas abertas causam mais não respostas do que perguntas fechadas. Perguntas abertas permitem que o entrevistado se articule livremente, porém, esta articulação depende principalmente da capacidade de escrita do entrevistado, mas não mostra necessariamente uma falta de opinião acerca de um assunto (PORST, 1998, p. 25).

Uma análise de quinze perguntas abertas sobre opiniões políticas, democracia e instituições governamentais demonstra que a quota de *não respostas* aumenta com a idade do entrevistado. Uma correlação das *não respostas* em perguntas abertas com a variável rendimento escolar, mensurado por meio da nota nas disciplinas Matemática e Português, que pode indicar a capacidade do aluno, mostra um valor fraco e negativo, isto é, quanto maior o rendimento escolar, menos *não respostas* se espera,

porém, a correlação não é expressiva. O único resultado expressivo da não resposta em relação à pergunta aberta é a correlação com a modalidade de ensino: alunos do Ensino Médio possuem uma quota inferior de *não respostas* em relação aos alunos das demais modalidades, seja EJA ou Ensino Fundamental. Para Tomaskovic-Devey et al (1995), esta situação não está necessariamente vinculada à incapacidade em se articular, mas pode ser atribuída a uma falta de concentração para responder ao questionário em geral e a perguntas abertas em especial ou, ainda, ao fato de estes alunos serem menos interessados em realizar trabalhos extraescolares.

Ao contrário disso, alunos do Ensino Médio podem ser caracterizados como uma nova geração que vive em um ambiente mais liberal. Informados pelas mídias, estão mais aptos a responder a perguntas abertas sobre assuntos políticos, embora não haja indicação de que esses alunos se envolvam na vida pública. Entretanto, Porter e Whitcomb (2005, p.148) analisaram, por meio de uma pesquisa experimental, que os aspectos sociais ou educacionais influenciam menos do que a personalidade na disposição de os alunos responderem levantamentos ou surveys. Goyder (1986, p.28) chama estes alunos de respondentes profissionais, porque participam em provas escritas, conhecem múltiplas respostas ou se articulam verbalmente em apresentações na sala de aula.

A resposta em uma escala de intervalo é diferente da resposta aberta, pois, nelas, não é necessária capacidade de articulação, como na pergunta aberta. Para Tillinghast (1980, p.382), a causa principal de *não respostas* em perguntas com escalas de intervalo é a falta de experiência do entrevistado em expressar um sentimento em uma escala numericamente construída. Com isso, indica-se a inadequação deste tipo de escala em reconhecer aspectos positivos ou negativos, no que se refere ao processo de julgamento do entrevistado sobre um determinado assunto.

Christian e Dillman (2004, p.23) indicam ainda a distância entre as categorias das escalas, especificamente em questionários autopreenchidos, como impacto significativo no comportamento do entrevistado, o que pode levar a *não resposta*. Na presente pesquisa, um grande número de categorias, todavia, parece não desestimular o entrevistado em responder (aspecto que Rodrigues, 2003, p.19, menciona como provável causa do item *não resposta*), pois, em nosso caso, a correlação negativa de r = -0,418 indica que quanto maior o número das categorias, menor a quota de *não respostas*. Este aspecto não pode ser explicado pela qualidade das categorias, mas, provavelmente, pelo comportamento do entrevistado, que deve se sentir animado em responder e pressionado psicologicamente pelo grupo durante a entrevista. Em contrapartida, Porter e Whitcomb (2005, p.147) associam autopreenchimento em grupo com um menor acoplamento social dos não respondentes. No que se refere às perguntas mensuradas com escalas nominais, ao contrário daquelas com escalas ordinais, a escolha das categorias aceitáveis ocorre com mais facilidade, o que não pode ser confirmado pela presente pesquisa (O'MUIRCHEARTAIGH e MOUSTAKI, 1999, p.193).

Respostas mensuradas em uma escala dicotômica, como em escalas nominais e ordinais, têm caráter classificatório, sendo excludentes em relação às outras opções, e oferecem, segundo Massen (1997, p.154), uma clara seleção da resposta para o entrevistado; porém, não são livres de não respostas. Um "sim" ou um "não", por exemplo, que podem ser escolhidos como respostas, dependem, como as demais respostas, de outras inúmeras variáveis situacionais (RAAIJMAKERS, 1999) - Tabela 1.

Tabela 1
Não respostas segundo o tipo de escala (%)

Tipo de Pergunta	não respostas
perguntas com escala de intervalo	14,2
perguntas com escala nominal	38,9
perguntas com escala ordinal	9,2
perguntas com escala dicotômica	12,7

Fonte: Pesquisa "Cultura política e comportamento eleitoral do primeiro eleitor", 2010.

A análise qualitativa da não resposta

As ciências cognitivas descobriram, há muito tempo, que a *não resposta* é vinculada também à formulação da pergunta. Strötgen et al (2006, p.4) indicam que o entrevistado analisa a pergunta segundo a existência de um elemento interrogativo e, depois, por palavras que identificam a pergunta, compara o fato com o conhecimento memorizado no curto prazo (JOHANN, 2008, p.53). E, no caso da não identificação, ou da falta de lembrança desses aspectos, pode ocorrer uma *não resposta*.

Com relação às respostas mensuradas em uma escala nominal ou ordinal, existem índices, como o de Cronbach, ou testes específicos para identificar a homogeneidade ou consistência da escala ou o grau de dificuldade da pergunta e, com isso, a qualidade das escalas e perguntas (GENUCCHI, 2007). Entretanto, para perguntas abertas, que medem aspectos abstratos e não o conhecimento de fatos, esses métodos são impraticáveis, pois não há uma distância numérica entre as respostas, mas sim teórica.

Técnicas como a codificação do comportamento (*behaviour coding*) medem a conduta do entrevistado durante a entrevista segundo itens preestabelecidos, com os quais se consegue identificar perguntas mal entendidas, ou seja, a qualidade da pergunta (PRÜFER e REXROTH, 1996, p.9). Este método é somente praticável no pré-teste, na pesquisa experimental ou com um número reduzido de entrevistados, não sendo viável durante a fase de pesquisa de campo, principalmente em entrevistas em grupo com 30 ou mais alunos e sob o método do autopreenchimento, como na presente pesquisa.

Assim, tanto o grau de dificuldade como o de compreensibilidade de uma pergunta ou questionário são indicados pela quota dos itens *não respostas*, que mostram também o entendimento teórico dos entrevistados (LEEUW et al, 2003).

A análise dos resultados da Tabela 2 ajuda a compreender o fenômeno de *não resposta* na pesquisa reportada neste artigo.

Tabela 2

Perguntas mais difíceis segundo o tipo de pergunta e não resposta (%)

Tipo de Pergunta	não resposta
Pergunta de fato	
Qual a renda familiar mensal ? (pergunta aberta)	55,7
Quantos filhos tem ? (pergunta aberta)	10,0
Pergunta de opinião – conhecimento	
Em sua opinião, quais são os três ministérios ou instituições do governo federal mais importantes ? (pergunta aberta)	78,8
Pergunta aberta	
Indique três aspectos que caracterizam a democracia.	78,2
Pergunta fechada	
Em geral se fala de um partido socialista, nacionalista, conservador, liberal, cristão ou ecologista. Em sua opinião, quais são as características do PDT ? (escala nominal)	68,0
Pergunta com escala de intervalo	
Como você avalia a propaganda eleitoral ? (escala com notas de 0 a 10)	17,3
Pergunta com escala nominal	
No caso em que dois candidatos tenham propostas idênticas, porém profissões diferentes, qual profissão você preferiria ? (escala com 16 categorias)	74,2

Fonte: Pesquisa "Cultura política e comportamento eleitoral do primeiro eleitor": 2010.

No caso da variável renda, a alta quota de *não respostas* não é um fenômeno singular da presente pesquisa, pois Pleis et al (2007) citam a frequência desse aspecto nos Estados Unidos, Gutiérrez-Fisac et al (1996, p.354) e Huisman et al (2005) na Espanha, e D'Alessio e Faiella (2002) na Itália. Porém, em todo o continente sulamericano e Caribe, a quota atinge somente 14% (GASPARINI e GLUZMANN, 2009, p.19), o que leva a crer que uma pergunta sobre a renda em países ou regiões industrializadas enfrenta mais *não respostas* do que em países ou regiões menos desenvolvidas. Schräpler (2006, p.1030) cita como explicação da alta quota de *não resposta* na variável renda familiar a rejeição e o desconhecimento. No caso específico da presente pesquisa, a falta de conhecimento ocorre devido à não-comunicação intrafamiliar entre os pais e os seus filhos, que são financeiramente dependentes. Com o aumento da idade, diminui a quota da não resposta para a variável renda, provavelmente pelo ingresso do entrevistado no mercado de trabalho. A simples rejeição pode ser causada também por uma expectativa de avaliação negativa do entrevistado no caso de uma renda baixa, renda instável ou dependência de benefícios governamentais, como o programa Bolsa Família, o que pode representar ainda respostas socialmente não desejadas.

No caso da variável número de filhos, somente a rejeição serve como explicação da *não resposta,* porque não necessita do conhecimento, da capacidade cognitiva ou de lembrança. O cruzamento das variáveis estado civil e número de filhos mostra que o grupo dos entrevistados do sexo feminino, solteiras e com menos de 20 anos de idade representa o grupo com a maior quota de *não resposta*. Ferber (1966, p.406) encontrou este comportamento nos Estados Unidos nos anos 1970 e Park e Brown (1994, p.47) nos anos 1980. Nesse caso, Musick et al (2009, p.560) falam ainda de gravidez desejada, apontam a desvinculação entre a instituição casamento e o desejo de ter filhos, e mencionam

que 4 de 10 filhos nascidos nos Estados Unidos são de mulheres solteiras, indicando a mudança de uma situação socialmente não adequada para uma situação socialmente aceita.

No Brasil, a quota de *não resposta* para perguntas sobre o número de filhos ainda é alta. As jovens entrevistadas sabem da ambiguidade em que vivem: uma época marcada por políticas públicas voltadas à prevenção, educação sexual, informações transmitidas pela mídia e aceitação social de ter filhos na condição de solteiras. Contudo, a presença de um filho nesta fase da vida mostra também a falta de consciência e a falta de iniciativa em se informar e prevenir. Fédida caracteriza esta *não resposta* afirmando: "O que chamamos de não resposta é precisamente a recusa de dar o atual como resposta ao inatual" (FÉDIDA, 1988, p.49).

No caso da pergunta sobre os três ministérios ou instituições do governo federal mais importantes, há diversas explicações para a quota de *não resposta*, que foi a mais alta. Embora haja vários destes órgãos que atuam em Belém do Pará (PA), tais como Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA), entre outros, com seus respectivos programas e projetos na área de política agrícola, reforma agrária, emprego e meio ambiente, etc., o entrevistado não conhece esses ministérios ou instituições, ou não se lembra deles no momento da entrevista. A pergunta sobre "...mais importantes?" pode ser entendida como classificar e ordenar, e, embora o entrevistado conheça estes ministérios e instituições, não sabe identificar a importância e nem ordená-los. Outra explicação é que o entrevistado conhece essas instituições e a importância de cada uma, mas é indeciso, porque várias podem ter igual importância para ele, o que o impede de ordená-las. As instituições federais, em muitos casos, são caracterizadas por uma ausência de personificação, porque seus líderes são funcionários nomeados de carreira, não obtêm um amplo reconhecimento público e, talvez pela ausência dessa personificação, o entrevistado não as identifique. A pergunta sobre as secretarias ou instituições estaduais teve uma quota de não resposta inferior porque, supostamente, essas são mais reconhecidas ou, segundo Pacheco, personificadas por "[...] clientelistas, politiqueiros, imediatistas, paraquedistas e centralizadores" (PACHECO, 2002, p.185) com comparecimento frequente na mídia. Isto é, o observador identifica uma secretaria ou instituição estadual por meio do seu líder, e, no caso da não-identificação, também não sabe responder.

Supõe-se que a *não resposta* a respeito da pergunta sobre os aspectos que caracterizam a democracia não está vinculada a uma estratégia do entrevistado, à avaliação favorável ou contrária, a evitar uma resposta socialmente não desejada ou à falta de memória sobre as representações da democracia, porque o entrevistado deveria lembrar-se pelo menos de algumas delas. Mas a não resposta pode estar vinculada ao entendimento da pergunta, à sua decodificação e à análise comparativa com informações cognitivas obtidas pela vivência.

Segundo Dahlberg (1978, p.102), conceitos abstratos, como democracia, também são constituídos por elementos físicos, os quais são obtidos pela observação, pela percepção e apreciados pelo método analítico. Entretanto, cotidianamente, não se utiliza este procedimento de modo claramente concebido, mas um método mais simples, que Ribeiro (2007, p.79) chama visão classificatória simples

numa escala nominal, com as avaliações "existe" ou "não existe". No caso da observação da existência de um aspecto da democracia, como deputado, lei, parlamento, etc., o observador não o associa com democracia, mas com conhecido ou "político", ordenação, obrigação, reunião política, ou "...lá em Brasília".

Enquanto a população idosa reconhece os elementos da democracia como imprensa livre, eleições, direito à greve, etc. pela experiência própria ou percepção de sistemas e acontecimentos políticos anteriores e pela comparação com sistemas atuais, a nova geração não pode fazer estas comparações em virtude do não conhecimento pessoal de sistemas políticos diferentes, e entende democracia como aquilo que Kucinski (2000, p.181) chama de algo dado ou algo normal, o que não precisa ser conquistado. O jovem, segundo Brunner (1984, p.144), faz uma seleção cognitiva das coisas do seu ambiente, entretanto, a democracia e os seus elementos não são fenômenos centrais dessa observação. No caso da democracia, o entrevistado jovem precisa reconhecer os elementos desse aspecto abstrato por meio de uma consciência teórica, para não confundir com outros fenômenos. Pela falta de comparação com outros sistemas políticos, que pode mostrar os elementos que distinguem os sistemas, o entrevistado simplifica o processo cognitivo e não responde à pergunta.

A pergunta fechada sobre as características dos partidos, mensuradas em uma escala nominal com as categorias "socialista", "nacionalista", "conservador", "liberal", "cristão" ou "ecologista", tem uma alta quota de *não respostas* (68%), indicando problemas de observação, decodificação, comparação e, talvez, ideologia do entrevistado. Para Singer (2002, p.131), o eleitor tem uma "estruturação ideológica" - embora varie em função do sistema de crenças de cada indivíduo -, o que torna possível o uso da categoria esquerda/direita em uma escala de mensuração, sem supor um pensamento político por parte do entrevistado, porque as pessoas simpatizam com uma tendência, segundo Rennó et al (2009, p. 54). Todavia, esta escala dicotômica esquerda/direita foi submetida ao pré-teste e mostrou-se insatisfatória em relação ao entendimento pelo jovem entrevistado.

A pergunta sobre os modelos políticos caracterizadores dos partidos é do tipo múltipla resposta com duas opções de indicação. A primeira opção teve uma quota satisfatória de 57,9% de *não respostas*, enquanto a segunda teve uma quota de 72,0% de *não respostas,* o que indica que o entrevistado não sabe identificar, principalmente, os modelos políticos secundários dos partidos. Apesar de o tempo de presença dos partidos na mídia durante a propaganda eleitoral ser diferenciado, a alta quota de *não respostas* indica uma falta de identificação da ideologia, tendência ou modelos partidários pelo observador e não é significantemente diferente entre os partidos (DEM, PC do B, PT, PSOL, PMDB, PPS e PSDB). Percebe-se que a *não resposta* de entrevistados com mais de 25 anos de idade não atinge a metade da quota de *não resposta* do grupo com menos de 25 anos. Há duas explicações para esta situação: os mais jovens não reconhecem ideologias partidárias, porque observam os partidos de maneira diferenciada e, para identificar ideologias partidárias, necessita-se de um conhecimento histórico da evolução partidária e política de um país em geral.

Albuquerque e Dias (2002, p.313) dão uma terceira alternativa de *explanandum*: há uma tendência centrípeta dos partidos, pois estão perdendo o seu tradicional significado, substituindo-o por uma flexibilidade ideológica, além de serem muito parecidos entre si. Como consequência,

principalmente a mídia cria critérios de diferenciação que são vinculados ao perfil do candidato apresentado e não mais à ideologia do partido. Pela quota de *não resposta*, o PDT e o PSB são os partidos que mais apresentam essa prática, o que implica afirmar que são mais personalizados e menos ideológicos do que os demais. Entre os próprios simpatizantes do PDT, somente 55,8% sabem informar a posição político-ideológica do partido.

Com respeito à avaliação da propaganda eleitoral, a quota de *não respostas* na avaliação é baixa em comparação com as quotas anteriores e pode ser explicada pela posição passiva do telespectador ou observador em geral frente à propaganda eleitoral. Na interpretação de Carmo (1998, p. 66), o telespectador tem uma larga margem de autonomia em relação às mensagens da TV, durante a qual não precisa comunicar, interagir socialmente ou decodificar teoricamente as propostas ou avaliar racionalmente candidatos, mas simplesmente observar. Ele age e responde, segundo Veiga (2002, p. 184), por interesse e utilidade pessoal. Os entrevistados que não quiseram responder, talvez, não assistam ou percebam conscientemente esta propaganda.

Quanto à pergunta sobre as profissões dos candidatos, os entrevistados mostram dúvida sobre a profissão mais adequada, ou qual transmite confiança, dada a situação de semelhança dos candidatos[3]. Muitas vezes, as propostas dos candidatos são iguais, e tanto o candidato como o eleitor procuram encontrar um diferencial em relação aos demais. Registra-se certa mudança das profissões civis dos parlamentares e uma redução de profissões como fazendeiros, empresários ou representantes de entidades, as quais, antigamente, facilitavam o ingresso na atividade política. Hoje, os candidatos são professores, comerciantes, geólogos ou farmacêuticos, entre outros. A esta situação do item *não resposta*, Dias (2004, p. 97) chama de comunicação censurada, quando o entrevistado não pode dar uma resposta devido à sua indecisão.

Análise quantitativa da *não resposta* segundo aspectos sociodemográficos

Embora Porter e Whitcomb (2005, p.136) usem variáveis sociais, como o envolvimento do entrevistado com seu ambiente social, para explicar a quota de *não respostas*, eles mencionam que essas representam somente uma fonte de variáveis independentes, porque ampliam a análise para a dimensão da personalidade do entrevistado. Porém, os autores citam também que variáveis demográficas não explicam por si só o perfil dos entrevistados do item *não resposta.* Em geral, usam-se variáveis sociodemográficas como raça, religião, origem urbana ou rural, sexo, estado civil, renda, etc. para descrever os entrevistados que não responderam. Porém, para cada variável, deve ser explicado o seu envolvimento teórico na construção da *não resposta;* no caso da variável religião, por exemplo, faltam estes aspectos explicativos, pois nada indica que entrevistados que professem religião gerem mais *não respostas* em surveys com assuntos políticos do que entrevistados não religiosos.

Na presente pesquisa, são utilizadas as variáveis sociodemográficas idade, modalidade de ensino, renda, pessoas com e sem filhos e nota escolar como variáveis explicativas dos itens *não*

[3] "A pergunta sobre as profissões é de tipo fechada com 16 categorias: "motorista", "professor", "policial", "sindicalista", "funcionário público", "enfermeira", médico", "padre/pastor", "fazendeiro", "empresário", "bombeiro", "pedreiro", "advogado", "estudante", "agricultor", e "nenhum destes".

respostas. Para isso, a variável idade foi dividida em dois grupos: menor ou igual a 19 anos e maior que 19 anos. O agrupamento das modalidades de ensino foi mantido, pois demonstra diferenças no esforço individual quanto ao processo de aprendizagem e nas estruturas sociais da procedência dos entrevistados, os quais podem explicar a percepção, o comportamento e os problemas em analisar e responder perguntas sobre assuntos políticos. No lugar da variável estado civil foi utilizada a variável número dos filhos, com base no suposto de que somente a partir da presença de filhos inicia-se uma outra fase da vida e, como consequência, mudam os conceitos e pensamentos. A renda reflete predominantemente o ambiente socioeconômico dos entrevistados e indica em qual deles é melhor o seu conhecimento sobre assuntos políticos. Foi utilizada uma pergunta aberta, cujas informações posteriormente foram classificadas nos seguintes intervalos: renda mensal menor ou igual a R$1.000, entre R$1.000 e R$2.000 e maior ou igual a R$2.000. Enquanto estas variáveis refletem a situação familiar, a variável "última nota escolar em Matemática e Português" reflete, embora nem sempre, o desempenho e o esforço do aluno, e com isso a qualidade deste em responder (Tabela 3).

Tabela 3

Quota da *não resposta*, segundo variáveis demográficas (%)

2010

pergunta	idade em anos		modalidade do ensino			renda em R$			filhos		nota escolar		média por tipo de pergunta
	19	> 19	EF	EM	EJA	< 1.000	1.000 - 2.000	> 2.000	sem filhos	com filhos	≤ 7,0	7,0	
pergunta sobre identificação regional[4]; escala nominal; resposta afetiva													
	1,0	7,3	10,0	10,4	22,6	13,3	7,4	7,5	9,3	20,8	14,5	10,6	12,9
pergunta sobre objetivos políticos[5]; escala nominal; resposta racional													
	3,8	4,8	14,7	13,9	24,8	17,2	13,9	15,0	13,4	25,0	20,5	12,0	17,4
pergunta sobre valores sóciopolíticos e morais[6]; escala de intervalo; resposta afetiva													
	4,1	6,5	18,0	12,8	30,6	18,1	12,5	9,7	12,2	27,3	22,4	10,9	17,9
pergunta aberta sobre o significado de democracia[7]; concepção teórica													
	6,5	9,2	82,3	72,1	86,3	78,0	69,4	62,5	75,6	81,2	80,4	2,9	76,4
pergunta aberta sobre as instituições do governo[8]; conhecimento de fatos													
	7,3	5,8	82,5	71,8	84,7	78,0	64,1	56,3	76,7	77,2	80,0	2,4	74,7

Continua...

[3] Pergunta: "Você se identifica emocionalmente e politicamente mais com..." (8 categorias: "o bairro onde mora"; "cidade onde mora"; "município onde mora"; "região onde mora"; "estado do Pará"; "região amazônica"; "Brasil" e "América do Sul"). A resposta é afetiva porque é baseada em percepção, não necessita de conhecimento e não há um julgamento de risco e benefícios.

[4] Pergunta: "Abaixo há alguns objetivos políticos. Qual desses você acha importante"? (6 categorias: "alcançar um crescimento econômico"; "melhorar a participação do cidadão nas decisões governamentais"; "alcançar maior justiça social"; "manter a ordem na sociedade"; "menos regulamentação por parte do governo" e "preservar o direito da livre expressão"). A resposta é racional por que se julga prós e contras.

[5] Pergunta: "Cada pessoa tem valores que ela respeita e quer ver respeitados. Quais valores você acha importante na vida? Atribua uma nota escolar entre zero (não tem importância) até 10 (muito importante) para cada item". (8 categorias: "diligência"; "ambição"; "religiosidade"; "justiça"; "disciplina"; "solidariedade"; "igualdade" e "honestidade"). A resposta é afetiva porque a avaliação das categorias é baseada em percepções e não se ganha benefícios com um julgamento desses.

[6] Pergunta: "O que é democracia para você"? Tipo de resposta: resposta de opinião.

[7] Pergunta: "Em sua opinião, quais são as três secretarias ou instituições do governo estadual mais importantes?" A resposta necessita de conhecimento, é racional, porque se faz um julgamento e talvez afetiva, porque não se sabe a função desses.
Pergunta: "Em sua opinião quais são os três ministérios ou instituições do governo federal mais importantes?" A resposta necessita de conhecimento, é racional, porque se faz um julgamento e, talvez, afetiva porque não se sabe a função desses.

OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 18, nº 1, Junho, 2012, p.216-238

Pergunta	Idade em anos			Modalidade do ensino				Renda em R$				Filhos			Nota escolar			média por tipo de pergunta
	19	>19		EF	EM	EJA		<1.000	1.000-2.000	>2.000		Sem filhos	Com filhos		≤ 7,0	7,0		
pergunta sobre as características dos DEM[9]; escala nominal; conhecimento de fatos e de opinião; resposta afetiva																		
	0,1	5,4		59,6	64,3	70,7		65,5	52,8	50,0		60,1	74,6		65,6	3,0		63,5
pergunta sobre a confiança institucional[10]; escala de intervalo; conhecimento de fatos e de opinião; resposta racional - afetiva;																		
	11,1	7,6		13,6	9,4	19,4		13,1	8,8	8,4		10,1	25,6		26,5	8,6		14,4
pergunta sobra as áreas de interesse político[11]; escala nominal; atitudes – resposta afetiva																		
	23,0	6,3		25,4	22,7	25,4		24,1	23,2	20,0		22,5	27,		25,0	22,4		23,9
Média do grupo	35,8	2,8		8,3	4,7	5,6		38,4	31,5	28,7		35,0	44,9		41,8	34,1		37,6
média da variável	39,3		39,4				32,9				39,9				37,9			

Legenda: EF = Ensino Fundamental; EM = Ensino Médio; EJA = Ensino Jovens e Adultos; N = 2.110.
Fonte: Pesquisa "Cultura política e comportamento eleitoral do primeiro eleitor": 2010.

8 Pergunta: "Em geral se fala de um partido socialista, cristão, liberal, conservador, nacionalista ou ecológico. Em sua opinião, o DEM é um partido da... (marque o partido com dois X)". A resposta necessita de conhecimento e é afetiva.

9 Pergunta: "Como nas questões anteriores, agora nós queremos saber que confiança ou fé você tem nas instituições ou organizações abaixo citadas? Para isso você pode atribuir qualquer nota entre 0 (não tenho confiança) até 10 (tenho muita confiança)". (20 categorias: "câmara municipal"; "centro comunitário"; "assembleia estadual"; "Caixa Econômica Federal"; "Santa Casa"; "polícia estadual"; "universidade"; "Polícia Federal"; "forças armadas"; "tribunal da justiça"; "administração distrital"; "congresso nacional"; "INCRA"; "MST"; "Igreja"; "partidos"; "IBAMA"; "prefeitura"; "SEDUC" e "senado"). A resposta necessita do conhecimento das instituições; é racional porque se faz um julgamento dos prós e contras, e, talvez, afetiva porque se avalia uma instituição sem saber da função dessa.

10 Pergunta: "Quais são as áreas da política pelas quais você se interessa mais?" (12 categorias: "política social"; "política de saúde"; "política agrícola"; "política regional"; "política educacional"; "política exterior"; "política de urbanismo"; "política monetária"; "política cooperativa"; "política ambiental"; "outro" e "nenhum"). A resposta é afetiva porque mostra uma atitude pessoal.

Percebe-se que entrevistados com 19 anos ou mais possuem uma maior quota de *não respostas* do que entrevistados com menos de 19 anos, o que não surpreende, porque se supõe que o primeiro grupo é mais inserido na vida pública e depende mais das políticas públicas, colocando-o em dúvida entre realidade e os próprios ideais. Somente na pergunta sobre as instituições do governo estadual e federal, cuja resposta necessita de conhecimento sobre sua existência, o entrevistado com mais de 19 anos possui uma quota menor do que aqueles com 19 anos porque supõe-se que, provavelmente, já tem família constituída ou está inserido no mercado de trabalho e ganha este conhecimento pela procura por serviços públicos.

As maiores diferenças na *não resposta* neste grupo foram obtidas nas perguntas sobre a avaliação de valores sociopolíticos e morais e de objetivos políticos, os quais não necessitam de conhecimento das estruturas políticas. Jovens que se encontram na fase inicial da vida criam estes valores quase idealizados, mas enfrentam, com o avanço da idade, com a estruturação de uma família própria e com a inserção no mercado de trabalho, uma interferência ou modificação, durante a qual começam a avaliar se estes pensamentos autoestabelecidos podem ser mantidos nestas circunstâncias da vida. Do ponto de vista da cognição, uma avaliação afetiva é modificada para uma afetivo-racional, promovendo uma maior quota de *não respostas.*

No que diz respeito à modalidade de ensino, nota-se que entrevistados do Ensino Médio produzem menos item *não respostas*. Eles são caracterizados por certa exigência (indicada pelo fato de que não atrasaram o estudo, como os entrevistados da modalidade Educação de Jovens e Adultos), possuem mais conhecimento que os entrevistados do Ensino Fundamental e começam a substituir uma avaliação afetiva por uma racional. Supõe-se que a partir do momento da inserção no mercado de trabalho ou de mudança do estado civil de solteiro para casado - o que deve ser o caso dos entrevistados da modalidade Educação de Jovens e Adultos - a quota de *não respostas* aumenta. Porém, as medidas estatísticas Cramer's (0.123) e o coeficiente de contingência (0.172) mostram que as variáveis estado civil e *não respostas* não se relacionam muito ou são mais independentes que dependentes.

Quanto à renda, percebe-se que a *não resposta* é mais vinculada a famílias de baixa renda, com R$1.000 ou menos. Uma observação da quota de *não resposta* de cada faixa de renda mostra a maior diferença na pergunta sobre a identificação política regional, com medidas estatísticas Kendall´s tau-b (0.27) e correlação de Spearman (0.31) que não mostram dependência forte entre as variáveis e apontando uma outra variável independente que pode ter influenciado a *não resposta*. Talvez seja a variável cultura ou ambiente sociocultural que influencie a *não resposta* sobre a identificação regional: entrevistados de baixa renda avaliam sua identificação com base na dicotomia racional ("...me identifico politicamente com o estado do Pará") e afetiva ("...me sinto culturalmente como belenense") e ficam indecisos, o que gera uma alta quota de *não respostas*.

Os entrevistados com filhos formam o grupo que apresenta mais itens *não respostas*. Entretanto, a quota de não resposta neste grupo é menos influenciada pela variável estado civil, (Eta = 0.21), do que pela idade do entrevistado (Eta = 0.54). Porém, não deve ser a idade que leva à alta quota, e sim um maior número de filhos que depende desta variável idade.

A condição na qual se encontra o entrevistado com muitos filhos entre a procura e o atendimento de serviços públicos para seus filhos ou de se manter no mercado de trabalho para sustentar uma grande família deixa-o em uma situação de dúvida entre a avaliação racional ou afetiva dos próprios valores, ideias e avaliação da confiança institucional e funcionamento da democracia.

Na análise da *não resposta* em relação à nota escolar, que é uma variável relativa ao esforço, inteligência, conhecimento e pensamento racional, observa-se uma correlação significante entre boa nota escolar e baixa quota de não resposta. A comparação da média da não resposta do grupo nota escolar com as demais variáveis demográficas mostra uma posição intermediária na explicação das estruturas que gerem *não respostas*.

Observando a média por grupo, percebe-se que os entrevistados maiores de 19 anos, da modalidade EJA, com filhos e notas baixas na escola representam o grupo com mais *não respostas*. Este grupo é caracterizado por entrevistados atrasados em seu processo de aprendizagem, o que pode ser devido à procedência de estruturas socioeconomicamente menos favorecidas. A presença de filhos mostra que este grupo já estabeleceu independente do estado civil estruturas com dependentes e, como consequência, deve estar inserido ou tenta se inserir no mercado de trabalho pela necessidade de autossustentação. Isso indica também que este grupo, por pertencer à classe de baixa renda e com presença de filhos, depende muito do serviço público e das políticas públicas, levando-o a perceber por experiência própria os efeitos de certas políticas públicas ou estruturas políticas, e que esta experiência contradiz seus ideais.

Uma análise da relação entre tipo de pergunta e variáveis sociodemográficas indica novamente que o grupo de entrevistados da modalidade EJA e o dos entrevistados com filhos representam, com exceção da caracterização do partido DEM, os grupos com maiores quotas de *não resposta*.

Em contrapartida, é principalmente o grupo dos entrevistados com até 19 anos, estudantes da modalidade Ensino Médio, da faixa de renda familiar com mais de R$1.000, sem filhos e com boas notas escolares que apresenta baixa quota de *não respostas*. Este grupo é caracterizado por pessoas que provavelmente ainda moram na casa dos pais e por isso não precisam sustentar uma família própria, vivem em situações socioeconômicas estáveis, dedicam-se exclusivamente ao estudo, e a nota escolar indica que têm certa capacidade evoluída de pensamento racional. Este grupo tem talvez, ainda, um idealismo e não um pensamento modificado pelo confronto com o sistema político real.

Um cruzamento entre tipo de pergunta e *não resposta* mostra que são principalmente os entrevistados na faixa de renda familiar maior ou igual a R$ 2.000, pertencentes à classe média - considerada como alta no contexto de Belém (PA) - que apresentam a menor quota de *não respostas*.

A Ciência Política explica estas mudanças na avaliação de valores, sistemas políticos ou de suas representações dentro da teoria do materialismo e pós-materialismo. Segundo VanDeth e Scarbrough (1995, p.145), estas avaliações estão vinculadas às fases da vida, que são chamadas *life-cycle effects*. Para Jennings e Niemi (1968, p.172), o ciclo de vida é operativo na construção dos valores e, consequentemente, na construção do item *não resposta.* Haunberger (2006, p. 25) chama a resposta entre racional e afetiva de resposta intencional, definida por Graumann (2002, p. 109) como uma resposta tanto individual como coletiva.

O *homo sociológico*, com o avanço da idade, está mudando o estatuto social de solteiro para casado, de indivíduo sustentado pela família para a fase de autossustentação, deixando de ser filho para ter filhos e tem mais dúvida sobre a avaliação de certos objetivos políticos, pois encontra-se em situações multifacetadas, e cria outros objetivos políticos para sua adaptação e resolução.

Neste sentido, a justiça, como valor político universal, tende a ser menos influenciada pelas fases da vida; mas valores como a ambição, a igualdade e a solidariedade são interpretados mais individualmente em uma nova fase de vida, como com a inserção no mercado de trabalho, ou são avaliados de forma mais racional (SAYER, 2000, p. 86).

Esta mudança na avaliação dos valores é influenciada também pelo fator desemprego, que, como Clarke (2000, p. 483) salienta, coloca a pessoa em uma situação de risco. Supõe-se que nesta situação as *não respostas* são resultados de uma percepção idealista desses valores e de uma avaliação do risco relacionado a eles, no qual o entrevistado pode se colocar, por exemplo, quando vota em eleições para certo candidato ou partido, que defende estes valores e que pode causar uma mudança do governo e das políticas públicas, mas que o influenciam negativamente.

A comparação da renda com a quota de *não respostas* à pergunta sobre valores políticos mostra que quanto mais sucesso no mercado de trabalho, indicado pela renda familiar, mais certeza o entrevistado tem sobre a avaliação dos valores, pois a quota de não resposta diminui com o aumento da renda familiar. Principalmente valores sociopolíticos, como a disciplina e as ambições, não causam muitas *não respostas* no momento da avaliação por pessoas que são inseridas no mercado de trabalho porque estes sabem da sua importância na vida profissional, algo que os jovens entrevistados ainda não possuem e, consequentemente, estão em dúvida, promovendo uma maior quota de *não resposta* por aqueles não inseridos no mercado.

Discussão dos resultados

Os resultados levam a crer que o item *não resposta* em surveys sobre assuntos políticos não é produto de perguntas sensíveis, não é consequência de uma resposta socialmente desejada e nem é baseado na falta de lembrança sobre o assunto. Estratégias do entrevistado não influenciam as respostas, porque ele não pode melhorar ou piorar a sua situação pela entrevista.

Um problema do entrevistado é a comparação do autoconhecimento do sistema político, adquirido por percepção, com a temática decodificada da pergunta, porque os entrevistados não usam os conceitos políticos de maneira teórica. Um indicador do problema da decodificação da pergunta é o desvio-padrão que atinge grandes valores, especificamente quando se trata de perguntas abertas mensurando aspectos abstratos sobre democracia, política ou governo.

Percebe-se uma *cleavage-line* entre jovens e entrevistados mais velhos, de baixa renda e renda média alta e entrevistados com e sem filhos na construção da quota de *não respostas*. Outro aspecto que influencia é a capacidade de cada um em avaliar racionalmente, indicada pela baixa quota do item *não resposta* de alunos com melhores notas escolares.

A ideia de que o conceito de *não resposta* é explicado somente por meio da *rational choice theory* deve ser modificada para um conceito mais amplo, incluindo a estrutura sociodemográfica dos entrevistados, *social choice theory* e ambiente do ciclo de vida em que ocorre a resposta. A *não resposta* está influenciada pela mudança de um ciclo de vida para outro com suas consequências, como a procura por serviços e políticas públicas, o que influencia uma mudança de percepção sobre assuntos políticos, por meio da experiência com a democracia institucionalizada. A avaliação muda de afetiva para racional ou assume a forma combinada racional-afetiva, chamada intencional. Esta situação deixa o entrevistado em dúvida em relação aos valores e opiniões anteriormente estabelecidos, o que gera um maior número de *não respost*as.

Referências Bibliográficas

ACOCK, A. C. "Working with missing values". *Journal of Marriage and Family*, v. 67, n. 4, p. 1012-1028, 2005.

AJZEN, I. "The theory of planned behavior". *Organizational Behavior and Human Decision Processes*, v. 50, n. 2, p. 179-211, 1991.

ALBUQUERQUE, A. de; DIAS, M. R. "Propaganda política e a construção da imagem partidária no Brasil". *Civitas — Revista de Ciências Sociais*, v. 2, n. 2, p. 309-326, 2002.

BATINIC, B.; WERNER, A.; GRÄF, L.; BANDILLA, W. *Online research*: Methoden, Anwendungen und Ergebnisse. Göttingen: Hogrefe, 1999.

BISHOP, G. F.; OLDENDICK, R. W.; TUCHFABER, A. J.; BENNETT, S. E. "Pseudo-opinions on public affairs". *Public Opinion Quarterly*, v. 44, n. 2, p. 198-209, 1980.

BISHOP, G. F.; TUCHFABER, A. J.; OLDENDICK, R. W. "Options in fictitious issues: the pressure to answer survey questions". *Public Opinion Quarterly*, v. 50, n. 2, p. 240-250, 1986.

BRUNER, J. S. Psicología social y percepción. In: TORREGOSA, J.; CRESPO, E. (Ed.). *Estudios básicos de psicología social*. Barcelona: Hora S.A., 1984.

BURDEIN, I.; LODGE, M.; TABER, C. "Experiments on the automaticity of political beliefs and attitudes". *Political Psychology*, v. 27, n. 3, p. 359-371, 2006.

CANNELL, C. F.; MILLER, P. V.; OKSENBERG, L. Research on interviewing techniques. In: LEINHARDT, S. (Ed.). *Sociological Methodology*. San Francisco: Jossey-Bass, 1981.

CARMO, S. I. S. do. Importância e alcance da televisão nos processos eleitorais. In: XXI CONGRESSO DA ALAS - ASSOCIAÇÃO LATINO AMERICANA DE SOCIOLOGIA, 1997, São Paulo. *Anais*... CD-ROM, São Paulo, 1998.

CHRISTIAN, L. M.; DILLMAN, D. A. "The influence of symbolic and graphical language manipulations on answers of self-administered questionnaires: result from 14 experimental comparisions". *Public Opinion Quarterly*, v. 68, n. 1, p. 57-80, 2004.

CLARKE, H. D. "Refutations affirmed: conversations concerning the Euro-barometer values battery". *Political Research Quarterly*, v. 53, n. 3, p. 477-494, 2000.

D'ALESSIO, G.; FAIELLA, I. *Non-response behaviour in the Bank of Italy's Survey of Household Income and Wealth*. Roma: Banca D´Italia, Temi di discussione, n. 462, 2002.

DAHLBERG, I. "Teoria do conceito". *Ciência da informação*, v. 7, n. 2, p.101-107, 1978.

DEMAIO, T. J. "Refusals: Who, where and why". *Public Opinion Quarterly*, v. 44, n. 2, p. 233-333, 1980.

DEPNER, F. *Das Internet als Datenerhebungsquelle*: der nonresponse-Fehler und Möglichkeiten seiner Reduktion. Norderstedt: Grin, 2007.

DIAS, M. O. "Reflexões sobre a ética no quotidiano da profissão". *Gestão e Desenvolvimento*, v. 12, p.81-103, 2004.

DISLER, W. A. *Das Zürcher Modell der selbstpsychologischen Psychoanalyse*. Zürich, 2002.

DONZÉ, L.; HOLLENSTEIN, H. *Aufbau, Weiterentwicklung und Pflege des KOF/ETHUnternehmenspanels*. Schwerpunktprogramm „Zukunft der Schweiz" (Phase I), Schlussbericht zum Projekt Nr. 5004-47794. Zürich: ETZ, 2000.

ESSER, H. "Über die Teilnahme an Befragungen". *ZUMA-Nachrichten*, v. 18, p. 38-47, 1986.

FAULKENBERRY, G. D.; MASON, R. "Characteristics of non opinion and no opinion response groups". *Public Opinion Quarterly*, v. 42, n. 4, p.533-543, 1978.

FAY, R. E. "Causal models for patterns of nonresponse". *Journal of the American Statistical Association*, v. 81, n.394, p.354-365, 1986.

FÉDIDA, P. Amor e morte na transferência. In: FÉDIDA, P. (Ed.). *Clínica psicanalítica*: estudos. São Paulo: Escuta, 1988.

FERBER, R. "Item nonresponse in a consumer survey". *Public Opinion Quarterly*, v. 30, n. 3, p. 399-415, 1966.

FRANCIS, J. D.; BUSCH, L. "What we know about 'I don't knows'". *Public Opinion Quarterly*, v. 39, n. 2, p. 207-218, 1975.

GASPARINI, L.; GLUZMANN, P. *Estimating income poverty and inequality from the Gallup World Poll*. The case of Latin America and the Caribbean - ECINEQ 2009-151. La Plata: Universidad de la Plata/CEDLAS, 2009.

GENUCCHI, R. *Entwicklung und Evaluation eines kognitiven Tests als Teil der Eignungsabklärung zum Physiotherapiestudium*. Bern: Universität Bern, 2007.

GILLJAM, M.; GRANBERG, D. "Should we take don't know for an answer?" *Public Opinion Quarterly*, v. 57, n.3, p.348-357, 1993.

GOYDER, J. "Surveys on surveys: limitations and potentialities". *Public Opinion Quarterly*, v. 50, n.1, p.27-41, 1986.

GRADOWSKA, A. *Dynamiken in der ästhetischen Präferenzbildung über die Zeit am Beispiel von Kleiderdesigns*. Wien, 2010.

GRAUMANN, C. F. The phenomenological approach to people environment studies. In: BECHTEL, R. B.; CHURCHMAN, A. (Eds.). *Handbook of environmental psychology*. New York: John Wiley and Sons, 2002.

GRIFFITH, L. E.; COOK, D. J.; GUYATT, G. H.; CHARLES, C. A. "Comparison of open and closed questionnaire formats in obtaining demographic information from canadian general internists". *Journal of Clinical Epidemiology*, v. 52, n.10, p.997-1005, 1999.

GUIMOND, S. "Attitude change during college: normative or informational social influence?". *Social Psychology of Education*, v. 2, n. 3/4, p. 237–261, 1997.

GUTIÉRREZ-FISAC, J. L.; REGIDOR, E.; RODRÍGUEZ, C. "Trends in obesity differences by educational level in Spain". *Journal of Clinical Epidemiology*, v. 49, n. 3, p.351-354, 1996.

HAUNBERGER, S. "Das standardisierte Interview als soziale Interaktion: Interviewereffekte in der Umfrageforschung". *ZA-Informationen*, v. 58, p. 23-46, 2006.

HAWKINS, D. F."Estimation of nonresponse bias". *Sociological Methods and Research*, v. 3, n. 4, p. 462-485, 1975.

HENKEL, K.; ALMEIDA, J. (Orgs.). *Pesquisa quantitativa e de opinião pública sobre o ensino superior*. Belém (PA): EDUFPA, 2003.

HENKEL, K.; JACINTO, J. da M. A.; ALMEIDA, J.; CORRADI, A. L. "As vantagens comparativas dos produtos agrícolas regionais versus importados no mercado de Belém, Pará". *Amazônia, Ciência e Desenvolvimento*, v. 3, n. 5, p. 225-254, 2007.

HESS, R. D.; TORNEY, J. V.; TORNEY-PURTA, J. *The development of political attitudes in children*. Piscataway (NJ): Transaction Publishers, 2005.

HERZOG, A. R.; BACHMANN, J. G. "Effects of questionnaire length on response quality". *Public Opinion Quarterly*, v. 45, n. 4, p. 549-559, 1981.

HILMER, R.; HOFRICHTER, J. Wahltagsbefragungen in den neunziger Jahren. In: KLINGEMANN, H. D.; KAASE, M. (Eds.). *Wahlen und Wähler*. Analysen aus Anlass der Bundestagswahl 1998. Wiesbaden: Westdeutscher Verlag, 2001.

HUISMAN, M.; KUNST, A. E.; MACKENBACH, J. P. "Inequalities in the prevalence of smoking in the European Union: comparing education and income". *Preventive Medicine*, v. 40, n. 6, p.756-764, 2005.

JENNINGS, M. K.; NIEMI, R. G. "The transmission of political values from parent to child". *The American Political Science Review*, v. 62, n. 1, p.169-184, 1968.

JOHANN, D. J."Probleme der befragungsbasierten Messung von Faktenwissen". *Sozialwissenschaften und Berufspraxis (SuB),* ano 31, n. 1, p.53-65, 2008.

KING, G.; HONAKER, J.; JOSEPH, A.; SCHEVE, K. "Analyzing incomplete political science data: an alternative algorithm for multiple imputation". *American Political Science Review*, v. 95, n. 1, p.49-69, 2001.

KUCINSKI, B. "Jornalismo, saúde e cidadania". *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, v. 4, n. 6, p.181-186, 2000.

LEEUW, E. D. de; HOX, J.; HUISMAN, M. "Prevention and treatment of item nonresponse". *Journal of Official Statistics*, v.19, n. 2, p. 153-176, 2003.

LIU, J. H.; IKEDA, K.; WILSON, M. S. "Interpersonal environment effects on political preferences. The "middle path" for conceptualizing social structure in New Zealand and Japan". *Political Behavior*, v. 20, n.3, p.183-212, 1998.

LONGFORD, N. T. "Multiple imputation in an international database of social science surveys". *ZA-Information*, v. 46, p.72-95, 2000.

MAASSEN, G. H. "An application of structural equation modeling in public opinion research: conceptualizing public and opinions". *International Journal of Public Opinion Research*, v. 9, n. 2, p. 146-169, 1997.

MONDAK, J. J.; DAVIS, B. C. "Asked and answered: knowledge levels when we will not take 'don't know' for an answer". *Political Behavior,* v. 23, n. 3, p. 199-224, 2001.

MUSICK, K.; ENGLAND, P.; EDGINGTON, S; KANGAS, N. "Education differences in intended and unintended fertility". *Social Forces*, v. 88, n. 2, p. 543-572, 2009.

O'MUIRCHEARTAIGH, C.; MOUSTAKI, I. "Symmetric pattern models: a latent variable approach to item non-response in attitude scales". *Journal of the Royal Statistical Society. Series A (Statistics in Society)*, v. 162, n. 2, p. 177-194, 1999.

PACHECO, R. S. Mudanças no perfil dos dirigentes públicos no Brasil e desenvolvimento de competências de direção. In: VII CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 2002, Lisboa, Portugal. *Anais*... CD-ROM, Lisboa, Portugal, 2002.

PARK, T.; BROWN, M. B. "Models for categorical data with nonignorable nonresponse". *Journal of the American Statistical Association*, v. 89, n. 425, p. 44-52, 1994.

PLEIS, J. R.; DAHLHAMER J. M.; MEYER, P. S. Unfolding the answers? Income nonresponse and income brackets in the National Health Interview Survey. In: PROCEEDINGS OF THE 2006 JOINT STATISTICAL MEETINGS, 06.08.-10.08.2006, CD-ROM, Seattle, Washington, 2006.

PORST, R. *Im Vorfeld der Befragung*: PLanung, Fragebogenentwicklung, Pretesting. Mannheim, ZUMA-Arbeitsbericht 98/02, 1998.

PORTER, S. R.; WHITCOMB, M. E. "Non-response in student surveys: the role of demographics, engagement and personality". *Research in Higher Education*, v. 46, n. 2, p. 127-152, 2005.

PRÜFER, P.; REXROTH, M. *Verfahren zur Evaluation von Survey - Fragen:* ein Überblick. Mannheim, ZUMA-Arbeitsbericht n.96/05, 1996.

RAAIJMAKERS, Q. A. W. "Effectiveness of different missing data treatments in surveys with Likert-type data: introducing the relative mean substitution approach". *Educational and Psychological Measurement*, v.59, n. 5, p. 725-748, 1999.

RAGHUNATHAN, T. E. "What do we do with missing data? Some options for analysis of incomplete data". *Annual Review of Public Health*, v. 25, p. 99-117, 2004.

REJA, U.; MANFREDA, L.; HLEBEC, V.; VEHOVAR, V. Open-ended vs. close-ended questions in web questionnaires. In: FERLIGOJ, A.; MRVAR, A. (Eds.). *Developments in applied statistics*. Ljubljana: FDV, 2003.

RENNÓ, L. R.; LICIO, E. C.; CASTRO, H. C. de O. de. "Bolsa Família e voto na eleição presidencial de 2006: em busca do elo perdido". *Opinião Pública*, v. 15, n. 1, p. 31-54, 2009.

RIBEIRO, E. A. "Bases da legitimidade democrática no Brasil: adesão a valores e avaliação de desempenho". *Opinião Pública*, v. 13, n. 1, p.74-96, 2007.

RODRIGUES, N. M. C. "*Amostragem matricial no questionário da amostra - cd 1.02 do Censo Demográfico de 1991"*. Rio de Janeiro. 300p. [Dissertação (mestrado)] Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE/Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE, 2003.

RUBIN, D. B.; STERN, H. S.; VEHOVAR, V. "Handling 'Don't Know' survey responses: The case of the Slovenian plebiscite". *Journal of the American Statistical Association*, v. 90, n. 431, p. 822-828, 1995.

SAYER, A. "Moral economy and political economy". *Studies in Political Economy*, v. 61, p.79-103, 2000.

SCHAFER, J. L. *Analysis of incomplete multivariate data*. London: Chapman & Hall, 1997.

SCHMUTZ, P. *Der foot-in-the-door Effekt*. Ein Mittel zur Reduktion von Drop-Out in Online-Untersuchungen? Basel, 2004.

SCHRÄPLER, J.-P. "Explaining income nonresponse – A case study by means of the British Household Panel Study (BHPS)". *Quality & Quantity*, v. 40, n. 6, p.1013–1036, 2006.

SCHUMAN, H.; PRESSER, S. *Questions and answers in attitude surveys*. New York: Academic Press, 1981.

SELIGSON, M. A. "Apoio popular à integração econômica regional na América Latina". *Opinião Pública*, v.6, n. 2, p. 226-247, 2000.

SHOEMAKER, P. J.; EICHHOLZ, M; SKEWES, E. A. "Item nonresponse: distinguishing between don't know e refuse". *International Journal of Public Opinion Research*, v.14, n.2, p.193-201, 2001.

SICINSKI, A. "Don´t know' answers in cross-national-surveys". *Public Opinion Quarterly*, v.34, n.1, p.126-129, 1970.

SINGER, A. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2002.

SLOVIC, P. "Trust, emotion, sex, politics, and science: surveying the risk-assessment battlefield". *Risk Analysis*, v. 19, n.4, p. 689-701, 1999.

SMITH, T. W. "The hidden 25 percent: an analysis of nonresponse on the 1980 General Social Survey". *Public Opinion Quarterly*, v. 47, n. 3, p. 386-404, 1983.

STOCKÉ, V."Entstehungsbedingungen von Antwortverzerrungen durch soziale Erwünschtheit. Ein Vergleich der Prognosen der Rational-Choice Theorie und des Modells der Frame-Selektion". *Zeitschrift für Soziologie*, ano 33, n. 4, p.303-320, 2004.

STOCKÉ, V; BECKER, B."Determinanten und Konsequenzen der Umfrageeinstellung. Bewertungsdimensionen unterschiedlicher Umfragesponsoren und die Antwortbereitschaft der Befragten". *ZUMA-Nachrichten*, v. 54, p. 89-116, 2004.

STOCKÉ, V; STARK, T. *Stichprobenverzerrung durch Item-Nonresponse in der international vergleichenden Politikwissenschaft*. Mannheim: Universität Mannheim, Sonderforschungsbereich 504, Working paper 05-43, 2005.

STOOP, I. L. "Surveying Nonrespondents". *Field Methods*, v. 16, n. 1, p. 23-54, 2004.

STRÖTGEN, R; MANDL, T.; SCHNEIDER, R. *Entwicklung und Evaluierung eines Question Answering Systems im Rahmen des Cross Language Evaluation Forum (CLEF)*. Hildesheim: Universität Hildesheim, 2006.

TILLINGHAST, D. S. "Direct magnitude estimation scales in public opinion surveys". *Public Opinion Quarterly*, v. 44, n. 3, p. 377-384, 1980.

TOMASKOVIC-DEVEY, D.; LEITER, J.; THOMPSON, S. "Item nonresponse in organizational surveys". *Sociological Methodology*, v. 25, p. 77-110, 1995.

VANDETH, J. W.; SCARBROUGH, E. *The impact of values*. Oxford: Oxford University Press, 1995.

VEIGA, L. F. "Em busca das razões para o voto: o uso que o eleitor faz da propaganda política". *Contracampo*, v. 7, n. 0, p. 183-208, 2002.

WISEMAN, F. "Methodological bias in public opinion surveys". *The Public Opinion Quarterly*, v. 36, n.1, p.105-108, 1972.

YU, J.; COOPER, H. "A quantitative review of research design effects on response rates to questionnaires source". *Journal of Marketing Research*, v. 20, n. 1, p. 36-44, 1983.

ZALLER, J. "Information, values, and opinion". *The American Political Science Review*, v.85, n.4, p.1215-1237, 1991.

ZOUWEN, J. v. d. "An assessment of the difficulty of questions used in the ISSP-questionnaires, the clarity of their wording, and the comparability of the responses". *ZA-Information*, v. 46, p. 96-114, 2000.

Karl Henkel - henkel00@yahoo.com.br

Recebido para publicação em setembro de 2010.
Aprovado para publicação em março de 2011.

TENDÊNCIAS

Ano 18, nº 1

ENCARTE DA REVISTA DO CESOP

UNICAMP

cesop

OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, Vol. 18, nº 1, Junho, 2012, Encarte Tendências. p.239-254

Este Encarte *Tendências* aborda o papel da mulher na política e seu envolvimento com a política partidária e governamental no cenário da democracia recente a partir das percepções dos eleitores brasileiros. São duas as pesquisas apresentadas aqui: a primeira realizada pelo IBOPE em parceria com o Instituto Patrícia Galvão no começo do ano de 2009 e a segunda, o ESEB_Estudo Eleitoral Brasileiro 2010, realizado imediatamente após a eleição da presidente Dilma.

Tendências está dividido em quatro seções. A primeira, baseada em dados do ESEB, apresenta dados sobre os motivos para votar ou não votar em mulheres para um cargo majoritário, e o impacto de características socioeconômicas sobre esses votos.

A segunda seção destaca as mudanças para a política e para democracia brasileiras caso um maior número de mulheres fosse eleita para cargos políticos. Um ano antes da campanha presidencial que elegeu a presidente Dilma, a grande maioria dos entrevistados já apontava acreditar em mudanças positivas na prática política do país se mais mulheres fossem eleitas para cargos de liderança e de representação, indicando, por exemplo, a crença em maior honestidade e maior compromisso político. Em seguida, no cenário pós-eleitoral de 2010, percentuais também bastantes elevados de entrevistados, mulheres e homens, afirmaram discordar que os homens seriam mais adequados para a política e que faltava experiência às mulheres para realizarem um bom governo.

A terceira seção, organizada apenas com opiniões de eleitores do sexo masculino, retrata o apoio dos homens à dedicação de suas companheiras à carreira política. Em um cenário de apoio da maioria dos homens à eventual candidatura de suas mulheres, essa tendência varia positivamente com o aumento do grau de instrução e negativamente com o aumento da idade dos entrevistados.

A quarta seção, finalmente, traz dados sobre o conhecimento e o apoio a medidas que promovam os direitos e a igualdade política das mulheres: esse conjunto de dados revela o alto desconhecimento dos cidadãos, inclusive das mulheres sobre, por exemplo, a política de cotas partidárias, que obriga os partidos a reservarem 30% de suas vagas a candidaturas femininas.

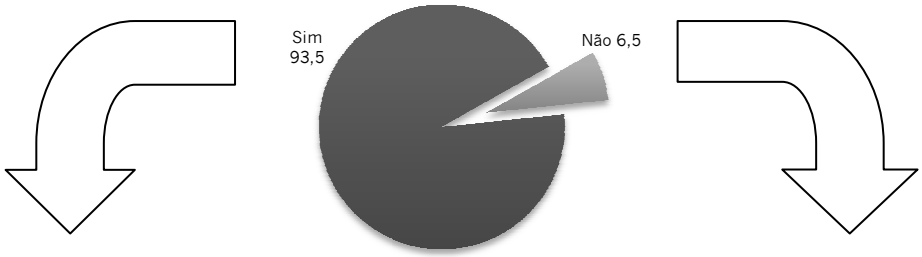
Em linhas gerais, no conjunto dos resultados, é notável que seja a escolaridade, e não o sexo, a variável que mais diferencia os entrevistados quanto às percepções das potencialidades e possibilidades das mulheres na política.

Editores de OP

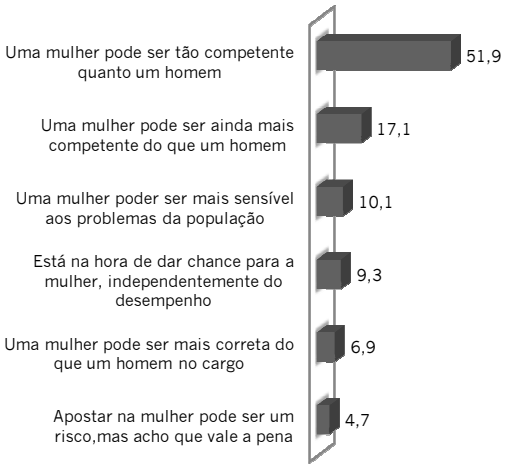
%

Você votaria em uma mulher para cargo majoritário?

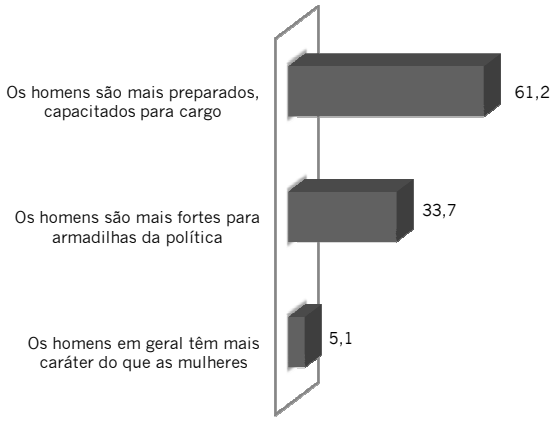
Em 2010, imediatamente em seguida à eleição da presidente Dilma, a imensa maioria dos entrevistados afirmava que votaria em uma mulher. Entre os que votariam, a metade acredita ser a mulher tão competente quanto o homem e mais de 1/4 destacaram que a mulher poderia ser até mais competente ou mais sensível do que um homem. Aqueles que não votariam em uma mulher destacaram sua menor capacidade e em torno de 1/3 apontaram serem os homens mais preparados para as armadilhas da política.



Por quê votaria em uma mulher?



Por quê não votaria em uma mulher?

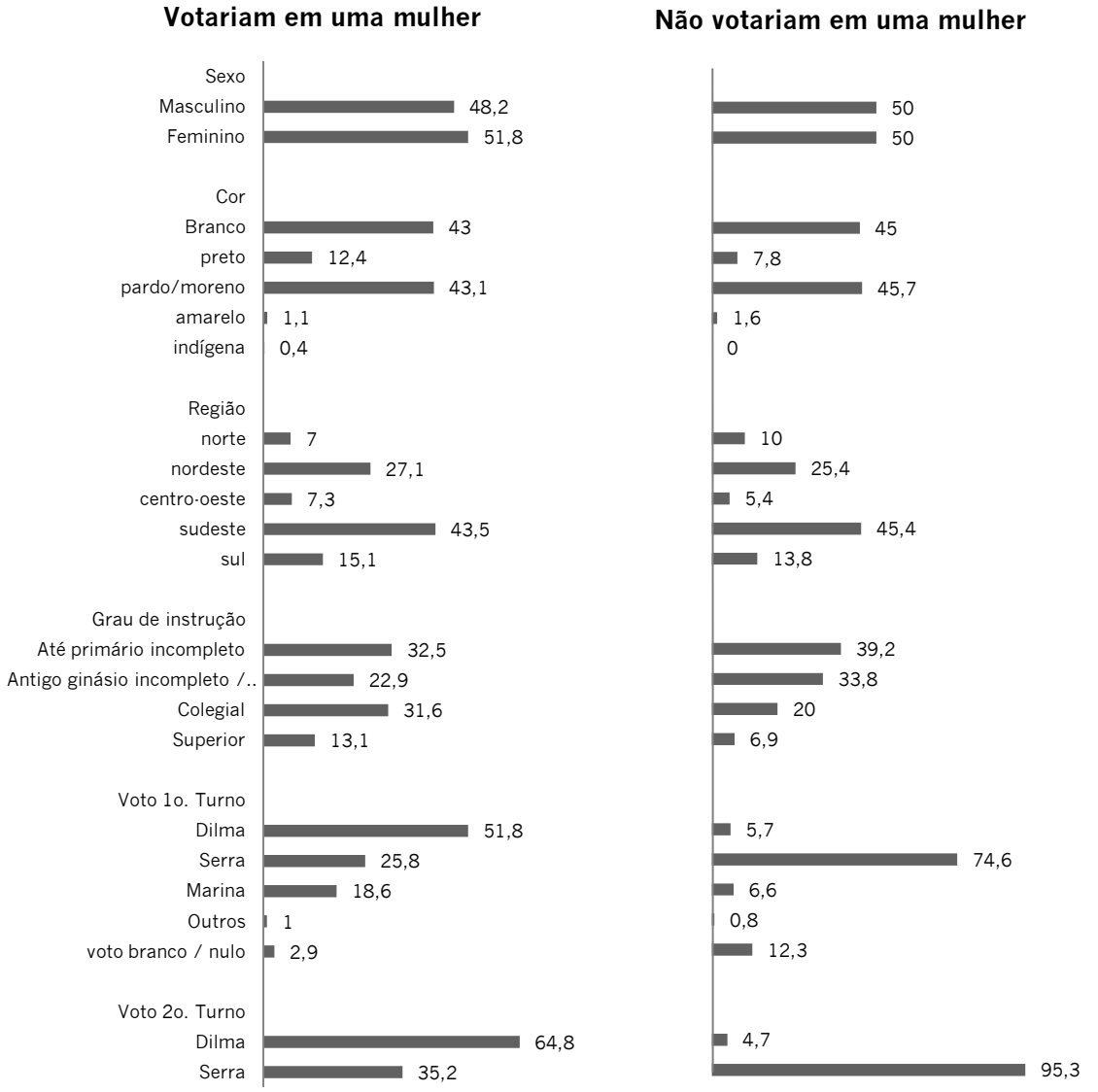


Fonte: ESEB, 2010
Perguntas: Votaria em uma mulher para algum cargo majoritário, como presidente, governadora ou senadora?/ Por quê votaria em uma mulher?/ Por quê não votaria em uma mulher?

%

Apenas a variável escolaridade diferencia (um pouco) os dois grupos de entrevistados quando os resultados são controlados por variáveis socioeconômicas: aqueles que não votariam em uma mulher têm menores graus de instrução.

Ainda entre os que não votariam em mulheres, pelo menos ¾ votaram em Serra para presidente na eleição de 2010.



Fonte: ESEB, 2010.
Perguntas: Votaria em uma mulher para algum cargo majoritário, como presidente, governadora ou senadora?/Sexo/ Como o(a) sr(a) se considera/ Região/ Até que ano o(a) sr.(a) cursou na escola?/ Em quem o sr.(a) votou para presidente no primeiro turno? (estimulada e única, apenas para os que responderam que votaram no primeiro turno da eleição presidencial de 2010)/ Em quem o(a) sr.(a) votou para presidente no segundo turno? (estimulada e única, apenas para os que responderam que votaram no segundo turno da eleição presidencial de 2010).

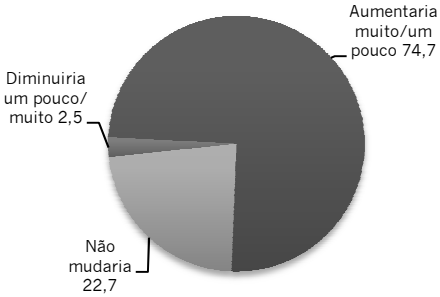
O quê mudaria caso mais mulheres fossem eleitas ...

%

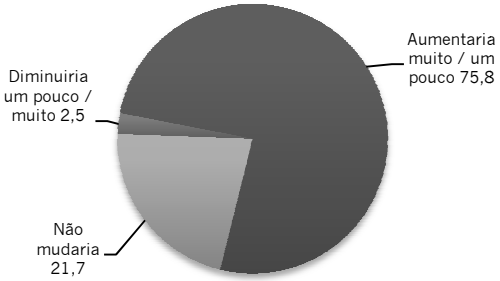
Segundo os entrevistados, a honestidade, a competência política, o compromisso, a autoridade política e a capacidade administrativa aumentariam se mais mulheres fossem eleitas para cargos políticos.

Apenas pouco menos de ¼ deles acreditam que o modo de fazer política no Brasil continuaria o mesmo.

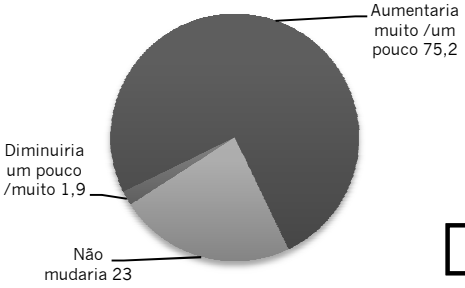
A honestidade política



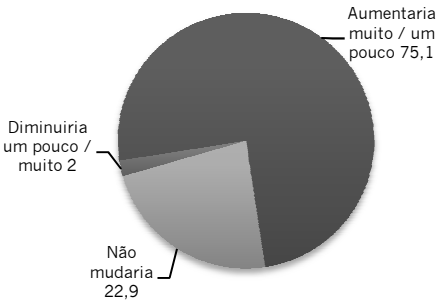
A competência política



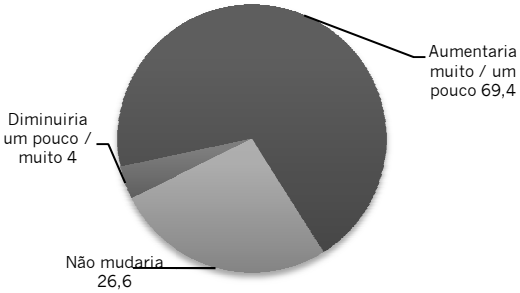
O compromisso com os eleitores



A capacidade administrativa



A autoridade



Fonte: IBOPE, 2009

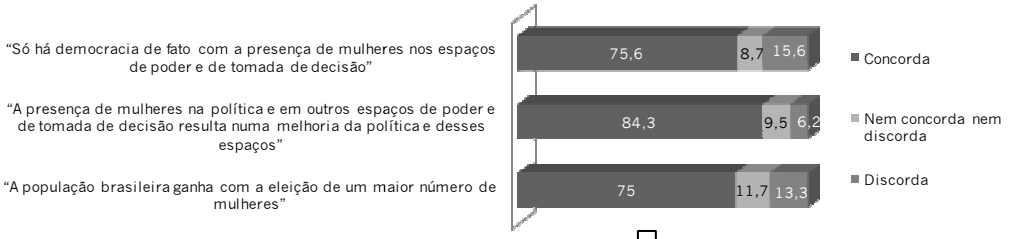
Pergunta: Caso mais mulheres fossem eleitas, a/o... aumentaria muito, aumentaria um pouco, não mudaria, diminuiria um pouco ou diminuiria muito: *honestidade política; competência política; compromisso com os eleitores; capacidade administrativa; autoridade.*

%

Opiniões sobre participação feminina na política

Em torno de ¾ dos entrevistados pensam que só há democracia de fato com a presença de mulheres na política e que a população brasileira ganha com a eleição de mais mulheres.

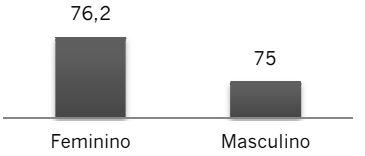
Embora não haja diferenças marcantes na opinião por sexo e grau de instrução, é notável que entre aqueles que têm o nível superior é menor o percentual de entrevistados que acompanham essa tendência.



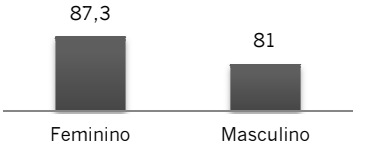
Concordam segundo...

... sexo

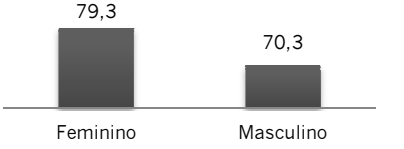
Só há democracia de fato com a presença de mulheres nos espaços de poder e tomada de decisão.



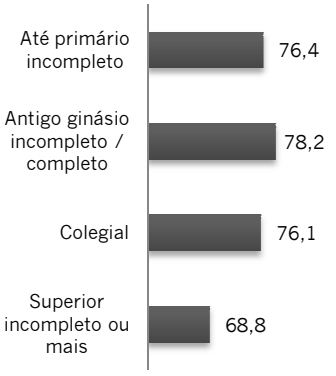
A presença de mulheres na política e em outros espaços de poder e poder e tomada de decisão resulta numa melhoria da política e desses espaços.

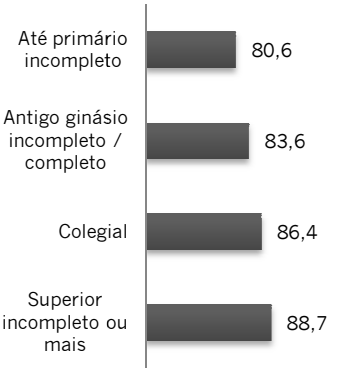


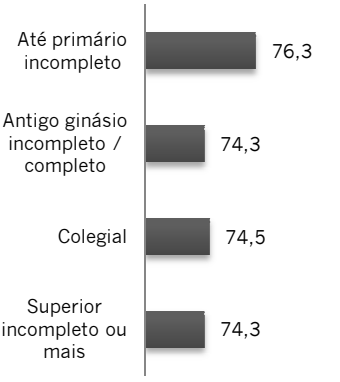
A população brasileira ganha com a eleição de um maior número de mulheres.



... escolaridade







Fonte: ESEB, 2010

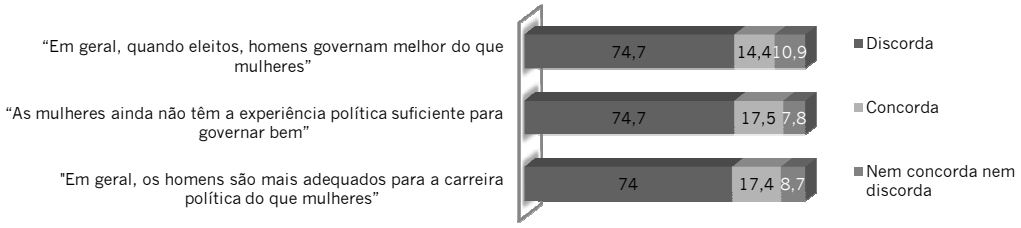
Perguntas: Agora eu vou ler uma série de frases e gostaria que o(a) senhor(a) me dissesse se discorda muito, discorda, concorda ou concorda muito com cada uma delas. Só há democracia de fato com a presença de mulheres nos espaços de poder e de tomada de decisão; A presença de mulheres na política e em outros espaços de poder e poder e tomada de decisão resulta numa melhoria da política e desses espaços; A população brasileira ganha com a eleição de um maior número de mulheres/ Sexo/ Até que ano o (a) Sr. (a) cursou na escola?

Obs: As representações no primeiro gráfico são as seguintes:Concorda= soma das respostas "concorda" e "concorda muito"; Discorda= soma das respostas discorda e discorda muito.
O complemento para 100% nos gráficos por sexo e escolaridade refere-se às respostas "nem concorda, nem discorda" e "discorda".

%

Opiniões sobre participação feminina na política

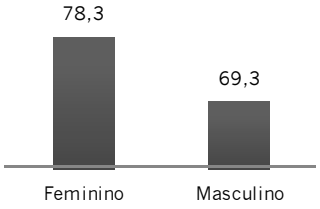
¾ dos entrevistados também discordam da superioridade masculina para a administração pública. As maiores discordâncias aparecem entre os mais escolarizados.



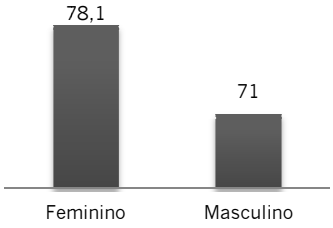
Discordam segundo...

... sexo

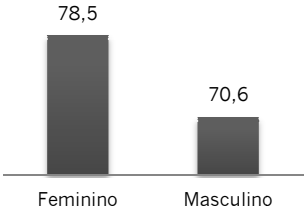
Em geral, homens são mais adequados para a carreira política do que as mulheres



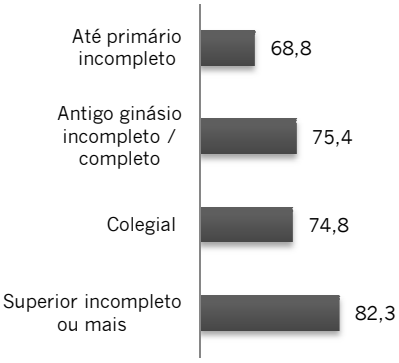
As mulheres ainda não têm a experiência política suficiente para governar bem

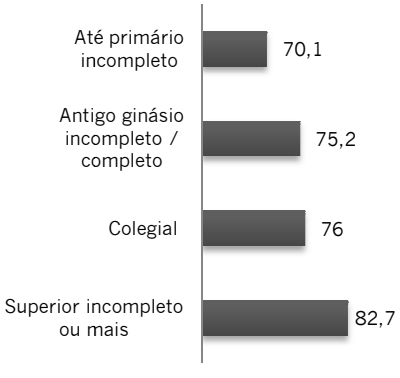


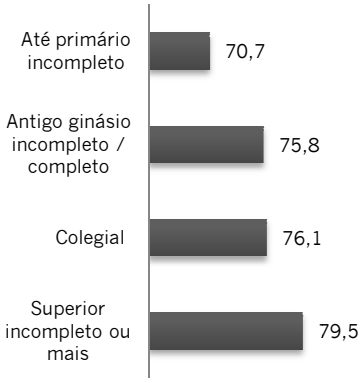
Em geral, quando eleitos, homens governam melhor do que mulheres



... escolaridade







Fonte: ESEB, 2010

Perguntas: Agora eu vou ler uma série de frases e gostaria que o(a) senhor(a) me dissesse se discorda muito, discorda, concorda ou concorda muito com cada uma delas. Em geral, homens são mais adequados para a carreira política do que as mulheres; Em geral, quando eleitos, homens governam melhor do que mulheres; As mulheres ainda não têm experiência política suficiente para governar bem.

Obs: As representações no primeiro gráfico são as seguintes:Concorda= soma das respostas "concorda" e "concorda muito"; Discorda= soma das respostas discorda e discorda muito.
O complemento para 100% nos gráficos por sexo e escolaridade refere-se às respostas "nem concorda, nem discorda e discorda".

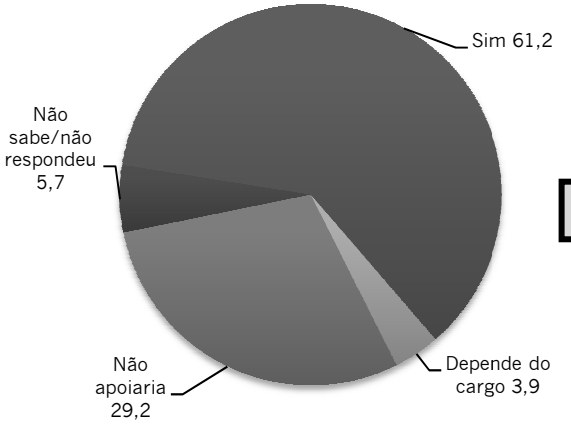
%

Opiniões masculinas: incentivo à carreira política das mulheres

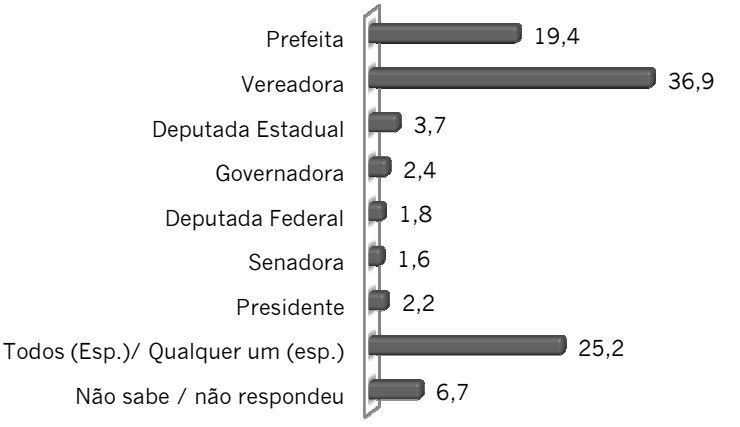
2009

Um ano antes da eleição da presidente Dilma, mais de 60% dos homens declaravam que apoiariam sua esposa/ companheira a ocupar um cargo político de chefia.

Dentre estes, ¼ declaram que dariam esse apoio para qualquer cargo, mas mais da metade restringiam o apoio à esfera municipal, sobretudo legislativa.



Apoio para que cargos?

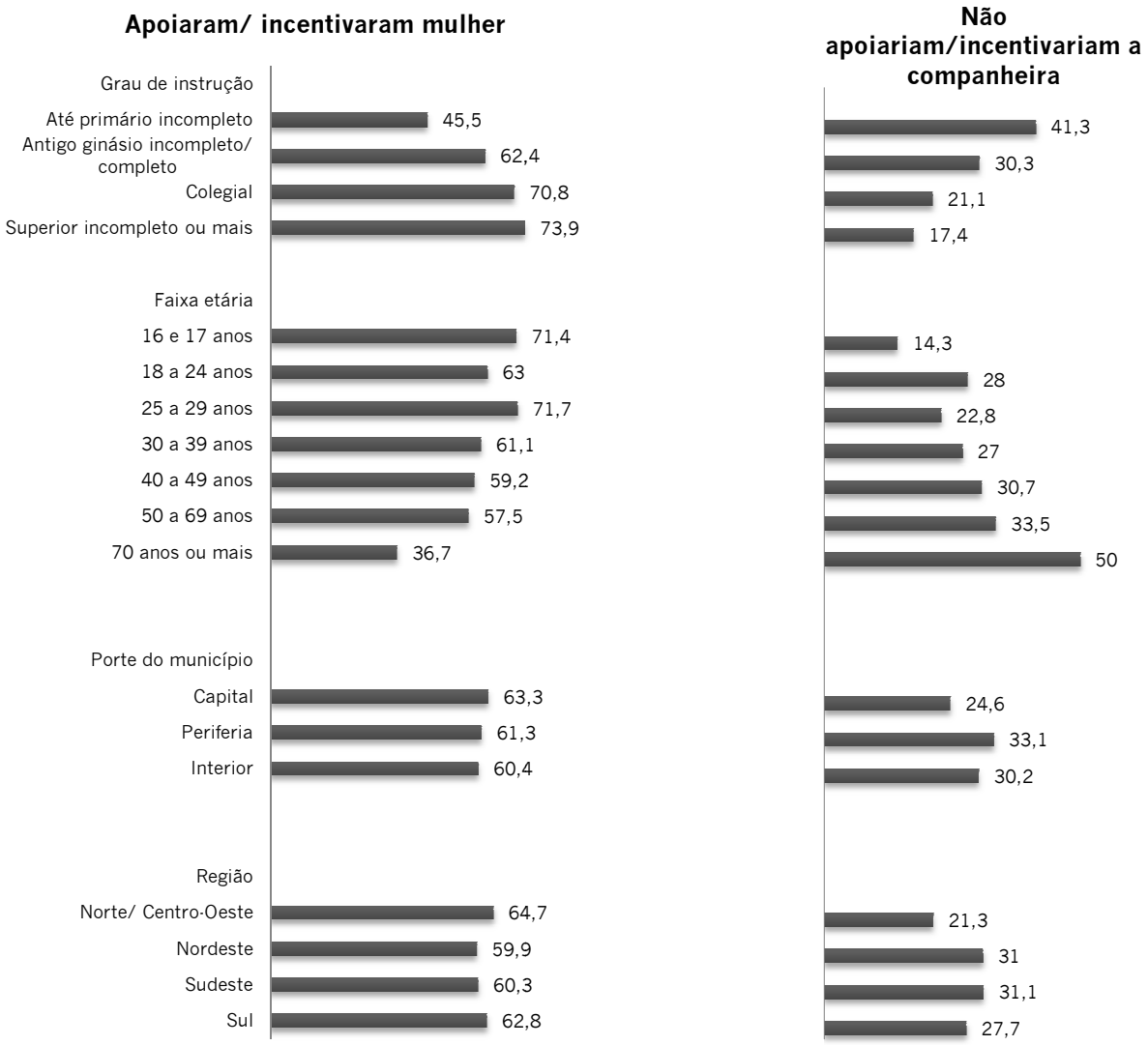


Fonte: IBOPE, 2009

Perguntas: SOMENTE PARA ENTREVISTADOS HOMENS – Você apoiaria/ incentivaria sua esposa/ companheira a ocupar um cargo de chefia ou tomada de decisão?/ (Para os que responderam sim ou depende) Para qual ou quais cargos eletivos você incentivaria sua esposa/ companheira a se candidatar?

%

Dentre as variáveis socioeconômicas, a escolaridade novamente emerge como dimensão que diferencia os entrevistados que incentivariam ou não a companheira a ocupar um cargo político de liderança.Tal apoio aumenta com o aumento da instrução. O mesmo ocorre com a faixa etária dos entrevistados: a falta de apoio aumenta com o aumento da idade.



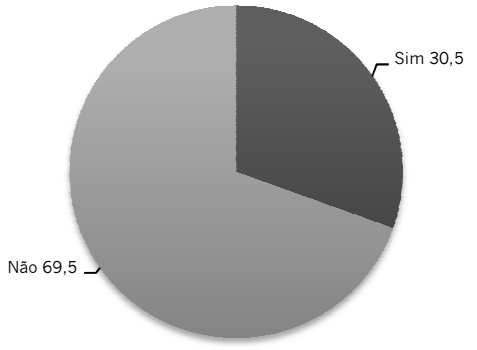
Fonte: IBOPE, 2009
Perguntas: SOMENTE PARA ENTREVISTADOS HOMENS – Você apoiaria/ incentivaria sua esposa/ companheira a ocupar um cargo de chefia ou tomada de decisão? Grau de instrução/ Faixa etária/ Porte do município/ Região
Obs: os complementos para 100% referem-se às respostas "não sabe, não respondeu" e "depende do cargo".

%

Conhecimento dos órgãos governamentais para a implementação e promoção dos direitos das mulheres

Independente do sexo, é elevado o desconhecimento da existência de órgãos governamentais voltados à mulher. Apenas entre aqueles que atingiram o nível superior, 40% dos entrevistados já ouviram falar de tais organismos.

Já ouviu falar de órgãos governamentais dedicados à mulher?

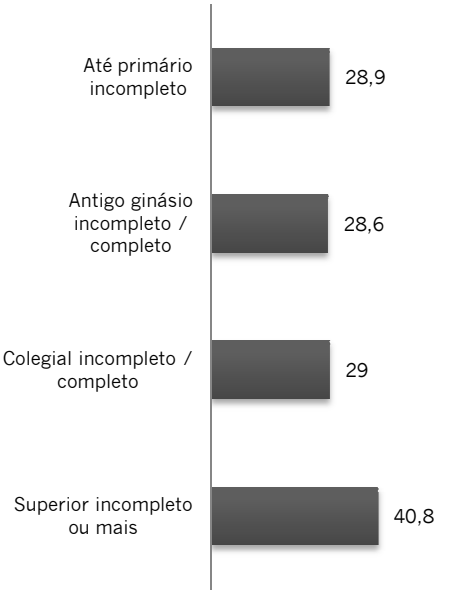


Por sexo

71,3% das mulheres e **67,6%** dos homens **NÃO** ouviram falar de órgãos do governo dedicados à mulher

Sim

Por grau de instrução



Fonte: IBOPE, 2009

Perguntas: Você conhece ou já ouviu falar de órgãos governamentais dedicados à formulação e à implementação de políticas para mulheres e dedicados à promoção dos direitos das mulheres?/ Sexo/Grau de instrução

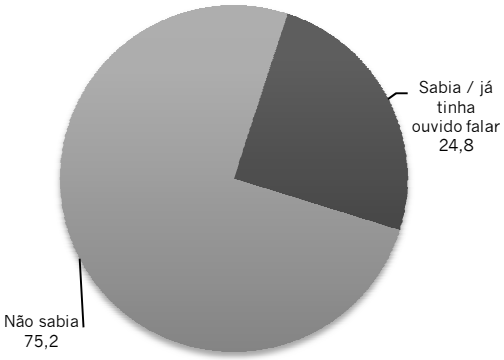
Obs.: O complemento para 100% por sexo é igual à resposta "sim"; o complemento para 100% para faixa de escolaridade é igual à resposta "não".

Opiniões sobre as cotas partidárias

%

A grande maioria dos entrevistados também desconhece a existência da política de cotas que obriga os partidos a reservarem 30% das candidaturas a cargos político-administrativos às mulheres. É notável, nesse caso, que o percentual de mulheres que desconhece a política de cotas é maior do que o de homens.

Sabia da política de cotas de 30% de vagas para mulheres nas candidaturas partidárias?



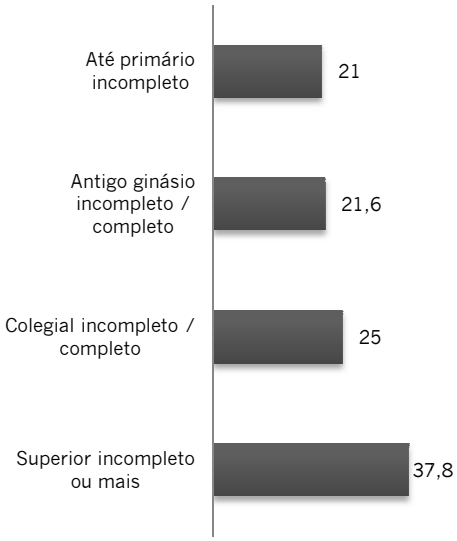
Por sexo

78,8% das mulheres e **71,3%** dos homens

NÃO ouviram falar da política de cotas que obriga os partidos a preencherem 30% de suas vagas para cargos eletivos por mulheres.

Sabiam

Por grau de instrução



Fonte: IBOPE, 2009

Perguntas: Você conhece ou já ouviu falar que existe uma política de cotas que prevê que os partidos políticos brasileiros devem ter 30% de suas vagas para cada cargo eletivo preenchidos por candidatas mulheres? /Sexo/ Grau de instrução.

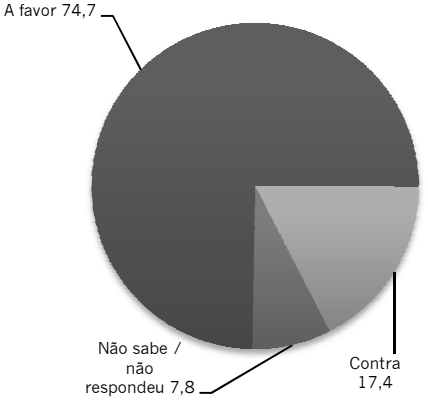
Obs.: O complemento para 100% por sexo é igual à resposta "sabiam"; o complemento para 100% para faixa de escolaridade é igual à resposta "não sabiam".

%

Opiniões sobre as cotas partidárias

Ainda que a política de cotas para mulheres seja desconhecida pela maioria dos entrevistados, a opinião favorável à política de cotas partidárias é majoritária. Aqueles que atingiram o nível superior, mais uma vez, se destacam por um menor índice de concordância com a reserva de vagas a candidatas mulheres.

É a favor ou contra a política de cotas partidária?

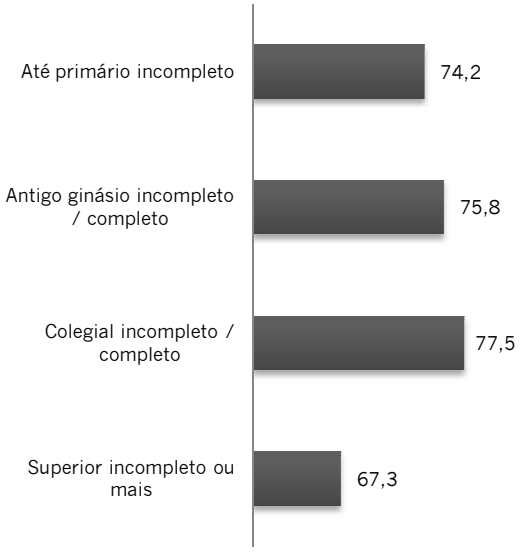


Por sexo

16,3% das mulheres e
18,7% dos homens
são **CONTRA** a política de cotas partidárias.

Sim

Por grau de instrução



Fonte: IBOPE, 2009
Pergunta: Você é a favor ou contra essa política de cotas que prevê que os partidos políticos brasileiros devem ter 30% de suas vagas para cada cargo eletivo preenchidos por candidatas mulheres?/ Sexo/ Grau de instrução

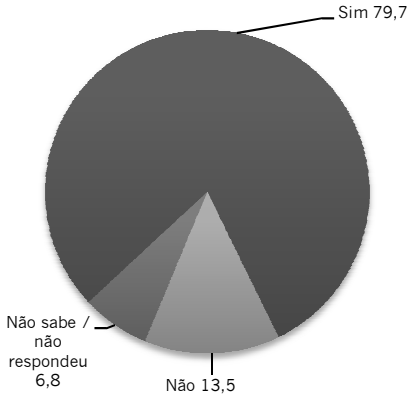
Obs.: O complemento para 100% por sexo é igual à soma das respostas "sim" e "não sabe"; o complemento para 100% para faixa de escolaridade é igual à soma das respostas "não" e "não sabe".

%

Medidas para a promoção da igualdade política

A grande maioria dos entrevistados é favorável à adoção da igualdade política de gênero através do legislativo. Neste caso, os homens são um pouco menos favoráveis do que as mulheres.

A igualdade política entre homens e mulheres deve ser adotada por medidas legislativas?

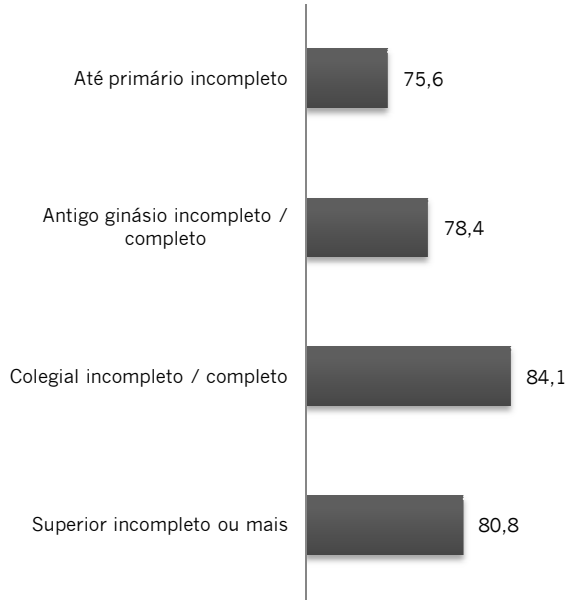


Por sexo

10,7% das mulheres e
16,5% dos homens
DISCORDAM que deveriam ser adotadas medidas legislativas para promoção da igualdade política por sexo

Sim

Por grau de instrução



Fonte: IBOPE, 2009

Perguntas: Na sua opinião, deveriam ser adotadas medidas legislativas para alcançar igualdade política entre homens e mulheres?/Sexo/ Grau de instrução.

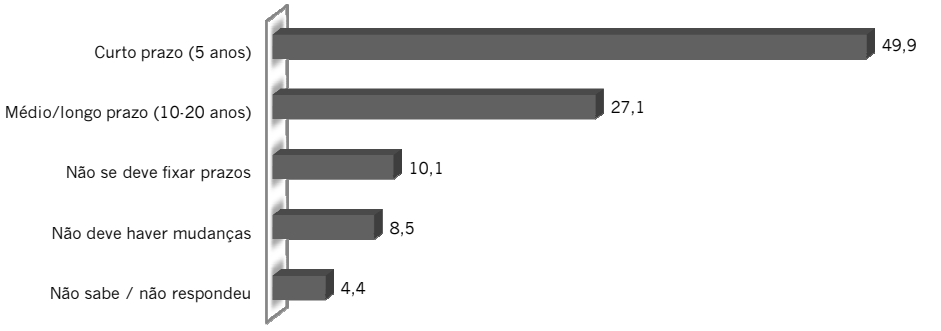
Obs.: O complemento para 100% por sexo é igual à soma das respostas "sim" e "não sabe"; o complemento para 100% para faixa de escolaridade é igual à soma das respostas "não" e "não sabe".

%

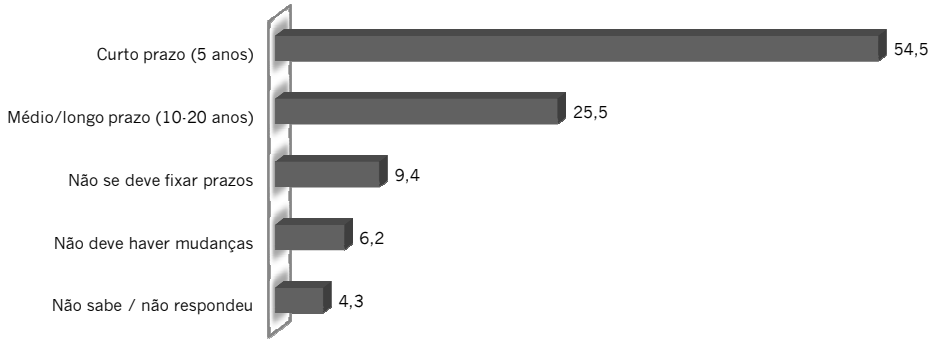
Opinião sobre leis para a promoção de igualdade política entre os sexos

Em torno da metade dos entrevistados defendem que leis que estabeleçam a igualdade política entre homens e mulheres sejam adotadas em, no máximo, 5 anos.

Leis eleitorais para implementação de 50% de cotas a cargos eletivos destinados a mulheres



Alteração estatutária partidária visando igualdade entre os sexos



Fonte: IBOPE, 2009.

Perguntas: Vou ler algumas possíveis mudanças e você me diz se acha que elas devem ou não ocorrer. Caso sim, me diga se essa mudança deve ocorrer a curto prazo, a médio prazo, a longo prazo ou se não se deve fixar prazos para elas. Leis eleitorais que estabeleçam que as cotas a cargos eletivos cheguem a 50% de mulheres/ Mudanças nas estruturas e estatutos dos partidos para garantir a representação igualitária das mulheres.

N° da pesquisa (CESOP)	Data	Tamanho da amostra (nº de entrevistas)	Universo	Tipo de amostra
IBOPE 2009 - PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA SOBRE MULHERES NA POLÍTICA				
IBOPE/BRASIL09. FEV_01982	13 a 17/02/2009	2002	População brasileira de 16 anos ou mais.	O modelo de amostragem utilizado é o de conglomerados em 3 estágios. No primeiro estágio os municípios são selecionados probabilisticamente através do método PPT (Probabilidade Proporcional ao Tamanho), com base na população de 16 anos ou mais de cada município. No segundo estágio são selecionados os conglomerados: setores censitários, com PPT (Probabilidade Proporcional ao Tamanho) sistemático. A medida de tamanho é a população de 16 anos ou mais residente nos setores. Finalmente, no terceiro estágio é selecionado em cada conglomerado um número fixo de eleitores segundo cotas de variáveis descritas abaixo: SEXO: Masculino e Feminino. GRUPOS DE IDADE: 16-17, 18-24, 25-29, 30-39, 40-49, 50-69 e 70 anos e mais. INSTRUÇÃO - Até 4ª série do fund.; 5ª a 8ª série do fund.; Ens. Médio; Superior. ATIVIDADE: Setor de dependência - agricultura, indústria de transformação, indústria de construção, outras indústrias, comércio, prestação de serviços, transporte e comunicação, atividade social, administração pública, outras atividades, estudantes e inativos. FONTES DE DADOS PARA ELABORAÇÃO DA AMOSTRA: Censo 2000, PNAD 2006. MARGEM DE ERRO:O intervalo de confiança estimado é de 95% e a margem de erro máxima estimada é de 2 pontos percentuais para mais ou para menos sobre os resultados encontrados no total da amostra.

Nº da pesquisa (CESOP)	Data	Tamanho da amostra (nº de entrevistas)	Universo	Tipo de amostra
ESEB 2010				
CESOP- VOX POPULI/BRASIL10.NOV-02639	4 a 20/11/2010	2000	População brasileira de 16 anos ou mais	A pesquisa ESEB 2010 foi aplicada em amostra nacional de 2.000 entrevistas pessoais domiciliares. Amostra representativa da população e das regiões Norte/Centro-Oeste, Nordeste, Sudeste e Sul. O processo de seleção da amostra deu-se em três estágios: 1º estágio - seleção probabilística dos municípios, através do método PPT (Probabilidade Proporcional ao Tamanho), tomando como base o número de moradores com 16 anos ou mais de cada município; 2º estágio - seleção aleatória dos setores censitários ou bairros dentro de cada município; 3º estágio - seleção dos respondentes, utilizando-se uma quota proporcional de sexo, idade, condição de trabalho (PEA/não PEA), escolaridade e renda familiar, calculadas proporcionalmente ao conjunto da população de acordo com os dados do CENSO IBGE/2000; PNAD/2008 e dados do TSE - Cadastro dos Eleitores 2010. A distribuição da amostra contemplou 149 municípios dos 27 estados, sendo 86,4% em zonas urbanas. Margem de erro = 2,2 pontos percentuais; intervalo de confiança de 95%. Aplicação do campo: Instituto Vox Populi.
Pesquisadores envolvidos: Projeto CNPQ Nº 471 796/2008-5 Coordenação: Rachel Meneguello(UNICAMP) Pesquisadores envolvidos: José Álvaro Moisés (USP), Elizabeth Balbachevsky (USP), Marcus Faria Figueiredo (IESP-UERJ), Jairo Marconi Nicolau (UFRJ), Heloisa Dias Bezerra (UFG), Maria do Socorro Souza Braga (UFSCar), Maria Teresa Miceli Kerbauy (UNESP), Luciana Veiga (UFPR), Yan de Souza Carreirão (UFSC), Marcelo Jacome Baquero (UFRGS), Mauro Porto (Tulane University, EUA), David Samuels (Univ. of Minnesota, EUA).				

OPINIÃO PÚBLICA

June 2012 Vol. 18, nº 1

ISSN 0104-6276

CONTENTS

Page.

The "voteless" of the Brazilian Legislative: the Substitute Senators and their impact on the legislative process 01
Pedro Neiva
Mauricio Izumi

Pride and prejudice: the 'objectivity' as a mediator between journalism and its public 22
Flávia Biroli
Luis Felipe Miguel

Voting on the shelf: the politicization of consumption in Latin America 44
Fabián Echegaray

Social movements and democracy: the necessary tension 68
Marcus Abilio Pereira

Attitudes, cognition and political participation: patterns of influence of socialization environments on the political profile of young people 88
Mario Fuks

Classifying political regimes using cluster analysis 109
Dalson Britto Figueiredo Filho
José Alexandre da Silva Júnior
Enivaldo Carvalho da Rocha

Social capital and participation, a perspective from the Southern Cone of America: Porto Alegre, Montevideo and Santiago de Chile 129
Patricio Valdivieso

Are the Chileans equally solidary? The influence of personal resources in cash donations 154
Juan Carlos Castillo
Paola Leal
Ignacio Madero
Daniel Miranda

Electoral financing, political representation and gender: an analysis of the 2006 elections 177
Teresa Sacchet
Bruno Wilhelm Speck

The 2009 Elections in Uruguay: permanence of the political loyalties and electoral accountability 198
Lucía Selios
Daniela Vairo

Non-response analysis in political surveys 216
Karl Henkel

TENDÊNCIAS Data Report 239
Editors of "Opinião Pública"

UNICAMP

OPINIÃO PÚBLICA
Campinas
Vol. 18, nº 1 p.01-254
2012 June
ISSN 0104-6276

cesop

ISSN 0104-6276

UNICAMP

cesop